

SÉRIE

colecção BIBLIOTECA DIPLOMÁTICA

Ana Mónica Fonseca

# A Força das Armas: o Apoio da República Federal da Alemanha ao Estado Novo

(1958-1968)



Ministério dos Negócios Estrangeiros

**i** **D**  
Instituto diplomático



# Biblioteca Diplomática

## ***Série D: Teses***

### **Conselho Editorial**

Presidente: Professor Doutor Armando Marques Guedes

Professor Doutor João Amador

Embaixador Leonardo Mathias

Professor Doutor Nuno Piçarra

General José Luís Pinto Ramalho

Professor Doutor António Vasconcelos de Saldanha

colecção BIBLIOTECA DIPLOMÁTICA

Ana Mónica Fonseca

A Força das Armas:  
o Apoio da República Federal da  
Alemanha ao Estado Novo  
(1958-1968)

## **Ficha técnica**

### **Título**

A Força das Armas: o Apoio da República Federal da Alemanha ao Estado Novo (1958-1968)

### **Autor**

Ana Mónica Fonseca

### **Coordenação Editorial**

IDI - MNE

### **Edição**

Colecção Biblioteca Diplomática do MNE – Série D  
Ministério dos Negócios Estrangeiros, Portugal

### **Design Gráfico**

Risco, S.A.

### **Paginação, Impressão e Acabamento**

Europress, Lda.

### **Tiragem**

1000 exemplares

### **Data**

Abril de 2007

### **Depósito Legal**

257602/07

### **ISBN**

978-972-9245-53-4

# Índice

Lista de Abreviaturas	7
Índice de Quadros	8
Prefácio	9
Introdução	15
I PARTE: OS ANOS INICIAIS DAS RELAÇÕES LUSO-ALEMÃS: 1958-1960	
1. As Relações Luso-Alemãs: 1945-1958	23
1.1. A Alemanha no Pós-Guerra	23
1.2. A Posição dos Governantes Portugueses perante a Alemanha	26
1.3. Elevação das Legações a Embaixada: Outubro de 1956	28
1.4. A Questão dos Bens Alemães	31
2. A Aproximação Económica	35
3. As Relações Militares	43
3.1. A Visita de Franz Josef Strauss em Janeiro de 1960	44
3.2. A Concretização das Facilidades para a República Federal da Alemanha	51
3.3. A RFA, a Cooperação com a Península Ibérica e a NATO	53
3.4. Conclusões	61
4. A Questão Colonial	63
4.1. A Política Africana de Bona: os Primeiros Anos	64
4.2. A República Federal da Alemanha e a Política Colonial Portuguesa	69
4.3. A Questão Colonial Portuguesa discutida na ONU	75
4.4. Conclusões	81
II PARTE: A REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA E AS GUERRAS COLONIAIS PORTUGUESAS: 1961-1965	
1. O Deflagrar das Guerras Coloniais	85
1.1. O Assalto ao Pacote <i>Santa Maria</i>	85
1.2. A Situação nas Províncias Ultramarinas Portuguesas	91

1.3. A «Abrilada» de Botelho Moniz	95
1.4. A Perda de Goa	100
1.5. A Continuação da Política Colonial Portuguesa	109
1.6. A Situação Portuguesa discutida na NATO	112
1.7. A Política Colonial Portuguesa nas Nações Unidas	121
1.8. A RFA e África: 1961-1965	124
1.9. Portugal, a RFA e a Nova Política Americana para África	133
1.10. Os Alemães e a Política Ultramarina Portuguesa	142
1.11. Conclusões	155
2. A Sobrevivência Militar do Regime	157
2.1. O Deflagrar da Guerra Colonial	158
2.2. A Obtenção de Aviões	161
2.3. A Base de Beja	177
2.4. Conclusões	183
3. A Cooperação Económica	185
3.1. A Visita de Erhard a Lisboa, Maio de 1961	185
3.2. Relações Comerciais Luso-Alemãs	193
3.3. O Interesse da Krupp em Angola	195
3.4. Conclusões	197
III PARTE: O ARREFECIMENTO DAS RELAÇÕES LUSO-ALEMÃS: 1966-1968	
1. 1966: O Último Ano	201
1.1. A Visita do Ministro Alemão Gerhard Schröder	201
1.2. A Visita de Franco Nogueira a Bona	204
1.3. Um Novo Embaixador Alemão em Lisboa: Müller-Roschach	206
1.4. A Queda do Governo de Erhard e a Grande Coligação	208
2. 1967-1968: O Arrefecimento das Relações Luso-Alemãs	211
2.1. A Redução do Projecto da Base de Beja	214
2.2. A Sucessão de Salazar	221
2.3. Conclusões	224
Conclusões	227
Fontes e Bibliografia	237

# Lista de Abreviaturas

AHD	Arquivo Histórico-Diplomático
AHFA	Arquivo Histórico da Força Aérea
CDU	<i>Christlich-Democratische Union</i> /União Democrata-Cristã
CEE	Comunidade Económica Europeia
CMLA	Comissão Mista Luso-Alemã
DM	<i>Deutsch Mark</i> /Marco Alemão
DRIL	Directório Revolucionário de Libertação Ibérica
EFTA	<i>European Free Trade Association</i> /Associação Europeia de Comércio Livre
EMFA	Estado-Maior da Força Aérea
FAA	Forças Armadas Alemãs
FDP	<i>Freie Demokratische Partei</i> /Partido Democrático Livre
FNBP	Fábrica Nacional de Braço de Prata
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FNMAL	Fábrica Nacional de Munições e Armamento Ligeiro
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
IAN/TT	Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i> /Organização do Tratado do Atlântico Norte
OECE	Organização Europeia de Cooperação Económica
OGMA	Oficinas Gerais de Manutenção Aeronáutica
ONU	Organização das Nações Unidas
PA-AA	<i>Politisches Archiv-Auswaertiges Amt</i>
RDA	República Democrática Alemã
RFA	República Federal da Alemanha
SPD	<i>Sozialdemokratische Partei Deutschlands</i> /Partido Social-Democrata da Alemanha
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UPA	União dos Povos de Angola
ZRB	Zona Residencial de Beja

# Índice de Quadros

Quadro 1. Comércio da RFA com Portugal, Angola, Moçambique e Estado da Índia, 1955-1956	35
Quadro 2. Equipamento militar fornecido pela RFA – 1962	170
Quadro 3. Comércio Externo – Totalidade	194
Quadro 4. Comércio Externo – Importações	194
Quadro 5. Comércio Externo – Exportações	194

## Prefácio

Como hoje bem sabemos, com o fim da Segunda Guerra Mundial tanto os Estados Unidos como a União Soviética exigiram que as potências europeias deixassem as suas colónias, ou em todo o caso as abrissem comercial e politicamente. É certo que as duas superpotências que se consolidaram no pós-guerra agiram por motivos e com formas de pressão e intuitos muito diferentes. As consequências mais gerais, foram todavia, pelo menos *grosso modo*, semelhantes. Ao redefinir tabuleiros – o que foi conseguido por rearranjos de algum fundo do sistema internacional, umas deliberadas, outras resultantes da rápida polarização na clivagem entre os Aliados que se lhe seguiu – processos generalizados de descolonização tornaram-se regra num dos vários novos jogos políticos a que deu origem o desenlace da segunda grande contenda civil europeia do passado século XX. Num breve intervalo de uma geração, o número total de Estados presentes no sistema internacional passou de pouco mais de meia centena a uma centena e meia.

Embora o regime cristalizado por A. de Oliveira Salazar tenha cedido apenas tardia e indirectamente às pressões e exigências emergentes, Portugal não foi excepção nesse processo europeu generalizado de um súbito desinvestimento numa projecção externa do tipo colonial. Infelizmente para todos aqueles que nisso se viram envolvidos, o Estado português tardou porém em levá-lo a cabo. Em contraste com uma Europa que anuiu mais cedo aos novos ventos que sopravam, em Portugal um Estado Novo contrafeito – que herdou e trouxe para a ribalta, alterando-a profundamente no processo, uma visão de um destino nacional no Ultramar, constitutivo da identidade nacional portuguesa, que a Primeira República fora repescar a uma opinião pública incendiada com o Ultimato Inglês – foi dos últimos a ter de abandonar, e a ter de fazê-lo de vez, uma orientação-implantação marítima em que tínhamos sido pioneiros. As consequências são conhecidas.

Com efeito, durante vários decénios o antigo regime resistiu a descolonizar. Famosamente, ao ver-se isolado e vilipendiado, Salazar reagiu com a doutrina do “orgulhosamente sós”.

Mas, em boa verdade, o regime não ficou sozinho. Fosse o que fosse que publicamente professassem, e decerto por motivos variados, muitos Estados europeus não foram insensíveis às questões que se punham ao Estado Novo. Não é difícil compreender o contexto dos apoios à teimosia colonial – chame-se-lhe assim – portuguesa. Apesar das convicções contrárias que muitas vezes nutrimos, o facto é que após a Segunda Guerra Mundial, a resistência da maioria das potências coloniais europeias à descolonização foi grande. Foi, é certo, variável, caso a caso e conjuntura a conjuntura, e umas vezes com mais e outras com menos intensidade; mas a renitência que mostraram foi patente. Estados como o francês, o britânico, o belga e o holandês esperaram enquanto lhes foi possível até reconhecer autonomia aos povos e territórios asiáticos e africanos que administravam, não hesitando aqui e ali em pegar em armas para prolongar a sua presença caso tal lhes aprouvesse: a França fê-lo, designadamente no Vietname e na Argélia – para só dar os exemplos mais conhecidos – o Reino Unido fê-lo em modos diferentes mas não menos veementes na Índia, a Bélgica e a Holanda fizeram-no, embora noutros formatos, respectivamente no Congo e na Indonésia. Como seria de esperar os Estados reagiram como puderam a uma imposição vinda de fora e alimentada por dentro, uma imposição que lhes diminuía o poder e a capacidade autónoma de decisão.

O que distinguiu no que toca ao processo de descolonização o Estado Novo português não foi a atipicidade da reacção que teve, mas antes a comparativa eficácia que exibiu no terreno, associada a uma comparativa falta de pragmatismo político – o que, porventura, não estará desligado nem da natureza autoritária do regime (logo da sua relativa imunidade face à opinião pública interna e externa), nem da sua correlativamente maior capacidade de mobilização político-militar da população, ou pelo menos a sua maior cegueira face às consequências de o fazer contra uma onda interna inexorável que se lhe opunha. Embora as pressões sistémicas

fossem enormes, a reacção do regime salazarista foi a que seria de esperar, no quadro conjuntural existente. Depois de consolidar a sua posição na cena internacional a seguir à Segunda Guerra Mundial, a política externa portuguesa do Estado Novo virou-se inteira e irremediavelmente para a defesa das colónias, procurando o apoio político, militar e económico das nações europeias com possessões coloniais. Mais ainda, procurou o apoio possível de outros países africanos que, por variadas razões se opunham a nova ordem propalada pelos dois blocos saídos do pós-guerra: designadamente, a União Sul-Africana, a então Rodésia, e o Malawi, para não dar senão alguns exemplos.

Por razões fáceis de compreender, o regime de Salazar virou-se, sobretudo, para aqueles Estados europeus que conosco partilhavam uma resistência marcada à perda das colónias, e que em simultâneo tinham motivos e disponibilidade para o fazer, bem como meios tecnológicos que nos podiam servir: avultou aqui a França e, em surdina, o Reino Unido; mas também, e porventura inesperadamente, a República Federal da Alemanha. Vale decerto a pena determo-nos uns momentos neste último ponto, de modo a tentar esclarecer a lógica subjacente a uma aliança relativamente a África que A. Franco Nogueira, no volume V do seu *magnum opus* sobre Salazar, qualificou não só como sendo “amistosa”, mas como “de claro apoio a Portugal”. Não é difícil equacionar as coordenadas dessa propinquidade emergente. Avulta, aqui, a dimensão geopolítica que elas tiveram. Depois da Segunda Guerra Mundial, a nossa posição estratégica na Europa Ocidental, juntamente com o facto de Portugal ser membro fundador da Aliança Atlântica, favoreceram uma aproximação relativamente à República Federal da Alemanha. A Alemanha está situada no extremo nordeste da Europa Ocidental; Portugal no canto do sudoeste diagonalmente oposto.

Esta posição estratégica complementar propiciou e facilitou o estabelecimento de uma base militar no território português, em Beja, a ser utilizada para fins de treinos da *Luftwaffe* durante tempos de paz, e para o abastecimento e transporte entre os EUA e a Europa em caso de guerra no continente europeu. Mais do que tão só uma resposta portuguesa a

uma necessidade estratégica alemã, tratou-se de um acerto levado a cabo no quadro de uma Aliança Atlântica que colocou a Europa como local do primeiro embate no caso de uma confrontação militar com o bloco de Leste – cabendo à Alemanha o lugar de linha da frente, onde estavam estacionados em permanência mais de meio milhão de soldados norte-americanos e muitos outros de vários outros Estados da NATO, e cabendo a Portugal o papel de rampa de desembarque das tropas aliadas para fazer frente eventual a uma descida para oeste dos tanques russos. No quadro da luta anti-soviética – uma luta que tanto para Salazar como para os sucessivos chanceleres alemães era primordial – de algum modo Portugal e a Alemanha tinham posições simétricas e complementares. Tudo isto confluía para um encontro de interesses de que Salazar soube tirar partido no que dizia respeito às prioridades coloniais que marcaram os últimos anos do seu consulado.

No processo, A. de Oliveira Salazar foi igual a si próprio. Tal como era seu hábito em situações semelhantes, sempre atento a expressões simbólicas de alinhamento face a inimigos “externos”, o Presidente do Conselho não pediu nenhum valor pecuniário em troca da autorização da presença alemã na Base de Beja – uma vez que também não a tinha pedido aos ingleses nem aos americanos pelo estabelecimento de Bases nos Açores – mas soube aproveitar esta necessidade do novo aliado e exigiu contrapartidas materiais, nomeadamente ao nível do equipamento militar, que se revelaram altamente proveitosos para o grande desafio da política externa portuguesa na segunda metade do século XX: a manutenção das suas colónias. Era uma questão simples de aproveitamento realista e prático de uma obrigação alemã no quadro da Aliança Transatlântica – se uma participação da Força Aérea alemã na NATO era uma exigência que a Alemanha tinha de cumprir, e se Portugal tinha as condições para ajudar a satisfazê-la, havia que aproveitar ao máximo esse trunfo e dele saber tirar partido. Pelo menos enquanto durasse.

Não durou muito, por razões que mais uma vez radicam na dinâmica política do quadro internacional maior. Segundo a Autora, cuja obra o

leitor tem entre mãos, pode decerto dizer-se que a evolução-transformação da Guerra Fria e a crescente importância do Terceiro Mundo para o desenrolar da confrontação bipolar foram aquilo que levou a que este sistema de contrapartidas perdesse a sua importância. À medida que a própria Alemanha Federal investia nas suas relações com o continente africano, nomeadamente com o objectivo de capitalizar o apoio dos Estados recém-independentes do Continente para a sua própria contenda com a República Democrática Alemã, a posição estratégica portuguesa caiu para segundo plano nos radares políticos de Bona. A chegada ao poder da *Grande Coligação* em 1966 e o lançamento da *Ostpolitik* (uma *Ostpolitik* que entrou em vigor em pleno apenas a partir de 1969, mas que levou a um reposicionamento cujas reverberações se fizeram sentir assim que Willy Brandt ocupou a pasta dos Negócios Estrangeiros) tornou o apoio alemão a Portugal ainda mais difícil de explicar e relegou Portugal para uma posição ainda mais secundária no quadro, cada vez mais amplo, da política externa federal. Tal não significa que Portugal se tivesse tornado irrelevante para o Governo federal alemão; mas passara abaixo do seu limiar mínimo a centralidade da aposta germânica em Portugal face à importância crescente que o continente africano preenchia para a RFA, no contexto global de uma Guerra Fria que mudara de fase.

Os meandros desta progressão no apoio militar e financeiro disponibilizado pela Alemanha ao esforço colonial português em África na década longa e turbulenta que ligou 1958 a 1968 são esmiuçados em pormenor na tese de Ana Mónica Fonseca que ora se publica. A qualidade inovadora do trabalho que o Instituto Diplomático dá à estampa não carece de demonstração: trata-se de um estudo bem pensado, sério, com rigor ancorado em registos diplomático-documentais tanto portugueses como alemães. É com o maior gosto e honra que o damos a conhecer.

*Professor Doutor Armando Marques Guedes*

Professor da Faculdade de Direito  
da Universidade Nova de Lisboa  
Presidente do Instituto Diplomático



# Introdução

Em Fevereiro de 1965, o Presidente do Conselho de Ministros português, António de Oliveira Salazar, declarou perante o país que os portugueses estavam “orgulhosamente sós”<sup>1</sup> na sua luta em África. Esta expressão passou a ser a linha explicativa da política externa portuguesa. Significava que, apesar de isolados, os portugueses enfrentavam «o seu fado» e lutavam, com “nobreza e coragem”, pela manutenção do seu império colonial em África. No entanto, como o próprio Ministro dos Negócios Estrangeiros da altura, Alberto Franco Nogueira, afirma na sua biografia de Salazar, esta frase “não queria dizer que Portugal estivesse só, isolado, sem ajudas”<sup>2</sup>. De acordo com Nogueira, Portugal, ao longo das guerras coloniais, nunca tinha encontrado “uma aliança em que se pudesse confiar sem reservas”. De facto, a França e a República Federal da Alemanha eram nações “amigas”, mas que nunca chegariam “a extremos” de defender Portugal<sup>3</sup>. No entanto, a República Federal da Alemanha teve um papel preponderante no auxílio a Portugal, chegando a ponto de, sem regatear, fornecer “a preços simbólicos, aviões apropriados à luta em África, material de guerra diverso, veículos militares” e outros equipamentos. A acrescentar a esta ajuda, deve-se salientar as “condições favoráveis” em que créditos alemães foram concedidos ao governo português. Assim, conclui ainda Franco Nogueira, a República Federal da Alemanha tinha uma posição que não era “somente cordial”. Era mesmo “amistosa” e, até, “de claro apoio a Portugal”<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Discurso de Oliveira Salazar em 18 de Fevereiro de 1965, citado em Franco Nogueira, *Salazar. Vol. VI, O Último Combate (1964-1970)*, Porto, Editora Civilização, 2000, p. 8.

<sup>2</sup> Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 8, nota de rodapé.

<sup>3</sup> Franco Nogueira, *Um Político Confessa-se*, Porto, Editora Civilização, 1987, p. 195.

<sup>4</sup> Franco Nogueira, *Salazar. Vol. V, A Resistência (1958-1964)*, Porto, Editora Civilização, 2000, pp. 303-304.

É esta posição da República Federal da Alemanha que procuramos analisar neste trabalho. A cooperação militar, política e económica entre Portugal e a RFA no decénio que medeia os anos de 1958 e 1968 trouxe enormes vantagens ao regime do Estado Novo, das quais a mais importante será sem dúvida o material militar que Portugal recebeu e que foi fundamental para a prossecução do seu esforço de guerra em África.

Escolhemos delimitar o período cronológico do nosso trabalho com os anos de 1958, para o seu início, e de 1968 como final. Tal escolha prende-se com realidades da própria história de Portugal e das relações luso-alemãs. O ano de 1958 ficou marcado pela primeira visita de um ministro alemão a Lisboa. A visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Heinrich von Brentano, foi, no entanto, algo mais do que uma efeméride. Foi durante a estadia do ministro alemão em Lisboa que foram assinados os acordos luso-alemães relativos aos bens privados germânicos depositados em Portugal desde a II Guerra Mundial. A assinatura destes acordos demonstrou que nada mais impedia uma aproximação luso-alemã. Também durante esta visita se lançaram as bases para o aprofundamento das relações económicas e militares entre os dois países. O ano de 1968, baliza cronológica final do nosso trabalho, foi escolhido por, em Setembro, ter cessado a presença de António de Oliveira Salazar à frente dos destinos da nação, depois de quase quarenta anos de governação. A nomeação de Marcelo Caetano para a Presidência do Conselho de Ministros trouxe a Portugal e aos seus aliados ocidentais uma breve esperança de liberalização que abriu novas oportunidades, nomeadamente nas relações luso-alemãs. É assim um momento de transformação, que ficou já fora da nossa investigação.

Devido à escassa historiografia existente sobre o assunto, decidimos elaborar esta tese a partir de uma análise cronológica dos factos, se bem que enquadrados em blocos temáticos. Estes blocos foram definidos com base na análise da política portuguesa neste decénio e nos temas que mais a afectavam. Assim, os grandes temas são a questão colonial, procurando observar-se como a Alemanha Federal encarava a política colonial portu-

guesa, antes e durante os conflitos ultramarinos; as relações militares luso-germânicas, ou seja, a evolução da cooperação militar entre os dois países e os benefícios daí alcançados para Portugal, e as relações económicas entre Portugal e a RFA, nomeadamente ao nível da cedência de créditos pelo governo alemão. No entanto, a cronologia das relações é mantida através da divisão em grandes partes, correspondentes àquilo que consideramos fases distintas de evolução nas relações luso-alemãs.

Assim, a I Parte engloba os anos de 1958 a 1960, procurando focar os primeiros passos de aproximação entre os dois aliados e os factores que os justificaram. Inclui também um capítulo introdutório acerca das relações entre Portugal e a Alemanha Ocidental desde o final da II Guerra Mundial, com particular enfoque na evolução política da própria Alemanha, na posição de vários governantes portugueses relativamente ao futuro da Alemanha e da sua inserção no bloco ocidental e uma breve descrição do processo negocial relativamente aos bens alemães, que culminou com a assinatura dos Acordos em Março de 1958 pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão. Ainda neste capítulo introdutório, será analisado o processo de elevação das Legações da RFA em Lisboa e de Portugal em Bona a Embaixadas, assim como as primeiras instruções do *Auswaertiges Amt* para o novo embaixador em Lisboa.

A II Parte, relativa aos anos de 1961 a 1965, constitui a análise do «período de ouro» das relações entre Portugal e a República Federal. Na verdade, neste período, marcado pelo início das guerras coloniais portuguesas e por uma relativa oposição dos países tradicionalmente aliados de Portugal, os Estados Unidos e a Inglaterra, a República Federal da Alemanha manteve-se próxima do governo português, tornando-se a fonte de importantes equipamentos militares, de onde destacamos os vários aviões e armamento ligeiro, sem o qual seria muito mais difícil a Portugal enfrentar as guerrilhas africanas. Em troca de tais fornecimentos, Portugal autorizou que a Força Aérea Alemã dispusesse de uma base de treino para os seus pilotos, que em tempo de guerra se tornaria uma base de apoio logístico na retaguarda. A escolha recaiu na Base Aérea n.º 11, em

Beja, sendo assinados vários acordos para a concretização deste projecto, nomeadamente ao nível da construção de infraestruturas necessárias ao funcionamento da Base. Para além da cooperação militar, é também de salientar a importância de créditos concedidos a Portugal pela Alemanha Federal, especialmente se tivermos em conta a necessidade do Estado português em obter capital. Na realidade, numa altura em que uma crescente fatia do Orçamento de Estado ia para o financiamento da guerra colonial, os créditos e empréstimos alemães poderiam ser transferidos para a construção de infraestruturas. Por fim, relativamente à política colonial portuguesa, verificamos que, apesar de nunca adoptar publicamente uma posição favorável ao regime do Estado Novo, o governo da RFA também não se opôs ao seu aliado no que concerne a este aspecto. Assim, apesar de Portugal ter sido atacado pelos seus aliados ocidentais em palcos tão importantes como a ONU (nos quais era igualmente criticado pelos países afro-asiáticos) e até mesmo no seio da NATO, o governo alemão adoptou uma posição dupla: não atacaria, mas também não defenderia Portugal. Esta postura compreende-se pela necessidade que o governo de Bonn sentia em não desagradar nem a Portugal nem aos países africanos, com o intuito de obter apoio internacional ao seu interesse nacional: a reunificação alemã. A Alemanha Federal temia que, sentindo-se abandonado pelos seus aliados, Portugal saísse da Aliança Atlântica, levando consigo os Açores e impedindo definitivamente a presença americana na Base das Lajes. Ao apoiar o governo português com equipamento militar e alguns financiamentos, a RFA julgava contribuir para a estabilidade de Portugal, da Península Ibérica (pois temia que, caso Portugal perdesse o Império, se tornasse um país comunista e que tal regime contagiasse a Espanha) e de todo o Ocidente. Deste modo, iremos abordar neste capítulo as divisões existentes no seio do Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão relativamente ao apoio dado a Portugal, assim como as primeiras iniciativas do governo federal para se aproximar dos novos países africanos.

Por fim, na III Parte, observaremos os anos finais do período por nós escolhido: 1966 a 1968. O ano de 1966 é aqui apresentado como um ano

de transição mas não de ruptura completa. Na verdade, é um ano em que se realizaram duas visitas ao mais alto nível, a do Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Gerhard Schröder, a Lisboa, e a visita do seu homólogo português, Alberto Franco Nogueira, a Bona. Estas duas visitas, embora ainda tivessem ocorrido no habitual espírito de amizade, não tiveram já o brilho de visitas anteriores. Nesta ocasião, apenas foram trocadas palavras de circunstância acerca de assuntos gerais que afectavam ambos os países, como sendo as relações entre a EFTA e a CEE ou a crise da NATO. Ainda neste ano chegou a Lisboa um novo embaixador alemão, Müller-Roschach, que foi instruído a não ceder a qualquer pedido do governo de Salazar no sentido de ser enviado para Lisboa mais equipamento militar. Ainda neste campo, mas já no período de 1967-68, verificamos uma redução do projecto de Beja, devido a razões estratégicas, mas também a problemas económicos da Alemanha Federal. A crise económica alemã tinha chegado a um ponto histórico desde o final da II Guerra Mundial, de tal modo que o governo de Erhard tinha sido obrigado a demitir-se, formando-se em Dezembro de 1966 o governo da *Grande Coligação*, entre a CDU e o SPD. Verificamos assim que a principal justificação para o pedido de contrapartidas militares pelo governo português ao governo alemão, a Base de Beja, e o risco que comportava a sua presença em território nacional, deixava de ser aplicável, pelo que diminuíram igualmente os fornecimentos de material militar a Portugal e todos os pedidos portugueses passaram a ser analisados detalhadamente pelos governantes alemães. Tendo em conta estes aspectos, julgamos que o período final da nossa tese ilustra um arrefecimento nas relações luso-alemãs.

A expectativa criada com a chegada ao poder de Marcelo Caetano faz-nos supor uma ligeira alteração da política alemã para com Portugal, nomeadamente ao nível da cooperação económica. No entanto, como sabemos, as expectativas de liberalização e até democratização que a nomeação de Caetano trouxe não foram alcançadas. A guerra colonial manteve-se por mais seis anos, terminando apenas com o golpe de Estado de 25 de Abril de 1974.

Para atingir os objectivos a que nos propusemos foi desenvolvido um extenso trabalho de investigação. As fontes primárias foram a base desta investigação, nomeadamente a documentação do Arquivo Oliveira Salazar depositada na Torre do Tombo e a documentação do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. No entanto, sendo um dos nossos propósitos a compreensão da posição do governo da República Federal da Alemanha perante o seu aliado luso, não poderíamos deixar de pesquisar nos arquivos alemães. Devido à falta de apoio institucional, apenas foi possível analisar a documentação do Arquivo Político do Ministério dos Negócios Estrangeiros em Berlim (*Politisches Archiv des Auswaertiges Amt*). Julgamos no entanto, que tal limitação pouco ou nada prejudica o nosso trabalho, pois a posição política alemã perante os problemas das relações luso-alemãs está amplamente sustentada. Em relação às fontes secundárias, não existem muitos trabalhos relativamente a este assunto, pelo que nos apoiámos essencialmente em obras genéricas relativamente à política externa de ambos os países para o período em análise, nunca esquecendo as memórias de alguns dos intervenientes nos acontecimentos aqui analisados.

Por fim, e porque foram algumas as dificuldades encontradas, devo uma palavra de agradecimento a várias pessoas. Em primeiro lugar, ao meu orientador, Professor Doutor Luís Nuno Rodrigues, que me ajudou sempre, ultrapassando por vezes as suas obrigações enquanto orientador. Em segundo lugar, aos meus pais, que sempre me apoiaram e me incentivaram a levar este trabalho a bom porto. A todos aqueles que comigo partilharam a árdua tarefa de executar uma tese de mestrado. Uma palavra muito especial ao Daniel, cujo amor e companheirismo me mostrou que vale sempre a pena erguer a cabeça e seguir em frente. Obrigada por seres o meu porto de abrigo.

## **I Parte**

# **Os Anos Iniciais das Relações Luso-Alemãs: 1958-1960**



# 1. As Relações Luso-Alemãs: 1945-1958

## Capítulo I

Neste capítulo introdutório, procuramos analisar a posição do governo português perante o seu homólogo alemão, sobretudo através de três questões que marcaram as relações luso-alemãs nos anos seguintes ao final da II Guerra Mundial. O primeiro elemento que permitiu o estabelecimento de relações favoráveis entre a RFA e Portugal foram as posições adoptadas por vários membros do governo português, inclusivamente do seu Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, relativamente ao futuro político da Alemanha no imediato pós-guerra e a defesa de uma nação alemã soberana e integrada no sistema ocidental. Um segundo elemento foi a elevação das representações alemã e portuguesa em Lisboa e Bona de Legações para Embaixadas, respectivamente, em 1956. Por fim, um último acontecimento permitiu um relacionamento extremamente positivo entre os dois países: a conclusão das negociações e consequente assinatura dos respectivos acordos acerca dos bens alemães existentes em Portugal desde a II Guerra, que foi conseguida em 1958, aquando da visita do Ministro alemão dos Negócios Estrangeiros a Lisboa.

### 1.1. A Alemanha no Pós-Guerra

A República Federal da Alemanha, formada em 1949 como consequência das mudanças do sistema internacional e do desenvolvimento da Guerra Fria, procurava também ganhar um espaço próprio nesse mesmo sistema internacional. A sua inclusão no bloco ocidental, princípio sempre defendido pelo Chanceler Konrad Adenauer, foi atingida formalmente pelos

acordos de Paris, que permitiam a entrada da RFA na Aliança Atlântica. A defesa absoluta deste princípio relegou para segundo plano a luta pela unificação alemã, uma vez que a inserção no bloco ocidental impedia, a curto prazo, a unificação nos moldes exigidos pela URSS – a formação de uma Alemanha que se deveria tornar um estado neutral e desmilitarizado. Num primeiro momento, a inserção da RFA no bloco ocidental assentava em dois pilares: o primeiro, no entendimento prioritário com os EUA, como base da autonomia alemã e como único modo de obter os meios necessários, quer para o renascimento da sua indústria pesada, como para a recuperação da sua economia. Estes meios chegaram através do Plano Marshall, no qual a Alemanha participou numa fase secundária, e através da integração da Alemanha Ocidental na NATO. A República Federal tornou-se o mais firme defensor da formação do bloco ocidental e o aliado privilegiado dos EUA na Europa Continental. O segundo pilar da estratégia ocidental alemã consistia no entendimento continental com a França, como base de uma união europeia. O Chanceler compreendia a segurança da Alemanha como estando integrada na segurança da Europa e a segurança desta era indissociável do sistema defensivo americano. No entanto, Adenauer acreditava que era possível transformar a Europa num parceiro dos EUA e não apenas num território a defender. A Europa devia unir-se para “se transformar numa potência política e militar”<sup>5</sup>, para lidar com os EUA de igual para igual. É neste sentido que se compreende a questão do rearmamento alemão. Ao optar pelo rearmamento no seio da Aliança Atlântica, Konrad Adenauer colocou ele próprio um entrave adicional à resolução da questão alemã. As suas verdadeiras intenções em relação à reunificação são ainda alvo de discussões académicas, mas as opções do Chanceler não dependiam exclusivamente dele próprio, mas também das potências ocupantes e da evolução do cenário internacional. Com o agravamento das tensões entre da Guerra Fria, o espaço para a reunificação

---

<sup>5</sup> Kurt Sontheimer, *Die Ära Adenauer*, Deutscher Taschenbuch Verlage, Munique, 2003, p. 187.

foi ficando cada vez mais reduzido – ficando quase inexistente depois da construção do Muro de Berlim. Tal como o historiador Wolfram Hanrieder afirma, “inseridos no ocidente, os alemães alcançaram segurança, soberania, prosperidade e a estabilidade da ordem política democrática”. Mas o seu sucesso no Ocidente acabou por afastá-los do Leste e “consolidar a divisão do seu país e do seu povo”<sup>6</sup>. De acordo com este autor, a política de Adenauer relativamente à reunificação era de “longo prazo” e não algo que fosse para alcançar imediatamente, pois o Chanceler alemão acreditava que as potências ocidentais encaravam com alguma apreensão a possibilidade de uma unificação dos dois estados alemães. Neste sentido, a estratégia de Adenauer passava primeiro pelo equilíbrio entre a RFA e os restantes estados ocidentais, especialmente os Estados Unidos, procurando obter o seu apoio para a resolução do problema da unificação. O Chanceler alemão garantiu, assim, que o assunto não seria usado como instrumento de resolução da Guerra Fria e obteve, nos Acordos de Paris, um comprometimento moral e legal do Ocidente para a reunificação alemã. Com estes acordos o governo de Bona passou a ser reconhecido como o único representante legítimo do povo alemão<sup>7</sup>.

Adicionalmente, não nos devemos esquecer que os sucessivos governos de Adenauer ficaram marcados por um espírito fortemente anti-comunista, conservador e cristão. Deste modo, a percepção que os responsáveis alemães tinham de Portugal era a de um país governado há vários anos pelo mesmo homem, Oliveira Salazar, também ele anti-comunista e defensor da integridade do bloco ocidental. Para isto contribuíram igualmente várias declarações extremamente favoráveis à política adoptada pelo Chanceler Adenauer proferidas pelos responsáveis portugueses.

---

<sup>6</sup> Wolfram F. Hanrieder, *Germany, America, Europe. Forty Years of German Foreign Policy*, Yale University Press, Londres, 1989, p. 3.

<sup>7</sup> Wolfram Hanrieder, *op. cit.*, p. 9.

## 1.2. A Posição dos Governantes Portugueses perante a Alemanha

Após a II Guerra Mundial, a posição do Presidente do Conselho e Chefe de governo português, António de Oliveira Salazar, perante a Alemanha era clara e extremamente favorável. Na verdade, desde o final da guerra que Salazar, em várias declarações públicas, defendia a integração da Alemanha ocupada pelas potências aliadas na esfera de influência ocidental. Mesmo as decisões resultantes das Cimeiras de Potsdam e Yalta foram criticadas por Salazar. O “esmagamento da Alemanha” impediria a sua presença na Europa como “potência produtora, força defensiva e factor de equilíbrio no concerto europeu”. Os vencedores da II Guerra Mundial haviam esquecido a importância do “germano na fronteira da Europa contra o invasor eslavo”, mesmo se este povo germano tinha já tentado a obtenção da “hegemonia continental”, o que, de acordo com Oliveira Salazar, “não lhe diminuía o valor”<sup>8</sup>.

Quando se deu a formação da República Federal da Alemanha pela união das três zonas de ocupação ocidentais, em Maio de 1949, o governo português continuou a defender um maior apoio ao novo Estado alemão. Esta postura foi visível aquando da aplicação do Plano Marshall, pois Salazar acreditava que a reabilitação alemã era fundamental para a recuperação da Europa e que, sem a Alemanha, a construção de uma “solidariedade europeia” não seria possível. Também na NATO Portugal defendeu a ideia de uma Alemanha integrada no bloco ocidental, sendo o Ministro da Defesa

---

<sup>8</sup> António de Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas*, vol. IV, 1943-1950, Coimbra Editora, Coimbra, 1951, p. 289-290.

<sup>9</sup> Este pedido foi feito durante a reunião do Conselho de Ministros da NATO em Lisboa, em Fevereiro de 1952 – cf. Thomas Schroers, *Die Aussenpolitik der Bundesrepublik Deutschland. Die Entwicklung der Beziehungen der Bundesrepublik Deutschland zur Portugiesischen Republik (1949-1976)*, Texto policopiado, Dissertação de Doutoramento apresentada na Universidade da Bundeswehr, Hamburgo, 1998, pp. 27-28.

Nacional português, Fernando Santos Costa, o primeiro representante de um Estado membro do Pacto a defender a entrada da Alemanha Ocidental na organização<sup>9</sup>. Assim, quando a RFA entrou finalmente para a Organização do Tratado do Atlântico Norte através da assinatura dos Acordos de Paris, a Assembleia Nacional portuguesa enviou uma especial e oficial saudação ao governo alemão. A 9 Maio de 1955, durante a oficialização da entrada da Alemanha na NATO, em Paris, as palavras do Ministro dos Negócios Estrangeiros português, Paulo Cunha, salientaram a importância deste acontecimento. De acordo com a imprensa portuguesa, o ministro afirmou que a entrada da República Federal da Alemanha na NATO criava melhores condições ao ocidente para se procurar uma “solução pacífica dos problemas que atormentam o mundo”. A presença da Alemanha no grupo dos “do ocidente” contribuía para a apresentação de uma frente “bem unida” perante os perigos que “permanentemente nos ameaçam”. Mas a Alemanha, pela sua posição geográfica e pelas “suas possibilidades demográficas, económicas, políticas e culturais” representava mais do que um outro Estado a juntar-se à Aliança: a entrada da Alemanha vinha preencher uma lacuna ao nível defensivo e estratégico. Por outro lado, do ponto de vista português, era fundamental garantir a presença da Alemanha Federal do lado do anticomunismo. Ainda no seu discurso de 9 de Maio de 1955, o ministro Paulo Cunha realçou que, desde a criação da NATO, Portugal “sustentava que a Alemanha devia pertencer à Aliança Atlântica”. Agora, que a Alemanha se reintegrava no estatuto que dignamente lhe competia, vendo aumentada a sua segurança e “melhor definida a sua solidariedade com as demais nações ocidentais”, a unidade do bloco ocidental estava definitivamente em marcha<sup>10</sup>.

Desde a obtenção de total autonomia e soberania por parte da Alemanha, Portugal cumpria com as suas funções de aliado e não reconhecia a «outra» Alemanha, a República Democrática Alemã, tal como a República

---

<sup>10</sup> *Diário de Notícias*, 10 de Maio de 1955.

Federal pedia. Assim as relações entre a RFA e o governo português eram, desde 1949, de cordialidade e até de amizade, não havendo questões de grande envergadura que as desestabilizassem – nem mesmo o passado tão próximo a Hitler do regime português. Desse modo, a evolução das relações formais entre os dois países foi extremamente favorável até meados da década de cinquenta.

### 1.3. Elevação das Legações a Embaixadas: Outubro de 1956

Desde Novembro de 1952 que existia em Lisboa uma Legação da Alemanha ocidental. A transformação desta em Embaixada apenas ocorreu em 1956 devido a uma série de factores inerentes às condicionantes internas e externas da própria Alemanha. O primeiro destes factores foi, sem dúvida, a ausência de autonomia ao nível político, particularmente ao nível de política externa. Na verdade, o governo da Alemanha Federal apenas pôde intervir neste campo a partir de 1955, com a entrada em vigor dos acordos de Paris (que trouxeram também a verdadeira autonomia da República Federal da Alemanha). Assim, apenas em Outubro de 1956, as legações de ambos os países foram elevadas a Embaixadas. O assunto foi tornado público em Portugal através de um comunicado oficial do governo português, que justificava a decisão como “um sinal de mútua compreensão e crescente colaboração” que caracterizava as relações de amizade “felizmente existentes entre os dois países”<sup>11</sup>.

Por seu lado, na imprensa alemã foi publicado um artigo, intitulado «A Política de Amizade com Portugal», em que se falava de uma “nova fase” nas relações entre os dois países. Neste âmbito, as províncias ultramarinas portuguesas desempenhariam um importante papel, nomeadamente ao nível da economia. Na verdade, os territórios africanos de Portugal faziam

---

<sup>11</sup> *Diário da Manhã, O Século e Diário de Notícias*, 3 de Outubro de 1956.

com que este se transformasse “numa das maiores forças ocidentais”, nunca sendo descurados os seus importantes reservatórios de matérias-primas, cujo aproveitamento e utilização eram “de grande valor para Europa”. Dentro destas matérias-primas o urânio era realçado, pois tanto Portugal como as suas colónias possuíam este minério, apontado como de “decisivo valor para o seu desenvolvimento”<sup>12</sup>.

Os objectivos da República Federal para com Portugal nestes primeiros anos são perceptíveis através das instruções dadas aos seus embaixadores em Lisboa. As primeiras instruções de que dispomos datam de 1955, pois foi neste ano que se formou o Ministério dos Negócios Estrangeiros Federal, como já foi dito acima. O Embaixador Gebahrd Seelos foi informado que iria trabalhar junto de um governo que se tinha sempre esforçado por “agradar” ao governo federal, inclusivamente através do seu Presidente do Conselho, Oliveira Salazar. Na verdade, este sempre afirmou publicamente a importância da Alemanha para a defesa e segurança do Ocidente, chegando a criticar as resoluções de Yalta e Potsdam e defendendo a integração da Alemanha no Plano Marshall. Um outro elemento demonstrativo da importância dada pelo governo português à Alemanha Federal era a tónica posta na sua integração na NATO. Logo desde 1952 se argumentou que “era algo incompreensível e insensato” a criação de uma organização que procurava defender o ocidente e, em especial, a Europa do perigo comunista, mas que o fazia “sem a ajuda da Alemanha”. A posição de Portugal em relação a outros assuntos importantes para o governo federal, como a questão do não reconhecimento da “chamada” República Democrática Alemã, também era detalhadamente analisada, sendo salientado que o governo português sempre satisfizera “de maneira louvável este pedido do governo federal”<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> *Kieler Nachzichte*, 3 de Outubro de 1956 – AHD-MNE, PEA, Proc. n.º 331,230, Maço 334.

<sup>13</sup> *Instruções para o Embaixador Gebahrd Seelos*, 4 de Abril de 1955 – Politisches Archiv – Auswaertiges Amt (doravante PA-AA), B 26, 23.

Ou seja, como se comprova pela leitura destas instruções, os governantes alemães eram conhecedores das várias declarações e posições públicas do governo português nos últimos dez anos e, por conseguinte, salientavam a importância desta aproximação política ao regime português. Mas, por outro lado, também as relações económicas entre os dois países seriam objecto de um melhoramento pois a situação económica de Portugal o permitia.

Em contactos prévios entre responsáveis da economia portuguesa e alemã, foi decidido que as relações comerciais e financeiras entre ambos os países deveriam ser aprofundadas e desenvolvidas. Nas instruções para Seelos, era transcrito um excerto dos objectivos traçados a partir destes contactos, onde foram lançadas as bases para “um fortalecimento” das importações da República Federal da Alemanha de “equipamento mecânico, assistência e outras medidas particulares, como o crédito privado”. Com o lançamento dos Planos de Fomento<sup>14</sup>, também Portugal, no futuro, precisaria de “importações ainda mais volumosas” para a concretização dos seus projectos industriais, nomeadamente na produção de ferro, nas indústrias electroquímica e química e para a produção e distribuição de corrente eléctrica. O governo federal estava igualmente disposto a colaborar ao nível técnico, “acolhendo técnicos e comerciantes portugueses para formação” na República Federal. As instruções para o embaixador neste campo eram simples: devia “aprofundar as relações” entre as firmas e personalidades influentes na economia de ambos os países, o que iria contribuir para um “desenvolvimento do comércio luso-alemão”. Um outro meio de acção

---

<sup>14</sup> Os Planos de Fomento eram programas organizados de investimento público e privado, com a finalidade de elevar o nível de vida, melhorar a produtividade e reduzir o desemprego. Os principais campos de intervenção foram a agricultura, a incremento da produção de energia eléctrica, a instalação de siderurgias e o desenvolvimento das vias de comunicação e meios de transporte. Existiram quatro Planos de Fomento, o primeiro entre 1953-1958, e o segundo 1959-1964, um Plano Intercalar entre 1965 e 1967, e um terceiro Plano nos anos de 1968 a 1973. Cf. Fernando Rosas (ed.), *História de Portugal*, vol. VII *O Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 455-460.

importante era a divulgação dos produtos alemães em Portugal através de feiras e exposições, como inversamente a participação de Portugal em organizações semelhantes na RFA<sup>15</sup>.

São estas as instruções em vigor em Outubro de 1956, quando se estabelece a Embaixada alemã em Lisboa. O Embaixador Gebhard Seelos permaneceria na capital portuguesa até 1959. Durante este período, as relações políticas e económicas entre os dois países vão crescer em significado e importância, mas serão também marcadas por uma *pequena* divergência num assunto de grande importância: a questão dos bens alemães existentes em Portugal na sequência da II Guerra Mundial.

#### 1.4. A Questão dos Bens Alemães<sup>16</sup>

Como vimos anteriormente, a elevação das Legações a Embaixadas correu num ambiente de boas relações entre os dois países e os governantes alemães estavam dispostos a aprofundar as relações económicas e políticas com Portugal. Apesar disso, uma questão pairava ainda no ar: a resolução da questão dos bens alemães que estavam em Portugal como consequência da II Guerra Mundial.

Desde muito cedo que a Alemanha se esforçava por defender os seus interesses económicos em Portugal e desses interesses faziam parte, claramente, os bens alemães. As negociações iniciaram-se logo em 1952, quando a Alemanha Federal obteve uma autorização genérica dos aliados que lhe permitia sondar os países neutros sobre os bens que possuíam. O governo português tentou evitar qualquer contacto com os alemães, justificando-se

---

<sup>15</sup> *Instruções para o Embaixador Gebahrd Seelos*, 4 de Abril de 1955 – PA-AA, B 26, 23.

<sup>16</sup> Este pequeno capítulo apenas serve para contextualizar a importância da ratificação dos acordos em Abril de 1958 com a presença do Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão. Baseamo-nos para isso no livro de António José Telo, *A Neutralidade Portuguesa e o Ouro Nazi*, Lisboa, Quetzal Editores, 2000.

com a necessidade do “estabelecimento de relações formais” para que as informações fossem dadas. Na verdade, no início de 1953, o governo federal foi avisado pelo Alto-comissário aliado que a negociação de acordos sobre os bens alemães com Portugal estava “fora da sua competência” e que deveria pedir uma autorização especial para o efeito. Tal pedido por parte do governo alemão apenas aconteceu depois da assinatura do acordo luso-aliado em meados de 1953, cujo texto, por seu lado, só se tornaria efectivo depois de concluídas conversações luso-alemãs e aliadas-alemãs, o que obrigaria obviamente à participação da Alemanha no processo<sup>17</sup>.

Em 16 de Outubro de 1953, o Alto-comissário aliado autorizou a República Federal a iniciar negociações com Portugal, tendo em vista um acordo sobre os bens alemães. As limitações impostas à Alemanha ocidental, no seguimento da derrota na II Guerra Mundial, fizeram com que esta classificasse os primeiros contactos de “preliminares”, mostrando que esperava uma melhoria das condições para a negociação. A RFA obteve, em meados de 1954, luz verde por parte dos Aliados para negociar com o governo português, sem estar presa por anteriores acordos luso-aliados. Porém, só em Outubro de 1954 foi nomeada a delegação alemã que negociaria as bases do acordo: o seu Presidente era Becker, que viria alguns anos mais tarde ser o Presidente da Delegação Alemã à Comissão Mista Luso-alemã, organismo encarregue de coordenar as conversações militares entre os dois países, assistido pelo diplomata von Waldheim, Thiene (do Ministério federal da Economia), Gurski (Ministério das Finanças) e Bohmer (do Banco Deutscher Länder). Da delegação portuguesa faziam parte Tomás Fernandes, Adriano de Carvalho e António Brandão.

De acordo com o historiador António José Telo, a RFA tentava dar ao governo português sinais de que “era do interesse mútuo chegar rapidamente a um acordo e que este era possível”<sup>18</sup>. Talvez para facilitar e concretizar o acordo desejado, as negociações foram conduzidas em termos

---

<sup>17</sup> Ver António José Telo, *A Neutralidade Portuguesa e o Ouro Nazi*, p. 336.

<sup>18</sup> António Telo, *op. cit.*, p. 347.

únicos e diferentes de todas as outras, uma vez que “tudo de importante” se passava em casas particulares, em contactos informais. Esta informalidade não impediu, no entanto, que alguns conflitos surgissem, nomeadamente na altura de definir um valor para os bens.

Apesar de várias dificuldades, chegou-se a um acordo em Novembro de 1954. Os bens alemães seriam avaliados em 400 mil contos, e as reclamações portuguesas em 250 mil contos. À reunião onde se definiram estes valores assistiram Oliveira Salazar, Paulo Cunha, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ministro da Presidência e os restantes membros da delegação portuguesa. Faltava ainda a ratificação do acordo pelo governo federal e pelos Aliados.

Contudo, e como não podia deixar de ser num processo tão complexo, os aliados e a República Federal não conseguiram chegar a um acordo relativamente aos valores que esta tinha de pagar. Assim, quase dois anos depois, foram iniciadas negociações a cinco (Portugal, Aliados e RFA) em Lisboa, em Outubro de 1956. Na preparação da reunião, foi decidido por parte do governo português que não abdicaria dos 250 mil contos acordados com a RFA como o valor das reclamações a que tinha direito. Tal foi conseguido no acordo provisório (porque ainda teria de ser ratificado) assinado a 10 de Novembro. O problema ficava totalmente resolvido a 25 de Fevereiro de 1957, sendo que Portugal teria de pagar 16 mil contos para a Agência de Reparações Inter-Aliada e ainda entregar cerca de quatro toneladas de ouro.

O acordo final entre Portugal e a República Federal da Alemanha foi assinado durante a visita de Heinrich von Brentano a Lisboa, em 1958, por ambos os Ministros dos Negócios Estrangeiros. No entanto, a ratificação por parte do governo alemão apenas foi assinada a 24 de Setembro de 1959, sem que fosse alterado o seu conteúdo.

O governo alemão via a resolução da questão dos bens como da máxima importância, talvez porque contribuía para que avançasse definitivamente como uma nação soberana, mas certamente porque “afastava o último impedimento para o futuro desenvolvimento das boas relações

políticas” entre Portugal e a RFA<sup>19</sup>. Na sequência da assinatura dos acordos sobre os bens alemães, Oliveira Salazar recebeu um telegrama do Chanceler Konrad Adenauer, onde este agradecia a colaboração portuguesa para a assinatura destes acordos. O telegrama, publicado integralmente no *Diário de Notícias*, afirmava que tal acordo apenas tinha sido possível porque Portugal respeitara “sempre o princípio da inviolabilidade da propriedade privada”. Adenauer previa agora que as relações entre os dois países seriam “longamente consolidadas”<sup>20</sup>.

Estas relações políticas, mas também económicas e militares começaram na realidade a desenvolver-se a partir da visita do Ministro Federal dos Negócios Estrangeiros, Heinrich von Brentano, a Lisboa, em Abril de 1958. A presença deste importante representante do governo alemão na capital portuguesa revelou-se marcante para a evolução positiva das relações bilaterais entre os dois países, pois originou o estreitar da cooperação económica e militar que marcou a década de 1960. No próximo capítulo iremos assim analisar o nascimento da cooperação económica luso-alemã nos últimos anos da década de cinquenta.

---

<sup>19</sup> *Relatório Político do ano de 1957*, 19 de Fevereiro de 1958 – PA-AA, B26, 109.

<sup>20</sup> *Diário de Notícias*, 30 de Setembro de 1959.

## 2. A Aproximação Económica

### Capítulo II

Um dos primeiros campos onde conseguimos detectar a intensificação das relações entre a República Federal da Alemanha e Portugal é ao nível da economia.

Para melhor percebermos qual a situação no ponto inicial do nosso trabalho, recorremos a um relatório de 1957, feito por Henrique Cabrita, a pedido do Ministério da Economia, acerca do comércio da Alemanha com as colónias portuguesas de Angola, Moçambique e Estado Português da Índia. O total das exportações feitas de Portugal para a Alemanha era de 107 200 000 DM, em 1956 (um aumento em relação a 1955, quando o valor era de 103 700 000 DM). As importações de produtos alemães sofreram igualmente um aumento substancial de 1955, quando o seu valor era de 243 500 000 DM, para 1956, onde atingem o valor de 305 300 000 DM. Relativamente ao comércio com as colónias, verificamos que as transacções com a colónia de Angola eram igualmente desequilibradas, com o valor das exportações alemãs para aquele território muito superior ao das importações.

**Quadro 1.** Comércio da República Federal da Alemanha com Portugal e as colónias de Angola, Moçambique e Estado Português da Índia, 1955-1956.

	ANOS	EXPORTAÇÕES (produtos alemães para Portugal)	IMPORTAÇÕES (produtos portugueses para RFA)
PORTUGAL (Metrópole)	1955	103.700.000 DM	243.500.000 DM
	1956	107.200.000 DM	305.300.000 DM
ANGOLA	1955	10.500.000 DM	44.500.000 DM
	1956	14.100.000 DM	34.300.000 DM
MOÇAMBIQUE	1955	45.800.000 DM	42.400.000 DM
	1956	59.100.000 DM	46.600.000 DM
EST. DA ÍNDIA	1955	48.500.000 DM	5.500.000 DM
	1956	48.000.000 DM	7.900.000 DM

Fonte: Relatório de Henrique Cabrita, Maio de 1957 – AOS/CO/EC-18.

Por seu lado, o comércio com os territórios de Moçambique e do Estado Português da Índia tem um balanço positivo, que se deve, segundo o próprio Henrique Cabrita, aos minérios indianos – “ferro e maganês” – e ao “sisal e oleaginosas de Moçambique”<sup>21</sup>. Como facilmente podemos constatar, a balança comercial luso-alemã é altamente desfavorável a Portugal.

De facto, este foi um dos principais pontos tratados na visita do ministro alemão dos Negócios Estrangeiros, Heinrich von Brentano, a Lisboa, entre 31 de Março e 3 de Abril de 1958. Mais concretamente, um dos objectivos que norteou as relações económicas entre os dois países foi a diminuição do défice português na balança comercial luso-alemã. Inclusivamente no comunicado final da visita (publicado na imprensa portuguesa), foi salientado o facto de este défice ser altamente desfavorável a Portugal, tendo ficado acordado que o Acordo Comercial Luso-Alemão seria revisto. Heinrich von Brentano afirmou também que estava em estudo a “possibilidade de serem adquiridos em Portugal” produtos que o governo alemão necessitava comprar e que as actividades industriais portuguesas estavam aptas a oferecer. Neste sentido eram já revelados os primeiros sinais de uma aproximação no campo militar, uma vez que eram referidas “consultas sobre encomendas de munições, pelo governo alemão, às fábricas portuguesas da especialidade”<sup>22</sup>.

Mais tarde, em Fevereiro de 1959, foi colocado em Lisboa um novo embaixador, Herbert Schaffarczyk. Tendo exercido funções como cônsul em Barcelona, Schaffarczyk era um conhecedor da realidade política da Península Ibérica e veio a revelar-se um apoiante do governo português e um admirador de Oliveira Salazar. Através das instruções recebidas, Schaffarczyk tomou conhecimento dos planos do *Auswaertiges Amt* para o problema do défice português na balança comercial luso-germânica. Neste sentido, o governo federal procurava apoiar o aumento das exportações portuguesas

---

<sup>21</sup> *Relatório de Henrique Cabrita sobre Missão à Alemanha Ocidental*, Maio de 1957 – AOS/CO/EC-18.

<sup>22</sup> *Diário de Lisboa*, 3 de Abril de 1958.

para a RFA, ao mesmo tempo que assumia – “sobre o pressuposto de que os fornecimentos satisfaçam as reivindicações alemãs” – as responsabilidades de adjudicar a Portugal, em 5 anos, “encomendas de armamento no valor de 50 milhões de DM”. Um outro meio previsto para diminuir o défice português na balança de pagamentos entre os dois países era o fomento do turismo alemão em Portugal, afirmando o ministro que a República Federal estava “completamente disposta” a estimular todos os esforços portugueses. Através do segundo Plano de Fomento iniciado em 1 de Janeiro de 1959 (com a previsão de ir até 1964), que antevia uma subida considerável da produção industrial, esperava-se que a “capacidade de concorrência da economia portuguesa” aumentasse e que a sua situação técnica melhorasse. Apesar de Portugal se recusar a ser visto como um país em vias de desenvolvimento, o ministério dos Negócios Estrangeiros alemão considerava que não deveria renunciar a ajuda de outros estados para a execução do seu programa de desenvolvimento. Igualmente “se espera que aproveite o capital privado estrangeiro”. Com base nestas mudanças fundamentais na política económica portuguesa, era de esperar que o governo português manifestasse o “desejo de ajuda económica” por parte do governo federal, a propósito das negociações para a renovação do acordo comercial luso-alemão que iriam acontecer em Março de 1959. De acordo com as informações disponíveis junto do ministro, os portugueses estavam “muito ansiosos por uma tal cooperação económica e financeira”<sup>23</sup>.

Na verdade, apesar de ser algo que ambos os governos ansiavam, as anunciadas negociações para a renovação do acordo comercial luso-alemão não foram tão fáceis como se esperava. Os representantes portugueses insistiam na diminuição do défice da balança comercial nacional através de encomendas públicas por parte do governo alemão, algo que não podia ser garantido no imediato. Perante tais circunstâncias, o governo português chegou a ameaçar uma redução drástica das importações de produtos da República Federal, declarando que as relações económicas e políticas não

---

<sup>23</sup> *Instruções para o Embaixador Herbert Schaffarczyk*, Fevereiro de 1959 – PA-AA, B26, 111.

avançariam favoravelmente caso as relações comerciais não o fizessem igualmente. No entanto, apesar de ter demorado um pouco mais do que o esperado pelas autoridades alemãs, o acordo comercial luso-alemão foi revisto em 1959, de onde nasceu o Protocolo de Cooperação Económica Luso-alemã, assinado em 30 de Maio desse ano, por Ruy Teixeira Guerra (Director-Geral dos Assuntos Económicos e Consulares do Ministério dos Negócios Estrangeiros português) e por Zahn-Stranik (Director-Geral dos Negócios Económicos do *Auswaertiges Amt*)<sup>24</sup>.

No texto deste protocolo eram discriminados os produtos que Portugal exportaria para RFA e os produtos alemães que entrariam em Portugal (quer na metrópole, quer nas colónias). Assim, as principais exportações portuguesas eram os produtos alimentares e agrícolas – fruta, vinho, animais vivos. Da RFA para a Portugal vinham igualmente produtos alimentares, como chocolates, farinhas e fermentos, mas principalmente produtos de ferro, aço e outros materiais (“radiadores, cutelaria, fechaduras, fogões”), material electrotécnico, produtos químicos (lacas e tintas), produtos têxteis e outros – como, por exemplo, brinquedos, bijutarias, material de escritório, lápis, canetas, etc. Dos produtos exportados da Alemanha para as colónias portuguesas, constavam igualmente os produtos alimentares e agrícolas (“sementes, rebuçados, chocolates, queijo duro, peixe”), máquinas agrícolas, “máquinas de lavar”, produtos da indústria de transporte (veículos e peças), produtos têxteis, e até cimento<sup>25</sup>.

Neste contexto, foram também importantes para o desenvolvimento das relações económicas luso-alemãs as encomendas de munições e equipamentos militares pela RFA a Portugal, iniciados nestes finais da década de 50. As primeiras encomendas foram feitas através de empresas semi-

---

<sup>24</sup> *Protocolo entre Portugal e República Federal da Alemanha assinado em Lisboa a 30 de Maio de 1959* – AHD-MNE, 2.º Piso, Armário 8, Maço 693, Proc. n.º 41,22.

<sup>25</sup> *Protocolo entre Portugal e República Federal da Alemanha assinado em Lisboa a 30 de Maio de 1959* – AHD-MNE, 2.º Piso, Armário 8, Maço 693, Proc. n.º 41,22. As Províncias Ultramarinas não vêm discriminadas.

-privadas, como o comprovam as credenciais de autorização para a firma *Norte Importadora, Lda* para “negociar com autoridades alemãs a venda ao governo da RFA munições de infantaria calibre 7,62 mm, a produzir por estabelecimentos fabris subordinados ao Ministério do Exército do Governo de Portugal”, válidas para 1959 e 1960<sup>26</sup>. De facto, a primeira encomenda foi oficializada em 21 de Março de 1959, e consistia em 4,5 milhões de granadas de mão M26A1 e 100 milhões de cartuchos. Contudo, na sequência de uma visita do General Becker a Lisboa (o general era o responsável máximo pelas encomendas de material do Ministério da Defesa Federal, e viria, a partir de 1960, a ser o Presidente da Delegação Alemã na Comissão Mista Militar Luso-alemã), em Março desse ano, as encomendas consistiam de “450 mil munições para obus e 120 milhões cartuchos 7.62”. De acordo com informações cedidas ao embaixador português em Bona, o “valor das encomendas rondaria os 75 milhões DM”, o que facilitaria o equilíbrio da balança comercial portuguesa com a Alemanha<sup>27</sup>.

Alguns meses mais tarde, em Setembro de 1959, quando o Ministro português dos Negócios Estrangeiros, Marcelo Mathias, visitou Bona, os assuntos económicos e comerciais foram igualmente o ponto forte das conversações. Mais uma vez, tal como tinha acontecido durante a visita de Heinrich von Brentano, a questão da diminuição do défice português na balança comercial com a Alemanha Federal dominou a agenda, tendo sido estudadas várias possibilidades de se diminuir este défice.

O governo português, através de Marcelo Mathias e da sua delegação, apresentou ao governo alemão algumas propostas para a redução do défice português. As sugestões portuguesas consistiam num aumento do investimento alemão em Portugal, nomeadamente pelo auxílio técnico e científico a projectos portugueses, no fomento do turismo em Portugal, sendo o Algarve a zona privilegiada, e no fornecimento de munições ao

---

<sup>26</sup> AOS/CO/PC-78J.

<sup>27</sup> *Telegrama recebido n.º 44 da Embaixada de Portugal em Bona*, 13 de Abril de 1959 – AHD-MNE, Telegramas Recebidos da Embaixada de Portugal em Bona.

exército alemão, já iniciado com as encomendas feitas durante a visita de Heinrich von Brentano a Lisboa. Durante aquela que foi a última reunião entre as duas delegações<sup>28</sup>, realizada em Bona a 1 de Outubro de 1959, foram discutidos e desenvolvidos estes pontos, aproveitando a presença quer do próprio ministro dos Negócios Estrangeiros Federal, Heinrich von Brentano, quer do seu homólogo português, Marcello Mathias. No entanto, o principal interlocutor do lado alemão foi o director-geral dos negócios económicos do *Auswaertiges Amt*, Zahn-Stranik. O governo alemão, de acordo com este alto funcionário, “reagiu favoravelmente” à proposta portuguesa de incrementar o turismo de cidadãos alemães a Portugal, nomeadamente através da criação de uma comissão de peritos luso-alemã, mesmo porque seria fácil, por parte de Portugal, cativar aqueles alemães que todos os anos viajavam para Itália. Zahn-Stranik salientava ainda a importância do acordo comercial luso-alemão para a resolução do problema do défice português. Perante isto, Zahn-Stranik esperava que, pelo menos durante o período em que o tratado comercial estivesse em vigor, fosse possível “alcançar o equilíbrio”, ou pelo menos, que se desse “uma recuperação” do défice português na sua balança comercial com a Alemanha Federal<sup>29</sup>.

Com a assinatura do Protocolo Comercial de Maio de 1959 e com os resultados obtidos na sequência da visita de Marcelo Mathias a Bona em Setembro desse mesmo ano, as relações comerciais e económicas luso-alemãs tornaram-se um elemento importante no panorama geral das

---

<sup>28</sup> Das quais faziam parte, do lado português: o Ministro Marcelo Mathias, o Embaixador português na RFA, Álvaro Laborinho, o Director-Geral dos Negócios Económicos e Consulares do MNE português, Ruy Teixeira Guerra, o Adjunto do Director-Geral dos Negócios Políticos, Alberto Franco Nogueira, o Chefe de Gabinete do Ministro, Henrique da Silva Martins, e o seu Secretário, Fernando Vieira. Da delegação alemã faziam parte, para além do Ministro dos Estrangeiros, o Embaixador Knapstein, o Director-Geral do *Auswaertiges Amt*, Karl Carstens, o Embaixador alemão em Lisboa, Herbert Schaffarczyk, o Director-Geral dos Negócios Económicos von Zahn-Stranik, e outros funcionários do Ministério dos Estrangeiros alemão.

<sup>29</sup> *Protocolo sobre a Conferência das delegações portuguesa e alemã por ocasião da visita à República Federal do Ministro dos Negócios Estrangeiros português, Mathias, 1 de Outubro de 1959 – PA-AA, B 01, 60.*

relações entre os dois países. O esforço de diminuição do défice português na balança comercial luso-alemã foi igualmente relevante para o futuro das relações luso-germânicas, pois abriu as portas às encomendas de munições e armamento pelo governo federal às fábricas portuguesas, que por sua vez originariam a componente mais importante, do nosso ponto de vista, das relações entre Portugal e a República Federal da Alemanha na década de 60: a cooperação militar. Vejamos então como esta componente militar se desenvolveu desde o final dos anos 50, até ao eclodir da guerra colonial em Angola, em Março de 1961.



# 3. As Relações Militares

## Capítulo III

Como foi já salientado no capítulo anterior, um dos principais meios encontrados pelos representantes da República Federal e de Portugal, para a diminuição do défice português na balança comercial luso-alemã, foi a compra, por parte do governo federal, de equipamento e material militar a Portugal. Numa fase inicial, ou seja, nos últimos anos da década de 50, estas compras não passaram disso, encomendas destinadas a diminuir o défice português, apesar de serem já bastante úteis para as Forças Armadas portuguesas.

Quer através da visita do ministro federal dos Negócios Estrangeiros, von Brentano, (em que são concretizadas as primeiras encomendas), quer das já referidas instruções para o Embaixador Schaffarczyk em Fevereiro de 1959, se comprova que o governo federal procurava apoiar o aumento das exportações portuguesas para a RFA, ao mesmo tempo que assumia as responsabilidades de adjudicar a Portugal, em 5 anos, “encomendas de armamento no valor de 50 milhões de DM”<sup>30</sup>. Igualmente durante as conversações entre as delegações portuguesa e alemã em Bona, a 1 de Outubro de 1959, foi assegurado aos representantes portugueses pelo Director-Geral dos Negócios Económicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão, Zahn-Stranik, o interesse do Ministério da Defesa Federal “na continuação das negociações” em Lisboa e a sua “ambição no aumento dos fornecimentos” portugueses<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> *Instruções para o Embaixador Herbert Schaffarczyk*, Fevereiro de 1959 – PA-AA, B 26, 111.

<sup>31</sup> *Protocolo sobre a Conferência das delegações portuguesa e alemã por ocasião da visita à República Federal do Ministro dos Negócios Estrangeiros português, Mathias*, 1 de Outubro de 1959 – PA-AA, B 01, 60.

Estava prevista a produção de munições e armamento ligeiro para exportação para a República Federal da Alemanha nos estabelecimentos fabris associados ao Ministério da Defesa Nacional (Fábrica Nacional do Braço de Prata [FNBP] e Fábrica Nacional de Munições para Armas Ligeiras [FNMAL], em Moscavide), e também na Fundação de Oeiras (empresa privada que viria a beneficiar muito com as encomendas alemãs). Os contactos estabelecidos durante a visita do Ministro Federal da Defesa a Lisboa, em Janeiro de 1960, permitiram a evolução das relações luso-alemãs, ao nível militar, mas também político e económico, por toda a década de 60.

### 3.1. A Visita de Franz Josef Strauss em Janeiro de 1960

O fortalecimento das relações militares entre Portugal e a RFA concretizou-se aquando da visita a Lisboa de Franz Josef Strauss, Ministro da Defesa alemão. Durante esta visita foi assinada, em 16 de Janeiro, pelos Ministros da Defesa dos dois países uma «Convenção Administrativa», que definiu os termos gerais da colaboração militar que se seguiu ao longo de toda a década de 1960. A «Convenção Administrativa» aplicava-se principalmente à utilização recíproca de instalações militares; armazenagem de reservas de guerra alemãs em Portugal; produção e aquisição de materiais de guerra de interesse comum; e apoio mútuo administrativo<sup>32</sup>. Estava também prevista a “entrega gratuita” pelo Ministério Federal da Defesa ao Ministério da Defesa Nacional português de “elementos de informação específicos de novos estudos de materiais, informações técnicas e comerciais” de interesse para ambos os países. Como facilmente se perceberá, este texto definiu os campos em que a cooperação militar luso-alemã incidiria, tornando-se a base de mais de vinte acordos assinados entre os dois países nos anos

---

<sup>32</sup> *Memorial sobre as relações militares luso-alemãs*, 19 de Janeiro de 1968 – AHD-MNE, PEA, Proc. n.º 332,30, Maço 337.

seguintes, e estabeleceu os parâmetros formais pelos quais se regulariam as relações entre Portugal e a República Federal<sup>33</sup>.

Para além da assinatura da Convenção Administrativa, a visita do Ministro Strauss proporcionou também o esclarecimento de vários assuntos, nas conversações que manteve com o seu homólogo português, Júlio Botelho Moniz. Na conversa com Moniz, Strauss salientou que existiam três bases pelas quais era natural que houvesse cooperação entre a Alemanha e Portugal: a “tradicional amizade” existente entre as duas nações, a desigualdade da balança comercial, desfavorável a Portugal (situação para a qual tinha sido “alertado” pelos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Economia de Bona, de modo a “ajudar Portugal”) e, finalmente, os resultados “tão satisfatórios” da primeira encomenda, que estimulavam o interesse da Alemanha em “ampliar essa ajuda”<sup>34</sup>.

De acordo com as declarações do ministro alemão, os objectivos principais do governo federal seriam o estabelecimento, em Portugal, de “stocks logísticos”, para armazenagem das suas reservas de guerra, “para cerca de 20 dias”, à semelhança com o que tinha sido já acordado com os governos da Holanda, Bélgica e França, com quem tinham assinado acordos bilaterais, tal como desejavam fazer com o governo português. Um outro interesse alemão seria a autorização para a “utilização não permanente” de bases “navais ou aéreas portuguesas”, com direito de reciprocidade nas bases alemãs. Estas bases serviriam para “voos de treino a longa distância” e treinos de pilotos. Por fim, o ministro mostrou-se igualmente interessado na possibilidade de utilização, em tempo de paz, mas principalmente, em tempo de guerra, das instalações de reparação portuguesas, nomeadamente as Oficinas Gerais de Manutenção Aeronáutica (OGMA)<sup>35</sup>.

---

<sup>33</sup> *Convention Administrative entre le Ministre Fédéral de la Défense de la République Fédérale Allemande et le Ministre de la Défense Nationale de la République Portugaise*, 16 de Janeiro de 1960 – AOS/CO/PC 78-J.

<sup>34</sup> *Relato das conversações entre SS. EE. os Ministros da Alemanha e de Portugal*, 16 de Janeiro de 1960 – AOS/CO/GR-10.

<sup>35</sup> *Relato das conversações entre SS. EE. os Ministros da Alemanha e de Portugal*, 16 de Janeiro de 1960 – AOS/CO/GR-10.

Para além destes pedidos, que seriam satisfeitos a longo prazo, o Ministro Strauss enumerou as encomendas de armamento que considerava necessárias, para serem produzidas nos estabelecimentos fabris portugueses, às quais juntou um pedido: a utilização das reservas portuguesas para uso da República Federal, em caso de ruptura dos seus *stocks* em tempo de guerra, com o compromisso de que em tempo de paz, as fábricas portuguesas estariam “ocupadas com encomendas satisfatórias”, o que permitiria o funcionamento das mesmas permanentemente. Este facto tornar-se-ia muitíssimo importante após o deflagrar da guerra colonial, pois significava que o governo português apenas teria que custear os artigos que produzisse e não os custos de manutenção dos estabelecimentos, ou seja, tornava a produção de armamento e de munições muito mais barata para o Estado português.

O ministro alemão ofereceu-se ainda para o auxílio na “modernização do equipamento das forças portuguesas” e na escolha de aviões e navios, dos quais o Ministério Federal da Defesa possuía “desenhos muito modernos”, ficando todos “à disposição” do governo português. O Ministério da Defesa alemão ofereceu-se ainda para a disponibilização de viaturas automóveis, e para o auxílio técnico e tático às forças nacionais, possibilitando a frequência de cursos por especialistas portugueses, “quer do Governo, quer da indústria particular”, nas Escolas e Unidades alemãs. Por fim, Strauss admitiu a cooperação entre os Ministérios da Defesa de ambos os países “nas necessidades comuns” de equipamento, de modo que fossem obtidas “quantidades importantes de que resultariam condições de preço mais favoráveis”<sup>36</sup>.

Franz Josef Strauss terminou a última reunião de trabalho com o ministro português garantindo o “empréstimo, até a sua completa inutilização, de três aviões fabricados na Alemanha DO-27”, como forma de agradecimento pelo salvamento de um marinheiro alemão, durante o qual se perdera um avião de salvamento português<sup>37</sup>. Em carta enviada a Botelho Moniz a 28

---

<sup>36</sup> *Idem.*

<sup>37</sup> *Idem.*

de Janeiro de 1960, Strauss agradecia a hospitalidade com que fora recebido, e assegurava que todas as instalações que lhe tinham sido mostradas patenteavam o “alto nível de eficácia dos esforços portugueses para defesa comum do mundo livre” e fortaleciam ainda mais a sua convicção do valor da cooperação luso-alemã<sup>38</sup>.

Durante estas conversações secretas foi também constituída a Comissão Mista Luso-Alemã (CMLA), com a delegação portuguesa chefiada pelo Almirante Sousa Uva e a delegação alemã pelo Coronel Becker. A Comissão tornou-se o elo de ligação entre os dois governos para a negociação do fornecimento de material e passou a funcionar na dependência directa do Ministro da Defesa Nacional pelo despacho ministerial de 17 de Junho de 1963<sup>39</sup>.

As declarações públicas de Strauss em relação aos trabalhos e conversações realizados durante a sua estada em Portugal foram importantes e tiveram um impacto muito positivo nas relações luso-alemãs. A visita de Strauss foi acompanhada por vários jornais alemães que, assim como os jornais portugueses, salientaram o desenvolvimento da cooperação luso-alemã ao nível militar. Deste modo, e numa notícia de 7 de Janeiro de 1960, alguns dias antes do ministro alemão partir para Portugal, o jornal *Handesblatt* referia que o interesse alemão não era só na Fábrica do Braço de Prata, mas também nas Fábricas de Fazenda da “tão necessitada zona da Beira Baixa, nomeadamente da Covilhã”, sendo que se esperava que Strauss facultasse “à indústria necessitada de Portugal” uma parte das encomendas a conceder pelo ministério de 100.000 sobretudos e 250.000 uniformes e fatos de campanha<sup>40</sup>. A cooperação militar foi vista, quer pelos jornais nacionais, quer pela imprensa alemã, de um modo favorável, realçando

---

<sup>38</sup> AOS/CO/PC-78J.

<sup>39</sup> *Memorial sobre as relações militares luso-alemãs*, 19 de Janeiro de 1968 – AHD-MNE, PEA, Proc. n.º 332,30, Maço 337.

<sup>40</sup> *Handesblatt*, 7 de Janeiro de 1960 – AHD-MNE, PEA, Maço 422. Não conseguimos no entanto apurar se estas encomendas se realizaram efectivamente, uma vez que não existe mais nenhum registo referente ao assunto.

a contribuição das encomendas para a diminuição do défice da balança comercial portuguesa em relação à RFA e relacionando esta aproximação da Alemanha com o aumento da importância estratégica de Portugal – “o abandono das bases do Mediterrâneo pelos americanos fará deslocar o centro militar no Ocidente ainda mais do que agora para Península Ibérica”<sup>41</sup>. A percepção da importância de Portugal a nível estratégico era clara por parte dos jornais alemães e portugueses, e era essa importância que justificava o interesse em manter as boas relações luso-germânicas.

Na segunda reunião da Comissão Mista Luso-Alemã<sup>42</sup>, realizada em Bona, nos dias 29 e 30 de Março de 1960, foram discutidos os primeiros pedidos concretos por parte das autoridades alemãs. Destes faziam parte o estabelecimento, em caso de emergência, de assistência hospitalar para as Forças Armadas Alemãs, “através de 9.000 camas distribuídas por nove hospitais de reserva”; a constituição em Portugal continental de uma “grande base aérea para reparação de aviões e facilidades de instrução de voo rasante”; e, por último, o estabelecimento de entrepostos de mercadorias destinadas à RFA, que em caso de guerra não pudessem ir directamente para o seu destino. Face a tais pedidos, e depois de consultados os ministros do Exército, da Marinha e o Subsecretário de Estado da Aeronáutica, as conclusões da delegação portuguesa à CMLA foram extremamente favoráveis para o cumprimento dos pedidos alemães. Em relação às instalações hospitalares, e uma vez que não existiam infra-estruturas já construídas que pudessem ser cedidas, seria necessária a sua edificação, provavelmente com construções pré-fabricadas. Relativamente à base aérea, considerava o Almirante Sousa Uva que tal concessão tinha “inconvenientes, mas também vantagens”. O inconveniente maior seria a criação de mais um alvo em território nacional (porventura a acrescentar à base americana das Lajes), passível de “aguçar o desejo do adversário em atacar Portugal”, mas as vantagens acabariam

---

<sup>41</sup> *Die Welt*, 11 de Janeiro de 1960 – AHD-MNE, PEA, Maço 422.

<sup>42</sup> A primeira reunião aconteceu em Lisboa, na sequência da visita do ministro Strauss.

por compensar. Por um lado, porque obrigava o envolvimento dos alemães na defesa da base, o que iria “contribuir para uma defesa anti-aérea mais eficiente do território nacional continental” e, por outro, porque significava igualmente um modo de melhorar a defesa de todo o bloco ocidental. A escolha recaiu então sobre a Base Aérea n.º 11 de Beja, porque, para além de ser aquela cuja transformação seria mais económica, também era um factor importante para a Força Aérea Portuguesa ter uma base nacional ao sul do Tejo. A proximidade da base de um aglomerado urbano importante (Beja), constituía outro aspecto favorável, uma vez que se podia concentrar aí todo o pessoal alemão destacado para a base e, principalmente, porque respondia “plenamente” ao pedido alemão<sup>43</sup>.

No que dizia respeito à utilização de facilidades portuárias, o Almirante Sousa Uva concluía que o porto de Setúbal, por ser o mais próximo de Beja, e por razões de “interesse nacional”, seria o mais indicado para tal pedido. De facto, estava já previsto o melhoramento daquele porto por parte do governo português e, uma vez que a Alemanha só necessitaria dele em tempo de guerra, “seria vantajoso conseguir uma substancial melhoria do porto juntando aos recursos nacionais (...) aqueles que as autoridades alemãs, pelo interesse da sua utilização (...), directa ou indirectamente nos facilitassem”. Assim, a Península de Tróia foi o local indicado para o estabelecimento do entreposto alemão, porque deixava a margem norte disponível para “iniciativas” que pudessem “beneficiar a economia nacional”, e porque era fácil e relativamente pouco dispendioso para as autoridades alemãs construir as vias de comunicação (estradas e caminho-de-ferro) necessárias para a ligação com a Base de Beja e com o resto das vias nacionais<sup>44</sup>.

---

<sup>43</sup> *Carta do Presidente da Delegação Portuguesa à CMLA, Almirante Sousa Uva, para o Presidente do Conselho de Ministros, Dr. Oliveira Salazar, 23 de Maio de 1960 – AHD-MNE, PEA, Proc. n.º 332,30, Maço 337.*

<sup>44</sup> *Carta do Presidente da Delegação Portuguesa à CMLA, Almirante Sousa Uva, para o Presidente do Conselho de Ministros, Dr. Oliveira Salazar, 23 de Maio de 1960 – AHD-MNE, PEA, Proc. n.º 332,30, Maço 337.*

As relações militares entre Portugal e a Alemanha Federal conheceram mais um desenvolvimento concreto quando o ministro português da Defesa Nacional retribuiu a visita do seu homólogo alemão em Julho de 1960. Entre os dias 4 e 11 de Julho, Botelho Moniz esteve em Bona e aproveitou a ocasião para desenvolver novas conversações com Franz Josef Strauss, das quais resultou um acordo relativo às conclusões da Comissão Mista Luso-Alemã descritas anteriormente. Assim, em relação à Base de Beja, o ministro português comprometia-se a fornecer os terrenos necessários, a assistência administrativa e técnica ao nível de pessoal e material, sendo o seu congénere alemão quem suportaria todas as fases da construção, com meios financeiros e técnicos. De igual modo, no respeitante à utilização pelos alemães do porto de Setúbal, estes comprometiam-se a “emprestar” o material de dragagem necessário para suportar todas as fases de construção das suas instalações, enquanto ao ministério português caberia a cedência dos terrenos e a dragagem propriamente dita do canal fluvial de acesso ao porto. A concretização destes projectos então acordados seria da responsabilidade do governo português, mas estando reservado o direito aos alemães de intervir e decidir no que dissesse respeito a assuntos técnicos e financeiros. As discussões necessárias teriam lugar no seio da CMLA, podendo<sup>45</sup> os respectivos Ministros da Defesa intervir<sup>45</sup>.

Como podemos verificar, os contactos estabelecidos entre os dois países durante a visita de Strauss a Lisboa em Janeiro de 1960 foram marcantes, uma vez que daí nasceram os meios institucionais pelos quais as relações militares se regeram, mas marcaram também o desencadear de uma colaboração e cooperação fundamentais para ambas as nações. Os objectivos dos dois países eram muito específicos: a RFA, como vimos, pretendia obter a utilização de instalações militares e “redes de apoio logístico na retaguarda”<sup>46</sup>, particularmente importantes em caso de guerra com a União Soviética

---

<sup>45</sup> *Procès verbal*, 11 de Julho de 1960 – AOS/CO/PC-78M.

<sup>46</sup> António Telo, “A Europa e a Questão Alemã: uma visão de longo prazo” in *Política Internacional*, vol. 1, n.º 13, Outono-Inverno 1996, p. 136.

ou qualquer um dos seus países satélite; Portugal, por seu lado, esperava a renovação da sua antiquada indústria de defesa e a possibilidade de se rearmar com equipamento moderno que pudesse ser usado em África<sup>47</sup>.

Assim, até 1968 foram assinados contratos com organizações militares germânicas referentes ao fabrico de material de guerra em Portugal, principalmente munições, granadas e petardos. O fabrico das famosas espingardas automáticas G-3 (“a arma que fez a guerra de África”<sup>48</sup>) é um dos exemplos possíveis demonstradores de como as encomendas alemãs foram importantes para Portugal, mas mais à frente neste trabalho exporemos as realidades desta colaboração durante a década de sessenta.

### 3.2. A Concretização das Facilidades para a República Federal da Alemanha

O «Acordo Base das Facilidades concedidas por Portugal às Forças Armadas Federais Alemãs», assinado a 16 de Dezembro de 1960 por Bote lho Moniz, ministro da Defesa Nacional, e por Franz Josef Strauss, ministro Federal da Defesa, definia e determinava a futura utilização da base aérea pelas Forças Armadas da Alemanha Federal. Este acordo tornava-se assim na concretização oficial do texto do «Procès Verbal» assinado em 11 de Julho desse ano em Bona.

No texto do acordo, o governo português comprometia-se a ceder às Forças Armadas alemãs facilidades de utilização da Base Aérea para “actividades de treino, designadamente de voo rasante, e para apoio logístico”.

---

<sup>47</sup> No *Plano de Defesa do Ultramar*, de 22 de Novembro de 1960, existe um planeamento dos encargos financeiros que se esperavam. Inclui uma coluna com equipamento a adquirir na Alemanha, com escalonamento por anos, de 1960 a 1970. A partir de 1962 o valor do equipamento a comprar à RFA é equivalente a 40.000 contos anuais, sendo que não se prevê comprar nada fora da Alemanha nesses anos. AOS/CO/PC-78J.

<sup>48</sup> António José Telo, “As guerras de África e a mudança nos apoios internacionais de Portugal” in *Revista de História das Ideias*, vol. 16 (1994), pp. 347-369.

As forças alemãs teriam ainda usufruto “das instalações e edificações construídas dentro dos limites da mesma base aérea, dos acessos rodoviários e ferroviários que sirvam a referida base e abastecimento de combustível”<sup>49</sup>. Para permitir a utilização da base nestes termos, era necessário dotar a Base Aérea n.º 11 de certas infra-estruturas, nomeadamente ao nível das condições da pista e de hangares (estava previsto o estacionamento de duas esquadras de aviões de combate e duas esquadras de aviões de transporte, e ainda de oficinas para estes aparelhos) e também do acondicionamento do pessoal militar, técnico e administrativo, implicando assim a construção de um bairro residencial, um hospital e zonas de recreio, para além dos edifícios administrativos.

Todas as despesas deveriam, tal como constava do acordo, ser pagas pelo governo alemão, sendo que Portugal dispensaria “toda a assistência possível, sob a forma de pessoal e de material, necessária à utilização e operação da base aérea”<sup>50</sup>. As Forças Armadas alemãs estavam autorizadas a treinar as suas aeronaves, “a velocidades supersónicas”, apenas em “zonas previamente acordadas com as autoridades portuguesas”, ficando impedidas de disparar tiros com as armas de bordo, de lançar quaisquer engenhos de ataque ou defesa, ou de efectuar bombardeamentos. No texto do acordo estava definido igualmente a manutenção da soberania portuguesa na base e a obrigação das Forças Armadas da RFA de respeitarem essa mesma soberania, nomeadamente “submetendo os seus nacionais estacionados em território português às disposições da lei portuguesa”<sup>51</sup>.

Este acordo possibilitou ao governo português a obtenção de algumas regalias para seu próprio benefício, nomeadamente a formação dos seus técnicos em termos de mecânica e manutenção de aeronaves, assim como contrapartidas materiais, principalmente no que diz respeito à obtenção de

---

<sup>49</sup> *Facilidades Concedidas às Forças Armadas Federais Alemãs: Acordo Base. Anexo I – Facilidades acordadas*, 16 de Dezembro de 1960 – AHFA-EMFA, Proc. n.º 551,13, Acordos Luso-alemães, Pt 01.

<sup>50</sup> *Facilidades Concedidas às Forças Armadas Federais Alemãs: Acordo Base*, 16 de Dezembro de 1960 – AHFA-EMFA, Proc. n.º 551,13, Acordos Luso-alemães, Pt 01.

<sup>51</sup> *Idem*, artigo VII.

aviões. De acordo com o *Memorial sobre Relações Militares Luso-Alemãs*, de 19 de Janeiro de 1968, Portugal recebeu ao longo da sua cooperação com a RFA, um total de 186 aviões (76 aviões DO-27, 70 aviões T-6, 40 aviões G-91 e 4 *Noratlas*)<sup>52</sup> e respectivo equipamento, facilidades na compra de material de guerra variado, “interessando os três ramos das Forças Armadas”, possibilidade de produzir nas fábricas nacionais material de guerra diverso e a execução de manutenções e reparações nas OGMA de aviões e meios aeronáuticos das Forças Aéreas Alemãs (FAA), que possibilitou a formação de mecânicos portugueses<sup>53</sup>. Estes meios iriam revelar-se bastante úteis durante as guerras coloniais, como veremos mais à frente.

### 3.3. A RFA, a Cooperação com a Península Ibérica e a NATO

Uma das questões com que nos deparamos ao longo da investigação que está na base deste trabalho foi a de saber se as relações entre Portugal e a RFA, nomeadamente ao nível militar, seriam bilaterais ou apenas inseridas no âmbito da NATO e, como tal, num quadro multilateral, não dependendo da vontade específica da Alemanha Federal a aproximação ao governo português. Julgamos, pelo que foi já dito atrás, que esta questão perderá alguma da sua pertinência. No entanto, alguns episódios relativos à tentativa alemã para estabelecer apoios logísticos e instalações de treino em Espanha poderão explicar melhor o estabelecimento de contactos com Portugal, do ponto de vista bilateral.

Numa reunião do Conselho Superior Militar, de 2 de Março de 1960, onde foi abordada a visita de Strauss e se informava sobre os assuntos tratados nas reuniões deste com Botelho Moniz, foi dito que o ministro alemão “exprimira o desejo que fosse mantida a maior discrição sobre matéria das

---

<sup>52</sup> Sendo alguns destes aviões cedidos “a título de empréstimo”, outros através de “compra em condições favoráveis”. Cf. *Memorial sobre relações militares luso-alemãs*.

<sup>53</sup> *Memorial sobre Relações Militares Luso-Alemãs*, 19 de Janeiro de 1968 – AHD-MNE, PEA, Proc. n.º 332,30, Maço 337.

conversações”, apenas com o conhecimento do Presidente do Conselho português e do Chanceler alemão, que depois difundiriam como desejassem. Do mesmo modo, “fora igualmente acordado comunicar ao Comando Aliado Supremo do Atlântico (SACLANT)<sup>54</sup> e ao Quartel-General Supremo das Potências Aliadas na Europa (SHAPE)<sup>55</sup> a realização das conversações e o seu objecto, mas em linguagem genérica que excluísse a referência ao estabelecimento de bases e apenas designasse *facilidades e apoio logístico recíproco no âmbito da NATO*”<sup>56</sup>. Esta atitude do ministro alemão, que poderia levantar alguma curiosidade, por parecer despropositada, uma vez que ambos os países pertenciam à Aliança Atlântica, poderá ser explicada com base numa questão semelhante levantada exactamente nestes meses de Fevereiro-Março de 1960, envolvendo a RFA e a Espanha.

A aproximação da República Federal da Alemanha aos países da Península Ibérica explica-se pela sua necessidade de criar uma linha de suporte logístico na retaguarda que lhe permitisse, em caso de guerra, manter o abastecimento das suas forças. De acordo com a legislação da NATO, apenas as unidades de combate estavam integradas sobre um comando único, sendo da responsabilidade de cada Estado-membro a organização da logística e abastecimento que suportavam essas mesmas unidades<sup>57</sup>.

---

<sup>54</sup>*Supreme Allied Command in Atlantic.*

<sup>55</sup>*Supreme Headquarters of Allied Powers in Europe.*

<sup>56</sup> *Apontamento de reunião do Conselho Superior Militar*, 2 de Agosto de 1960 – AOS/CO/PC-76B. No entanto, no relato das conversações acima citado, o assunto é referido nos seguintes termos: “Foi em seguida acordado que o acordo fosse comunicado, por intermédio dos representantes militares nacionais, ao Q.G. do SACEUR e do SACLANT”, não sendo adiantada tanta confidencialidade. Cf. *Relato das conversações entre SS. EE. os Ministros da Alemanha e de Portugal*, 16 de Janeiro de 1960 – AOS/CO/GR-10.

<sup>57</sup> De acordo com vários documentos encontrados, a Alemanha devia ter à disposição das suas forças “depósitos para armazenamento de 90 dias de munições, o equivalente a 2,7 toneladas”. Um dos maiores riscos de tal armazenamento no próprio território alemão advinha do facto de a União Soviética o interpretar como um “desdobramento logístico ofensivo”, o que seria muitíssimo perigoso para a segurança do continente europeu (*Memorandum*, 23 de Março de 1960 – AHD-MNE, DELNATO, Maço 52, Pt 04).

Como não é certamente difícil de perceber, a situação geoestratégica da Alemanha Federal em todo o período da Guerra Fria, mas especialmente nesta década de 60, não lhe permitia armazenar no seu território nacional as munições e meios militares necessários em tempo de guerra. Do mesmo modo, o estabelecimento, no seu território nacional, das instalações de treino de pilotos da Força Aérea Federal (que possuía aviões bastante modernos, e como tal, muito potentes) e de treino de tiro, de maneira a que estivesse apta a enfrentar uma situação de guerra real, afigurava-se-lhe praticamente impossível. O território alemão era estreito e densamente povoado, o que impedia automaticamente os treinos de sobrevoo. Por outro lado, a proximidade com a República Democrática Alemã e com outros países sob a esfera de influência da União Soviética tornavam qualquer treino impraticável, com o risco de se tornar num combate real. Nesse sentido, e depois de ter requisitado por várias vezes a atenção do Conselho da NATO, pedindo a integração conjunta do comando operacional com a logística, a RFA decidiu optar pelo contacto bilateral directo com os governos da Península Ibérica, para aí estabelecer bases de apoio e armazenamento de munições e armamento.

A aproximação da RFA a Espanha e Portugal não seria nada de alarmante para os restantes Estados-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte se ambos os países fossem igualmente membros dessa organização. O problema surgiu quando, no início do ano de 1960, foram divulgadas notícias na imprensa alemã, segundo as quais o governo federal estaria em conversações com o governo de Franco para o estabelecimento em Espanha de bases recuadas e de serviços de carácter logístico<sup>58</sup>. Existiam ainda referências à possibilidade do estabelecimento de “bases militares e de centros de treino para aviação ou de unidades de foguetes”, as quais foram tidas, em comunicado oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Bona,

---

<sup>58</sup> *Notícias publicadas na imprensa diária alemã sobre o estabelecimento de depósitos e instalações para as Forças Armadas Alemãs em território estrangeiro*, 3 de Março de 1960 – AHD-MNE, PEA, Maço 334, Proc. n.º 331,230.

como “inexactas”<sup>59</sup>. A opinião pública alemã tomou conhecimento destas notícias a 24 de Fevereiro e logo no dia seguinte realizou-se um debate no Parlamento Federal, com a presença da Comissão de Defesa Nacional (*Verteidigungsausschuß*), perante a qual o Ministro Strauss teve de se explicar. De acordo com o jornal alemão *Die Welt*, as declarações do ministro federal da Defesa explicavam que as conversações entre os governos de Bona e Madrid “não passavam do campo informativo”, que tanto o “Pentágono em Washington como a própria NATO” não haviam apresentado quaisquer objecções a essas mesmas conversações e que só posteriormente o “State Department opôs resistência”, por recear que fizessem lembrar a “estreita e nefasta cooperação” entre os governos alemão e espanhol, nos tempos do nazismo e da guerra civil de Espanha. Os jornais alemães adiantavam ainda que, ao contrário do que tinha afirmado no comunicado à imprensa, o governo federal pretendia não só depósitos militares, mas também “campos de tiro e de exercício para a Luftwaffe”<sup>60</sup>.

Alguns pormenores foram acrescentados nas explicações do representante alemão, von Walther, durante a reunião do conselho da NATO relativa a este assunto, decorrida a 3 de Março de 1960. De acordo com Walther, as conversações que se haviam realizado em Madrid tinham abordado “primeiro, a compra de munições”, em segundo lugar, a hipótese do estabelecimento de “hospitais em Espanha para o tempo de guerra” e por fim, “campos de treino para a aviação”. O próprio representante alemão realçou o facto de estas conversações terem começado “numa base quasi exclusivamente económica e que pouco a pouco alargaram o seu âmbito”<sup>61</sup>. Os restantes aliados da RFA na Aliança Atlântica consideravam que as conversações germano-espanholas tinham tido um efeito negativo nas opiniões públicas dos países-membros, porque a Espanha não pertencia

---

<sup>59</sup> *Idem.*

<sup>60</sup> Citado em *Notícias publicadas...* – AHD-MNE, PEA, Maço 334, Proc. n.º 331,230.

<sup>61</sup> *Aerograma n.º 1555 enviado pela Delegação portuguesa ao Conselho da O.T.A.N.*, 3 de Março de 1960 – AHD-MNE, DELNATO, Maço 52, Pt 04.

à Organização e porque lembravam a cooperação entre Hitler e Franco da década de 1930. No entanto, acharam positivo que a própria Alemanha Federal tivesse tomado a iniciativa de expor ao Conselho as dificuldades que sentia em cumprir as instruções da própria Organização do Tratado do Atlântico, que justificavam estes contactos, e que se mostrasse disponível para resolver o problema no seio da NATO. Deste modo, o assunto deveria ficar em suspenso até à reunião dos Ministros da Defesa, agendada para o final deste mês de Março de 1960, de maneira que “desaparecesse dos cabeçalhos da imprensa”. Ainda assim, o governo alemão deveria “informar imediatamente o Conselho se resolvesse dar qualquer seguimento ao assunto”. O Presidente do Conselho da NATO, o belga Paul-Henri Spaak, salientou ainda nas suas declarações que a concessão de facilidades em Espanha aos alemães “não podia ser discutida no conselho sem abordar todo o problema político da admissão daquele país na NATO”, o que levantava algumas questões políticas sensíveis<sup>62</sup>.

Assim, a discussão da questão da organização da logística dos Estados-membros em tempo de paz e de guerra (que havia justificado os contactos entre a RFA e Espanha) ficou adiada para a reunião dos Ministros da Defesa dos Estados-membros do Pacto do Atlântico, a realizar nos dias 31 de Março e 1 de Abril de 1960. Como preparação para esta reunião foi elaborado um *Memorando* pela Delegação portuguesa ao Conselho da NATO, onde eram analisadas as necessidades alemãs, as facilidades que podiam ser oferecidas pela Espanha, as facilidades a que Portugal poderia responder como alternativa, e quais as vantagens de tal cooperação.

Como já foi dito, as principais necessidades alemãs eram de ordem logística, nomeadamente ao nível de depósitos de munições e de instalações portuárias e hospitalares, a usar em tempo de guerra, e oficinas de reparação e conservação para a Força Aérea federal. Um outro elemento importante para as Forças Armadas alemãs era a possibilidade de obter instalações de treino que, de acordo com o documento citado, seriam

---

<sup>62</sup> *Idem.*

de grande envergadura (incluindo mais de 9000 hectares de terreno para treinos com forças terrestres e ainda instalações para treino com meios aéreos, possibilitando a simulação de ataques terra-ar, e ar-ar, e ainda espaço suficiente para treino de voo a baixa altitude)<sup>63</sup>. Devido aos problemas levantados pela aproximação da RFA à Espanha, esperava-se que o governo federal desistisse do estabelecimento destas infra-estruturas naquele país. No entanto, a RFA continuava a ter os mesmos problemas logísticos, o que a levaria a olhar para Portugal. De acordo com o documento que temos vindo a citar, qualquer que fosse o ponto de vista com que se analisasse a questão, qualquer colaboração entre Portugal e a RFA resultava num saldo positivo para o lado português. A nível político, as vantagens seriam recíprocas, com o governo alemão a ter a cooperação de um Estado integrado no sistema defensivo do ocidente, acalmando assim os restantes países europeus e os próprios EUA, e com Portugal a estreitar relações políticas e militares com um Estado que era já extremamente importante no campo económico. Do ponto de vista económico e social, “só há vantagens em receber no nosso território serviços, homens e material alemães”. Igualmente do ponto de vista financeiro, a cedência de infra-estruturas como as que a Alemanha pretendia tornava-se “fonte constante de rendimento e, sobretudo, de poupança em tempo de paz”. O único senão parecia ser quando a situação fosse observada do ponto de vista militar, uma vez que poderia tornar o país mais exposto a um ataque. No entanto, por fazer parte da Aliança Atlântica, Portugal seria sempre um alvo possível, e a presença no seu território de forças alemãs, permitiria o acesso a “uma melhor defesa”<sup>64</sup>.

Neste sentido, de acordo com as conclusões obtidas na segunda reunião da CMLA nos finais de Março de 1960 e aprovadas nos subsequentes acordos assinados entre os ministros alemão e português da Defesa, ficou comprovado que a Alemanha obteve em Portugal aquilo que desejava da Espanha e sem problemas políticos.

---

<sup>63</sup> *Memorandum*, 23 de Março de 1960 – AHD-MNE, DELNATO, Maço 52, Pt 04.

<sup>64</sup> *Idem*.

Durante a reunião dos Ministros da Defesa da NATO, foram apresentadas várias propostas para a solução do problema da logística dos Estados-membros, nomeadamente a sua integração sob um comando único internacional, ao contrário do que acontecia até então, que era de responsabilidade nacional, facto que tinha precisamente originado toda a questão envolvendo a República Federal da Alemanha. A resolução aprovada requisitava às autoridades militares da NATO um estudo, em que se definissem “quais as verdadeiras necessidades logísticas” e de meios de que os países necessitavam, em três fases distintas – a primeira, em tempo de paz, a segunda, quando estivessem passados 30 dias do início do conflito e, a terceira, nas fases posteriores do combate –, estudo esse que seria apresentado numa reunião ulterior do Conselho. Convém aqui citar as declarações do ministro português durante esta reunião, General Júlio Botelho Moniz, referindo-se à “existência de contactos entre as Autoridades portuguesas e alemãs”, em que os assuntos focados entre os dois países foram, de “modo geral”, levados ao conhecimento dos Comandos Supremos da NATO<sup>65</sup>.

Toda esta referência à questão trazida pelos contactos entre o governo alemão e espanhol para o estabelecimento de facilidades para as Forças Armadas federais tem um propósito. Procurámos demonstrar que a aproximação a Portugal, que tinha sido decidida em Janeiro de 1960 aquando da visita do Ministro Federal da Defesa com a assinatura da «Convenção Administrativa», terá sido impulsionada a partir deste mês de Março, no seguimento de todos os impedimentos que surgiram contra a instalação dessas facilidades em Espanha.

Deste episódio concluímos que o governo português sempre soube aproveitar ao máximo as necessidades alemãs, aliando a estas o interesse nacional, conseguindo assim a possibilidade de obter melhorias substanciais ao nível de infra-estruturas e vias de comunicação, como também ao nível das garantias de defesa do seu território continental. Por outro lado,

---

<sup>65</sup> *Aerograma n.º 1607 da Delegação portuguesa ao Conselho da OTAN, 5 de Abril de 1960 – AHD-MNE, DELNATO, Maço 53, Pt 05.*

a participação do país na NATO facilitou a cooperação militar luso-alemã, evitando críticas e pressões para o lado da República Federal, ao contrário do que aconteceu com a sua aproximação a Espanha. Por fim, Portugal conseguiu também sobrepor-se ao governo de Franco, pelo menos neste primeiro momento, garantindo para si a satisfação das necessidades alemãs, cujas contrapartidas se mostrarão muito favoráveis a Portugal.

No entanto, a participação de Portugal na NATO era importante para a RFA, para além de ter facilitado os seus interesses estratégicos. Na realidade, o facto de Portugal fazer parte da Aliança Atlântica não significava só que era um aliado do mundo ocidental, mas também que possuía um elemento fundamental para os restantes aliados: os Açores. Este arquipélago, e a base americana das Lajes, eram uma garantia de que os EUA conseguiriam aceder à Europa rapidamente, em caso de guerra, e através de um porto seguro. Por isso, era também do interesse da República Federal que Portugal se mantivesse na Aliança.

Quando, em Julho de 1960, o Ministro português da Defesa Nacional, Júlio Botelho Moniz, visitou a República Federal, encontrou-se com o Chanceler Konrad Adenauer. Na preparação desta visita, o Chanceler alemão recebeu um documento elaborado pelo *Auswaertiges Amt* onde eram realçados vários pontos, entre os quais a presença de Portugal na Organização do Tratado do Atlântico e a cooperação com a RFA no campo militar. Em relação à presença de Portugal na NATO, existia uma “confluência de interesses” entre os pedidos do representante português para o aumento e aprofundamento da consulta entre os membros da Aliança e os desejos alemães de que isso acontecesse. Um outro desejo português, perante o qual a República Federal adoptava uma atitude mais reservada, era a entrada da Espanha na Aliança Atlântica. A vontade portuguesa era “compreensível”, por questões de segurança (particularmente ao nível aéreo) da Península Ibérica, e a própria Alemanha Federal apoiaria a integração espanhola no Pacto, caso esta fosse sugerida por qualquer outro membro, depois de se ter obtido o acordo do Conselho da NATO. No entanto, e tal como a tentativa falhada de aproximação da Alemanha a Espanha demonstrou, a RFA não tinha ainda a confiança dos seus aliados europeus para tomar a iniciativa de trazer essa questão ao Conselho.

Ainda outro aspecto, que seria do “interesse vital” português, era o alargamento da área de actuação da NATO até ao continente africano, “por razões óbvias”. No entanto, o Chanceler era avisado de que não se poderia perder de vista que tal alargamento apenas iria “expor ainda mais as suspeitas dos povos afro-asiáticos” das tendências colonialistas da Organização. A contribuição de Portugal na NATO era “actualmente insuficiente”, devido essencialmente à situação das suas Províncias Ultramarinas, particularmente as africanas, que se tinham tornado a “preocupação principal” da Defesa Nacional. O governo português estava claramente disposto a “reprimir a agitação na sua génese” e a fortalecer “preventivamente” a sua presença militar nas Províncias, de modo a que estas continuassem a ser os “único pontos” do continente africano a não demonstrar quaisquer “efeitos da acção clandestina comunista”. Um outro factor para a diminuição da contribuição portuguesa para o sistema defensivo da Aliança era a procura de “melhoria das condições sociais”, que tinham provocado o “desvio de meios financeiros” da Defesa. Portugal era assim um “membro importante” para a organização, do ponto de vista estratégico, e um “acérrimo” defensor do mundo ocidental. O governo de Oliveira Salazar, com uma base ideológica anti-comunista, não podia no entanto continuar a contribuir para as divisões NATO e ignorar a agitação em África, estando assim a descurar aquelas para defender os seus territórios ultramarinos<sup>66</sup>.

### 3.4. Conclusões

Neste capítulo procurámos compreender a aproximação militar entre a República Federal da Alemanha e Portugal no período que vai de 1956 a 1960. Nos finais da década de cinquenta e no início da década de sessenta, a colaboração militar pautou-se pela concessão de facilidades em Portugal

---

<sup>66</sup> *Memorial por ocasião da visita do Ministro da Defesa Nacional português, Júlio Botelho Moniz, à República Federal da Alemanha, Junho de 1960 – PA-AA, B 26, 112.*

às Forças Armadas alemãs. Estas facilidades foram estabelecidas por consequência da participação de ambos os países na Aliança Atlântica – uma vez que procuravam responder a necessidades exigidas pela NATO – mas foram negociadas ao nível bilateral.

As relações bilaterais luso-alemãs caracterizavam-se por um denominador comum: ambos pertenciam à NATO. Independentemente desta situação, procurámos demonstrar que as preocupações de ambos os países ultrapassavam o campo estrito da cooperação no seio da Aliança. Entre Portugal e a RFA denotava-se a preocupação da diminuição do défice português da balança comercial, aproveitando-se para isso a produção em Portugal de armamento militar, que seria exportado para a Alemanha.

Paralelamente a isto, a Alemanha Federal procurava estabelecer na Península Ibérica bases militares de apoio logístico. A decisão de se constituir em Beja a base aérea desejada pelos alemães foi tomada ao mesmo tempo que se discutia no Conselho da NATO os perigos de uma aproximação alemã à Espanha. O projecto da RFA de estabelecer em ambos os países da Península Ibérica bases e infra-estruturas de apoio logístico de retaguarda foi negado essencialmente porque a Espanha não pertencia à Aliança Atlântica. Apenas Portugal respondia às necessidades da Alemanha Federal e, em Dezembro de 1960, foi assinado o acordo que oficializava a utilização da Base Aérea n.º 11 pelas Forças Armadas alemãs.

Assim se compreendem as várias contrapartidas materiais que Portugal obteve da sua aliada germânica, nomeadamente ao nível de equipamento militar e armamento. No entanto, essas vantagens revelaram-se muito importantes essencialmente a partir do momento em que deflagraram as guerras coloniais portuguesas, isto é, a partir de 1961. Será esse o âmbito cronológico do próximo capítulo, no que à cooperação militar luso-alemã diz respeito.

## 4. A Questão Colonial

### Capítulo IV

A manutenção das possessões ultramarinas portuguesas em África e na Ásia revelou-se uma das principais componentes da política externa portuguesa, como meio indispensável para a subsistência do regime do Estado Novo. Nesse sentido, o governo português sempre se esforçou por obter da comunidade internacional o apoio a esse império ultramarino, em particular a partir do momento em que a política colonial portuguesa começou a ser alvo de ataques na Organização das Nações Unidas por parte do chamado bloco de Leste, nos últimos anos da década de 1950, e pelo bloco afro-asiático, que foi dominando progressivamente a Assembleia Geral desta organização a partir do início dos anos sessenta.

Uma vez que a RFA não fazia parte da Assembleia Geral da ONU, nem do Conselho de Segurança, estava relativamente isenta das habituais pressões que o governo português fazia de modo a fomentar a compreensão pela sua política ultramarina. No entanto, porque fazia parte da NATO e tinha uma posição de alguma relevância junto dos restantes aliados, especialmente no que diz respeito à defesa do Ocidente e da Europa, os responsáveis portugueses não deixaram de tentar obter das diferentes autoridades alemãs palavras de apoio à sua política colonial. Por outro lado, uma vez que o continente africano estava a revelar-se uma fonte de apoio que poderia decidir o peso do Ocidente na ONU, também a República Federal da Alemanha encetou políticas de captação da amizade dos novos Estados africanos. Será esse o primeiro ponto a analisar, para depois podermos acompanhar mais detalhadamente a posição alemã perante as investidas do governo português na tentativa de obter o apoio do governo alemão à política ultramarina portuguesa.

## 4.1. A Política Africana de Bona: os Primeiros Anos

A política africana levada a cabo pelo governo da República Federal da Alemanha tinha como base a ideia de que o comércio e o auxílio alemão às economias dos novos Estados africanos seria fundamental para impedir o reconhecimento por parte destes da República Democrática Alemã. Era esta a premissa inicial da política de Bona para com o continente africano.

Assim, à medida que a sua autonomia política foi sendo alargada, ao longo da década de 50, a Alemanha Federal actuou em África através do seu comércio, estabelecendo, logo em 1951, a sua primeira representação diplomática no continente africano, um consulado-geral, em Pretória (África do Sul). Seguiram-se Cairo (Egipto) e Cidade do Cabo (África do Sul). A escolha destas localizações foi marcada, por um lado, pelos “interesses de política externa económica” do *Auswaertiges Amt*, e por outro, pela “realidade colonial de África”, isto é, evitando os países com problemas coloniais<sup>67</sup>.

Um dos elementos principais que marcou as relações de Bona com os Estados africanos foi, até ao final dos anos 60, a imposição da doutrina de Hallstein. Esta doutrina dominou toda a política externa da República Federal e consistia no rompimento das relações diplomáticas da RFA com qualquer país que reconhecesse a «Zona de Ocupação Soviética», isto é, a República Democrática Alemã, acção que era tida como agressão à RFA. Esta doutrina derivava da crença de que apenas o governo de Bona seria o verdadeiro representante do povo alemão, pois era o único eleito democraticamente.

No entanto, o primeiro acto que fez avançar e deu consistência à política alemã para com África ocorreu em Outubro de 1959, quando, entre os dias 12 e 18, se reuniram em Adis Abeba os representantes diplomáticos alemães colocados no continente africano. No texto do comunicado oficial da

---

<sup>67</sup> Ulf Engel, *Die Afrikapolitik der Bundesrepublik Deutschland. 1949-1999: Rollen und Identitäten*, LIT, Leipzig, 2000, p. 38.

Conferência<sup>68</sup>, acerca das conclusões obtidas, era salientado que o “argumento decisivo” para a organização de uma reunião dos representantes alemães em África tinha sido a “crescente importância” do continente, bem como “a rápida mudança” que ocorria, política e economicamente, na região. Deste modo, as relações da Alemanha Federal com os Estados africanos seriam analisadas com o objectivo de se fazer um balanço da política alemã para com os países de África e estabelecer “as bases para um desenvolvimento ulterior da política africana alemã”. Esta conferência realizou-se em vésperas da concessão de independência a quatro novos Estados (Camarões, Togo, Somália e Nigéria), tida como “importante para o futuro de África”, fazendo com que a Conferência se realizasse ainda em 1959. Neste encontro participaram também os cônsules alemães em Luanda e Lourenço Marques, sendo a Conferência presidida por A. H. van Scherpenberg, Secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão.

Ao longo das conversações foi dada especial atenção, além da situação política e económica nas diversas regiões, às “posições dos novos estados autónomos e o nível dos movimentos de independência nas regiões dependentes”. Quase todos os países africanos esperavam “grande compreensão e auxílio económico” por parte da República Federal, chegando a extrapolar as reais capacidades alemãs para essa concessão financeira.

A Alemanha ocidental, por não possuir colónias há mais de 40 anos, era “livre de suspeitas” no que se referia ao colonialismo. Podia por isso, ambicionar uma posição de “intermediário entre os estados de África e as potências coloniais europeias”, pois era igualmente um país altamente desenvolvido e com meios para tal<sup>69</sup>. Na verdade, a posição alemã em relação às potências coloniais teria de ser extremamente cuidadosa: se, por um lado, a RFA era livre para o estabelecimento de relações com os Estados

---

<sup>68</sup> Publicado no *Bulletin des Presse- und Informationsamtes der Bundesregierung*, de 23 de Outubro de 1959 – Anexo ao Ofício n.º 452 da Embaixada de Portugal em Bona, 2 de Novembro de 1959 – AHD-MNE, PAA, Maço 197.

<sup>69</sup> Ulf Engel, *op. cit.*, p. 40.

independentes africanos, no que dizia respeito aqueles que fossem ainda colónias, devia evitar entrar em conflito com as potências coloniais como a França, a Grã-Bretanha, Portugal e a Bélgica, “cuja cooperação é fundamental para questões vitais da política alemã”<sup>70</sup>. Deste modo, os interesses da RFA em África não deveriam sobrepor-se aos seus interesses na Europa nem pôr em causa a Aliança Atlântica e a sua posição de baluarte da luta anti-comunista. A presença alemã nas economias africanas inseria-se também no quadro das suas responsabilidades relativas ao Mercado Comum. De facto, além do auxílio de desenvolvimento no plano bilateral, os Estados africanos associados à CEE receberiam, numa fase inicial de 5 anos, “segundo o estabelecido convencionalmente”, meios de investimento no montante de US \$580 milhões, para os quais a República Federal contribuía com US \$200 milhões<sup>71</sup>.

Assim, as conclusões do Presidente da Conferência, Secretário de Estado van Scherpenberg, salientavam a ideia de que era necessário aprofundar as relações amigáveis com os territórios independentes da África e com os territórios que se estavam aproximando da independência. As declarações proferidas pelos diplomatas alemães confirmaram a exactidão da política realizada pela República Federal da Alemanha de “promover o desenvolvimento económico” dos países africanos, dentro do seu potencial<sup>72</sup>.

No ofício que acompanha a tradução do comunicado final sobre a Conferência de Adis Abeba, o embaixador português em Bona, Álvaro Brillhante Laborinho, referia que tinha tentado aprofundar junto dos funcionários do Ministério dos Estrangeiros alemão mais informações sobre a orientação política do governo de Bona para África. No entanto, para além da “habitual homenagem à nossa vocação de povo colonizador, à excepcional aptidão

---

<sup>70</sup> *Relatório do Comissário van Scherpenberg*, 18 de Outubro de 1959 – PA-AA, B 02, 96, citado em Ulf Engel, *op. cit.*, p. 40.

<sup>71</sup> *Anexo ao Ofício n.º 452 da Embaixada de Portugal em Bona*, 2 de Novembro de 1959 – AHD-MNE, PAA, Maço 197.

<sup>72</sup> *Idem*.

do povo português para estabelecer laços de amizade e criar processos de assimilação em territórios habitados por gente de outra raça”, pouco mais foi adiantado ao representante português. Os governantes alemães consideravam o “movimento geral para independência um facto iniludível”, sendo que, de todas as regiões africanas, eram as províncias ultramarinas portuguesas as mais “atingidas por aquele impulso”. O governo alemão, segundo o Embaixador Laborinho, encarava “tudo o que se passa em África como um simples episódio da luta entre o oriente e o ocidente”, ou seja, adoptava uma atitude de “refúgio”, evitando a tomada de posições. Por um lado, este argumento correspondia “evidentemente às legítimas preocupações deste governo”, nomeadamente no que dizia respeito ao conflito da Guerra Fria. Por outro, permitia-lhes “reduzir ao mínimo possíveis antagonismos com as chamadas potências coloniais”. Isto não era a posição que mais favorecia o governo português, uma vez que os alemães concluíam, “à americana, que contrariar o movimento de independência é fazer o jogo dos comunistas”. Para além de todas as suposições, as conclusões da Conferência dos Representantes Alemães em Adis Abeba permitiam afirmar que a Alemanha iria “desenvolver e intensificar poderosamente a sua acção na África negra”, e que não contrariaria, “antes pelo contrário, o impulso para a independência”. A Alemanha procurava, assim, assegurar “um bom lugar, tanto do ponto de vista político como económico” nos Estados que iam surgindo naquele continente<sup>73</sup>.

Na realidade, logo no ano seguinte, esta intensificação da presença alemã no continente africano concretizou-se no estabelecimento de dez novas representações diplomáticas na África subsaariana, perfazendo um total de 26 Embaixadas, constituídas entre 1960 e 1964.

De acordo com Ulf Engel, na obra já citada, a política africana da Alemanha Federal dedicava-se em grande parte à “procura de Estados «amigos», que pudessem favorecer a situação da Alemanha durante as vo-

---

<sup>73</sup> *Ofício n.º 452 da Embaixada de Portugal em Bona*, 2 de Novembro de 1959 – AHD-MNE, PAA, Maço 197.

tações nas Nações Unidas” acerca das questões entre as duas Alemanhas<sup>74</sup>. Por outras palavras, a política africana da República Federal inseria-se na sua política relativa às relações intra-alemãs, mais concretamente na questão da divisão do seu território, e na obtenção de apoio contra a RDA e o comunismo – particularmente contra o estabelecimento de uma rede de apoio à RDA em África.

Ao longo da década de 1960, a política alemã para com o continente africano caracterizou-se pelo auxílio financeiro e técnico aos novos Estados independentes, encarado pelos governantes alemães como melhor forma de garantir esta solidariedade internacional. Este auxílio tornou-se também fonte de alguns privilégios, nomeadamente na facilidade de aquisição de matérias-primas. A chamada política de desenvolvimento era estabelecida pelo Ministério Federal para a Cooperação Económica. No entanto, a constante interferência dos diferentes ministérios (Negócios Estrangeiros, Finanças, Economia), tornou a concepção de uma só política algo muito complexo. Por outro lado, a partir do início da década de 60, estabeleceram-se bases de consultação entre as potências ocidentais, quer ao nível bilateral (como os existentes, a partir de 1963, entre a RFA e a França, ao abrigo do Tratado do Eliseu), quer do ponto de vista multilateral, como os decorrentes da participação da Alemanha Federal na NATO e na CEE.

Assim, a posição alemã perante os países africanos recém-independentes caracterizava-se pelo apoio económico ao seu desenvolvimento, como forma de granjear apoios políticos que se reflectiriam nas votações da ONU. Por outras palavras, através da ajuda económica, a RFA procurava ganhar a amizade dos novos Estados africanos, de modo que estes não aceitassem a influência da RDA e da União Soviética, de acordo com a doutrina de Hallstein. Em relação aos territórios que ainda não tinham obtido a sua independência, a República Federal procurava não afrontar os países colonizadores – normalmente, países europeus – de modo a

---

<sup>74</sup> Ulf Engel, *op. cit.*, p. 43.

não criar problemas diplomáticos e políticos com os seus aliados. Vejamos então como se comportaram as autoridades alemãs perante as investidas portuguesas para obter apoio à sua política ultramarina.

## 4.2. A República Federal e a Política Colonial Portuguesa

Uma das estratégias da diplomacia portuguesa passava por tentar incluir referências à política ultramarina e aos territórios coloniais portugueses nos diferentes comunicados oficiais emitidos por ocasião das várias visitas entre membros dos governos português e alemão.

Aquando da presença do Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Heinrich von Brentano, em Lisboa, em Abril de 1958, esta atitude do governo português fazia-se já sentir. Na realidade, durante a estadia do ministro alemão, o seu homólogo português sempre demonstrou dar muita importância a qualquer referência no comunicado conjunto e final da visita, sobre a posição de ambos os países em relação aos povos africanos. Perante as investidas por parte do governo português, o ministro von Brentano recusou quaisquer referências ao assunto, por recear uma “má interpretação” das suas intenções<sup>75</sup>.

Quando, em Fevereiro de 1959, foi colocado um novo embaixador alemão em Lisboa, Herbert Schaffarczyk, este foi instruído pelo próprio Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão no sentido de manter a discrição perante os assuntos africanos do governo português. O embaixador deveria comportar-se “de modo reservado” perante quaisquer pressões por parte do governo de Lisboa. O receio do governo alemão era que, caso a posição política alemã perante os Estados africanos, “ainda que apenas insinuada”, pudesse ser “identificada com os objectivos da política africana de Portugal”, poderia o governo alemão “ser bastante prejudicado com isso”.

---

<sup>75</sup> *Instruções para o Embaixador Herbert Schaffarczyk*, Fevereiro de 1959 – PA-AA, B 26, 111.

Para além do mais, mostrar reserva nesta questão tornava-se “mais do que nunca adequado”, pois os casos das independências “repentinas e aceleradas” dos povos africanos, nomeadamente na sequência dos acontecimentos no Congo Belga, realçavam a contradição de “todos os esforços portugueses” para manter a suas colónias. Para além disto, o ministro avisava o embaixador de que o governo português se esforçava para “levar os outros governos europeus em África a um procedimento comum”, que passaria por uma atitude anti-comunista e “um desprendimento muito lento e muito progressivo dos antigos laços coloniais”, adiando ao máximo a concessão de independência ou de uma autonomia gradual às suas colónias<sup>76</sup>.

O posicionamento alemão perante as possessões ultramarinas era assim, ao nível oficial, de total silêncio. Os governantes alemães sabiam que qualquer tomada de posição perante o assunto teria consequências. Se defendessem qualquer espécie de autonomia ou o direito à autodeterminação das colónias portuguesas teriam de enfrentar, no mínimo, um arrefecimento das relações com o governo português, algo que lhes poderia mais tarde trazer dificuldades. Caso declarassem o que quer que fosse a favor da manutenção da política ultramarina portuguesa, seriam alvo das críticas dos países africanos e a penetração alemã naquele continente, que vinha sendo esboçada timidamente, seria dificultada.

No entanto, ainda antes da realização da primeira reunião dos representantes alemães em África, o Ministro português dos Negócios Estrangeiros, Marcelo Mathias, visitou Bona entre 29 de Setembro e 2 de Outubro de 1959. Através dos contactos preparatórios da visita, efectuados entre a Embaixada portuguesa em Bona e o *Auswaertiges Amt* para se delinarem os principais temas a debater entre as duas delegações, percebemos que mais uma vez as questões africanas não faziam parte do comunicado final.

Na verdade, as posições do governo alemão perante o continente africano eram contrárias ao que Portugal desejava. O “anti-colonialismo” da República Federal tinha como fundamento a crença alemã de que seria

---

<sup>76</sup> *Idem.*

mais fácil o domínio económico dos grandes mercados africanos se estes fossem independentes e livres da administração política pelos países europeus. Para contrariar estes argumentos, Marcelo Mathias devia apresentar a tradicional tese portuguesa de que a “sobrevivência política e económica do Ocidente” (e como tal, da própria Alemanha) residia em África e no facto de não se deixar penetrar o comunismo – explicando assim a necessidade da presença das potências europeias no continente. Conhecendo o forte carácter anti-comunista do governo federal, era do máximo interesse para Portugal “acentuar os perigos comunistas” e referir “com algum pormenor” a penetração soviética em África. No que dizia respeito especificamente às Províncias Ultramarinas portuguesas, seria necessário ter em conta que a “compreensão” por parte do governo federal da posição portuguesa em África dependeria do “grau de interesse” que Portugal conseguisse fomentar nos governantes alemães acerca das possibilidades de desenvolvimento, “nos campos técnico e económico”, existentes naqueles territórios<sup>77</sup>.

Ao longo do ano de 1960 a situação das colónias portuguesas em África irá conhecer um agravamento, que culminará com os ataques por parte do bloco afro-asiático à política ultramarina portuguesa no Conselho de Segurança e na Assembleia Geral da ONU.

Perante esta nova conjuntura, no relatório relativo ao ano político de 1960<sup>78</sup>, o Embaixador Schaffarczyk questionava se o Presidente de Conselho português conseguiria “liderar o governo durante a anunciada instabilidade” nas províncias ultramarinas portuguesas (este relatório data de Janeiro de 1961). Porém, não podia deixar de referir, como contraste com a relativa serenidade interna de Portugal continental, a situação nas províncias portuguesas de além-mar. Na verdade, os desejos de emancipação – “manifestamente em Angola, mas também na Guiné” – tomavam contornos “cada vez mais claros”. O embaixador advertia: Salazar estava “firmemente

---

<sup>77</sup> *Telegrama recebido da Embaixada de Portugal em Bona n.º 86*, 12 de Setembro de 1959 – AHD-MNE, PEA, Maço 337, Proc. n.º 332,30.

<sup>78</sup> *Relatório político do ano de 1960*, 2 de Janeiro de 1961 – PA-AA, B 26, 111.

disposto a conservar as suas possessões ultramarinas”, inclusivamente por força das armas, e não hesitaria em “reafirmar os direitos históricos e constitucionais” que uniam as províncias ultramarinas e a metrópole. Pelas medidas políticas e militares tomadas com vista à segurança das províncias ultramarinas, algumas das quais “já executadas”, era perceptível que Salazar estava “a falar a sério”. Por outro lado, as características do regime português, nomeadamente o seu “carácter marcadamente autoritário”, faziam com que fosse mais fácil para Portugal do que para as restantes potências coloniais “dissimular as exigências de emancipação” e manter a opinião pública na ignorância. O embaixador questionava-se sobre se “o governo português fará bem”, inclusivamente para o seu próprio interesse, em “minimizar” estes movimentos de emancipação e restringir-se à adopção de “medidas substancialmente negativas de repressão”<sup>79</sup>.

Um outro ponto de vista relativo às colónias portuguesas foi transmitido pelo *Auswaertiges Amt* a Konrad Adenauer, no documento que tinha por objectivo prepará-lo para o encontro com o Ministro da Defesa português, Botelho Moniz, na já referida visita deste a Bona, em Julho de 1960. De acordo com este documento, Konrad Adenauer deveria estar preparado para que o ministro português referisse a questão da política portuguesa em relação a África. Esta era sucintamente explicada ao Chanceler: consistia na “assimilação” dos nativos, sem distinção de acordo com a cor da pele, nem em ideologias coloniais. A única distinção existente nas sociedades de Angola e Moçambique, porque estas eram “as mais visíveis”, era feita com base no grau de civilização de cada um. Um nativo podia ser dado como assimilado, isto é, ascender automaticamente à “condição de cidadão português”, desde que demonstrasse que o seu pensamento e comportamento eram “europeizados”. O aumento do número de assimilados em ambas as Províncias compreendia-se com o esforço que o governo português fazia no sentido de tornar mais aliciante o estabelecimento de cidadãos brancos, o que por sua vez se esperava que viesse a limitar os riscos de aparecimento

---

<sup>79</sup> *Relatório político do ano de 1960*, 2 de Janeiro de 1961 – PA-AA, B 26, 111.

de movimentos nacionalistas. Por outro lado, “as condições primitivas” em que vivia grande parte da população nativa e o “sistema dissimulado de trabalhos forçados” não se tinham modificado<sup>80</sup>.

A posição do regime português perante os nacionalismos africanos compreendia-se, de acordo com este documento, em três princípios: primeiro, através do melhoramento das condições de vida e da educação as populações deveriam “tornar-se imunes ao comunismo”; segundo, a “vigilância rigorosa aos partidos nacionais comunistas e aos sindicatos”; e terceiro, “a assimilação lenta das populações africanas”. De acordo com este relatório apresentado a Adenauer, e como consequência destes princípios seguidos pelo governo português, Portugal encaminhava-se para “uma política de emancipação cautelosa e progressiva da raça negra”.

Portugal esforçava-se para obter dos seus parceiros da NATO um “compromisso de apoio incondicional” à sua política africana na ONU, pois estava permanentemente sob ataque dos países do bloco afro-asiático, que lhe exigiam explicações sobre as províncias ultramarinas portuguesas, no quadro da Comissão dos Territórios Não-Autónomos da Assembleia Geral. Portugal recusava-se à cedência de tais informações com base no argumento de que estas não se incluíam nas competências da Comissão, uma vez que eram um assunto interno do país.

À “política racista” de Portugal acrescentava-se ainda o facto de as suas províncias africanas pertencerem ao campo dos territórios subdesenvolvidos. “Assim”, continuava o relatório citado, “à metrópole falta tanto o potencial humanitário como material” para fazer fosse o que fosse pelo progresso destes territórios. A insegurança que ameaçava os países vizinhos das suas colónias fazia com que Portugal se sentisse igualmente ameaçado. No entanto, os meios militares de que dispunha o governo português eram manifestamente insuficientes para a defesa da metrópole e das suas províncias, o que justificava “a procura de ajuda político-militar por parte do

---

<sup>80</sup> *Memorial por ocasião da visita do Ministro da Defesa Nacional português, Júlio Botelho Moniz, à República Federal da Alemanha, Junho de 1960 – PA-AA, B 26, 112.*

regime português”. As ajudas pedidas por Salazar eram fundamentalmente três: uma política conjunta das potências europeias que possuíam colónias a sul do Equador; acrescentar a vertente político-militar às relações de Portugal com o Brasil, de modo a que posteriormente pudesse criar um bloco ibero-americano, que constituiria uma terceira via de cooperação internacional perante os “fanáticos do desenvolvimento”, isto é, os defensores da descolonização. Para garantir a sua defesa e das suas colónias, o próprio governo português encarava ainda a possibilidade de afrouxar os seus laços com a NATO, talvez à “semelhança do exemplo francês”, a menos que os novos compromissos exigidos pela Aliança Atlântica passassem pela intervenção em África. Perante as posições portuguesas, e sendo de esperar que os problemas coloniais de Portugal fossem referidos pelo Ministro da Defesa Botelho Moniz ao Chanceler Adenauer, este era aconselhado “a encarar com prudência qualquer plano português” para as províncias ultramarinas. O objectivo máximo da RFA era a “manutenção de relações cordiais com os novos Estados africanos”, tendo sempre como objectivo o não-reconhecimento da “Alemanha de Pankow”<sup>81</sup>.

Mais uma vez se conclui que a atitude do governo alemão era ponderada e neutral, evitando sempre que possível a tomada de posição em relação à política colonial portuguesa.

A excepção a esta atitude ocorreu poucos dias depois da visita do Ministro da Defesa português a Bona. Na segunda quinzena de Julho, Eugen Gerstenmaier visitou Moçambique. Gerstenmaier, membro da CDU e Presidente do Parlamento Federal, era uma pessoa influente na Alemanha Federal. Mas a sua visita às colónias portuguesas (que se inseria numa visita mais ampla ao continente africano) justificava-se com o facto de ser Presidente da Sociedade Alemanha-África (*Deutsche-Afrika Gesellschaft*) e, nessa condição, ter de estar informado sobre as condições no continente africano.

---

<sup>81</sup> *Memorial por ocasião da visita do Ministro da Defesa Nacional português, Júlio Botelho Moniz, à República Federal da Alemanha, Junho de 1960 – PA-AA, B 26, 112.*

Em declarações publicadas na imprensa portuguesa, Gerstenmaier afirmou que o governo alemão estava pronto “a alargar o mais possível as relações económicas com as províncias ultramarinas portuguesas”, elogiando o esforço de Portugal, “de vistas largas”, para “passar por cima do colonialismo, que se está a aproximar do fim”. De acordo com o político alemão, era necessário que os perigos “decorrentes do nacionalismo”, que se manifestara em vários países africanos e asiáticos, fossem vencidos. Em relação ao investimento de capitais alemães nas províncias portuguesas, Gerstenmaier denunciou os “escrúpulos quanto ao investimento de capitais particulares alemães” em África, mas assegurou que não tinham nada a ver com “quaisquer reservas em relação às províncias ultramarinas portuguesas”<sup>82</sup>.

Podemos assim verificar que a posição dos governantes alemães perante a política colonial portuguesa era de não se manifestar. Ou seja, evitavam comentar a política ultramarina portuguesa sempre que o eram chamados a fazer, de modo a não ter de tomar uma posição clara. O governo da República Federal temia que quaisquer declarações acerca do assunto pudessem afrontar o regime de Oliveira Salazar, com quem tinha interesse em colaborar, ou que prejudicassem a sua penetração no continente africano.

Esta será uma posição que marcará toda a década de sessenta nas relações luso-alemãs e que se fará sentir nas várias áreas de cooperação entre Portugal e a RFA. Será por isso, analisada mais detalhadamente quando nos debruçarmos sobre esses assuntos, mais à frente neste trabalho.

### 4.3. A Questão Colonial Portuguesa discutida na ONU

Por fim, no que à questão colonial portuguesa diz respeito, neste período até 1960, não podemos deixar de referir a discussão no seio da Organização das Nações Unidas, quer na Assembleia Geral quer no Conselho de Segurança.

---

<sup>82</sup> *Diário de Notícias*, 1 de Agosto de 1960.

Os problemas de Portugal nas Nações Unidas começaram logo em 1955, ano da sua entrada na organização<sup>83</sup>. O peso do bloco afro-asiático tornou-se maior do que o das nações ocidentais e por isso mesmo a política colonial portuguesa foi fortemente atacada. Por seu lado, a recusa constante e irreversível por parte do governo português em admitir qualquer justificação ou informação sobre a situação nas colónias, tal como era esperado fazer-se no âmbito do artigo 73 da Carta, tornava esse ataque ainda mais veemente<sup>84</sup>. No entanto, até 1960 estes ataques tinham sido relativamente inofensivos, pelo menos no que dizia respeito à sua concretização em resoluções ou textos oficiais da Organização.

Em 1960, a situação alterou-se, com a entrada de novos Estados africanos independentes para a ONU. O peso dos novos Estados-membros desequilibrou a situação de um modo desfavorável ao bloco ocidental, o que se reflectiu directamente nas resoluções aprovadas em durante a Assembleia Geral de Dezembro de 1960. No final deste ano foram votadas três resoluções referentes ao colonialismo, uma delas directamente dirigida a Portugal.

A resolução 1514, aprovada pela Assembleia Geral em 14 de Dezembro de 1960, era uma declaração anti-colonialista – aprovada por Portugal, uma vez que, se “se afirmava *não-colonialista*, e não possuidor de territórios não-autónomos, que objecções poderia suscitar a condenação do colonialismo?”<sup>85</sup>. Em anexo a este texto foi aprovada também a resolução 1541, relativa ao relatório do Comité dos Seis. Este relatório analisava a obrigatoriedade de fornecer informações sobre a existência de territórios

---

<sup>83</sup> Para uma referência detalhada dos problemas portugueses na ONU, durante os últimos anos do regime, ver A. E. Duarte Silva, “O Litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)” in *Análise Social*, n.º 130, 1995, pp. 5-50.

<sup>84</sup> Para uma análise relativa à argumentação portuguesa, cf. Fernando Martins, “A Política Externa do Estado Novo, o Ultramar e a ONU. Uma doutrina Histórico-Jurídica (1955-1968)” in *Penélope*, 1995, pp. 189-204.

<sup>85</sup> Franco Nogueira, *Salazar*, vol. V “A Resistência (1958-1964)”, Porto, Livraria Civilização Editora, 2000, p. 172.

não-autónomos, definia “quais as hipóteses e condições de passagem de um território não-autónimo para uma situação de governo próprio” e autorizava a Assembleia Geral a aplicar estes princípios<sup>86</sup>. Porém, apesar de ambas as resoluções serem directamente aplicáveis a Portugal, em nenhum dos textos era feita uma referência específica às Províncias Ultramarinas portuguesas, tendo-se tornado assim necessária a aprovação da resolução 1542, no intuito de provocar a aplicação directa dos anteriores textos ao governo de Lisboa. Nesta resolução, afirmava-se que Portugal possuía territórios não-autónomos e todas as províncias ultramarinas portuguesas eram enunciadas como tal, sendo por isso o governo de Portugal “obrigado” a apresentar as informações solicitadas ao Secretário-Geral da ONU. A argumentação de Portugal, através do seu representante Vasco Garin, consistiu na recusa em reconhecer tais competências à Assembleia Geral e na denúncia da violação da Carta, pois tal texto era uma interferência nos assuntos internos do país, uma vez que as Províncias Ultramarinas eram parte integrante do Estado português. A acção de Portugal em renunciar o direito à autodeterminação foi tida no seio das Nações Unidas como uma “ameaça ao bem-estar da humanidade e à paz internacional”<sup>87</sup>.

A aprovação da resolução 1542 dotou a ONU de mecanismos para a contestação à política colonialista de Portugal. Na verdade, nos anos que se seguiram, marcados pelo despoletar da guerra colonial em Angola (e, posteriormente, também na Guiné e em Moçambique), os ataques a Portugal fizeram-se com base em dois pontos: a questão de Angola e o não cumprimento pelo governo português da resolução 1542.

O governo alemão, apesar de não ser um membro activo da ONU<sup>88</sup>, manteve-se muito atento a todos os acontecimentos que dissessem respeito

---

<sup>86</sup> A. E. Duarte Silva., *op. cit.*, p. 8-10.

<sup>87</sup> Franco Nogueira, *Salazar*, vol. V, p. 173.

<sup>88</sup> Nem a República Federal da Alemanha, nem a República Democrática Alemã estavam inseridas na Assembleia Geral das Nações Unidas, tendo apenas a condição de assistentes, apesar de fazerem parte de organismos associados à ONU.

a Portugal e à sua política colonial. Nesse sentido, o embaixador alemão em Lisboa informava constantemente para Bona as implicações e reacções do governo português perante os desenvolvimentos na Assembleia Geral das Nações Unidas.

Um dos elementos salientados pelo Embaixador Schaffarczyk foi a coincidência entre estes ataques tão fortes à política africana de Portugal e a realização das comemorações do V Centenário do Infante D. Henrique, simbolizando “a missão ultramarina de Portugal, no passado e também no presente”. Esta coincidência foi sentida em Lisboa de um “modo particularmente doloroso e humilhante”. O embaixador chamava ainda a atenção para o facto de o ambiente ser mais hostil a Portugal na Assembleia Geral do que na chamada Quarta Comissão, a comissão para a descolonização. Das informações enviadas para o Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão faziam parte o resultado das votações, com particular ênfase no sentido de voto dos países pertencentes à NATO, dos países da EFTA e do Mercado Único, provavelmente no sentido de perceber qual o reflexo da pertença a estas organizações no voto nas Nações Unidas, e também para perceber qual o peso de Portugal nas suas alianças, fossem militares ou económicas. Nos seus relatórios para o *Auswaertiges Amt*, o Embaixador Schaffarczyk chegou a referir que Portugal era a maior “potência colonial do mundo”, tendo conseguido manter as suas colónias desde os finais do século XIX praticamente inalteráveis, mesmo depois de potências como a Inglaterra terem já cedido independência a várias colónias<sup>89</sup>.

De qualquer modo, a análise da documentação permite-nos concluir que as informações enviadas da Embaixada em Lisboa para Bona eram apenas informações e que nenhuma espécie de interpretação era feita pelo embaixador, limitando-se a relatar os acontecimentos e o espírito com que eram acolhidos em Lisboa. Do mesmo modo, nenhuma instrução foram enviadas quer para o embaixador alemão em Lisboa, quer para o represen-

---

<sup>89</sup> *Ofício da Embaixada da República Federal da Alemanha em Lisboa*, 21 de Dezembro de 1960 – PA-AA, B 26, 111.

tante da República Federal na ONU, pelo que a atitude alemã foi de mera observação da realidade internacional em que Portugal se inseria. Julgamos no entanto que tal postura é em si mesma significativa. De facto, apesar de saber detalhadamente o que se passava com Portugal e quais as opiniões dos restantes países acerca da política colonial portuguesa, a Alemanha Federal decidiu não tomar qualquer atitude contra o seu aliado.

No que diz respeito às resoluções verdadeiramente críticas para Portugal, as resoluções 1541 e 1542, e ao impacto da sua aprovação e dos países que nelas votaram contra Portugal, o representante alemão nas Nações Unidas comunicou para Bona que se devia compreender que não eram apenas os países do bloco afro-asiático, mas também muitos da América Latina e ainda alguns europeus, nomeadamente aliados de Portugal na NATO, como a Grécia e a Turquia, que votaram favoravelmente os textos das resoluções. Esta votação contra Portugal era vista como a prova de que estes países viam a “argumentação legalista” do governo português como “irreal”, que a defesa de territórios ultramarinos como sendo portugueses, como por exemplo, “o caso de Goa perante a Índia, e o caso de Cabinda perante o Congo (Brazaville)”, não passava de um “truque de um estado colonialista”. De acordo com o representante alemão, “Portugal serviu de bode expiatório perante as outras potências coloniais, no debate da Quarta Comissão e também no debate sobre o colonialismo da Assembleia Geral”<sup>90</sup>.

Um outro elemento que prejudicou fortemente a credibilidade de Portugal na ONU foi a sua candidatura a um lugar de membro não permanente no Conselho de Segurança. Este episódio começou no início do ano de 1960, mas a sua decisão final foi conhecida em Dezembro de 1960, em simultâneo com as votações das resoluções atrás referidas. O cargo de membro não permanente do Conselho de Segurança correspondia a um mandato de dois anos, e os países candidatavam-se previamente. A candidatura de Portugal compreendia-se do ponto de vista estratégico: eram de se esperar problemas

---

<sup>90</sup> *Ofício da Representação da República Federal da Alemanha nas Nações Unidas*, 23 de Dezembro de 1960 – PA-AA, B 26, 71.

em África e Portugal não podia “renunciar a qualquer possibilidade de fazer ouvir a sua voz ou de dispor de qualquer posição de prestígio e influência internacional perante esses problemas”. No entanto, e porque os problemas em África estavam a aproximar-se, e porque a posição portuguesa perante os seus territórios ultramarinos demonstrava ser cada vez mais questionada internacionalmente, a candidatura portuguesa ao Conselho de Segurança sofreu muitas pressões. Apesar do Grupo Europeu na ONU ser favorável à candidatura portuguesa<sup>91</sup>, o peso do bloco afro-asiático era maior. Em Dezembro de 1960, foi encontrada uma solução de compromisso entre o grupo europeu e o afro-asiático: a divisão do mandato entre Portugal e um estado do seu interesse. No entanto, o bloco afro-asiático “apenas permitiu essa divisão entre a Irlanda e a Libéria”<sup>92</sup>, deixando Portugal numa posição muito fragilizada. O próprio representante alemão salientou que não deixava de ser “significativo para o prestígio de Portugal” que os países afro-asiáticos preferissem partilhar o Conselho de Segurança com a Irlanda, mas não com Portugal. Na opinião do representante alemão na ONU, a proposta de Portugal pelo grupo europeu como candidato a um lugar não permanente no Conselho de Segurança não era uma “opção táctica feliz”. Era “claro” que os países afro-asiáticos não admitiriam Portugal no Conselho, e a proposta deste país como tal tornou-o um alvo. O que se tornou mais importante era evitar a obtenção do lugar por Portugal, “e por fim conseguiram-no”, uma vez que Portugal teve de retirar a sua

---

<sup>91</sup> A Holanda candidatou-se igualmente ao Conselho de Segurança em 1960, o que era prejudicial a Portugal, pois convinha-lhe que apenas um país europeu fosse a escolha do lado ocidental. Numa reunião do Grupo Europeu na ONU foi decidido que a Holanda seria a candidata do Grupo em 1962, “passando Portugal a ser o único candidato do bloco europeu, com o apoio geral”. *Telegrama expedido n.º 77 da Embaixada de Portugal em Paris*, 29 de Maio de 1960 – AHD-MNE, Aerogramas e Telegramas expedidos pela Embaixada de Portugal em Paris, 1960.

<sup>92</sup> *Telegrama n.º 380 recebido da Delegação de Portugal nas Nações Unidas*, 18 de Dezembro de 1960 – AHD-MNE, Aerogramas e Telegramas recebidos da Delegação de Portugal nas Nações Unidas, 1960.

candidatura, “para deixar livre o caminho do que se tornaria um beco sem saída”. Por outro lado, a atitude dos países europeus era também criticada pelo representante alemão: apesar de terem apoiado desde o princípio a candidatura portuguesa, os estados europeus “deixaram cair este apoio sem qualquer escrúpulo”. Como tal, Portugal podia sentir-se injustiçado, “pois os seus parceiros na NATO abandonaram-no”<sup>93</sup>.

#### 4.4. Conclusões

Neste capítulo procurámos analisar a posição do governo alemão em relação à política ultramarina portuguesa nos anos imediatamente anteriores à eclosão da guerra colonial. Para tal, fizemos uma breve introdução acerca da política alemã para com o continente africano e para com os novos estados independentes que surgiram nestes últimos anos da década de cinquenta e no início de 1960. A política africana de Bona pautou-se essencialmente por uma aproximação económica, como modo de conquistar novos mercados para os seus produtos industrializados, recebendo em troca condições favoráveis à obtenção de matérias-primas. No entanto, esta penetração no continente africano tinha o objectivo mais geral de obter o apoio dos novos países africanos para o lado ocidental, particularmente para a posição da RFA na questão da divisão alemã. Assim, como foi referido, a política africana da República Federal servia o propósito da sua política intra-alemã.

Relativamente à política colonial portuguesa, as autoridades alemãs procuraram sempre manter uma posição discreta e neutral. Ou seja, tentando não ofender o governo de Oliveira Salazar, nem prejudicar a sua imagem junto dos estados africanos, os membros do governo da Alemanha Federal escolhiam não se pronunciar publicamente acerca da manutenção do

---

<sup>93</sup>*Ofício da Representação da República Federal da Alemanha nas Nações Unidas*, 23 de Dezembro de 1960 – PA-AA, B 26, 71.

império colonial português. Tal atitude reflectiu-se igualmente na análise feita pelos responsáveis alemães sobre a actuação dos restantes países aliados de Portugal na Assembleia Geral e no Conselho de Segurança da ONU. Apesar de reconhecerem que Portugal teria de mudar, mais cedo ou mais tarde, a sua política colonial, os alemães não concordavam que se deixasse Portugal sozinho perante as críticas dos países afro-asiáticos, tal como aconteceu na candidatura de Portugal ao Conselho de Segurança. Vejamos então em que medida as relações luso-alemãs se alteraram com o deflagrar das guerras coloniais.

**II Parte**  
**A República Federal da**  
**Alemanha e as Guerras Coloniais**  
**Portuguesas: 1961-1965**



# 1. O Deflagrar das Guerras Coloniais

## Capítulo I

No que diz respeito à posição da Alemanha Federal em relação à política colonial portuguesa, ela deverá ser analisada em diferentes momentos e em diferentes planos. Deve ser feita uma distinção entre o apoio à defesa de Portugal e do regime de Oliveira Salazar, que será mais visível ao nível da cooperação militar luso-alemã, e como tal, será analisada separadamente, e a posição alemã perante a política colonial portuguesa. A determinação portuguesa em lutar pela manutenção das suas colónias não encontrou, na Alemanha Federal, muitos adeptos que estivessem dispostos a dar a cara pelo governo português – sendo de salientar, no entanto, as personalidades de Eugen Gerstenmaier e Richard Jaeger que, apesar de influentes, não o eram o suficiente para determinar a política alemã para com Portugal. No entanto, as autoridades alemãs também não deixavam transparecer publicamente o seu eventual desacordo com a prossecução das guerras coloniais em África.

Neste capítulo procurar-se-á observar o acompanhamento feito pelos responsáveis alemães relativamente às várias frentes enfrentadas por Portugal na sequência da eclosão das guerras coloniais. Igualmente será analisada a postura das autoridades alemãs perante o governo português e a interacção daquelas com os restantes países que faziam parte da sua estratégia de política externa, isto é, os seus aliados e os países afro-asiáticos, que ganhavam um peso cada vez maior à medida que a década de sessenta evoluía.

### 1.1. O Assalto ao Pacote *Santa Maria*

Um dos primeiros episódios que chamou a atenção do governo alemão – e de todos os governos ocidentais – para a situação colonial

de Portugal foi, sem dúvida, o caso do assalto ao paquete *Santa Maria*, liderado por Henrique Galvão.

Na madrugada do dia 22 de Janeiro de 1961, o paquete português *Santa Maria* foi assaltado por um grupo de oposicionistas portugueses e espanhóis, liderados por Henrique Galvão e sob a égide do Directório Revolucionário de Libertação Ibérica (DRIL). O objectivo inicial deste ataque era a condução do navio para a costa ocidental de África, com o intuito de, baseado no apoio de forças rebeldes locais, provocar a revolta em Angola e na Guiné espanhola. Depois de concluída a revolta, o passo seguinte seria a constituição de um governo português no exílio, desencadeando uma forte oposição contra o regime de Salazar. No entanto, estas motivações políticas não foram imediatamente divulgadas aquando do assalto ao navio e, quando o governo português fez um apelo aos governos seus aliados – nomeadamente aos Estados Unidos e à Inglaterra – para que auxiliassem as autoridades portuguesas a capturar o navio, este episódio era ainda tido como um acto de pirataria, o que, ao abrigo do direito internacional, dava autorização para que o navio fosse apreendido. Tanto os EUA<sup>94</sup> como a Inglaterra enviaram navios de guerra para localizar e perseguir o paquete.

Porém, num comunicado difundido por Galvão a 24 de Janeiro, via rádio, eram declaradas as intenções políticas do seu acto e revelado que havia sido levado a cabo sob a orientação de Humberto Delgado. Os governos americano e britânico, que tinham acedido ao pedido de auxílio português, ao conhecerem os fundamentos políticos do assalto, “abandonaram a perseguição ao paquete” ficando apenas os navios americanos a seguir de longe o navio<sup>95</sup>. Quando foi definida a intercepção do paquete português, já Washington tinha decidido “lidar com Galvão como oponente político do

---

<sup>94</sup> Para um acompanhamento da atitude do governo americano perante este assunto, ver Luís Nuno Rodrigues, *Salazar- Kennedy: A crise de uma aliança*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002, p. 35-58.

<sup>95</sup> Franco Nogueira, *Salazar. Vol. V: A Resistência (1958-1964)*, Coimbra, Civilização Editora, 2000, p. 195.

regime”, permitindo a subida a bordo do *Santa Maria* do almirante americano Dennison. Este chegou a acordo com Henrique Galvão, estabelecendo a solução para todo o episódio: os activistas obteriam asilo político no Brasil (possibilitado pela recente eleição para a presidência brasileira de Jânio Quadros, claro e público apoiante de Galvão e de Delgado) e o navio seria entregue ao governo brasileiro e não directamente a Portugal<sup>96</sup>.

A 4 de Fevereiro foi emitida pela Presidência do Conselho uma nota oficiosa para a imprensa portuguesa, onde eram descritos os acontecimentos passados com o paquete *Santa Maria*, e onde o governo português agradecia “com ênfase” aos governos aliados pela colaboração prestada, nomeadamente “a atitude extremamente amigável e de perfeita correcção do governo e das autoridades brasileiras”<sup>97</sup>.

O caso do assalto ao paquete *Santa Maria* foi, pela sua importância para o governo português, acompanhado de perto pelas autoridades da Alemanha Federal, nomeadamente pela Embaixada em Lisboa e pelo consulado em Luanda. Num ofício deste consulado, de 31 de Janeiro de 1961, era dito que as acções de Delgado e de Galvão, “para além de uma considerável chamada de atenção”, tinham provocado “a tomada de providências excepcionais” por parte das autoridades portuguesas. Todo o litoral angolano estava em alerta. Apesar de não se saber se Delgado teria na realidade “quaisquer aliados” em Angola, o Cônsul chamava a atenção para o facto de, nesta província, a oposição ao regime de Salazar atingir uma percentagem “maior do que em qualquer parte do império português”, tendo o General Humberto Delgado obtido, nas eleições presidenciais de 1958, e “apesar de todos os impedimentos”, quase “60% dos votos”. Neste aspecto, a chamada de atenção para Angola advinha também do facto de aí se encontrarem centenas de jornalistas do mundo inteiro, que, de acordo com este mesmo relatório do Consulado alemão de Luanda, estavam

---

<sup>96</sup> Fernando Rosas, *História de Portugal. Vol. VII: O Estado Novo (1926- 1974)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 533.

<sup>97</sup> Franco Nogueira, *Salazar*, p. 201.

avisados desde Dezembro de 1960 para os “factos extraordinários” que iriam ter lugar nesta província portuguesa. Os incidentes ocorridos naquela província (em Fevereiro de 1961, em simultâneo com este assalto do navio *Santa Maria*, houve ataques às populações brancas no norte de Angola) teriam sido “certamente harmonizados com a acção de Galvão, que ganha assim uma nova expressão”<sup>98</sup>.

Por parte da Embaixada da República Federal da Alemanha em Lisboa foi feito um balanço acerca das consequências que o episódio do assalto ao *Santa Maria* teria para Portugal, em termos de política externa e interna<sup>99</sup>. As conclusões deste longo relatório foram sistematizadas no *Auswaertiges Amt* a fim de serem facilmente lidas pelo Secretário de Estado, e pelo próprio Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha Federal<sup>100</sup>.

As primeiras reacções do governo português eram descritas pela Embaixada da República Federal da Alemanha como de “atrapalhação”, principalmente porque, assim que soube do assalto, e apesar de não se ter “nenhuma referência” à colaboração de grupos opositores da metrópole, “o governo português, por precaução, mandou prender vários membros da oposição”. No entanto, as “críticas ao governo português”, que desde logo apareceram na imprensa dos países ocidentais, e o “escasso auxílio militar dos aliados” a Portugal para a apreensão do navio, serviram “como um sinal” à oposição para esta apresentar as suas reivindicações públicas “a favor de uma liberalização governativa”. No entanto, estes desejos não tiveram “um sucesso visível”, pois para o governo português foi uma “considerável vitória política” a entrega do navio a Portugal pelo governo brasileiro. Simultaneamente, os incidentes de Angola permitiram ao governo português “apelar com sucesso para os sentimentos nacionais e para a unanimidade

---

<sup>98</sup> *Ofício do Consulado da República Federal da Alemanha em Luanda*, 31 de Janeiro de 1961 – PA-AA, B 26, 108.

<sup>99</sup> *Ofício da Embaixada da República Federal da Alemanha em Lisboa*, 22 de Fevereiro de 1961 – PA-AA, B 26, 108.

<sup>100</sup> *Apontamento acerca das consequências ao nível da política interna e externa do golpe de Galvão*, 3 de Março de 1961 – PA-AA, B 26, 108.

de todos os portugueses na manutenção das províncias ultramarinas". Ou seja, para a Embaixada alemã em Lisboa, a devolução do *Santa Maria* e todo o cerimonial que a rodeou favoreceu o regime, criando um elemento de unidade da nação e fazendo esquecer a desilusão provocada pela atitude americana e inglesa.

No relatório da Embaixada alemã em Lisboa não era dada muita relevância à atitude do governo dos Estados Unidos e da Inglaterra que, como se viu, foi claramente contrária à posição do governo português, mas o futuro das relações luso-brasileiras era profundamente analisado. Deste modo, eram esperadas dificuldades nas relações entre os dois governos, essencialmente devido à eleição de Jânio Quadros. "Não nos devemos enganar" afirmava o embaixador, "pela atitude oficial de amizade" que a entrega do navio pelo governo brasileiro representava: a atitude geral do governo brasileiro nesta questão "não facilitou a situação" para o governo português<sup>101</sup>.

Em relação às consequências do "episódio do *Santa Maria*" para as relações luso-alemãs, elas seriam quase nulas. O embaixador alemão foi chamado ao Secretariado Nacional da Informação por causa de um artigo do *Der Spiegel*, que seria contrário a Salazar, ao que Schaffarczyk respondeu que a "liberdade de imprensa vigente" na Alemanha Federal não permitia a interferência governamental na imprensa. No entanto, pelo lado português não existia a impressão de que a imprensa alemã durante o caso do *Santa Maria* tivesse "adoptado um espírito anti-Salazar". Por fim, durante algumas conversas que o representante alemão teve com membros do Ministério dos Estrangeiros português, "todos" haviam aproveitado a ocasião para assegurar o embaixador que, "de todas as nações amigas", a República Federal não prosseguia nenhum objectivo político que se opusesse "a qualquer interesse vital português", sendo assim as relações muito positivas<sup>102</sup>.

---

<sup>101</sup> *Apontamento acerca das consequências ao nível da política interna e externa do golpe de Galvão*, 3 de Março de 1961 – PA-AA, B 26, 108.

<sup>102</sup> *Idem*.

Simultaneamente, do lado do governo alemão, havia até quem se manifestasse publicamente contra a atitude dos aliados de Portugal. Pouco antes de viajar para Lisboa, onde esteve entre 11 e 17 de Maio de 1961, o ministro da Economia e Vice-Chanceler alemão, Ludwig Erhard, participou num jantar da Embaixada portuguesa em Bona, onde teceu grandes elogios a Salazar e onde se abordou o episódio do assalto ao paquete *Santa Maria*. Para o ministro da Economia alemão, o regime salazarista “saíra reforçado” de tal acontecimento, sendo de lamentar a “incompreensível atitude” da imprensa mundial, dando “relevo a empreendimentos de «gangsters»”<sup>103</sup>.

O assalto ao paquete *Santa Maria* foi uma das primeiras crises graves que o governo português viria a sofrer neste ano de 1961. Foi o primeiro choque com o governo do recém-empossado John F. Kennedy, e foi talvez a primeira grande chamada de atenção para os problemas em Angola, nomeadamente através da imprensa internacional. Apesar de não ter qualquer espécie de intervenção neste episódio, o governo da Alemanha Federal esteve sempre atento ao que se passava, principalmente ao nível das consequências que daí advinham para a estabilidade de Portugal e das repercussões na política externa do governo português. Contudo, a operação de Henrique Galvão não era vista pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros federal como uma causa directa para os incidentes que ocorreram em início de Fevereiro em Angola, tendo estes sido “o resultado de uma série de factores: a opressão dos nativos, a crise económica, a entrada de agitadores nacionalista vindos do ex-Congo belga e de outros territórios não portugueses”<sup>104</sup>. A análise destes acontecimentos e das suas consequências será feita em seguida de modo mais detalhado.

---

<sup>103</sup> *Ofício da Embaixada de Portugal em Bona*, 4 de Maio de 1961 – AHD-MNE, PEA, Proc. n.º 922, Maço 281.

<sup>104</sup> *Nota do Auswaertiges Amt sobre a possível concessão de auxílio financeiro ao desenvolvimento das Províncias Portuguesas*, 22 de Março de 1961 – PA-AA, B 26, 71.

## 1.2. A Situação nas Províncias Ultramarinas Portuguesas

Da análise da troca de correspondência no início de 1961 entre a Embaixada alemã em Lisboa e o Ministério dos Estrangeiros de Bonn, chegamos à conclusão de que a política alemã para com Portugal no que dizia respeito às suas províncias ultramarinas se baseou em dois pilares distintos e um pouco contraditórios. Por um lado, percebemos que apesar de o Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão não desejar o envolvimento de Portugal, um aliado, numa guerra nos seus territórios em África, que seria inevitavelmente arriscada e perigosa e envolveria a reputação de todo o Ocidente, procurou simultaneamente preservar ao máximo a sua posição perante o governo português. Ou seja, a República Federal da Alemanha iria usar a sua influência para levar o governo português a acompanhar os «ventos de mudança» que assolavam as colónias portuguesas, mas nunca poria em risco as boas relações com o governo de Oliveira Salazar.

Um exemplo desta dualidade na tentativa de manutenção de boas relações com o gabinete de Salazar, ao mesmo tempo que se evitava um apoio à sua política ultramarina, é o modo como foi analisada a situação nas províncias portuguesas em África e as conclusões obtidas por um estudo feito no Ministério dos Negócios Estrangeiros Federal, acerca da possibilidade de concessão de ajuda financeira a Angola e Moçambique.

Na nota final relativa a este assunto eram apontadas as difíceis condições sociais em que viviam os nativos daquelas duas colónias – nomeadamente a existência de “trabalhos forçados para os nativos, baixíssimo nível de vida, restrição elevada da liberdade individual”, para além da proibição de actividade política, intervenção “violenta e sem qualquer respeito” por parte da polícia e militares portugueses, pressão sobre a Igreja, porque esta defendia “a educação e igualdade de direitos para os negros” e uma crescente crise económica. É também interessante o facto de os responsáveis do Ministério dos Estrangeiros não tomarem como motivo principal para os incidentes violentos de Fevereiro de 1961 o caso do assalto ao paquete *Santa Maria*, mas justificarem esses incidentes como “o resultado de uma série de factores” existentes no território angolano, decorrentes de algumas

deficiências da administração colonial portuguesa, como sejam a “opressão dos nativos” e a “entrada de agitadores nacionalistas vindos do ex-Congo belga e outros territórios não portugueses”. A isto acrescentava-se a “agravante” de não haver em Angola e Moçambique “apenas a oposição dos negros”, mas também uma “oposição branca”, em consequência da “presença de numerosos opositores a Salazar”. Era um facto que a esfera comunista e o bloco de Leste estavam interessados no agravamento da tensão, mas os principais elementos de resistência eram “os nacionalistas africanos e a oposição ao regime de Salazar”. Como podemos observar, e ao contrário do que o governo português desejava, os responsáveis pela política externa alemã excluía a tese da conspiração comunista contra o regime português como estando na base dos ataques ao norte de Angola<sup>105</sup>.

A avaliação que foi feita da situação das províncias ultramarinas também não era a mais abonatória para Portugal: perante a possibilidade de que as revoltas de Angola se agravassem e que atingissem também Moçambique, a previsão alemã era que, “mais cedo ou mais tarde”, Portugal perderia os seus territórios ultramarinos. Ao mesmo tempo, o governo português não estava numa situação de se poder “defender por muito tempo dos ataques massivos das forças revolucionárias”, o que afastava também a possibilidade de uma “longa luta armada” naqueles territórios, de acordo com os responsáveis alemães.

No que diz respeito à concessão do referido auxílio financeiro ao desenvolvimento para as províncias ultramarinas portuguesas em África, era de esperar que, perante estas dificuldades, não tivesse “muito sucesso”, a menos que se tratasse de uma ajuda “mais política do que económica”. Diante desta “instabilidade política”, quaisquer investimentos corriam o risco de se perder. Era por isso “de desaconselhar investimentos privados” nas províncias ultramarinas portuguesas<sup>106</sup>.

---

<sup>105</sup> *Nota do Auswaertiges Amt sobre a possível concessão de auxílio financeiro ao desenvolvimento das Províncias Portuguesas*, 22 de Março de 1961 – PA-AA, B 26, 71.

<sup>106</sup> *Idem*.

Para além das condicionantes negativas que desaconselhavam estes investimentos privados, um auxílio financeiro por parte do governo alemão ao desenvolvimento dos territórios africanos portugueses seria, “pelas suas circunstâncias políticas”, negativo para a República Federal: todos os Estados do bloco afro-asiático se opunham “apaixonadamente” ao “chamado sistema português de províncias ultramarinas, identificando-o como sistema colonial já ultrapassado”. Uma eventual ajuda alemã só iria “carregar sobre a República Federal o ódio ao neo-colonialismo” e “diminuir a simpatia” que os Estados afro-asiáticos nutriam pela Alemanha ocidental. O que, conseqüentemente, iria fundamentar as críticas já existentes por parte de certos estados africanos, que acusavam a RFA de querer “amparar o «regime fascista» salazarista em África”. Um tal auxílio seria também aproveitado pela União Soviética e mesmo pela «Zona de Ocupação Soviética [RDA]», para atacar o governo federal, uma vez que o auxílio alemão para as províncias ultramarinas seria visto não só como “uma ajuda a Portugal”, como também ao regime de Salazar, o que poderia ter “repercussões delicadas” ao nível da política interna da Alemanha Federal. Simultaneamente, a atitude dos Estados Unidos demonstrava a “posição crítica generalizada” de todos os Estados ocidentais em relação à política portuguesa, podendo a concessão de apoio a Portugal, “neste momento”, dificultar o prestígio da RFA, inclusivamente no seio dos seus aliados – o que seria um risco inoportuno para o governo alemão. Não era também possível a concessão de ajuda económica sob a condição de que o sistema colonial português fosse revisto, pois tal exigência seria automaticamente vista como “uma intromissão ilegal” nos assuntos internos por parte do governo português. Por fim, esta ajuda dificultaria uma “cooperação futura” com Angola e Moçambique quando estes atingissem a sua condição de “Estados independentes”, pois certamente se recusariam aceitar a ajuda de um país que auxiliara o regime colonialista.

A conclusão deste documento apontava assim que, qualquer que fosse “o apoio ao presente sistema colonial português”, este seria sempre “uma atitude perigosa e delicada para a Alemanha Federal”, tanto do ponto de

vista interno como externo, atitude que seria passível de colocar a RFA numa situação de isolamento, inclusivamente perante os seus aliados, algo que era incomportável no contexto de divisão que vivia<sup>107</sup>.

Como resultado de todas estas considerações sobre a política ultramarina portuguesa, o Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão decidiu adoptar uma posição perante o seu aliado ocidental que consistia em duas linhas principais e que marcariam toda a década de sessenta: “evitar tudo o que possa ser visto pelos Estados afro-asiáticos como um apoio à política colonial portuguesa” e, simultaneamente, “esforçar-se para que em Portugal não se tenha a impressão que a sua aliança está em risco”. Neste sentido, e pelos motivos já referidos anteriormente, não seria concedido nenhum auxílio financeiro directamente às províncias ultramarinas portuguesas e apenas se previam alguns financiamentos a projectos concretos a realizar em Portugal metropolitano.

A decisão de não apoiar directamente a política ultramarina portuguesa levou ainda a uma outra consequência: a necessidade de se adoptar uma total “discrição em relação às possessões portuguesas”. Neste sentido, o *Auswaertiges Amt* pronunciou-se “contra” a realização de uma visita que o Adido Militar alemão em Lisboa havia sido convidado a fazer a Angola pelo Ministério português da Defesa, devido ao risco de “interpretações contrárias” que esta poderia suscitar. Igualmente as visitas “puramente informativas” seriam “de evitar” de modo a que qualquer tomada de posição pudesse ser identificada “com a posição oficial do governo de Bona”<sup>108</sup>.

Percebemos assim que o governo alemão estava a tornar-se apreensivo em relação aos desenvolvimentos da situação na Província portuguesa de Angola, sem, no entanto, criticar directamente o regime português. O problema era a política ultramarina e não o regime de Oliveira Salazar na sua generalidade.

---

<sup>107</sup> Nota do *Auswaertiges Amt* sobre a possível concessão de auxílio financeiro ao desenvolvimento das Províncias Portuguesas, 22 de Março de 1961 – PA-AA, B 26, 71.

<sup>108</sup> Nota do *Auswaertiges Amt* sobre a política ultramarina portuguesa e o futuro posicionamento da RFA perante Portugal, 30 de Março de 1961 – PA-AA, B 26, 72.

### 1.3. A «Abrilada» de Botelho Moniz

Talvez confirmando as dúvidas do governo alemão, as críticas à política ultramarina portuguesa partiram também do interior do governo de Oliveira Salazar, chegando a concretizar-se numa tentativa de golpe de Estado liderado pelo Ministro da Defesa Nacional, Júlio Botelho Moniz. Mas a razão para que em Março-Abril de 1961 fosse tomada a decisão de agir poderá estar relacionada com os acontecimentos em Angola e com a consecutiva tomada de consciência por parte dos responsáveis pela Defesa Nacional da falta de condições ao nível militar para fazer face à situação aí desencadeada.

A posição de Botelho Moniz foi apresentada a Oliveira Salazar ainda em Março de 1961, através de uma extensa carta, que originou reuniões entre os dois, a 28 e 29 desse mês. A necessidade de levar a cabo uma renovação do regime, “dentro da continuidade”, serviria para desanuviar o “ambiente político nacional e o pesado clima internacional”. Em relação às Forças Armadas, o ministro acentuava a “situação insustentável”, onde se corria o risco de “ficar à mercê de um ataque frontal (...) sem meios bastantes e com uma missão de suicídio” da qual as forças portuguesas não seriam capazes de sair, “uma vez que a política não lhe encontra solução nem parece capaz de a procurar”<sup>109</sup>. Nas semanas seguintes, o Ministro da Defesa Nacional desenvolveu vários contactos com personalidades relacionados com as Forças Armadas, procurando granjear apoios para a sua tentativa de golpe de Estado, esperando que os seus interlocutores lhe dessem razão<sup>110</sup>.

Em início de Abril, Moniz encontrou-se com Américo Tomás, exigindo-lhe a destituição de Oliveira Salazar. Caso o seu pedido não fosse aceite, Botelho Moniz estava decidido a tomar o poder pela força. O Presidente

---

<sup>109</sup> Franco Nogueira, *Salazar*. vol. V, pp. 226-227.

<sup>110</sup> Fernando Rosas (coord.), *História de Portugal*. Vol. VII. *O Estado Novo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 477.

da República prometeu a Botelho Moniz pensar nas questões por si levantadas, tentando assim adiar a questão. Conseguiu-o de tal modo que, na tarde de 13 de Abril, enquanto Moniz se reunia com as chefias militares para por em prática as suas intenções, tinha já sido anunciado na Emissora Nacional a demissão do Ministro da Defesa Nacional e das principais chefias militares a ele associadas, tornando a acção dos golpistas completamente inoperante.

Ainda no dia de 13 de Maio, o próprio Presidente de Conselho comunicou à população, através da rádio, que tinha decidido tomar para si a pasta da Defesa Nacional, facto que justificava apenas “com uma palavra: Angola”. Este discurso ficou célebre pela decisão de “andar rapidamente e em força” para melhor se “defender Angola e com ela a integridade da Nação”. Podemos dizer que, se ainda existissem dúvidas acerca da vontade de Oliveira Salazar de defender militarmente o império ultramarino português, essas dúvidas se dissiparam com estas palavras. Juntamente com Salazar na pasta da Defesa, foi nomeado Gomes de Araújo para o cargo de Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas e Mário Silva como Ministro do Exército.

No entanto, a remodelação ministerial iniciada com a demissão do Ministro da Defesa Nacional atingiu todos os campos do governo só ficando concluída em princípios de Maio. Nesta ocasião tomou posse Alberto Franco Nogueira como Ministro dos Negócios Estrangeiros. Franco Nogueira era considerado pelo embaixador alemão em Lisboa como um “diplomata talentoso e extraordinariamente inteligente”, que se anunciava como “representante de uma política nacionalista”. De resto, toda a remodelação governativa deste mês de Maio de 1961 era visto pelo representante alemão em Lisboa como indicadora do “endurecimento da política nacionalista de Portugal”<sup>111</sup>.

---

<sup>111</sup> *Ofício da Embaixada da República Federal da Alemanha em Lisboa, 5 de Maio de 1961 – PA-AA, B 26, 71.*

De acordo com o próprio Franco Nogueira, este seria um “governo de guerra para um país em guerra”, originando uma “consciência colectiva de novo e remozado empenhamento”<sup>112</sup>. Para além das mudanças na Defesa e nos Estrangeiros, também o sector da economia foi afectado, nomeadamente com a passagem de Correia de Oliveira da Secretaria de Estado do Comércio para o cargo de Ministro de Estado adjunto da Presidência do Conselho (cargo novo criado por Oliveira Salazar), sendo substituído por Dias Rosas.

O Embaixador Schaffarczyk teve a oportunidade de se reunir com o Ministro dos Estrangeiros, Marcelo Mathias, na véspera de ser anunciada a remodelação ministerial, em 4 de Maio de 1961. Neste encontro, o ainda Ministro dos Negócios Estrangeiros esclareceu o embaixador alemão de que o governo português “teria a intenção de mais tarde dar uma maior autonomia à administração local de Angola”, ou seja, seria criada uma administração para a província portuguesa que “incorporaria brancos, pretos e mulatos” e que teria uma relativa autonomia da metrópole. Porém, a “autonomia política” estava, sob “qualquer circunstância”, fora de questão. Para além do mais, qualquer autonomia só seria possível depois de serem anuladas todas as infiltrações e revoltas. O governo de Lisboa, assegurava o Ministro português, estava disposto a “mobilizar todas as suas forças para ficar senhor da situação” e, inclusivamente, “em lutar até ao último homem”. Em relação às atitudes dos Estados Unidos relativamente a Portugal, Mathias acreditava que a atitude da Administração Kennedy se devia às experiências com o Congo e que mudaria “mais cedo ou mais tarde”<sup>113</sup>.

A situação interna do governo português parecia ao representante alemão em Lisboa um pouco ambígua. Nos jornais notava-se de dia para dia as correcções nas avaliações das forças rebeldes, “passando de umas dezenas que atacaram pequenas povoações para centenas e até milhares

---

<sup>112</sup> Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 257.

<sup>113</sup> *Ofício da Embaixada da República Federal da Alemanha em Lisboa*, 5 de Maio de 1961 – PA-AA, B 26, 71.

que aterrorizam o norte de Angola". Apesar disto, do lado português julgavam ser possível a eliminação das actividades dos revoltosos "pelo fim das estações das chuvas", de modo a se aproveitar a estação seca para "limparem o resto com aviões". Só depois de eliminadas as revoltas seriam de esperar as melhorias para os nativos e, a longo prazo, "grandes investimentos" seriam introduzidos na colónia, tal como Marcelo Mathias havia referido, contando Portugal para isso, com a ajuda das "nações amigas", de entre as quais se salientava a República Federal. De qualquer modo, na opinião do embaixador alemão em Lisboa, a atitude do Presidente de Conselho era "impossível de prever", mesmo para o melhor dos conhecedores do regime. Podia mesmo esperar-se que Oliveira Salazar se "apoderasse habilmente" das concepções do ex-Ministro da Defesa, Júlio Botelho Moniz, e que, inclusivamente contra a vontade das "cerca de 50 famílias ricas" que "determinam os investimentos no ultramar", decidisse implantar reformas sociais, na altura que ele achasse mais conveniente<sup>114</sup>.

Com o agravamento da situação em Angola, o Embaixador Schaffarczyk reconhecia que Portugal estava a passar "pelas horas mais difíceis da sua História". Estes momentos delicados para o regime português advinham não só da situação militar mas principalmente por, imediatamente após as celebrações Henriquinas (onde um grande número de países tinha participado), se encontrar agora isolado, "abandonado pelas nações aliadas e criticado duramente pela ONU". Por outro lado, as dificuldades previstas no terreno eram imensas. Para além das dificuldades de deslocação, eram de esperar problemas no abastecimento das tropas. De igual modo, o facto de se tratar de uma guerra de guerrilhas tornava a aniquilação das forças rebeldes muito difícil, tal como o comprovavam as escassas informações oficiais sobre "uma possível, mas limitada, ofensiva contra os rebeldes". Um esperado cerco aos revoltosos revelar-se-ia algo simplesmente inimaginável, pois as forças portuguesas apenas conseguiam estabelecer pequenos

---

<sup>114</sup> *Ofício da Embaixada da República Federal da Alemanha em Lisboa, 5 de Maio de 1961 – PA-AA, B 26, 71.*

pontos de apoio no “colossal espaço do norte de Angola”, e os rebeldes continuavam a surgir livremente do mato. O Embaixador Schaffarczyk referia a existência de alguns ataques no centro e sul de Angola, e até “alguns alemães”, residentes na zona do Libolo, no centro de Angola, tinham já “enviado as suas famílias para Luanda”. Igualmente em Lisboa estavam já muitos barcos com famílias residentes do norte da província que fugiam aos ataques<sup>115</sup>.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros federal ficou surpreendido com o parecer “demasiado próximo ao governo português” emitido pelo Embaixador Herbert Schaffarczyk. Apesar deste tecer já algumas críticas à actuação do regime português, não deixava de acreditar numa mudança a longo prazo da política ultramarina. O embaixador, no entender do Ministério, devia ter-se apercebido, pelas conversas que tinha tido com os embaixadores dos EUA, da França e do Brasil em Lisboa, da “manifesta preocupação” destes em relação aos desenvolvimentos futuros da política colonial portuguesa, que teriam sido “claramente expostos” ao representante alemão. Por outro lado, era também compreensível, através dos anteriores relatórios enviados de Lisboa, que se mantinham duas constantes na realidade política portuguesa: a probabilidade de uma pacificação da situação em Angola, através da implementação de reformas, embora não nas regiões revoltosas, mas sim noutros territórios, como por exemplo, Moçambique; e, simultaneamente, a “inexistência de uma vontade séria e inflexível” de implementar essas mesmas reformas por parte do lado português. Adicionalmente, o próprio ministro dos Negócios Estrangeiros português, Franco Nogueira, tinha apresentado ao Embaixador Schaffarczyk e ao Secretário de Estado americano, Dean Rusk, num encontro durante uma conferência da NATO, as já “habituais” linhas da política portuguesa: a manutenção da política ultramarina portuguesa, porque não havia outra alternativa que não a luta; a recusa de qualquer compromisso e nenhuma tentativa de imple-

---

<sup>115</sup> *Situação Interna de Portugal – Ofício da Embaixada da República Federal da Alemanha em Lisboa para o Auswaertiges Amt*, 14 de Julho de 1961 – PA-AA, B 26, 106.

mentar uma autonomia da administração local nas colónias. Devido a esta “teimosia” do governo português, começava já a manifestar-se a oposição ao governo federal, apesar de ter pouca visibilidade, e algumas vezes discordantes, que rompiam com a “unanimidade patente na opinião pública” a favor da defesa de Angola, no início do conflito. Por outro lado, mesmo nas esferas oficiais e para além dos sucessos militares até aí alcançados, surgiam dúvidas da real capacidade de Portugal em conseguir aguentar as revoltas na Guiné e em Moçambique, quando elas aparecessem<sup>116</sup>.

## 1.4. A Perda de Goa

No entanto, o ano de 1961 não iria acabar sem se dar a primeira baixa no império colonial português: a perda do Estado Português da Índia.

Culminando em Dezembro de 1961, o conflito entre Portugal e a União Indiana arrastava-se já desde 1953, altura em que o governo de Nehru decidira proibir o trânsito entre as províncias de Dadrá e Nagar Aveli. Em 1955, assim que foi admitido nas Nações Unidas, Portugal desencadeou um processo contra a União Indiana no Tribunal Internacional de Justiça de Haia, que proferiu uma resolução em Abril de 1960. A sentença do tribunal reconhecia o direito de passagem entre Damão e os restantes territórios, no respeitante a pessoas, mercadorias e funcionários civis, mas não era referido nenhum exercício de soberania declaradamente para o governo português, criando assim espaço para que ambos os governos se mostrassem vencedores desta disputa. Até Dezembro de 1961, nada mais se alterou.

À medida que o discurso de Nehru se tornou mais agressivo, chegando a ser clara, em Agosto de 1961, a defesa de uma acção armada contra Goa, Damão e Diu, o governo português decidiu pressionar os governos

---

<sup>116</sup> *Nota do Auswaertiges Amt – Análise da Situação em Portugal, particularmente em relação à questão de Angola*, 2 de Agosto de 1961 – PA-AA, B 26, 106.

estrangeiros no sentido de “condenar publicamente qualquer recurso à força” e apoiar a proposta portuguesa de enviar “observadores internacionais independentes para a fronteira indo-portuguesa”, de modo a que fossem determinadas “a natureza e responsabilidade de quaisquer acidentes que se possam produzir”<sup>117</sup>.

Tal iniciativa foi também feita junto do governo da República Federal da Alemanha. Numa nota entregue a 11 de Dezembro de 1961 no Ministério dos Negócios Estrangeiros de Bona, o governo português advogava que “a campanha levada a cabo contra Goa se explica com a presente situação interna da Índia”, nomeadamente com a proximidade das eleições, através das quais o governo indiano procurava mostrar à sua população que não temia “enfrentar as potências estrangeiras”, tanto mais que não seria “certamente capaz de enfrentar a China na luta da fronteira norte com a mesma e necessária dureza, o que lhe valerá uma grande perda de prestígio”<sup>118</sup>. As reacções do governo federal a esta iniciativa do governo português são desconhecidas, assim como não foi tornada pública a diligência do embaixador português junto do Ministério alemão.

A 18 de Dezembro, a União Indiana invadiu os territórios sob administração portuguesa. Apesar de a questão ter sido levantada por Portugal no Conselho de Segurança da ONU, e apesar de ter havido uma proposta de resolução “cautelosa”<sup>119</sup> sobre o assunto por parte da França, Turquia, EUA e Inglaterra, a questão morreu nas mãos do veto soviético. Nos dias subsequentes ao ataque, especialmente depois da rendição dos militares portugueses, sob a chefia de Vassalo e Silva, totalmente contra as ordens de

---

<sup>117</sup> Franco Nogueira, *Salazar, vol. V*, pp. 355.

<sup>118</sup> *Nota sobre a situação de Goa, 11 de Dezembro de 1961* – PA-AA, B 26, 106.

<sup>119</sup> Cautelosa porque apenas “lamentava o emprego da força (...), pedia uma cessação imediata das hostilidades e convidava o governo indiano a retirar imediatamente as suas forças para as posições em que estavam antes do dia 17 de Dezembro de 1961”, não chegando a condenar expressamente a União Indiana. Vide José Medeiros Ferreira, “Índia, Estado Português da” in Rosas, Fernando e Brito, José Brandão (coord.), *Dicionário de História do Estado Novo, vol. I*, Bertrand Editores, Venda Nova, 1996, pp. 457-460.

Salazar, levantaram-se as vozes dos países ocidentais e da América Latina contra a iniciativa da União Indiana.

Num telegrama recebido no *Auswaertiges Amt* da Embaixada da República Federal da Alemanha em Nova Deli, era explicada em detalhe a situação dos territórios portugueses. A principal admiração demonstrada pelo embaixador alemão centrava-se na “profunda alteração na política externa indiana” que a acção contra os territórios portugueses representava. Por “todo o lado” se perguntava quais os motivos para tal alteração e quando teria sido tomada essa decisão. No entanto, alguns momentos de 1961 podiam ser, de acordo com o embaixador alemão na capital indiana, interpretados como “sintomas” para tal modificação: o envio de tropas indianas para o Congo representava já um desvio à “tão proclamada teoria da política da não-violência”. Posteriormente, em Agosto desse ano o Primeiro-Ministro Nehru falara no parlamento pela “primeira vez, da possibilidade do uso da força contra os portugueses”<sup>120</sup>.

De acordo com o embaixador alemão, foi-lhe dito pelo próprio Vice-Presidente da União Indiana que a decisão de enfrentar os portugueses se devia “à desorientação indiana provocada pela Conferência de Belgrado, em Setembro”. Aí Nehru tinha sido “constantemente questionado” pelos representantes dos países africanos pelos motivos que levavam à reserva indiana em relação a Goa. O descontentamento destes países levou finalmente a que Nehru desistisse da sua “até aqui hábil discrição” em relação aos territórios portugueses, de modo a que pudesse conservar a “simpatia dos Estados afro-asiáticos e mantivesse o papel de líder destes países”. Uma outra razão para o ataque a Goa, Damão e Diu dizia respeito às ameaças da China Comunista na fronteira norte da União Indiana. De acordo com o embaixador alemão, a opinião pública indiana estava cada vez mais descontente com a actuação de Nehru em relação à sua política externa, o que o teria levado a optar por decidir a resolução da questão de

---

<sup>120</sup> *Ofício da Embaixada da República Federal da Alemanha em Nova Deli, 22 de Dezembro de 1961 – PA-AA, B 26, 192.*

Goa. Tal operação permitir-lhe-ia “um mérito do ponto de vista da política interna sem grande esforço”, o que iria ser igualmente rentável em relação às eleições próximas.

O balanço final deste episódio foi feito pelo embaixador alemão muito sucintamente. Os pontos positivos da acção de Nehru eram a total libertação do seu território de influências coloniais estrangeiras, a tranquilização do mundo africano relativamente aos objectivos indianos de política externa e a confirmação da liderança indiana do bloco dos países Não-Alinhados, a pacificação da sua própria opinião pública, que havia esquecido por momentos as críticas à política externa e, finalmente, a reeleição do seu partido e com isso, a garantia de uma Índia relativamente estável nos próximos anos, algo importante igualmente do ponto de vista internacional. No entanto, a ocupação de Goa tinha também aspectos negativos, que não foram ignorados pelo representante alemão. O principal destes pontos negativos era a perda de uma “posição moral e politicamente única” no mundo, mas era de realçar também o nascimento de um “instinto militarista” na opinião pública indiana, cada vez mais visível, assim como um “fortalecimento psicológico” do Paquistão e da China. Por fim, esta iniciativa poderia ainda desencadear pelo mundo acções descolonizadoras igualmente violentas, que iriam certamente dar origem a uma grande crise política, que prejudicaria a própria Índia e que esta não poderia controlar. Apesar disto, o embaixador considerava que não se deveria ver a “amputação do poder português em Goa” pelo lado negativo, pois era algo “dificilmente evitável perante a intransigência portuguesa”<sup>121</sup>.

Por outro lado, as informações passadas ao *Auswaertiges Amt* pelo embaixador Schaffarczyk realçavam as consequências da perda de Goa que adviriam para o governo de Oliveira Salazar. O embaixador começava por caracterizar a situação do país, que estava “particularmente confuso”, devido essencialmente à ausência de informações vindas dos territórios ocupados,

---

<sup>121</sup> *Ofício da Embaixada da República Federal da Alemanha em Nova Deli*, 22 de Dezembro de 1961 – PA-AA, B 26, 192.

passadas mais de duas semanas da invasão, e ao constante adiamento de uma declaração pública e oficial do Chefe de Governo. Simultaneamente, “os inúmeros boatos e as reacções que misturam elementos racionais e emotivos” dificultavam a análise “séria e segura” da situação em Portugal<sup>122</sup>.

As consequências para Portugal da perda de Goa eram internas mas também com resultados para o mundo exterior, que mostrava, “ao contrário com o que se havia passado no caso de Angola”, uma “tendência bastante diferente”, que deveria ser correctamente avaliada. Neste momento, Portugal vivia uma espécie de calma que antecedia a tempestade no que ao conflito angolano dizia respeito. Esse ambiente estava também presente na mente do Embaixador Schaffarczyk. O “fim provisório da crise de Angola”, devido à mobilização incondicional de todas as forças do país, tinha provocado um “fortalecimento da posição interna de Salazar”, mas tinha também intensificado “ainda mais” o isolamento do país no mundo ocidental, particularmente no que dizia respeito aos aliados da NATO, “com excepção da França e, até certo nível, da RFA”. A ocupação de Goa parecia acarretar, “de acordo com os actuais sintomas”, um desenvolvimento oposto ao desencadeado pela eclosão da crise angolana. O prognóstico baseava-se no facto de que “as mais duras resistências” sentidas por Salazar ao longo do ano não emanarem da parte do bloco afro-asiático e do bloco comunista, mas sim dos “diferentes interesses e pressões existentes dos seus próprios aliados da NATO”. Em relação aos aliados poderia até consumir-se, “de acordo com a esfera diplomática de Lisboa”, uma melhoria das relações, se o governo português soubesse utilizar a “situação internacional actual de modo favorável a Portugal”. Esta suposição do embaixador alemão baseava-se em alguns aspectos: em primeiro lugar, porque seria de esperar uma mudança na opinião pública mundial, mas especialmente dos países anglo-saxónicos. Na verdade, até aí tanto os EUA como a Inglaterra tinham sempre utilizado “argumentos eficazes” que lhes permitia apresentarem-

---

<sup>122</sup> *Ofício da Embaixada da República Federal da Alemanha em Lisboa, 29 de Dezembro de 1961 – PA-AA, B 26, 106.*

-se de “consciência limpa perante a opinião pública mundial”. Agora, os desenvolvimentos do caso de Goa levariam à “revalorização do prestígio internacional de Portugal”. Esta revalorização devia-se sobretudo à falta de apoio ao governo português, numa situação em que “estava claramente a ser atacado”, e também à atitude de Nehru. Juntamente a esta revalorização do governo português estaria a “perda do respeito até aí sentido” relativamente ao líder da União Indiana, e “inimigo de Salazar”, Nehru. Assim, o desfecho do conflito de Goa influenciaria “a avaliação da opinião pública anglo-saxónica sobre os verdadeiros interesses indianos em África”. Na verdade, alguns representantes diplomáticos de “governos amigos de Portugal – França, Bélgica e Inglaterra” – defendiam já uma “maior compreensão pela situação de Portugal em África”, ao mesmo tempo que aumentavam a sua desconfiança em relação às “verdadeiras intenções de Nehru e Menon [Ministro da Defesa da União Indiana] no Catanga”<sup>123</sup>.

Uma outra questão levantada por Schaffarczyk prendia-se com o interesse que Portugal teria em, “perante tantas diferenças de opinião nos seus aliados”, levar a questão à Assembleia Geral das Nações Unidas. Salazar sabia que “não tinha razões para querer fugir” a uma discussão da questão de Goa, mas, como se esperava, esta levou à condenação generalizada pelo bloco soviético e afro-asiático da política ultramarina portuguesa. Porém, com a convocação do Conselho de Segurança, Portugal procurou que a pressão dos seus aliados sobre a União Indiana pudesse conduzir a um apaziguamento do problema e de Nehru. Quando isto não aconteceu, o governo português começou a usar o facto de ter sido o veto da União Soviética a impedir uma resolução favorável a Portugal como um “trunfo psicológico” para comprovar a “sua teoria da conspiração soviética” contra o mundo ocidental<sup>124</sup>.

---

<sup>123</sup> *Ofício da Embaixada da República Federal da Alemanha em Lisboa, 29 de Dezembro de 1961 – PA-AA, B 26, 106.*

<sup>124</sup> *Idem.*

Apesar de saber que a Inglaterra não poderia tomar qualquer acção contrária à Índia, por esta fazer parte da *Commonwealth*, e apesar de os esforços dos Estados Unidos terem sido infrutíferos, o governo português nunca deixou de salientar, ao nível interno e externo, o facto de ter sido apoiado pelos seus aliados, mostrando que não estava isolado relativamente à sua interpretação acerca do conceito de direito à autodeterminação.

No entanto, a nível interno, as circunstâncias da conclusão do conflito de Goa poderiam, ainda de acordo com o embaixador alemão em Lisboa, levar a um “enfraquecimento do prestígio de Salazar”. As grandes discrepâncias entre a vontade declarada de defesa e a realidade de uma fraca resistência deram origem à “acusação de que o governo não estava em situação de avaliar correctamente” as circunstâncias, e nesse sentido, de encontrar as disposições necessárias. Para esta perda de prestígio do Presidente de Conselho, o embaixador avançava ainda com argumentos, segundo os quais o próprio Salazar não tinha “capacidade” para a tutela do Ministério da Defesa Nacional. Estas críticas, aliadas ao “atraso em apresentar uma declaração pública” por parte do governo português, fomentavam a desconfiança da população relativamente ao “futuro das restantes colónias” portuguesas<sup>125</sup>.

No entanto, apesar de mais tarde do que seria de esperar em tal situação, o Presidente de Conselho fez uma declaração ao país em 3 de Janeiro de 1962. Para além de referir as acções que o governo português tinha desenvolvido junto dos governos aliados, nomeadamente a Inglaterra, os Estados Unidos e o Brasil<sup>126</sup>, e de concluir que, apesar de infrutíferos, os seus esforços tinham na sua origem boa fé, Oliveira Salazar explicava o porquê de ter recorrido ao Conselho de Segurança e à ONU. Nestas instituições,

---

<sup>125</sup> *Ofício da Embaixada da República Federal da Alemanha em Lisboa, 29 de Dezembro de 1961 – PA-AA, B 26, 106.*

<sup>126</sup> Este era o responsável pelos interesses portugueses na Índia, depois de terem sido cortadas as relações diplomáticas entre Portugal e a União Indiana, em finais da década de 1950.

o apoio dos aliados também se fez sentir, nomeadamente na tentativa de fazer passar uma resolução condenando a acção de Nehru. No entanto, foi a vez da União Soviética utilizar o seu poder de veto contra Portugal. Perante o bloqueio da funcionalidade do Conselho de Segurança e da Organização das Nações Unidas em geral, Salazar declarava no seu discurso a possibilidade de Portugal abandonar aquela organização – “não sei ainda se seremos o primeiro país a abandonar as Nações Unidas, mas estaremos certamente entre os primeiros”<sup>127</sup>.

De acordo com o embaixador alemão, o ataque de Portugal aos EUA e à Inglaterra apenas deixava entrever que Salazar “ainda não conseguiu, ou não quis” encontrar uma solução definitiva em relação à ONU e à NATO. O embaixador inglês havia comentado com Schaffarczyk que o ataque português à Inglaterra o tinha surpreendido, mas que esta severidade do Presidente do Conselho “tinha a sua razão de ser no nervosismo português”.

No geral, a dureza das palavras de Salazar serviria para pressionar especialmente os EUA e a Inglaterra sobre futuras decisões a serem tomadas nas Nações Unidas respeitantes às restantes províncias portuguesas, pois em caso de decisão contrária a Portugal, este retirar-se-ia da organização. O Embaixador Schaffarczyk não poderia, no entanto, concordar com os seus colegas, sobre a possibilidade de Portugal sair também da NATO, especialmente num momento em que, “não só a metrópole, mas sobretudo as colónias”, precisavam de um grande auxílio financeiro. Simultaneamente, iria colocar-se em “desacordo com Espanha”, que não poderia aceitar que Portugal, ao sair do sistema de segurança da NATO, deixasse toda a Península Ibérica desprotegida. Neste sentido, também não existiam reflexos no gabinete de Oliveira Salazar que seria melhor a “neutralidade, para evitar os ataques bolchevistas” às colónias portuguesas, do que a inserção no sistema da NATO<sup>128</sup>.

---

<sup>127</sup> Franco Nogueira, *Salazar*, vol. V, p. 386.

<sup>128</sup> *Ofício da Embaixada da República Federal da Alemanha em Lisboa, 5 de Janeiro de 1962* – PA-AA, B 26, 191.

Um outro ponto importante a ter em conta, e até aqui um pouco ignorado, por dificuldades inerentes à investigação, é a reacção da imprensa alemã perante os acontecimentos em Portugal. Neste caso particular da perda de Goa, as referências que encontramos da imprensa portuguesa são as compiladas pelo Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo<sup>129</sup>. Assim, num editorial do jornal *Die Welt*, de 19 de Dezembro de 1961, o comentador de política internacional, Peter Grubbe, escrevia que os próprios goeses “nunca fizeram menção de apoiar a sua «libertação»”. Para este comentador, a invasão de Goa representava um esforço, de Nehru, para tornar claro aos jovens Estados africanos que a Índia continuava a ser “um adversário do colonialismo e um porta-voz apropriado e inspirado no mundo neutral”. Numa notícia publicada no *Der Spiegel*, de 10 de Janeiro de 1962, realçava-se a importância económica dos minérios de ferro goeses, elemento que também teria pesado na decisão do Primeiro-Ministro indiano de invadir os territórios portugueses. No entanto, para que a exportação destes minérios fosse eficiente, a Índia teria de conservar como cliente “o principal comprador de minério, a República Federal, aliada de Portugal na NATO”<sup>130</sup>.

As reacções directas à agressão indiana salientavam, de um modo geral, a incoerência política de Nehru. No *Telegraph*, de Berlim, afirmava-se, em 19 de Dezembro de 1961, que “Nehru está agora perante o mundo como agressor”<sup>131</sup> e, na mesma data, o influente *Süddeutsche Zeitung* afirmava: “Nehru, que gozava da reputação de (...) em todas as circunstâncias pugnar pela solução pacífica de todos os conflitos, manda as suas tropas invadir território alheio e fá-lo como agressor”<sup>132</sup>. Alguns dias mais tarde, em 17 de Janeiro de 1962, era publicado no *Der Spiegel*: “Deixou de existir o grande pacifista, o indispensável mediano entre os grandes deste mundo”<sup>133</sup>.

---

<sup>129</sup> Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, *Invasão e Ocupação de Goa. Comentários da Imprensa Mundial*, 1962.

<sup>130</sup> *Idem*, p. 124.

<sup>131</sup> *Idem*, p. 248.

<sup>132</sup> *Idem*, pp. 248-249.

<sup>133</sup> *Idem*, p. 259.

Podemos assim perceber que a importância do ataque a Goa para a imprensa alemã não era o facto de ter sido invadido um território português, mas sim a implicação que isso teria na política e na imagem de Nehru. Pelas afirmações acima citadas chegamos facilmente à conclusão de que Nehru era um homem estimado na República Federal da Alemanha, como sucessor de Ghandi e da sua política pacifista. Não foram feitas referências às consequências que a perda de Goa traria para o governo português, apenas da mudança de atitude da União Indiana. Simultaneamente, deverá ser tido em conta que esta é uma compilação feita pelo organismo de propaganda do regime, pelo que os excertos nela incluídos poderão não ser os únicos publicados na imprensa alemã. Ainda assim, é o registo disponível ao nível da reacção da imprensa alemã ao assunto.

Da documentação analisada, podemos então compreender que o acompanhamento pelas autoridades alemãs de todo o episódio da perda de Goa foi próximo e atento. Tal como relativamente à generalidade da política ultramarina portuguesa, a atitude do governo alemão foi extremamente cautelosa e tentando sempre não desagradar ao governo português, mas também nunca pondo em risco a sua posição no terceiro mundo, apesar de a Índia não ocupar um lugar tão estratégico para os interesses alemães como o continente africano.

## 1.5. A Continuação da Política Colonial Portuguesa

O caso de Goa mostrava, de acordo com o embaixador alemão em Lisboa, que Portugal não se encontrava “em condições para defender as suas províncias ultramarinas” contra vizinhos e inimigos mais poderosos. A perda de Goa deveria ser vista como definitiva, com todas as repercussões que daí resultariam, inclusivamente nos níveis económico e financeiro, “particularmente com a perda dos rendimentos das exportações de minério”. Apesar de Salazar ter afirmado no seu discurso de 3 de Janeiro de 1962 que, com a ajuda da comunidade internacional, ainda seria possível

a manutenção de Goa no império português, o embaixador alemão acreditava que tal mensagem apenas se destinava a “fomentar a esperança” nos portugueses, isto é, era destinada a “consumo interno”<sup>134</sup>.

No entanto, a situação nas restantes províncias ultramarinas não era muito melhor. Certamente Portugal iria encontrar-se, num futuro próximo, “obrigado a conduzir uma luta inútil e desesperada”, caso a China e a Indonésia quisessem apoderar-se de Macau e Timor, respectivamente. Todavia, até então, nem a China, que se quisesse podia bloquear o abastecimento de água de Macau, nem a Indonésia, pareciam ter qualquer interesse em apoderar-se dos territórios portugueses.

“Actualmente”, para o Embaixador Schaffarczyk, a situação mais difícil para Portugal era a Guiné portuguesa. O governo português temia um ataque da Guiné e do Senegal e por isso tinha enviado já soldados “bem equipados e bem formados”. Apesar de não serem conhecidas as reais capacidades militares destes estados, não era de esperar “qualquer sucesso” contra Portugal, nomeadamente através do fomento de revoltas internas na Guiné portuguesa, pois as forças armadas portuguesas aí presentes conseguiriam dominar qualquer rebelião que surgisse.

Em relação a Moçambique, eram esperados pelas autoridades portuguesas “ataques na Primavera deste ano”. Apesar de estarem no território cerca de “oito mil soldados”, eram incertos os resultados de ataques militares vindos dos territórios vizinhos, pois dependeria “das forças dos inimigos”.

Em Angola, parecia “claro” ao Embaixador Schaffarczyk que as sublevações no norte daquela província resultavam das infiltrações vindas do Congo, enquanto que no interior e no sul do território “tudo se mantém sossegado”, não sendo sequer de se esperar quaisquer problemas nessas zonas. No norte do território, Portugal tinha conseguido praticamente anular as revoltas, através da mobilização das suas Forças Armadas, tanto que já não se falava de acções militares, “mas sim de acções de policiamento”. Porém, poderia aparecer um novo perigo para Angola ao sul, quando a

---

<sup>134</sup> *Ofício da Embaixada da República Federal da Alemanha em Lisboa*, 25 de Janeiro de 1962 – PA-AA, B 26, 191A.

administração da antiga África do Sul-ocidental alemã fosse retirada da União Africana e passada para as Nações Unidas. Não seria de todo impossível que, tal como aconteciam no norte infiltrações vindas do Congo, também no sul tais infiltrações externas se fizessem sentir, mesmo que a população do sul de Angola não fosse “dada a revoltas”<sup>135</sup>.

Perante todos estes “aspectos sombrios” da situação nas províncias ultramarinas, o governo de Salazar permanecia determinado no seu “tradicional e grande orgulho nacional” em defender as suas possessões ultramarinas. Esta postura fazia parte da sua ideia de “missão histórica” que Portugal cumpriria, apesar da falta de apoio, de acordo com a opinião portuguesa, dos Estados seus aliados e amigos.

Apesar de, por vezes, o Embaixador Schaffarczyk continuar com uma postura próxima do governo português, não deixava de levantar duas questões muito importantes: a primeira, era a de saber se Portugal conseguiria aguentar por muito tempo os custos económicos e financeiros da manutenção das suas Forças Armadas; a segunda, talvez numa tentativa de chamar a atenção do governo federal para o problema português e reforçando as dificuldades que Portugal iria enfrentar, era relativa ao futuro de Portugal depois da perda do seu império. De acordo com o embaixador, eram já várias as personalidades (os antigos ministros da Defesa Santos Costa e Botelho Moniz, o Marechal Craveiro Lopes, o antigo ministro da Presidência Marcelo Caetano, entre outros) que alertavam que Portugal poderia “cair no comunismo” caso perdesse o Império<sup>136</sup>.

Terá sido o risco de poder ver Portugal (e os Açores) como um país comunista no seio da esfera de influência ocidental, o que iria totalmente contra os objectivos alemães de uma “Europa ocidental cristã”<sup>137</sup>, que fez

---

<sup>135</sup> *Idem.*

<sup>136</sup> *Ofício da Embaixada da República Federal da Alemanha em Lisboa*, 25 de Janeiro de 1962 – PA-AA, B 26, 191A.

<sup>137</sup> Jürgen Zimerer, “«Der bestregierte Staat Europas»: Salazar und sein «Neues Portugal» im konservativen Abendland-Diskurs der frühen Bundesrepublik Deutschland” in *Portugal – Alemanha – Brasil. Actas do VI Encontro Luso-Alemão, volume I*, Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos, Braga, 2003, p. 85.

o governo federal apoiar o seu aliado da Aliança Atlântica. Este apoio iria concretizar-se em diferentes aspectos, alguns deles já enunciados anteriormente. O apoio alemão ao regime de Oliveira Salazar passou por uma posição politicamente neutra perante os problemas ultramarinos portugueses, designadamente perante as críticas que estes sofreram na NATO e nas Nações Unidas. Por outro lado, foram várias as personalidades ligadas à esfera conservadora-cristã germânica que fizeram publicamente afirmações favoráveis ao governo português e à sua política ultramarina. Por fim, o governo da República Federal deu o seu apoio a Portugal através da concessão, em condições extremamente favoráveis, de armamento, munições e equipamento variado essencial para as guerras de África – aspecto que será analisado em profundidade mais à frente.

## 1.6. A Situação Portuguesa discutida na NATO

Nos anos sessenta, o combate de Portugal pela compreensão internacional da sua política ultramarina fazia-se, para além do plano bilateral, nos palcos da ONU e da NATO.

Por ser uma organização unicamente dos países ocidentais, que Portugal sabia serem seus aliados, mas também por dela fazerem parte os Estados Unidos, a França e a Inglaterra, três dos cinco países com poder de veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o governo português apostou desde logo nos contactos no seio da Aliança Atlântica para pressionar os governos europeus e americano no sentido de que não fosse tomada nenhuma atitude contrária à política ultramarina portuguesa. Essas tentativas foram infrutíferas no que diz respeito aos Estados Unidos, mas poderão ter facilitado a relativa compreensão perante a política ultramarina portuguesa que alguns dos países europeus posteriormente demonstraram. No ano de 1961 existiram dois momentos essenciais desse esforço português em influenciar as tomadas de posição dos países da Aliança Atlântica na ONU: o discurso do representante português no Pacto do

Atlântico e simultaneamente embaixador em Paris, António de Faria, em 20 de Abril, e o discurso do Ministro dos Negócios Estrangeiros português, Franco Nogueira, proferido em 7 de Setembro de 1961, numa reunião do Conselho de Ministros do Pacto.

O discurso de António de Faria inseriu-se na tentativa de reacção do governo português à votação americana contra Portugal em Março de 1961 nas Nações Unidas. Assim, em 20 de Abril, numa sessão privada do Conselho do Pacto do Atlântico, o representante português fez uma “extensa declaração” acerca da atitude dos Estados Unidos em relação à política ultramarina portuguesa. O texto incidiu sobre três temas fundamentais: a descrição das diligências americanas junto do governo português e a “publicidade que, sem aviso, lhes foi dada”, sem que o governo de Lisboa pudesse “ter sequer uma oportunidade” de definir uma posição; seguidamente, uma análise da “evolução da atitude” dos EUA a respeito da política ultramarina portuguesa, remontando até às décadas de 40 e 50, salientando os “seus perigos políticos para o Ocidente”, não esquecendo de referir a “falta de consultação política” prevista no “mecanismo e processo da Aliança Atlântica”<sup>138</sup>. Em vésperas do discurso de António de Faria, o governo português encarregou os seus representantes diplomáticos nos países aliados da NATO para se dirigirem aos respectivos governos com um apelo para que, “dentro da solidariedade que caracteriza a Aliança”, se abstivessem quer nas futuras votações da ONU, quer “de proferir quaisquer declarações públicas desfavoráveis e hostis” a Portugal<sup>139</sup>.

A argumentação base do representante português centrava-se na defesa dos princípios do Ocidente: a verdadeira questão que se colocava não era “se se é contra o colonialismo, mas sim se se é contra o comunismo”. No

---

<sup>138</sup> *Déclaration faite par le Représentant Permanent du Portugal a la Séance Privée du Conseil du 20 avril 1961* – AHD-MNE, DELNATO, Maço 110.

<sup>139</sup> *Telegrama expedido n.º 34 do Ministério dos Negócios Estrangeiros para a Embaixada de Portugal em Haia, 18 de Abril de 1961*, transcrito em António José Telo, *António de Faria*, Edições Cosmos, Lisboa, 2001, p. 290.

entanto, como seria de esperar, o ataque aos Estados Unidos era o objectivo central da intervenção. Indo mais longe do que qualquer outra exposição feita por um representante português a tão alto nível, António de Faria utilizou os critérios de definição de «território não-autónimo» da ONU (separação geográfica entre a metrópole e o território colonizado, diferenças culturais e étnicas, entre outros)<sup>140</sup> para chegar à conclusão que os próprios Estados Unidos eram um estado colonizador, com a agravante de aí viverem “18 milhões de negros em desigualdade de direitos e liberdades”<sup>141</sup>.

As reacções a este discurso de António de Faria foram variadas. O representante americano, como seria de esperar, discordou de muitas afirmações do embaixador português. Por seu lado, o representante francês concordou inteiramente com a posição portuguesa nas Nações Unidas e o representante belga, apesar de não concordar inteiramente nem com a tomada de posição tão brusca pelos EUA, nem com a teimosia portuguesa nas questões ultramarinas, decidira não se manifestar publicamente contra o seu aliado ocidental. Igualmente, o representante da Alemanha, von Plenke, defendia que não se deviam mostrar publicamente as “divergências” existentes entre os Estados-membros do Pacto do Atlântico, “a fim de não beneficiar os adversários”. Plenke declarou ainda que o seu governo se mostrava favorável à evolução política de África, mas que nada faria para criticar publicamente Portugal – esta postura do governo federal iria prolongar-se pela quase totalidade da década de sessenta<sup>142</sup>.

Este discurso de António de Faria demonstra a importância que o governo português dava às discussões no seio da NATO, encarando-as como

---

<sup>140</sup> E que haviam ficado definidas na resolução 1541 de Dezembro de 1960.

<sup>141</sup> *Déclaration faite par le Représentant Permanent du Portugal a la Séance Privée du Conseil du 20 avril 1961* – AHD-MNE, DELNATO, Maço 110. Relativamente ao problema dos direitos cívicos nos EUA, ver Ana Mónica Fonseca, “A Luta pelos Direitos Cívicos” in *Revista História*, n.º 61 – Novembro 2003, pp. 36-43.

<sup>142</sup> *Aerograma 1699: Declaração portuguesa sobre atitude americana no Conselho de Segurança, relativamente ao Ultramar Português*, 21 de Abril de 1961 – AHD-MNE, DELNATO, Maço 116. Ver também Telo, *op.cit.*, pp. 291-295.

preparação para os grandes debates no seio das Nações Unidas e como «barómetro» das posições dos seus aliados. Foi igualmente uma primeira reacção à mudança da política americana para com o governo português. No entanto, tendo esta nova política americana permanecido, assim como os problemas no norte de Angola, também a política colonial salazarista se manteve, com o endurecimento da defesa da posição portuguesa, nomeadamente por aquele que, como já foi dito atrás, foi um dos principais responsáveis pela política externa portuguesa nesta década de sessenta, Franco Nogueira.

Discursando perante o Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros da NATO em 7 de Setembro de 1961, o ministro português fez uma intervenção inflamada acerca da situação internacional portuguesa. Seguindo a linha do discurso proferido por Faria em Abril desse ano, Nogueira insistia na argumentação de que os ataques terroristas seriam “da responsabilidade de infiltrados soviéticos” e acusava os aliados de apoiarem o agressor (não só em Angola, mas especialmente no caso de Goa e da Índia portuguesa). A justificação para tal apoio baseava-se no facto de o agressor ser afro-asiático, sendo, por isso, preciso “conquistar-lhe as simpatias” mesmo que se tivesse que abandonar um “aliado e amigo fiel” em favor de países que não eram “nem amigos nem aliados”. Continuando na análise das atitudes dos Estados Unidos em relação ao problema de Angola, Nogueira referiu o auxílio dado aos “terroristas” pelo *American Committee on Africa* e insistiu também no particularismo histórico e cultural do império português, o que justificava a especificidade na sua evolução. Por fim, o último argumento do Ministro dos Negócios Estrangeiros português foi a comparação da situação em Angola com a da cidade de Berlim, uma vez que em ambos os territórios se defendiam “os interesses do mundo ocidental”<sup>143</sup>.

Também no seguimento deste discurso houve um debate entre os aliados. Resumindo, e tal como o próprio Franco Nogueira refere na sua biografia de Salazar, a reacção encontrada “correspondeu às expectativas” do governo

---

<sup>143</sup> *Reunião do Pacto do Atlântico, 7 de Setembro de 1961 – AOS/CO/NE 17-2, Pt. 21, folhas 443-484.*

português, com a “hostilidade cortês dos representantes americano, canadiano e nórdicos; apoio dos delegados francês e alemão, e compreensão discreta de ingleses e belgas”<sup>144</sup>. No que diz respeito ao delegado alemão, por ser o que aqui nos interessa particularmente, a sua declaração foi exactamente no sentido de afirmar que o seu governo respeitava “as realizações de Portugal no ultramar”, defendendo que a NATO deveria encontrar uma maneira de “fundir a filosofia da autodeterminação com a filosofia portuguesa”<sup>145</sup>.

Mas os problemas em Angola estavam longe de terminar. As informações que chegavam à delegação alemã na NATO vindas do consulado da RFA em Luanda no início de 1962 afirmavam que, apesar de se viver em Angola “um momento de pacificação”, as situações difíceis e momentos de tensão que certamente se aproximavam tornavam qualquer prognóstico muito incerto. Na opinião do cônsul alemão naquela colónia portuguesa, “os créditos estrangeiros, a atitude dos EUA, o desenvolvimento político interno de Portugal, o aparecimento de tendências oposicionistas criadas na Europa, o desenvolvimento da República do Congo, a crise do Catanga e da Rodésia e a questão do sudoeste africano” eram elementos a ter em conta na análise do destino de Angola. Igualmente a definição de qual a facção dos movimentos oposicionistas (MPLA, UPA, ou outro) iria sobreviver na liderança de Angola dependeria do “futuro envolvimento dos Estados Unidos e da União Soviética na questão angolana”<sup>146</sup>.

Ainda em relação à NATO, a visita, já em 1963, de uma delegação da Associação do Atlântico Norte da República Federal da Alemanha às colónias africanas portuguesas trouxe uma nova visibilidade para os problemas portugueses. Esta visita é particularmente importante devido às declarações de Richard Jaeger, Presidente da delegação alemã, e por ter

---

<sup>144</sup> Franco Nogueira, *Salazar*. vol. V, p. 329.

<sup>145</sup> *Reacções à declaração portuguesa*, 7 de Setembro de 1961 – AHD-MNE, DELNATO, Maço 110.

<sup>146</sup> *Ofício do Consulado da República Federal da Alemanha em Luanda*, 8 de Março de 1962 – PA-AA, B 26, 191A.

sido numa altura particularmente difícil para Portugal, pois era discutida na Assembleia Geral das Nações Unidas a questão da política ultramarina portuguesa em termos extraordinariamente duros.

Antes de partir para a Angola e Moçambique, o chefe da Delegação alemã, Richard Jaeger, simultaneamente Presidente da Associação do Atlântico Norte da RFA e Vice-Presidente do *Bundestag*, teve reuniões no Ministério dos Negócios Estrangeiros e no Ministério do Ultramar, para ser esclarecido “acerca das razões e dos objectivos” da política ultramarina portuguesa, nomeadamente as alegadas violações dos direitos humanos e a repressão do direito à autodeterminação das populações dos territórios africanos portugueses. Richard Jaeger teve ainda reuniões privadas com o Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, e com o Ministro da Defesa Nacional, Gomes de Araújo, das quais nem o embaixador nem sequer o tradutor e intérprete da Embaixada foram autorizados a participar, sendo o tradutor um funcionário governo português<sup>147</sup>.

Apesar de nunca ter tomado, durante os seus discursos protocolares, qualquer posição acerca da política ultramarina portuguesa, Richard Jaeger “acentuou a defesa dos interesses do Ocidente”. Tal como seria de esperar, a visita da delegação alemã foi seguida atentamente pela imprensa portuguesa. Igualmente, no seio dos diplomatas acreditados em Lisboa, “particularmente os representantes de países da NATO”, nomeadamente França, Holanda e Bélgica, a opinião era de que a ocasião escolhida para esta visita a Angola e Moçambique “não era a mais feliz”. A estes, o embaixador replicava que a presença de uma delegação alemã da Associação do Atlântico Norte não representava, “de modo algum”, a posição oficial do governo alemão. A viagem desta delegação alemã a Angola e Moçambique não foi, ao contrário do que a Embaixada da RFA em Lisboa esperava,

---

<sup>147</sup> *Ofício da Embaixada da República Federal da Alemanha em Lisboa*, 31 de Julho de 1963 – PA-AA, B 26, 194. Em relação aos encontros privados com o Chefe de Governo e com o Ministro da Defesa Nacional não encontramos, no decorrer das investigações, quaisquer referências ao seu conteúdo.

excessivamente valorizada pela imprensa ou pelo governo português. Na verdade, o governo de Lisboa tinha “compreendido completamente as intenções” desta viagem de Richard Jaeger e dos delegados alemães e tinha conseguido “prudentemente” evitar o aproveitamento para fins propagandísticos da presença do Vice-Presidente do Parlamento alemão, evitando também que ele próprio se comprometesse no seu país. Para além disso, o governo de Salazar conhecia já as “impressões maioritariamente favoráveis” dos membros desta delegação, “o que já era importantíssimo” para Portugal. Deste modo o governo português estava acima de tudo interessado em favorecer a objectividade dos seus convidados alemães, não arriscando em nada a sua liberdade. Seria também nesse sentido o pedido feito por Franco Nogueira aos representantes alemães para que estes, “de acordo com as suas próprias experiências e impressões”, ficassem elucidados e pudessem igualmente esclarecer todas as dúvidas, quando estivessem de volta ao seu país, no sentido de “corrigir os erros de interpretação da política ultramarina portuguesa”. Os esforços do Ministro dos Estrangeiros português concentravam-se no objectivo de convencer os seus aliados, “nomeadamente os seus parceiros europeus da NATO”, de que o continente africano era essencial para a defesa da Europa contra a ameaça do Leste e que a estabilidade das relações entre estes dois continentes era melhor assegurada pela presença portuguesa em África do que pelos ainda instáveis – “na opinião de Franco Nogueira” – Estados africanos. Na verdade, como resultado desta viagem, ficou a impressão, em Richard Jaeger e nos restantes delegados alemães, de que Portugal, apesar dos seus “limitados meios técnicos e humanos”, era “senhor da situação” em Angola e Moçambique e que iria conseguir manter estes territórios por alguns anos, “pelas suas próprias forças”. No entanto, permanecia a questão de saber se Portugal conseguiria, para além desse espaço de tempo relativamente curto, fazer-se respeitar nas suas possessões ultramarinas com uma política externa inalterável<sup>148</sup>.

---

<sup>148</sup> *Ofício da Embaixada da República Federal da Alemanha em Lisboa*, 22 de Agosto de 1963 – PA-AA, B 26, 194.

A título de curiosidade, citamos aqui o embaixador francês em Lisboa, de modo a compreendermos que, apesar de o governo francês ter publicamente, em particular na ONU, uma posição favorável a Portugal<sup>149</sup>, não via com bons olhos a visita de uma delegação alemã, precisamente “no período difícil” que Portugal vivia. Em reunião com o Embaixador Schaffarczyk, este disse ao embaixador francês que a Embaixada da RFA tentava “minimizar ao máximo a importância da visita”, com consciência de que a “data foi mal escolhida, tendo em conta a conjuntura internacional”<sup>150</sup>.

Na imprensa alemã, Richard Jaeger afirmava ter ficado com uma “agradável impressão das duas províncias ultramarinas portuguesas” e assegurava que “o governo de Salazar realizara ali algo que honrava Portugal”. O jornal *Frankfurter Allgemeine* criticava levemente as declarações de Jaeger e aconselhava “prudência na apreciação” do que tinha sido visto a fim de “não motivar interpretações erradas e de não prejudicar” o prestígio alemão em África<sup>151</sup>. No que diz respeito à imprensa portuguesa, foram apenas publicadas no *Diário de Notícias* de 14 de Agosto de 1963 algumas declarações do chefe substituto da delegação, Blank, durante uma breve conversa com os membros da imprensa em Moçambique. De acordo com aquele, nada tinha sido encontrado “que mereça crítica”, nada existindo, assim, que impossibilitasse “o estarmos ao lado de Portugal para que possa continuar a sua obra pró-ocidental”. Posteriormente, na edição do dia seguinte, o *Diário de Notícias* publicou as declarações do próprio Richard Jaeger à sua chegada ao aeroporto de Lisboa. Jaeger afirmava a “mais agradável impressão da grande obra e medidas de fomento” que havia encontrado nas províncias ultramarinas que tinha visitado. O chefe

---

<sup>149</sup> Que poderá ser confirmado nos resultados das votações quer do Conselho de Segurança, quer da Assembleia Geral. Cf. A.E. Duarte Silva, “O Litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)”.

<sup>150</sup> *Carta do Embaixador Francês em Lisboa*, 1 de Agosto de 1963 – Quai d’Orsay, Série Europe, S. Série Portugal 1961-1970, volume 108.

<sup>151</sup> *Telegrama da Embaixada de Portugal em Bona para MNE acerca da visita de Richard Jaeger a Angola e Moçambique*, 17 de Agosto de 1963 – AHD-MNE, DELNATO, Maço 111.

desta delegação alemã declarou ainda que os “princípios” da política ultramarina portuguesa eram, na verdade, “os de uma política muito moderna” e que há muito aplicava o “princípio de serem iguais todos os indivíduos”. Jaeger chegou mesmo a afirmar que ele e a sua delegação verificaram quanto eram “injustas as acusações e relatos sobre a situação em Angola”, acrescentando ainda que existia e reinava naquela província “paz e ordem”, pois “só na parte norte” do território ocorreram incidentes<sup>152</sup>.

Assim, esta visita foi um completo sucesso para o regime português, que conseguiu sempre explorar a importância dos membros daquela delegação alemã – apesar de não serem primeiras figuras do governo federal, entre elas encontravam-se alguns ex-ministros e actuais deputados. Para além disso, as declarações do Presidente da Delegação alemã, Richard Jaeger, eram extremamente favoráveis à política portuguesa.

Portugal foi conseguindo, como é sabido, manter a sua posição em África, pela força das armas. No entanto, as críticas à sua política ultramarina subsistiram igualmente e Portugal contra-atacou, criticando também os seus aliados e as instituições que os uniam, com particular enfoque na NATO. Da posição adoptada pela República Federal da Alemanha durante as discussões na Aliança Atlântica compreendemos que o governo alemão julgava que o caso de Portugal era excepcional o suficiente para que se procurasse uma solução de compromisso entre a posição dos aliados e do governo de Oliveira Salazar.

Em 1964, por ocasião do 15.º aniversário da assinatura do Pacto do Atlântico, o Presidente do Conselho português declarou numa entrevista que a organização de defesa ocidental se tinha tornado “um instrumento inútil” e que era necessário, face à presença soviética tanto na América Latina como, especialmente, em África, alargar o espectro da sua influência. De acordo com o Embaixador Schaffarczyk, ao comentar esta entrevista, o grande trunfo português era o arquipélago dos Açores, significando isto que

---

<sup>152</sup> *Diário de Notícias*, 14 e 16 de Agosto de 1963.

o facto de Portugal possuir aquele arquipélago estratégico para o ocidente lhe permitiria ter uma margem de actuação distinta, pois os seus aliados receavam que, com a saída de Portugal da NATO, os Açores deixassem de estar disponíveis para a defesa da Europa Ocidental<sup>153</sup>. No entanto, apesar de as discussões da política ultramarina portuguesa no seio da NATO terem diminuído ao longo da década de sessenta, essencialmente porque a posição dos EUA também se modificou, o mesmo não aconteceu na Organização das Nações Unidas, o principal palco da luta contra a política colonialista de Portugal.

## 1.7. A Política Colonial Portuguesa nas Nações Unidas

Para além das críticas dos aliados de Portugal na comunidade do Pacto do Atlântico, foi especialmente no seio da ONU que a política colonial portuguesa foi atacada durante toda a década de sessenta. A posição da Alemanha Federal, no que à Organização das Nações Unidas dizia respeito, era de algum modo, favorável. Na verdade, tendo apenas o estatuto de observadora na Assembleia Geral e sem acesso ao Conselho de Segurança, a República Federal não tomava parte nas votações, não necessitando, assim, de assumir publicamente e perante todos os estados aí representados uma posição clara e definida relativamente a Portugal. Deste modo, o acompanhamento das discussões relativas ao colonialismo português era feito de um modo distante, não descurando, no entanto, as tomadas de posições dos estados mais relevantes para a própria RFA, particularmente a dos países membros da Aliança Atlântica.

Em Julho de 1961, o Embaixador Schaffarczyk informava o *Auswaertiges Amt* dos ataques de que Portugal havia sido alvo na ONU, nomeadamente pela nova posição do governo americano face ao problema português e

---

<sup>153</sup> *Ofício da Embaixada da República Federal da Alemanha em Lisboa*, 11 de Maio de 1964 – PA-AA, B 26, 271.

pelas críticas que o representante brasileiro, país tradicionalmente favorável a Portugal, tinha feito na Assembleia Geral das Nações Unidas. Ambos os representantes destes países em Lisboa – EUA e Brasil – tinham esclarecido o embaixador alemão que, a menos que o governo português fizesse “as mudanças necessárias” na sua política ultramarina, nenhum dos dois países mudaria a sua posição perante a situação nos territórios ultramarinos<sup>154</sup>.

Apesar dos ataques a Portugal se manterem por toda a década de sessenta, como já foi dito, houve certamente momentos mais marcantes do que outros. Tal foi o caso de Abril de 1963 em que, respondendo às decisões do Comité dos Vinte e Quatro, dedicado à descolonização, o governo português admitiu a colaboração na resolução de “problemas de interesse comum” com os países africanos vizinhos dos territórios portugueses, admitindo mesmo a negociação e assinatura de “pactos de não-agressão” com todos aqueles que se sentissem “ameaçados”<sup>155</sup>, ao mesmo tempo que contestava “a competência da Comissão”<sup>156</sup> para decidir o que quer que fosse sobre a política colonial portuguesa.

Esta proposta portuguesa era, do ponto de vista do embaixador alemão em Lisboa, “mais compreensível e menos desinteressada do que poderá parecer”. Na verdade, os ataques de que Portugal havia sido alvo tinham partido dos estados vizinhos dos seus territórios (quer em ataques directos, como a invasão de Goa de 1961, quer servindo de base para os ataques, como teria sido o caso das revoltas de Março de 1961 em Angola). Para além do mais, existiam campos de treino de “rebeldes terroristas” para acções em Angola com o patrocínio de Leopoldville, que teriam de

---

<sup>154</sup> *Ofício da Embaixada da República Federal da Alemanha em Lisboa*, 14 de Julho de 1961 – PA-AA, B 26, 114. A posição do Brasil sempre foi muito focada pela Embaixada alemã em Lisboa, demonstrando também o interesse alemão naquele país. As boas relações entre Portugal e a sua antiga colónia eram uma mais-valia nas relações entre RFA e Portugal, e qualquer desvio da amizade luso-brasileira podia também prejudicar a importância estratégica de Portugal para a Alemanha Federal.

<sup>155</sup> Franco Nogueira, *Salazar*, pp. 464-465.

<sup>156</sup> A. E. Duarte Silva, “O Litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)”, p. 17.

ser eliminados com os futuros acordos de não-agressão, caso estes fossem assinados. A proposta portuguesa era de tal modo “inteligente e hábil” que iria também obrigar os Estados Unidos a reformularem a sua abordagem da situação portuguesa<sup>157</sup>.

Apesar de Salazar ter afirmado, num discurso proferido em 12 de Agosto, que o comportamento a adoptar perante os Estados africanos seria baseado na “mais estreita e amigável colaboração”, caso aqueles a julgassem “útil”, tal cooperação não parecia ser possível<sup>158</sup>. Apenas iniciados em Outubro deste ano, devido a vários recuos por parte dos representantes dos estados africanos, os encontros com representantes portugueses foram presididos pelo próprio Secretário-Geral da ONU. Na primeira reunião, a 14 de Outubro, estiveram presentes os representantes de nove países africanos, escolhidos pela Organização de Unidade Africana (OUA)<sup>159</sup>. Da parte do governo português assistiram o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o representante português nas Nações Unidas, Franco Nogueira e Vasco Garin, respectivamente. De acordo com Franco Nogueira, a proposta portuguesa dos assuntos a tratar estava de tal modo organizada que a sua aceitação, pelos africanos, equivaleria a admitir a “legitimidade de Portugal como Nação africana e a sua política em África”, ao passo que o contrário, a sua rejeição, colocava-os “numa posição difícil perante os seus princípios e a opinião mundial”<sup>160</sup>. O desenvolvimento das conversações tornou-se assim muito delicado, não sendo difícil de compreender as dificuldades surgidas,

---

<sup>157</sup> *Ofício da Embaixada da República Federal da Alemanha em Lisboa*, 11 de Abril de 1963 – PA-AA, B 26, 191.

<sup>158</sup> Franco Nogueira, *Salazar*, p. 506.

<sup>159</sup> A saber: Gana, Guiné, Libéria, Madagáscar, Marrocos, Nigéria, Serra Leoa, Tanganica e Tunísia.

<sup>160</sup> Franco Nogueira, *op. cit.*, pp. 531-32. A proposta portuguesa centrava-se na investigação do “grau de progresso” das colónias portuguesas, participação de “todos” os cidadãos nas estruturas do Estado, questões relativas à paz e segurança e problemas políticos gerais, nomeadamente a “busca de uma definição comum do princípio de autodeterminação dos povos” – cf. p. 531.

quer entre as duas delegações, quer mesmo no seio da própria delegação africana, com grandes clivagens de opinião entre cada um dos seus membros (o que acabaria por levar à interrupção das reuniões). O acompanhamento destas conversações, por parte da Embaixada da República Federal da Alemanha, resume-se a um ofício para o Ministério dos Negócios Estrangeiros em Bona, transcrevendo os argumentos portugueses e a descrição dos acontecimentos feita pelo próprio Ministro Franco Nogueira, numa conferência de imprensa em Lisboa, a 27 de Novembro de 1963<sup>161</sup>.

Do que foi dito, podemos concluir que a discussão dos problemas coloniais de Portugal nas Nações Unidas apenas foi importante para a RFA na medida em que poderia assim medir as sensibilidades dos seus aliados na NATO e noutras organizações internacionais, como a CEE. A principal preocupação alemã era a de não ser acusada pelos estados afro-asiáticos de favorecimento a Portugal, de modo a que estes não se tornassem contrários à sua posição nas discussões relativas ao problema da divisão alemã e de Berlim. Por fim, o facto de não ser um membro de pleno direito na ONU isentou a RFA de tomar uma posição pública acerca dos problemas coloniais portugueses.

## 1.8. A RFA e África: 1961-1965

Apesar de não tomar quaisquer atitudes que afrontassem directamente o governo português e a sua política ultramarina, o governo alemão também não se eximia de prosseguir com a sua política africana. Foi já referido que um dos principais meios de a Alemanha ocidental penetrar no continente africano era através da ajuda económica e financeira.

Nesse mesmo sentido iam as informações do embaixador português em Bona, por ocasião da visita do Presidente do Senegal, Leopold Senghor,

---

<sup>161</sup> *Ofício da Embaixada da República Federal da Alemanha em Lisboa*, 28 de Novembro de 1963 – PA-AA, B 26, 191.

à República Federal. De acordo com o embaixador, eram as razões de “ordem económica” que tornavam a RFA “tão receptiva” às visitas de Chefes de Estado e de Governo dos novos países africanos. Estas questões económicas permitiam ao governo federal “garantir mercados” onde pudesse colocar os seus produtos e “campos de acção para o emprego dos seus capitais”. Neste sentido se compreenderiam os 25 milhões DM prometidos a Senghor<sup>162</sup>. Estas ajudas financeiras, para além de subentenderem uma contrapartida económica, tinham ainda o objectivo de conquistar os novos países africanos para o lado ocidental, ou pelo menos, de evitar que caíssem totalmente para o lado soviético, procurando igualmente evitar que reconhecessem oficialmente o governo da RDA<sup>163</sup>.

Para além de receber no seu território líderes de países africanos, o governo federal autorizou ainda a realização de um congresso que deu origem à «União dos Estudantes da África Negra sob Dominação Portuguesa», ocorrido entre Setembro e Outubro de 1961. A realização deste congresso levantou por parte da Embaixada de Portugal na capital alemã grandes protestos. Para defender o seu ponto de vista, a Embaixada portuguesa entregou no Ministério Federal dos Negócios Estrangeiros vários documentos, de entre os quais se salienta uma brochura com fotos terríveis das vítimas (brancas e negras) dos ataques dos independentistas angolanos de Março de 1961. Na nota que acompanhava esta brochura, a Embaixada de Portugal em Bona apresentava os seus protestos pela publicação na imprensa alemã de vários artigos que, no parecer da Embaixada, indicavam que estava “em curso uma campanha difamatória” com o objectivo de “instigar a opinião pública alemã” contra a política do governo português, pedindo ao governo alemão que fossem respeitados os “mais básicos princípios de lealdade

---

<sup>162</sup> *Ofício da Embaixada de Portugal em Bona*, 24 de Novembro de 1961 – AHD-MNE, PEA, Maço 334.

<sup>163</sup> É neste sentido que frequentemente se apresenta a política africana da República Federal da Alemanha como uma extensão da sua política alemã.

existente entre os dois países”<sup>164</sup>. Não encontrámos no decorrer da nossa investigação qualquer reacção a esta nota, nem em relação ao encontro dos Estudantes da África Negra sob dominação portuguesa.

No entanto, o governo federal não deixava de estar interessado nos problemas ultramarinos portugueses e estes eram de tal modo importantes para a sua política europeia, que julgou útil discuti-los numa das reuniões inseridas nos encontros mensais de consultação germano-franceses consequentes do Tratado do Eliseu<sup>165</sup>. Ao preparar esta reunião, em Setembro de 1963, o *Auswaertiges Amt* traçou uma descrição da sua atitude perante a política ultramarina portuguesa. Um dos elementos a ser discutido nas conversações entre franceses e alemães era a conciliação da política de voto perante as questões portuguesas nas várias organizações internacionais em que os dois países participavam. Assim, da parte dos representantes alemães, não se admitia a aprovação de qualquer proposta ou moção que procurasse corromper ou desgastar a posição internacional de Portugal, quer fosse através da sua expulsão de organizações internacionais, quer pela instituição de qualquer tipo de boicote para a metrópole portuguesa. Relativamente a propostas cuja tomada de posição pudesse prejudicar os interesses alemães em África, o sentido de voto deveria ir para a abstenção, procurando assim não condenar Portugal, nem ofender os países africanos.

Por outro lado, de fora das propostas para uma acção combinada franco-alemã estava a possibilidade de se pressionar o governo português em relação à sua política ultramarina. De acordo com o documento citado, eram vários os factores que levavam a tal medida. O primeiro era que Portugal era um aliado da Alemanha na NATO. A Alemanha “esperava e recebia de

---

<sup>164</sup> *Conjunto de documentos acerca de um congresso constituinte de uma União dos Estudantes da África Negra sobre Dominação Portuguesa, ocorrido entre Setembro e Outubro de 1961, 20 de Novembro de 1961 – PA-AA, B 26, 109.*

<sup>165</sup> O tratado do Eliseu foi assinado entre a RFA e a França em Janeiro de 1963, e tinha como objectivo fomentar a consultação entre ambos os governos em questões de interesse comum.

Portugal apoio” na questão de Berlim e da reunificação alemã. Adicionalmente, Portugal havia já feito “grandes concessões” ao nível militar e da defesa (como o aeródromo de Beja) e não era, por estas razões, correcto da parte das autoridades alemãs intervir activamente numa questão que o próprio governo português apresentava como sendo de “política interna”<sup>166</sup>.

Um segundo factor era que em Angola a situação estava relativamente calma e o governo português era, do ponto de vista militar, “totalmente senhor da situação”, o que levava a pensar que não iria haver qualquer necessidade de alteração da política portuguesa. Por outro lado, não havia condições para a independência de Angola como estado soberano: apesar de os colonos brancos defenderem uma maior e progressiva autonomia para o território, não existiam “condições ao nível da administração” para uma independência, nomeadamente da parte dos assimilados, que não tinham formação para ocuparem cargos superiores na administração pública. Assim sendo, uma independência da colónia traria “o caos”. Tendo em conta estas circunstâncias, a independência das colónias portuguesas permaneceria por alguns anos uma tese “exclusivamente dos governos de África”. Nesse sentido, seria de evitar qualquer resolução da ONU que implicasse uma intervenção violenta e forçada nos territórios portugueses – “nós [alemães], pelo menos, não temos qualquer interesse em apoiar tal resolução e os franceses certamente também não”. Uma intervenção coordenada da França e Alemanha junto do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Lisboa teria de ser, “por tudo isto”, cautelosa, de modo a evitar que o governo português a entendesse como uma interferência externa nos seus problemas e se tornasse ainda mais extremado nas suas posições, deitando por terra qualquer hipótese de cooperação com os dois países (França e RFA). Por fim, um último factor a ter em conta seria a situação interna portuguesa, sendo de se esperar, caso se desse a perda das colónias, o surgimento de um governo de esquerda, o que desagradaria tanto à República Federal como à França.

---

<sup>166</sup> *Tratamento do problema das províncias ultramarinas portuguesas na consulta mensal franco-alemã*, 23 de Outubro de 1963 – PA-AA, B 26, 191.

Todos os elementos referidos apontavam, assim, para “o apoio a Portugal”, ajudando-o a encontrar “uma solução” para as suas dificuldades actuais e “a ganhar tempo para levar a cabo reformas”. Neste sentido, o documento concluía que uma possível harmonização de posições com os franceses poderia “ser útil”, sem no entanto deixar de realçar a necessidade do governo alemão “negar o seu apoio a Portugal apenas nos casos em que a aprovação da sua política colonial vá contra a África negra”<sup>167</sup>.

Neste sentido, e como já foi referido, a posição do governo da Alemanha Federal perante a situação portuguesa tinha duas preocupações: apoiar o governo português na sua política colonial – pois sabiam que o regime de Oliveira Salazar corria risco de se dissolver, caso o império ultramarino acabasse – e, por outro lado, não prejudicar o prestígio da Alemanha junto dos Estados africanos. Deste modo, o apoio a Portugal não poderia pôr em risco a presença alemã junto dos países de África, onde procurava, com a sua ajuda económica, evitar o reconhecimento da República Democrática Alemã pelo mundo afro-asiático.

Talvez no seguimento desta política de não afrontamento com os estados africanos – que, à medida que a década de sessenta avançava, ganhava mais peso do que a necessidade de apoiar Portugal – a política africana de Bona começava a ser um pouco diferente.

Algumas modificações foram sentidas no momento em que o Chanceler Adenauer saiu do cargo que ocupava já há catorze anos. Foi Ludwig Erhard quem ocupou a Chancelaria, algo que não desagradou totalmente aos governantes portugueses. Estando já certo que seria o Vice-Chanceler Erhard que ocuparia o lugar deixado vago por Adenauer, o embaixador português em Bona, Luís Bívar Brandeiro, escrevia para Lisboa acerca das possíveis consequências para o governo de Salazar desta nova liderança da Alemanha Federal. Para além da já esperada “inclinação para o lado anglo-saxónico”, no que dizia respeito directamente a Portugal, a posição

---

<sup>167</sup> *Tratamento do problema das províncias ultramarinas portuguesas na consulta mensal franco-alemã*, 23 de Outubro de 1963 – PA-AA, B 26, 191.

alemã parecia “destinada a não mudar”. Na verdade, os alemães procuravam “guardar os favores dos afro-asiáticos”, embora compreendessem “bem” o caso português. No entanto, as maiores preocupações do governo federal estavam mais relacionadas com a política do Leste do que com “aquilo que se passa em África”<sup>168</sup>.

O discurso de tomada de posse de Ludwig Erhard no Bundestag enunciava os seus projectos para o futuro que, de acordo com o embaixador português, demonstravam mais “tendência para continuar do que para inovar”. Em relação à política externa, Erhard tinha sido “prudente”, mostrando-se favorável à continuação das negociações entre Este e Ocidente, mas rejeitando determinadamente a “revalorização do regime da zona soviética”. Tal como já havíamos dito, Erhard era caracterizado por ser um «atlantista», em oposição aos «gaulistas», e essa sua tendência revelou-se igualmente no seu discurso. Tal como notou o Embaixador Brandeiro, o novo Chanceler não esquece a França, mas esta vem “depois” da Inglaterra e dos Estados Unidos. Nesse sentido, era dado um maior peso à NATO, uma vez que o novo governo alemão entendia que nenhum país podia, “por si só”, assegurar a própria defesa, independentemente dos seus aliados. Em relação a África, esta tinha sido englobada “com os países amigos do próximo e extremo Oriente e América do Sul”, pelo que nada fora definido, à excepção de se realçar que o povo alemão, por também se encontrar dividido, mostrava uma particular compreensão “pelo desejo de liberdade e de independência manifestado pelos outros povos”<sup>169</sup>.

Num memorial de Janeiro de 1964, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Federal analisou uma proposta, feita por um deputado do Bundestag<sup>170</sup>, para que fosse recebido em Bona Holden Roberto, líder

---

<sup>168</sup> *Aerograma da Embaixada de Portugal em Bona n.º A-39*, 9 de Setembro de 1963 – AHD-MNE, PEA, Maço 47.

<sup>169</sup> *Aerograma da Embaixada de Portugal em Bona n.º A-45*, 19 de Outubro de 1963 – AHD-MNE, PEA, Maço 47.

<sup>170</sup> De quem apenas sabemos o apelido – Gewandt. Este soube do desejo de Holden Roberto visitar a República Federal da Alemanha através de um jornalista americano.

da «Frente Nacional de Libertação de Angola», o movimento nacionalista daquele território mais próximo do Ocidente e especialmente dos Estados Unidos. De acordo com o autor do documento, Jansen, interessava ao governo alemão a visita do nacionalista angolano, pois perante os recentes contactos deste com representantes chineses, de quem obtivera armamento, era “indispensável” para o ocidente aproveitar todas as oportunidades para pressionar Roberto a “manter a sua posição pró-ocidental”. Como seria de esperar, Holden Roberto não seria recebido no Ministério dos Estrangeiros alemão, nem se trataria de uma visita oficial autorizada pelo governo federal. A presença do angolano seria da responsabilidade de uma organização privada, sendo sugerido o nome da Fundação Friedrich Ebert. Também no intuito de não afectar as relações de Portugal com a RFA tudo seria combinado no mais profundo secretismo<sup>171</sup>. Não obtivemos qualquer confirmação da visita ou resposta a este memorial, mas julgamos que a mera consideração da possibilidade de tal visita por parte do *Auswaertiges Amt* representa por si uma nova abordagem aos problemas africanos.

Igualmente significativa foi a criação de um «Comité para Angola» em Bona. Este Comité, criado em 19 de Março de 1964, era composto por estudantes universitários, mas era igualmente apoiado por personalidades da vida política da República Federal, entre as quais se encontravam os deputados ao Parlamento Federal Gewandt (o mesmo que propôs a visita de Holden Roberto à RFA) e Wischnewski, ambos “com interesse nas relações com África”, para além de “personalidades relacionadas com a esfera da igreja católica”. Segundo o Ministério dos Negócios Estrangeiros federal eram “de se esperar” ataques do Comité ao regime português, assim como uma “resposta veemente” do governo de Salazar. Por outro lado, as actividades do «Comité para Angola» poderiam “contribuir para o fortalecimento do prestígio e da influência” da Alemanha Ocidental junto

---

<sup>171</sup> *Memorial: Visita do Chefe de Governo angolano no Exílio, Holden Roberto, na República Federal da Alemanha*, 9 de Janeiro de 1964 – PA-AA, B 26, 268.

dos Estados africanos. Os princípios fundadores deste organismo eram a “crença no direito à autodeterminação do povo angolano e no seu direito a escolher o seu próprio governo”. Neste sentido, o «Comité para Angola» procurava influenciar Portugal a ceder a independência a todos os povos africanos sob o seu poder. No que dizia respeito ao caso de Angola, como a independência se apresentava “como uma tarefa nova e difícil”, que não poderia ser conseguida “sem a preparação e o apoio vindos do exterior”, o Comité estabelecia como “princípios orientadores” da sua actividade o fomento da formação das lideranças políticas e de quadros administrativos, o apoio na resolução do problema dos refugiados e dos fugitivos devido à opressão política no país e contribuir para o aumento da compreensão dos “esforços de libertação” dos territórios ocupados pelos portugueses em África, através de acções públicas<sup>172</sup>.

No entanto, o momento em que melhor percebemos a importância da nova política africana do governo federal ocorreu alguns meses mais tarde, em Agosto de 1964, quando foi tornado público um acordo militar entre a RFA e a Tanzânia. O auxílio militar àquele país por parte da Alemanha consistia no envio de aviões tipo *Dornier DO-27*, *DO-28* e *Noratlas* e navios de patrulha costeira<sup>173</sup>. Contudo, como seria de esperar, a reacção do governo português foi de desconfiança acerca das futuras consequências que a presença deste tipo de equipamento traria para Moçambique, que partilhava a fronteira norte com a Tanzânia. Os maiores receios sentidos pelos responsáveis militares e políticos portugueses diziam respeito ao risco relativamente à possibilidade destes equipamentos virem a ser cedidos aos rebeldes moçambicanos, em particular à FRELIMO. Apesar de o governo português considerar Julius Nyerere, líder tanzaniano, como “um moderado”, julgava que este, mais cedo ou mais tarde, viria a ter neces-

---

<sup>172</sup> Nota sobre a criação do «Comité para Angola», 20 de Março de 1964 – PA-AA, B 26, 268.

<sup>173</sup> Os *Dornier DO-27* e *DO-28* eram aparelhos monomotor, ligeiros, usados como transporte de bens e pessoas e de observação; os *Noratlas* eram aviões de transporte de pessoas e de carga de grande porte.

sidade de extremar a sua posição, de modo a suportar as pressões dos seus concorrentes políticos. Perante estes receios, Schaffarczyk explicou a várias personalidades militares e políticas portuguesas a necessidade que a Alemanha Federal tinha, “em defesa do seu interesse nacional”, isto é, o “impedimento do reconhecimento da «Zona de Ocupação Soviética»”, de estabelecer relações com os Estados africanos. E apesar de o embaixador, até esta altura, ter sempre encontrado “compreensão” perante esta argumentação, neste caso sentia um grande cepticismo por parte de Portugal<sup>174</sup>. Mais tarde, em conversa com o novo Director-Geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, João Hall Themido, o embaixador alemão repetiu estes mesmos argumentos. Apesar de concordar que a “influência da RFA junto de Nyerere seria positiva” para a estabilidade da região e que contribuiria para o não-reconhecimento da RDA, Themido não deixava de salientar “energicamente” os perigos que a ajuda militar alemã àquele país representava para Moçambique<sup>175</sup>.

Porém, o auxílio militar alemão aos Estados africanos traria, de acordo com os próprios alemães, alguns proveitos para Portugal, na medida em que se defendia “o Ocidente no seu conjunto” – curiosamente, os alemães usavam com Portugal um argumento há muito defendido pelo próprio Salazar. Adicionalmente, e de acordo com o próprio Ministro da Defesa alemão, Kai Uwe von Hassel, as “relações cautelosas (mas manifestamente eficazes)”, no campo da assistência militar, da Alemanha com alguns países africanos haviam conseguido “que não fosse estabelecido um bloco anti-

---

<sup>174</sup> *Ofício da Embaixada da República Federal da Alemanha em Lisboa*, 6 de Agosto de 1964 – PA-AA, B 26, 268.

<sup>175</sup> *Ofício da Embaixada da República Federal da Alemanha em Lisboa*, 12 de Agosto de 1964 – PA-AA, B 26, 268.

<sup>176</sup> Esta afirmação faz-nos supor que a Alemanha poderá ter desempenhado um papel relevante no estabelecimento dos ténues equilíbrios alcançados por Portugal em relação aos países limítrofes de Moçambique e Guiné-Bissau. Apenas um estudo aprofundado das relações entre Portugal e esses estados africanos poderá esclarecer esta questão, uma vez que, em termos das relações luso-alemãs, nada mais foi referido.

-português<sup>176</sup>. Simultaneamente, tinha também sido evitada a criação de um bloco hostil à RFA na ONU, “apesar dos permanentes e maciços protestos dos países africanos” contra a colaboração militar luso-alemã. Neste sentido, von Hassel acrescentava ainda que, para continuar “da mesma maneira eficaz do passado” a estreita colaboração com Portugal, era necessário que a RFA mantivesse as boas relações com certos países africanos, a fim de evitar “prejuízos graves para os interesses vitais da Alemanha”<sup>177</sup>.

Compreendemos assim, pelo que foi aqui afirmado, que à medida que os anos sessenta avançavam, a política do governo de Bona para África modificava-se também, no sentido de se tornar mais activa, se bem que sempre com o mesmo propósito: evitar o reconhecimento da RDA por parte dos Estados africanos. Para cumprir este objectivo, a República Federal enfrentou inclusivamente as críticas do seu aliado luso, não pondo nunca, no entanto, a cooperação luso-alemã em risco.

## 1.9. Portugal, a RFA e a Nova Política Americana para África

Não era só o governo de Bona que se tornava mais cauteloso para com a política ultramarina portuguesa. Todo o bloco ocidental estava a rever as suas posições. Como seria de esperar, e sob influência da Administração Kennedy (mas que já se sentiam desde os finais da década de 50), os Estados Unidos alteraram a sua posição em relação a África, passando a apoiar claramente os novos Estados africanos e a favorecer os nacionalismos que se faziam sentir nos ainda estados coloniais<sup>178</sup>. Esta nova política

---

<sup>177</sup> *Carta do General Becker (Delegação alemã CMLA) para o Almirante Sousa Uva (Delegação portuguesa CMLA)*, 9 de Outubro de 1964 – AHD-MNE, PAA, Maço 197. Esta carta, parcialmente ilegível, dizia respeito não só ao auxílio militar alemão à Tanzânia e à República da Guiné, mas também ao envio de aviões da Alemanha para a União Indiana.

<sup>178</sup> Para uma análise sobre as relações entre Portugal e os Estados Unidos da América durante a Administração Kennedy, ver Luís Nuno Rodrigues, *Salazar e Kennedy: A Crise de uma Aliança*, Editorial Notícias, Lisboa, 2002.

teve consequências no bloco ocidental, essencialmente porque significou uma alteração do peso estratégico da Europa no desenrolar da Guerra Fria. Simultaneamente, trouxe também algumas dificuldades no relacionamento dos EUA com Portugal.

Os primeiros sinais desta modificação da política americana em relação a África ocorreram em Março de 1961, quando o representante americano no Conselho de Segurança votou favoravelmente uma resolução relativa à questão de Angola. A inclusão da questão de Angola no debate do Conselho de Segurança partira da proposta da Libéria, posteriormente apoiada por mais trinta Estados africanos e asiáticos. Apesar das constantes intervenções de Vasco Garin, representante português na ONU, no sentido de impedir esta discussão, a questão angolana foi debatida no Conselho de Segurança. Foi votado um projecto de resolução apresentado pela Libéria, Ceilão e República Árabe Unida, onde se acentuavam os perigos que a situação de Angola representava para a paz e a segurança mundiais, se reiterava a doutrina das resoluções anteriores e se solicitavam “reformas imediatas” no contexto da resolução sobre a extinção do colonialismo de Dezembro de 1960, que Portugal havia aprovado por defender que não possuía colónias<sup>179</sup>. A resolução não foi aprovada por carecer do número de votos afirmativos estabelecido pela Carta, mas o mais importante foi o voto favorável dos Estados Unidos<sup>180</sup>. Na sua intervenção para justificar o voto americano, Adlai Stevenson, o representante americano na ONU, afirmou que esta resolução era tida como “um convite para Portugal trabalhar com as Nações Unidas”, no sentido do “desenvolvimento da autonomia” nos seus territórios ultramarinos<sup>181</sup>. O governo português não foi inteiramente apa-

---

<sup>179</sup> Franco Nogueira, *Salazar*, p. 213.

<sup>180</sup> Votaram a favor os EUA, a URSS, a República Árabe Unida, o Ceilão e a Libéria; abstiveram-se os restantes membros do Conselho: França, Inglaterra, Turquia, Chile, China e Equador. Cf. A. E. Duarte Silva, “O Litígio entre Portugal e a ONU”, in *Análise Social*, vol. XXX (130), 1995 (1.º), p. 12.

<sup>181</sup> Citado em Luís Nuno Rodrigues, *Salazar e Kennedy...*, pp. 83-84.

nhado de surpresa por esta votação<sup>182</sup>, mas nem por isso deixou de sentir uma forte apreensão pelo futuro das relações luso-americanas. Como Franco Nogueira escreveu, os Estados Unidos tinham “votado contra Portugal pela primeira vez na história dos debates dos problemas portugueses na ONU”, rompendo assim a tradicional aliança ocidental que, quer as potências europeias como França e Inglaterra, quer a Turquia, pertencente à NATO, tinham mantido. A partir daqui tudo iria piorar: a situação em Angola conheceria um agravamento acentuado, com os ataques violentos de 15 de Março no norte da província, marcando o início do conflito armado no território, e as relações entre Portugal e os Estados Unidos entravam na sua pior fase desde o final da II Guerra Mundial.

A votação do governo americano a favor da resolução acerca da questão de Angola foi interpretada pelo governo alemão como uma forma de obter as simpatias dos afro-asiáticos. Na verdade, do ponto de vista da Alemanha Federal, a votação da resolução da questão de Angola estava intimamente ligada à necessidade que os EUA tinham de ganhar “nova credibilidade” junto dos países do bloco afro-asiático, de modo a melhor desempenharem o “papel de advogados da autonomia e da autodeterminação”, papel que consideravam justificado pela sua própria história. Por outro lado, o voto a favor da questão de Angola prendia-se ainda com uma tentativa de “compensar” perante a sua população a abstenção na resolução sobre o colonialismo, levada à Assembleia Geral das Nações Unidas em Dezembro de 1960, e tinha, nesse sentido, “uma justificação «doméstica»”<sup>183</sup>. Esta

---

<sup>182</sup> Em 7 de Março, cumprindo instruções recebidas do *State Department*, Charles Elbrick, embaixador americano em Lisboa, encontrou-se com Oliveira Salazar para lhe comunicar que a Administração Kennedy defendia a autodeterminação e a independência dos países africanos, apelando ao governo português para iniciar reformas nesse sentido em Angola, sob pena de surgirem dificuldades nas relações entre os dois países, inclusivamente na ONU. Salazar obviamente não cedeu a esta pressão. Para uma descrição mais aprofundada deste encontro e suas repercussões, ver, entre outros, Luís Nuno Rodrigues, *Salazar e Kennedy*, pp. 79-83 e Franco Nogueira, *Salazar*, pp. 210-211.

<sup>183</sup> *Nota do Auswaertiges Amt sobre a política ultramarina portuguesa e o futuro posicionamento da RFA perante Portugal*, 30 de Março de 1961 – PA-AA, B 26, 72.

abstenção, apesar de ter sido decidida por instrução directa do Presidente Eisenhower, teve uma recepção muito crítica por parte da opinião pública americana. Assim, para a nova Administração Kennedy, a resolução sobre Angola ofereceu uma oportunidade “não só para um distanciamento do anterior governo” em relação à questão do colonialismo, mas igualmente uma “oportunidade para corrigir a abstenção” de então e determinar a “nova política americana” em relação ao problema colonial. Com esta nova atitude, o governo americano esperava criar um “pressuposto favorável” ao aprofundamento do trabalho conjunto com os Estados afro-asiáticos, particularmente nas Nações Unidas<sup>184</sup>.

Para além da votação claramente desfavorável a Portugal, um aliado tanto dos EUA como da própria RFA na NATO, os governantes alemães consideravam que o governo de Kennedy tinha adoptado outras atitudes demonstrativas desta sua nova abordagem ao continente africano, nomeadamente a importância dada quer à nomeação de um Secretário de Estado para os Assuntos Africanos, como às conclusões do relatório sobre África que o Presidente Kennedy tinha encomendado logo no início da sua administração. Na sequência destes elementos, a nova linha da política americana para África tinha como base os princípios da autodeterminação dos povos e da autonomia dos novos estados, inclusivamente em relação a qualquer uma das duas superpotências. Nesse sentido, o governo de Kennedy defendia o fim total das administrações coloniais, o relacionamento com todos os estados africanos com base no princípio da igualdade racial e do direito à autodeterminação, a cooperação com nacionalismo africano e separação rígida da política de defesa e da ajuda ao desenvolvimento para África, bem como o apoio dos EUA junto de missões arbitrais e de medidas de auxílio em África.

A nova política americana para África tornava-se, assim, independente da sua política para com os aliados da NATO. Tal como a votação relativa à

---

<sup>184</sup> *Nota do Auswaertiges Amt sobre a nova política africana dos EUA*, 7 de Abril de 1961 – PA-AA, B 26, 71.

resolução sobre a questão de Angola demonstrou, os EUA não hesitariam em “ir contra os seus aliados em caso de conflito”. Os Estados Unidos passariam assim a apoiar os novos Estados de África contra as chamadas potências coloniais, “porque estão convencidos que a luta contra o comunismo apenas pode ser vencida com nações independentes em África e na Ásia”<sup>185</sup>.

Mas esta nova postura dos EUA parecia dar resultados visíveis. A recepção “particularmente amigável” a N’krumah por Kennedy tinha provocado uma substancial mudança de opinião no Gana, o apoio à resolução sobre Angola tinha trazido “novas simpatias numa vasta área de África”, e o seu “comportamento decidido” perante a União Soviética na questão do Congo tinha conduzido a uma estabilização da situação naquele país.

A nova posição da administração de John F. Kennedy traria também pressões sobre a República Federal. Era “provável” que Kennedy esperasse o apoio da Alemanha ocidental para a sua política africana, pois esta não tinha “qualquer encargo colonial”, e o próprio Presidente americano sabia que a Alemanha tinha em África “uma boa imagem”. Era por isso de contar que, “nas próximas conversações”, os representantes americanos não insistissem apenas “numa ajuda ao desenvolvimento vigorosa e a longo prazo” para África e Ásia, mas também por ganhar o seu apoio activo para a sua “nova concepção de África”. Tendo em conta que os principais aliados europeus da Alemanha Federal se esforçavam para “acabar com as suas colónias” e o próprio problema argelino iria, de acordo com o governo federal, “mais cedo ou mais tarde”, terminar, um apoio alemão à política africana dos EUA não colocaria a República Federal contra os seus “aliados mais importantes”. As principais implicações de tal apoio seriam sentidas precisamente nas relações com a África do Sul e Portugal, de cuja política ultramarina a RFA teria de se “distanciar”. No entanto, e apesar de correr o risco de sofrer “um agravamento das relações com estes países”, o governo de Bonn iria obter uma “larga vantagem”, se tivesse em consideração o “decisivo significado”

---

<sup>185</sup> *Idem.*

que o mundo afro-asiático ocupava no conflito entre o Ocidente e o Leste. Como tal, um “apoio, por princípio, à política americana para África, não tem assim nada que o desaconselhe”<sup>186</sup>.

Alguns meses mais tarde, em Setembro de 1961, ocorreram conversações entre representantes do governo americano e alemão acerca da situação no continente africano, onde, entre outros assuntos, se discutiu a questão das colónias portuguesas. As conversações tiveram lugar em Washington, entre 21 e 22 de Setembro, por iniciativa do próprio *State Department*. A delegação americana era composta por membros do Secção para África do Departamento de Estado, e presidida por Mennen Williams. A delegação alemã era composta por um especialista nas questões políticas, Steltzer, e por um especialista nos assuntos de ajuda ao desenvolvimento, von Keiser, ambos elementos da Embaixada alemã em Washington.

De acordo com o *Auswaertiges Amt*, as conversações correram num tom extremamente “amigável e de total sinceridade”, abrindo a porta para uma maior cooperação entre os dois governos no seu trabalho em África. Em relação a Angola, Mennen Williams demonstrou uma “grande compreensão pela atitude de moderação” da RFA perante os desenvolvimentos no território. No entanto, avisou que “qualquer medida urgente” poderia ser vista quer pelos inimigos do Ocidente, quer pelos africanos como de apoio ao governo português contra as lutas de libertação. Mas o objectivo das conversações era mais alargado e dizia respeito a todo o continente africano. A estratégia americana era que “os Estados Unidos e a República Federal se completassem” e que exercessem a sua influência onde ela tivesse mais peso. O exemplo dado por Mennen Williams era claro: dado a desconfiança existente nas ex-colónias francesas relativamente aos países anglo-saxónicos, a Alemanha deveria “aproveitar e estreitar a sua colaboração com o governo francês” para aí exercer influência. Por outro lado, era compreensível que, por razões históricas e culturais, a RFA se encontrava

---

<sup>186</sup> Nota do *Auswaertiges Amt* sobre a nova política africana dos EUA, 7 de Abril de 1961 – PA-AA, B 26, 71.

“próxima demais” do governo da África do Sul para adoptar uma atitude firme contra o regime de *apartheid*, algo que os Estados Unidos se sentiam mais confortáveis para fazer<sup>187</sup>.

Assistimos assim ao esforço por parte da Administração Kennedy em conciliar a sua posição no continente africano com a do governo federal, procurando em conjunto exercer influência na maior parte dos países, mesmo naqueles em que poderia não ser assim tão fácil – como no exemplo dado das ex-colónias francesas. Por outro lado, o governo alemão parece não ter sofrido grande pressão para adoptar uma política contrária a Portugal, apesar de não fazer grande esforço para defender o governo de Oliveira Salazar<sup>188</sup>.

Cerca de um ano depois destes encontros, os problemas do continente africano voltaram a ser discutidos entre representantes do Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão e Mennen Williams. Nos encontros de 12 e 13 de Julho de 1962, as questões relacionadas com as províncias ultramarinas portuguesas receberam uma maior atenção. De acordo com Mennen Williams, a posição alemã em África era muito favorecida quer pela opinião “cada vez mais positiva que os africanos tinham sobre a RFA”, quer porque não tinha qualquer antecedente de colonialismo no passado recente do continente. Na verdade, também os americanos não tinham na sua história intervenções colonialistas em África, pelo que se podia partir dessa “base comum para o estabelecimento de uma política conjunta para África”<sup>189</sup>.

No que às colónias portuguesas dizia respeito, Mennen Williams achava que uma solução satisfatória do problema angolano apenas podia ser possível “com a concordância e a participação portuguesa”, apesar de a tensão em Angola tornar necessária uma solução rápida. As recentes reformas que o

---

<sup>187</sup> *Conversações sobre África em Washington e em Bona*, 24 de Outubro de 1961 – PA-AA, B 26, 72.

<sup>188</sup> *Idem*.

<sup>189</sup> *Conversações sobre África com o Governador Mennen Williams em 12 e 13 de Julho de 1962 no Auswaertiges Amt*, 19 de Julho de 1962 – PA-AA, B 26, 191A.

governo português tinha implantado na administração daquele território não mostravam qualquer passo no sentido da independência. Mennen Williams julgava ter descoberto um sinal que também em Portugal crescia o reconhecimento da necessidade de uma adaptação aos desenvolvimentos de África. Os Estados Unidos estavam “empenhados em forçar Portugal a uma decisão clara” entre a autodeterminação dos africanos ou a manutenção da administração colonial. Neste contexto, Mennen Williams saudou a resolução da Alemanha Federal de proibir “todos os fornecimentos de armas para os territórios críticos em África” e de não se fazer “qualquer exceção” no quadro da NATO. Ele caracterizou esta decisão como da máxima importância, cuja eficiência apenas dependia da medida em que Portugal seria “eficientemente obrigado a não utilizar os preciosos fornecimentos” que, como membro da NATO, tinha recebido quer da RFA, quer dos EUA, nos seus territórios africanos. Os EUA tinham, por seu lado, estabelecido um sistema de licenças que colocava a concessão de autorizações de exportação de material militar para Portugal sob critérios severos. Williams advogava que a Alemanha deveria continuar com a sua política de não fornecer armamento, “se queria contribuir para a consolidação da presença do ocidente em África”.

No entanto, apesar de os Estados Unidos “estarem interessados” numa cooperação com a RFA no campo da limitação dos fornecimentos de armamento ao continente africano, não poderiam, “por razões estratégicas”, mostrar uma “moderação tão forte” como a Alemanha. Os territórios onde os EUA tinham pontos-chave ao nível militar (por exemplo, Norte de África e Etiópia) colocavam um problema particular, assim como a África do Sul deveria ser tratada particularmente. A RFA contribuiria para a consolidação da posição do Ocidente em África, quando conseguisse desenvolvimentos concretos na questão do fornecimento de armamento. Percebemos assim uma posição americana clara: a Alemanha teria de continuar com os seus esforços de redução dos fornecimentos de material militar, nomeadamente a Portugal, caso contrário não seria tomada a sério pelos Estados africanos. Simultaneamente, a sua moderação deveria manter-se mesmo quando os EUA tomassem posições mais contraditórias.

O outro ponto discutido pelos representantes alemães e americanos foi a questão da concessão de auxílios financeiros aos novos Estados africanos. Também aqui os EUA demonstravam ter uma nova postura, que foi exposta aos interlocutores alemães. A administração americana evitava agora, por ocasião de visitas de chefes de Estado e de Governo africanos a Washington, fazer “qualquer promessa inalterável de ajuda financeira”, porque isso podia “fazer depender o sucesso da visita da importância da promessa de ajuda financeira”. As questões de ajuda ao desenvolvimento deveriam ser definidas “antes ou depois da referida visita”, e na verdade, os africanos deveriam apresentar “contrapartidas palpáveis se quisessem a satisfação de um desejo particular”.

Mennen Williams falou novamente de uma maior cooperação entre os países ocidentais em África e anunciou que o *State Department* iria ordenar aos seus representantes diplomáticos no continente africano para incentivarem a troca de ideias com os respectivos embaixadores alemães. Mennen Williams tinha esta consultação bilateral como “muito valiosa”, pois “uma série de conversas bilaterais com membros da NATO poderia levar a melhores resultados do que as conversações multilaterais”, uma vez que a presença dos estados com problemas coloniais nas conversas multilaterais tornavam essas questões “difíceis de resolver”. Williams felicitou a cooperação multilateral entre uma série de Estados africanos e os países da Europa ocidental no âmbito da CEE e os contactos feitos entre os estados ocidentais e africanos no seio das Nações Unidas. De seguida mostrou “grande compreensão” pelo desejo alemão de, tendo como referência o direito de todos os povos à autodeterminação, “ganhar o apoio moral dos Estados africanos na questão alemã”<sup>190</sup>.

Também a partir destas conversações apercebemo-nos da dúbia posição da Alemanha Federal perante Portugal. Afirmava perante os representantes do governo dos EUA que estava interessada em adoptar uma atitude mais

---

<sup>190</sup> *Conversações sobre África com o Governador Mennen Williams em 12 e 13 de Julho de 1962 no Auswaertiges Amt, 19 de Julho de 1962 – PA-AA, B 26, 191A.*

firme relativamente à política ultramarina portuguesa, mas fez muito pouco, ao longo do período que aqui analisamos, para tentar alterar esta política no sentido de uma autonomia das colónias portuguesas, continuando, inclusivamente, a fornecer armamento que sabia ser para utilização nos territórios africanos de Portugal. No entanto, teremos oportunidade de analisar estes elementos mais detalhadamente no capítulo dedicado às questões militares.

## 1.10. Os Alemães e a Política Ultramarina Portuguesa

São vários os casos em que percebemos que existia de parte de altos responsáveis alemães uma posição favorável ao regime português, quer fosse por se considerarem ideologicamente próximos do regime de Oliveira Salazar, quer por considerarem indispensável para a Europa a manutenção de um regime pró-ocidente na Península Ibérica e, apesar de não concordarem com a política ultramarina portuguesa, preferirem manter-se próximos do governo português, para melhor controlarem a sua evolução. A verdade é que, desde o Ministro da Defesa e membro influente dos Democratas Cristãos, Franz Josef Strauss, ao Presidente do Parlamento Federal, Eugen Gerstenmaier, foram várias as personalidades alemãs que fizeram questão de demonstrar a sua consideração pelo regime e pessoa de Oliveira Salazar.

Porém, em primeiro lugar, salientamos as tomadas de posição do próprio embaixador alemão em Lisboa, Herbert Schaffarczyk. Revelando-se um claro apoiante do governo de Oliveira Salazar, os ofícios do representante alemão chegaram a ser alvo de algumas repreensões por parte do *Auswaertiges Amt*. Em 24 de Janeiro de 1961, o embaixador enviou para o Ministério Federal dos Negócios Estrangeiros um extenso ofício relativo à política ultramarina portuguesa. Mas este relatório deu origem a uma nota do próprio Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão, criticando fortemente o ofício recebido. No texto enviado de Lisboa, “a política portuguesa era julgada de uma forma demasiadamente positiva”, limitando-se

“a repetir as teses oficiais de Portugal” no que à política ultramarina dizia respeito. Neste relatório a Embaixada partilhava “evidentemente a opinião” com o governo português de que tudo estava “muito bem nas possessões ultramarinas”, que a política dos «assimilados» era um sucesso, que as informações sobre ocorrências ocasionais se deviam essencialmente a “boatos” e que Portugal estava em condições, ao nível militar, de “reprimir qualquer agitação imediatamente”<sup>191</sup>. Esta era uma visão que as autoridades alemãs em Bona conseguiam facilmente contrariar, apenas recorrendo aos ofícios chegados de Luanda e que, normalmente, eram enviados também para a Embaixada da RFA em Lisboa. Ainda neste contexto, era realçado que tinha sido precisamente na data em que fora escrito o ofício da Embaixada alemã em Lisboa que tinha sido tornado público o assalto ao navio *Santa Maria*, o que revelava dificuldades na prossecução da “habitual política ultramarina portuguesa”. Logo em finais de Janeiro tornara-se evidente a “conexão entre o caso *Santa Maria* com os episódios sangrentos na Angola Portuguesa”, o que só por si desmentia as convicções do Embaixador Schaffarczyk.

“Com o tempo, Portugal estará em condições de conseguir manter a sua vontade”, isto é, a manutenção das colónias, afirmava o representante alemão em Lisboa. Porém, “depois da experiência que a França e da Bélgica sofreram em África”, o *Auswaertiges Amt* esperava da Embaixada uma “análise crítica sobre o sucesso que Portugal, com o tempo, iria obter”. O próprio documento ministerial avançava com um prognóstico extremamente reservado acerca desta “aventura tipo Argélia” do governo português: era uma “sugestão aflitiva”, que o “pequeno Portugal”, que não podia contar com a ajuda dos seus aliados, por insistir com a sua política ultramarina, possuísse “a coragem de começar” uma tal aventura. Tal atitude só poderia trazer “ganhos incontáveis ao Bloco de Leste”, e nenhuns para o mundo ocidental<sup>192</sup>.

---

<sup>191</sup> Nota do *Auswaertiges Amt* sobre a política ultramarina portuguesa, 10 de Março de 1961 – PA-AA, B 26, 114.

<sup>192</sup> Nota do *Auswaertiges Amt* sobre a política ultramarina portuguesa, 10 de Março de 1961 – PA-AA, B 26, 114.

A conclusão que tiramos destes documentos é que, apesar de na Embaixada em Lisboa existirem funcionários extremamente favoráveis à política ultramarina portuguesa, o que poderia ser suficiente para induzir o Ministério federal dos Estrangeiros, este tinha uma opinião diferente sobre a política colonial portuguesa e chamou claramente a atenção do seu diplomata para a necessidade de um maior distanciamento. Por outro lado, percebemos que, apesar de o *Auswaertiges Amt* não desejar o envolvimento de Portugal, um aliado, numa guerra em África, arriscada e perigosa, que envolveria a reputação de todo o Ocidente, também procurou ao máximo preservar a sua posição perante o governo português – e o Embaixador Schaffarczyk permaneceu em Lisboa até 1966.

Adicionalmente, também o Ministro da Economia e Vice-Chanceler alemão Ludwig Erhard, durante a sua visita a Lisboa em Maio de 1961, se eximiu de prestar declarações relativas directamente à política colonial portuguesa. De acordo com as informações do embaixador alemão em Lisboa que, como era hábito, acompanhou de perto todos os encontros entre o Ministro Erhard e as diferentes personalidades portuguesas, as “questões de política interna” e, mais especificamente, sobre os problemas das províncias ultramarinas “não foram discutidos”. Pelo contrário, as declarações do Vice-Chanceler, em como se contentava “por estar em Portugal neste momento particular” e as constantes referências à Aliança Atlântica foram interpretadas quer pelo Ministro da Presidência, Pedro Theotónio Pereira, como pelo próprio chefe de governo, Oliveira Salazar, como declarações “extremamente amigáveis” para o regime português, pelo sentido de apoio que continham. Nos restantes encontros de Erhard com Salazar falou-se da possível concessão de ajuda ao desenvolvimento português que foi posteriormente concretizada no Protocolo assinado pelo Ministro Erhard e por Theotónio Pereira a 13 de Maio de 1961<sup>193</sup>. Num telegrama de 16 de

---

<sup>193</sup> *Ofício da Embaixada da República Federal da Alemanha em Lisboa*, 17 de Maio de 1961 – PA-AA, B 26, 111. O âmbito económico do Protocolo será analisado no capítulo referente às questões económicas.

Maio de 1961, a Embaixada de Portugal em Bona informava que algumas declarações de Erhard tinham sido criticadas por membros do Partido Social-Democrata Alemão (SPD), nomeadamente o facto de o ministro da Economia ter afirmado que Portugal era “um dos países mais dignos de confiança”. Ao chegar a Bona, vindo da sua viagem pela Península Ibérica, Ludwig Erhard recusou-se a fazer declarações sobre a política ultramarina portuguesa, pois considerava que tal era uma “intromissão nos assuntos internos de um país estrangeiro”, utilizando assim uma das expressões-chave da argumentação portuguesa. Erhard não se absteve, no entanto, de pedir à oposição alemã “discrição sobre todas as questões respeitantes a Portugal”<sup>194</sup>.

Uma outra personalidade que não hesitou em demonstrar publicamente a sua admiração por Portugal e pelo seu chefe de governo foi Franz Josef Strauss. Durante a sua visita a Lisboa, em Janeiro de 1960, o Ministro da Defesa não se cansou de referir a gratidão do povo alemão perante a atitude portuguesa de defender a inclusão da República Federal no bloco ocidental<sup>195</sup>. No entanto, em termos pessoais, Strauss escreveu uma carta a Salazar por ocasião do deflagrar dos primeiros conflitos em Angola. Nesta carta, de 27 de Junho de 1961, escrita em seu nome e “independentemente de todas as relações oficiais”, com base apenas em “sentimentos de amizade”, o ministro alemão pretendia analisar de uma posição isenta, a situação colonial de Portugal. Esta era uma carta muito ponderada e equilibrada, onde Strauss procurava aconselhar o Presidente do Conselho nesse momento complicado para a política externa, mas também interna, de Portugal. E avisava que, apesar de ter confiança “no valente soldado português”, não se podia pretender “um êxito definitivo nos domínios político e militar”. Deste modo, e tendo em conta “o custo extraordinariamente elevado” das guerras coloniais e o “encargo imposto à economia nacional”, bem como “as dificuldades políticas”, Strauss aconselhava o chefe de governo portu-

---

<sup>194</sup> *Telegrama da Embaixada de Portugal em Bona*, 16 de Maio de 1961 – AHD-MNE, PAA, Maço 281, Proc. n.º 922

<sup>195</sup> Assunto que foi já referido anteriormente.

guês a adoptar “uma solução segundo modelo britânico”. Strauss revelava as suas “sérias preocupações” com o impacto que os ataques no Norte de Angola poderiam ter na metrópole, onde “uma eventual derrota no Ultramar, ou uma guerra africana sem fim” excederia as forças de Portugal, podendo mesmo “tornar-se um perigo para a estabilidade do governo” de Oliveira Salazar. Por outro lado, se Salazar aceitasse o seu conselho, haveria a possibilidade de manter boas relações com as províncias ultramarinas. Expressando os “sentimentos cordiais” de quem tinha a consciência da “importância da nação portuguesa para a existência da Comunidade Atlântica, para a Europa toda e para o povo Alemão”, Strauss terminava confirmando que faria “todos os esforços possíveis” para que um “eficaz apoio político e económico” chegasse a Portugal, caso se adoptassem as medidas indicadas, para os quais Portugal poderia dispor “de todas as possibilidades que, pessoalmente,” Strauss possuía. De qualquer modo, o ministro despedia-se assegurando a sua “solidariedade” para com Oliveira Salazar, “seja qual for o caminho que entenda adoptar”<sup>196</sup>.

A resposta de Salazar foi categórica e irredutível. Não encarava bem o facto de Strauss não distinguir os territórios de Angola e Moçambique dos restantes “territórios coloniais de África” e de considerar os acontecimentos “actuais” do noroeste de Angola como uma “verdadeira revolta nacionalista”. Afirmava ainda que se pretendia fazer em África o que se havia conseguido no Brasil – sociedades pluri-raciais. Referia que uma autonomia em Angola não deveria ser precipitada, uma vez que iria ter um de dois fins: “ou a regressão a um estado económico e social”, já ultrapassado devido à acção dos portugueses, ou um “novo colonialismo realizado por outros em condições diferentes e piores do que as portuguesas”. Nesta carta, Salazar apresentava duras críticas à *Commonwealth*, exemplo dado por Strauss como o caminho certo a seguir por Portugal. Salazar concordava com o Ministro da Defesa alemão que, caso se perdesse a África portuguesa, o regime

---

<sup>196</sup> Carta de Frank Josef Strauss a Salazar, 27 de Junho de 1961 –AOS/COE-3.

português poderia cair e a ele poderia suceder um regime que “seria de frente popular e levaria directamente ao comunismo”. As causas da queda do regime seriam a perda do ultramar, mas também o facto de “a política de aliança com os países da NATO de nada ter servido”. E Salazar insistia: “este problema de África tem sido tratado separadamente do problema europeu, limitando-se as potências do mundo livre a ter esperança de comprar mais tarde com subsídios as posições que gratuitamente cedem agora”; contra isto era dever dos portugueses “lutar em defesa das populações negras e brancas” que estavam confiadas às administrações coloniais, pois era uma luta “pelo Ocidente”<sup>197</sup>.

De acordo com um documento do *State Department*<sup>198</sup>, o próprio Franz Josef Strauss comentou com personalidades daquele departamento americano algumas iniciativas que havia tido junto de Oliveira Salazar. Strauss afirmava ter tido conversações com o Chanceler Adenauer e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros Heinrich von Brentano e em conjunto com eles ter decidido que seria feita uma proposta ao chefe de governo português no sentido de desviá-lo da luta armada contra os rebeldes angolanos. Strauss tinha tentado demonstrar que o domínio da situação em Angola demoraria cerca de cinco anos, teria elevados custos humanos e financeiros, tendo o ministro alemão apresentado o montante de dois biliões de dólares. Realçando os perigos de uma guerra de guerrilha que se avizinhava, Strauss defendia que tal esforço estava fora das capacidades portuguesas e que a insistência em tal empresa poderia “acabar na bancarrota de Portugal, a queda do regime de Salazar e a grandes distúrbios na Península Ibérica, algo que era contrário aos interesses alemães”. A opinião de Strauss era que Angola constituía já um caso perdido, mas que

---

<sup>197</sup> *Carta de Salazar a Franz J. Strauss* – 13 de Agosto de 1961 – AOS/COE-3. A resposta de Strauss a esta carta de Salazar é concisa e simples. Compara o problema de Angola com o de Berlim e reitera a esperança de que “as reformas introduzidas irão produzir uma influência considerada” – 7 de Setembro de 1961 – AOS/COE-3.

<sup>198</sup> *Notes on conversation with Defense Minister Franz Josef Strauss*, 1 de Agosto de 1961 – documento gentilmente cedido pelo Prof. Doutor Luís Nuno Rodrigues. Não está assinado.

Moçambique não. Assim, a sua proposta era investir cerca de 400 milhões de dólares em Portugal para aumentar a sua produtividade, em troca do consentimento português em acabar com as operações em Angola e avançar para uma situação favorável em Moçambique. Strauss afirmou que Salazar estava renitente em ceder à pressão, ao que o ministro alemão respondera que a única alternativa seria a ruína. Strauss sentia que a sua missão tinha apenas falhado temporariamente e que esperava poder voltar ao assunto. No entanto, outras foram as personalidades alemãs que expressaram uma posição diferente relativamente ao problema colonial português.

Eugen Gerstenmaier, Presidente do Bundestag, adoptou uma posição muito favorável a Portugal. Gerstenmaier era também o Presidente da *Deutsche Afrika Gesellschaft*, ou seja, Associação Alemanha-África. Foi publicado no número de Março-Maio de 1962, no *Serviço Informativo Sobre África*<sup>199</sup>, um artigo pouco abonatório acerca da acção de Portugal nas colónias, sem conhecimento de Gerstenmaier. Este afirmou que o artigo havia sido publicado na sua ausência por uma pessoa muito influenciada por “tendências radicais”. Gerstenmaier deu instruções imediatas para que no número seguinte se publicasse artigo com opinião diversa, que mais à frente analisamos. A partir desta posição de Gerstenmaier percebemos que ele era “altamente favorável à obra de Portugal em África”, pelo menos até que ali se pudesse “criar um ambiente propício a uma independência sã, impedindo a infiltração comunista”<sup>200</sup>.

Mas analisemos o conteúdo dos dois artigos, de modo a percebermos a importância da intervenção de Gerstenmaier. O primeiro artigo apresentava críticas severas à administração portuguesa das colónias. Acusava Portugal da dizimação dos negros no século XVIII (com o tráfico de escravos para América do Sul), o que justificava o facto de Angola ser o país menos densamente povoado de África. O autor deste artigo acusava ainda Portugal de ter provocado o desmembramento da autoridade tribal, que havia facilitado

---

<sup>199</sup> *Informationdienst Afrika*, órgão informativo desta Associação.

<sup>200</sup> *Ofício da Embaixada de Portugal em Bona*, Maio de 1962 – AHD-MNE, PAA, Maço 281, Proc. n.º 922.

a soberania portuguesa e atrasado o aparecimento de movimentos independentistas. O nível de vida era “assustadoramente” baixo. A administração portuguesa era ainda acusada de evitar a criação de uma camada de nativos educados e com possibilidades de ocupar posições de dirigentes, de modo a assegurar uma posição dominante. A assimilação dos nativos era assim dificultada, os impostos eram muito elevados e existia trabalho forçado. Depois de fazer uma análise à UPA, ao MPLA e outras organizações menores, o artigo aconselhava Portugal a estabelecer relações com a UPA, uma vez que esta “não é comunista”. Criticava o facto de na guerra se gastarem “os biliões que anteriormente não se queria empregar para a instrução dos indígenas”. Como se pode depreender da leitura destas palavras, este artigo era muito duro para a administração portuguesa. O Presidente Gerstenmaier não conseguiu “intervir a tempo” e o artigo foi publicado.

No entanto, com os esforços pessoais do próprio Gerstenmaier, logo se arranjou maneira de solucionar o problema. Assim, foi publicado no número seguinte da mesma revista, um artigo claramente favorável a Portugal, da autoria do Dr. Hermig Weber, que fazia uma espécie de relato de uma viagem pelas províncias portuguesas em África. Com o título “Ideal Português – sociedade multi-racista”, este artigo podia ser lido como um hino à administração portuguesa em África. Todo o texto reflectia as posições oficiais do governo português, com críticas à atitude dos Estados Unidos perante o seu aliado, reforçando as tentativas por parte de Portugal para fomentar o desenvolvimento das colónias. O artigo informava ainda sobre a comunidade alemã em Angola. Com cerca de 900 membros, tratava-se, depois dos portugueses, do “grupo de europeus mais forte” que se sentia preso àquele território, pois “ninguém pensa deixar *este pedaço de terra alemã em África*”. Transpareciam as mesmas impressões sobre Moçambique, “onde ninguém pensa capitular”. Aqui, como no Brasil, a sociedade multi-racista dos portugueses estava a solidificar-se<sup>201</sup>. Podemos assim concluir

---

<sup>201</sup> AHD-MNE, PAA, Maço 281, Proc. n.º 922. Artigos publicados no números de Março e Maio de 1962.

facilmente que a preocupação de Gerstenmaier seria a salvaguarda dos interesses portugueses em África, como meio de proteger a posição alemã, que seria uma mais-valia para o progresso daquela província ultramarina portuguesa.

Algum tempo mais tarde, em 1964, numa conversa com o novo embaixador português em Bona, Manuel Homem de Mello, Gerstenmaier deixou o representante português “agradavelmente surpreendido com a sua posição” relativamente à política ultramarina portuguesa. O Presidente do Bundestag considerava “inadmissível a política de «chantage» dos governos africanos” devido a uma visita sua a Angola e Moçambique, onde tinha ido apenas “para caçar” e “conhecer melhor situação das «colónias» portuguesas”. Esta visita fora “violentamente criticada” pelos dirigentes dos países negros. Gerstenmaier tinha inclusivamente vontade de ir à África do Sul ver “«in loco» a conjuntura”, mas os embaixadores alemães nos países da África Negra opunham-se, “dada a reacção que provocaria a visita do Presidente do Bundestag ao país do «apartheid»”<sup>202</sup>.

Para além destas individualidades alemãs, também outras personalidades apontadas pelo embaixador português em Bona como pertencentes ao círculo do Ministro dos Estrangeiros federal, Gerhard Schröder, consideravam que o governo português deveria adoptar uma nova política africana, de modo a alterar a sua imagem na opinião pública mundial. Esta nova política deveria reconhecer o direito à autodeterminação “nos próximos quinze a vinte anos”, período de tempo indispensável para que as respectivas populações atingissem “o nível suficiente” de forma a poderem governar-se a si próprias. De acordo com a opinião dessas mesmas individualidades, isto levaria a uma mudança de atitude de certos países europeus, mas também afro-asiáticos, que esperariam esse tempo e deixariam de apoiar os movimentos nacionalistas. Por outro lado, “no prazo estabelecido”, ninguém

---

<sup>202</sup> *Telegrama da Embaixada de Portugal em Bona, 22 de Junho de 1964* – AHD-MNE, PAA, Maço 281, Proc. n.º 922.

poderia prever as mutações políticas que se processariam, “mormente no que diz respeito à existência da própria ONU”<sup>203</sup>. Como facilmente podemos perceber, e apesar de não serem citados quaisquer nomes, estas afirmações representavam uma tentativa dos alemães para convencer os portugueses a adoptar uma política favorável à autodeterminação, de modo a acalmar a censura internacional ao intransigente colonialismo português, tentando igualmente evitar que o apoio germânico a Portugal fosse também criticado.

O governo português demonstrava igualmente ter consciência da dualidade de interesses representada pelo Ministério Federal dos Negócios Estrangeiros, por um lado, e o Ministério Federal da Defesa, por outro. Isso é facilmente perceptível em dois telegramas da Embaixada portuguesa. O primeiro, datado de 2 de Agosto de 1963, referia-se à nomeação do Embaixador Steltzer, um “homem favorável aos movimentos de libertação”, para a Embaixada alemã em Leopoldville. Esta nomeação era entendida como um meio de a Alemanha Federal “empregar todos os esforços para agradar aos governos negros”. Na verdade, o Ministério dos Negócios Estrangeiros estava “convencido que perderemos” na luta de África. Deste modo, preferia estar do lado daqueles que considerava “como vencedores para não comprometer uma sua futura posição no continente africano”<sup>204</sup>.

No segundo telegrama indicativo de divergências entre os ministérios alemães, de 17 de Dezembro do mesmo ano, era feita uma reflexão acerca da colaboração luso-alemã, chegando-se à conclusão que, para os alemães, esta consistia em dois pontos de desigual valor: “o primeiro é o que trata dos aeroportos; este ponto interessa-os muito”. Em troca dele os alemães estavam dispostos a ceder a Portugal “o mínimo que puderem, para não irritar os Estados africanos”. Na verdade, de acordo com o embaixador português em Bona, “o Ministério da Defesa fará tudo o que for possível

---

<sup>203</sup> *Telegrama da Embaixada de Portugal em Bona*, 21 de Junho de 1963 – AHD-MNE, PAA, Maço 281, Proc. n.º 922.

<sup>204</sup> *Idem*.

para nos ser agradável; o MNE o mínimo”. Por isso, para os responsáveis da política externa alemã, Portugal era “um pequeno país que convém não desgostar”, mas a África era tida como o “grande campo de futuro”<sup>205</sup>. Esta dualidade tornar-se-ia cada vez mais visível à medida que a década de sessenta avançava e a política ultramarina portuguesa não se alterava. O apoio militar a Portugal será cada vez mais negociado e dificultado pelo MNE alemão, o que, a juntar à conjuntura interna alemã da segunda metade da década de 1960, dificultará muito a cooperação luso-alemã. No entanto, estas dificuldades serão analisadas detalhadamente na última parte deste trabalho.

Em Junho de 1965 estive em Lisboa o Vice-Presidente do Parlamento Federal, Richard Jaeger. A sua presença em Portugal deveu-se à visita de uma delegação da Comissão de Defesa do Bundestag, a qual Jaeger presidia. Esta delegação estava em Lisboa para analisar as relações militares luso-alemãs, visitando a Base de Beja e outras instalações militares. Não encontrámos quaisquer relatos das actividades da delegação alemã durante a sua estadia em Portugal, nem das conversas tidas entre aquela e as autoridades portuguesas (das quais fez parte um encontro entre Richard Jaeger e Oliveira Salazar). No entanto, as palavras proferidas pelo Chefe da Delegação alemã durante o banquete oferecido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros deixam transparecer uma admiração por Portugal e pelo chefe de governo, Oliveira Salazar. Jaeger afirmou que “felizmente os destinos deste país tão amigo encontram-se confiados a um estadista da mais alta qualidade”, Salazar, “que é um homem político que todos admiramos”. As afirmações do Vice-Presidente do Parlamento Federal foram também altamente favoráveis para o Ministro português dos Negócios Estrangeiros. Na verdade, na opinião de Jaeger, a tarefa de Nogueira “é difícil – e também é fácil: difícil porque a causa que defende é mal compreendida em muitas partes do nosso mundo; fácil porque esta causa é uma causa justa”. De

---

<sup>205</sup> *Telegrama da Embaixada de Portugal em Bona, 17 de Dezembro de 1963* – AHD-MNE, PEA, Maço 336, Proc. n.º 332,30.

acordo com aquele alto representante alemão, a situação em Angola deveria ser considerada como o exemplo máximo do que acontecia “quando uma nação está pronta a fazer os sacrifícios necessários para defender os princípios da ordem e do direito”<sup>206</sup>.

Já em finais deste ano de 1965, o mesmo Richard Jaeger, agora já como Ministro Federal da Justiça, concedeu a um enviado especial do *Diário de Notícias*, Pereira da Costa, uma grande entrevista. Publicada na edição do dia 24 de Novembro de 1965, esta entrevista acabou por causar alguns problemas a Richard Jaeger.

Com o título “A Política Ultramarina mais actualizada é a dos portugueses”, o então Ministro da Justiça federal era apresentado como alguém que defendia “entusiasticamente” a posição portuguesa em África, num país (Alemanha) onde “a política ultramarina nem sempre é bem compreendida”. O ministro afirmava, nesta entrevista, que havia sido criticado na Alemanha por “determinados sectores da opinião pública, designadamente da esquerda”, devido às suas declarações aquando da sua visita, no Verão de 1963, às províncias portuguesas de Angola e Moçambique. Jaeger acrescentava que sentia “muita satisfação em saber que a construção pacífica de uma sociedade equilibrada” naquelas colónias portuguesas tinha alcançado “grandes progressos” desde altura da sua visita e que, por outro lado, esperava que “as boas relações (...) entre a Alemanha e Portugal” se estreitassem nos próximos anos<sup>207</sup>. Porém, esta entrevista trouxe alguns desagravos ao próprio Richard Jaeger, pois alegadamente o jornalista português terá acrescentado algumas afirmações na entrevista que não foram proferidas pelo ministro alemão. A questão foi inclusivamente levada ao Parlamento Federal, onde o Ministro dos Negócios Estrangeiros, por ser o titular da pasta responsável pelas implicações destas declarações para a

---

<sup>206</sup> *Circular Informativa* n.º 15/65, 29 de Junho de 1965 – AHD-MNE, PAA, Maço 281, Proc. n.º 922.

<sup>207</sup> *Diário de Notícias*, 24 de Novembro de 1965. O resto da entrevista é depois exclusivamente dedicada à questão do julgamento dos crimes nazis.

RFA, teve de se explicar. De modo a clarificar todas as dúvidas, o próprio Jaeger escreveu ao seu colega dos Estrangeiros, Gerhard Schröder, esclarecendo todos os factos.

Assim, as questões do jornalista português, recebido por Jaeger a pedido do Serviço de Informações federal, tinham sido primeiramente enviadas ao ministro através da Embaixada de Portugal em Bona. No encontro com o enviado especial do *Diário de Notícias*, o Ministro da Justiça federal respondeu a essas questões, estando a tradução encarregue a um intérprete do Ministério Federal da Defesa. Segundo Richard Jaeger, as questões incidiam essencialmente sobre as suas anteriores visitas a Portugal, e sobre o convite feito pelo governo português para que visitasse Lisboa, desta vez como Ministro da Justiça. Em último lugar era pedido ao ministro “para dizer qualquer coisa sobre a política ultramarina portuguesa”. Procurando responder ao jornalista português, e por uma questão “de cortesia perante um convidado do governo federal”, mas também por uma questão de “verdade e conveniência política”, o ministro alemão fez declarações com base numa “perspectiva histórica”, de forma “sintética e sem qualquer tomada de posição” acerca dos acontecimentos actuais. Deste modo, as afirmações do ministro alemão iam no sentido de que a política ultramarina de Portugal era “desde há muito particularmente evoluída”, uma vez que se tinha baseado sempre no “princípio da igualdade das raças”. O ministro afirmava ter apenas acrescentado ao jornalista português que “essa ideia era ainda hoje moderna”<sup>208</sup>.

A frase que constituía o cabeçalho do jornal – «A Política Ultramarina mais actualizada é a dos portugueses» – era então uma “deturpação” das suas reais afirmações. Igualmente, do ponto de vista de Jaeger, a descontextualização desta frase do seu sentido original dava a entender que a intenção do ministro alemão seria “criticar as políticas ultramarinas dos nossos outros aliados”, salientando que a política portuguesa era melhor

---

<sup>208</sup> Anexo à Carta do Ministro da Justiça, Richard Jaeger, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros Federal, Gerhard Schroeder, 7 de Dezembro de 1965 – PA-AA, B 26, 316.

que as restantes, “o que não era naturalmente o caso”. De resto, Jaeger tinha escolhido propositadamente a política racial seguida pelo governo português, pois “esta era, efectivamente, ao longo dos séculos exemplar” e permanecia “ainda hoje inatacável”. Perante isto, o ministro da Justiça federal aconselhava o seu colega Schröder a referir-se a esta questão de modo claro, realçando a concordância das suas declarações com “os princípios da autodeterminação e da política africana do governo federal”. Para além deste esclarecimento, deveria ser adicionalmente referido o facto de a frase que servira de título à entrevista ter sido “manipulada”, e como tal, descontextualizada, pelo que era desnecessário um esclarecimento da posição do governo federal. Caso os deputados do Parlamento Federal tentassem um esclarecimento de declarações anteriores de Richard Jaeger, deveria responder-se que “as declarações de um Vice-Presidente do Bundestag não constituem a avaliação do governo federal”.

Tentámos demonstrar neste capítulo a importância da tomada de posição de algumas personalidades alemãs perante a situação ultramarina portuguesa. Nenhuma destas posições aqui referidas determina ou reflecte a política alemã perante Portugal. No entanto, a sua importância reside exactamente no facto de terem sido proferidas por personalidades de relevo na sociedade alemã, que procuraram influenciar a política de Bona, de modo a não deixar passar a impressão aos responsáveis de política portuguesa que os alemães não se interessavam por Portugal.

## 1.11. Conclusões

Neste capítulo relativo à questão colonial portuguesa procurámos demonstrar a evolução da política portuguesa, por um lado, e o modo como a República Federal da Alemanha seguiu essa evolução. Ao analisarmos o acompanhamento por parte das autoridades alemãs da situação nas colónias portuguesas, chegámos à conclusão que a política alemã se regia por duas premissas, já várias vezes realçadas ao longo do texto: por um lado, a inten-

ção alemã era de se mostrar como aliada de Portugal, no sentido em que não fez nada para alterar profundamente a política colonial portuguesa; por outro lado, o seu comportamento para com Portugal apenas iria até onde o prestígio alemão em África fosse. Ou seja, mais importante que apoiar a política ultramarina portuguesa era a manutenção do prestígio alemão junto dos novos estados africanos, conseguido através da ajuda financeira, e até militar, como no caso referido da Tanzânia. Será a obtenção de um equilíbrio entre o apoio a Portugal e a manutenção do prestígio alemão em África que marcará a postura alemã.

Um dos principais motivos que levou o governo federal a apoiar a política colonial portuguesa era o receio sentido em Bona de que, caso Portugal perdesse o seu império, o regime de Oliveira Salazar cairia, dando origem a um governo de esquerda, comunista e revolucionário, que poria em risco toda a Península Ibérica. É este elemento, a estabilidade política da Península Ibérica, que julgamos estar por detrás da política alemã para com Portugal. Dependente da Aliança Atlântica e dos EUA para a sua defesa em caso de ataque da URSS, a Alemanha Federal não se podia dar ao luxo de arriscar uma saída de Portugal – e dos Açores – da NATO. Igualmente dentro do espírito da NATO estava a cooperação militar luso-alemã, que analisaremos de seguida.

## 2. A Sobrevivência Militar do Regime

### Capítulo II

As relações militares entre Portugal e a República Federal da Alemanha, ao longo da primeira metade da década de sessenta, conheceram uma evolução que se revelou extremamente positiva para o governo português. Em consequência das facilidades concedidas às Forças Armadas Alemãs em território português (a Base de Beja, o depósito de material inerte em Castelões e ainda outros projectos), foi recebido pelo governo de Oliveira Salazar equipamento e munições que contribuíram, em muito, para a prossecução do seu esforço de guerra em África. Procuraremos neste capítulo analisar o modo como foi negociada a vinda desse material para Portugal e como se processaram as negociações entre os governos português e alemão no sentido de serem concedidas as facilidades às Forças Armadas federais.

Até 1961, as relações militares entre os dois países tinham um carácter de equivalência, isto é, a cedência de meios militares e de tecnologias por parte da RFA era vista puramente como contrapartida às concessões portuguesas para as autoridades militares da Alemanha Federal. Com o início das revoltas em Angola, em Fevereiro de 1961, e com o agravamento da situação militar naquele território a partir de Março desse mesmo ano, a situação tornou-se mais complexa. Entre 1961 e 1965, âmbito cronológico aqui analisado, assistiu-se a uma espécie de luta dentro do governo da Alemanha Federal, entre duas posições distintas. Por um lado, pesava o factor Ocidente. Ou seja, a importância de auxiliar um aliado da NATO, com um forte espírito anti-comunista, que dispunha de um elemento essencial para a segurança do Ocidente: os Açores. Portugal era simultaneamente um estado que desde sempre tinha apoiado a RFA nas suas demandas contra a URSS e a República Democrática Alemã e que há muito apelava para um

bloco ocidental unido e coeso. Para além disto, os responsáveis alemães sabiam que seria muito difícil a manutenção do regime do Estado Novo em caso de perda do Império. No outro prato da balança pesava o facto de a própria Alemanha Federal se estar a esforçar para ter influência junto dos novos Estados africanos e junto de todo o bloco afro-asiático. O seu objectivo junto destes países era evitar que reconhecessem a RDA e que apoiassem o ponto de vista do governo federal nas questões relacionadas com o problema de Berlim, durante as suas discussões na ONU (que se tornou mais pertinente a partir de Agosto de 1961, depois da construção do Muro de Berlim). Assim, a Alemanha ocidental tentava manter o seu apoio ao aliado do Pacto do Atlântico, ao mesmo tempo que procurava afirmar-se em África. Percebemos facilmente as contradições que esta postura implicaria. Vamos agora analisá-las na prática, de modo a detectar complexidade das relações militares luso-alemãs na primeira metade da década de sessenta.

Esta complexidade reflectiu-se essencialmente em três questões. O envio de material militar para Portugal metropolitano, como contrapartida das facilidades concedidas à Força Aérea Federal; a presença desse material (armas, aviões, munições, etc.) nas províncias ultramarinas e as reacções do governo alemão e, por fim, uma questão um pouco mais específica mas igualmente importante para a compreensão da posição alemã: as diversas versões da cláusula de fornecimento que definia os termos em que o referido material podia vir para Lisboa.

## 2.1. O Deflagrar da Guerra Colonial

Logo em Julho de 1961, o Embaixador Laborinho, representante português em Bona, comunicava as “dificuldades que se está encontrando neste país para o fornecimento de armas e munições” ao exército português. Neste caso particular, tratava-se de um fornecimento de granadas incendiárias que havia sido cancelado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão porque não era permitido que fossem exportadas “armas alemãs

para regiões de crise”. Mesmo depois de o adido militar português ter explicado que as “armas se destinavam exclusivamente às forças portuguesas atribuídas à NATO”, o representante alemão achava que tal argumento não era suficiente para “fazer desaparecer completamente os escrúpulos do governo federal”. Mas o mais intrigante nesta questão terá sido a maneira como ela foi resolvida. Na verdade, depois ter sido dado conhecimento deste problema ao general Becker (o chefe da delegação alemã à CMLA), este apressou-se a resolvê-lo. Becker justificou a atitude do *Auswaertiges Amt* como “um erro de pessoal subalterno” que, no entanto, só poderia ser resolvido com a intervenção do próprio Ministro Strauss, que depois o levaria ao Chanceler Adenauer. Ainda de acordo com o adido militar da Embaixada de Portugal em Bona, major João Simeão, este incidente inseria-se dentro de uma evolução que procurava um “endurecimento da atitude do governo alemão para com Portugal”, especialmente desde que se tinham desencadeado os conflitos em Angola. A justificação para esta posição alemã estaria na “pressão fortíssima exercida por alguns estados africanos”, que criticavam o governo da República Federal, “acusando-o de consentir o fornecimento de armas para Angola”, e os consequentes receios que a RFA tinha de que esses estados africanos reconhecessem o governo da República Democrática Alemã, o que implicaria um corte de relações com a Alemanha Ocidental (como consequência da doutrina de Hallstein). Ainda de acordo com o adido militar português em Bona, o governo de Oliveira Salazar tinha sempre “ido ao encontro aos desejos manifestados” pelas autoridades alemãs, “reduzindo ou alterando” as suas encomendas, ou mesmo “passando declarações” salvaguardando os interesses alemães. No entanto, a grande preocupação do adido militar português em Bona era que as manifestações de desacordo alemão com os interesses portugueses se estavam “a tornar mais numerosas”<sup>209</sup>. Podemos ainda observar que a solução dada ao problema específico das granadas, em que as dificuldades

---

<sup>209</sup> *Ofício da Embaixada de Portugal em Bona*, 13 de Julho de 1961 – AHD-MNE, PAA, Maço 541.

criadas pelo *Auswaertiges Amt* apenas foram solucionadas com a intervenção do Ministro da Defesa e do próprio Chanceler, poderia já indiciar as divisões entre o Ministério da Defesa, a favor da cedência de material de guerra a Portugal, e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, que se preocupava principalmente com as consequências que qualquer fornecimento de material militar teriam para o prestígio da RFA em África.

Era exactamente este o sentido de uma nota do Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão, alguns meses mais tarde. Numa comunicação interna acerca do fornecimento de camiões pela firma *Borgward* a Portugal, dizia-se não restarem dúvidas acerca do destino desses camiões: iriam “para Angola”, e como tal, teriam um “uso militar”. Nesse sentido, a questão teria de ser analisada tendo como base a questão angolana e a política alemã para aquela região<sup>210</sup>. O primeiro ponto a ter em conta nessa análise seria a posição dos restantes Estados africanos e afro-asiáticos em geral, perante a política portuguesa. Era “um facto” que a mera parceria com Portugal no seio da NATO era já criticada por líderes afro-asiáticos, como Nehru ou Senghor. No entanto, alguns Estados africanos tinham já criticado directamente o governo federal, “especialmente por causa do fornecimento de armas para Angola”, o que tinha tornado quase real o reconhecimento da “Zona de Ocupação Soviética” – tal como os alemães ocidentais chamavam à RDA – pelo Gana. Para além dos estados afro-asiáticos, também os aliados ocidentais e mesmo alguns parceiros da NATO, como “os EUA, a Inglaterra e a Noruega”, se tinham “distanciado claramente da posição portuguesa”. Tendo em conta estas realidades do contexto internacional, qualquer apoio a Portugal em Angola seria interpretado como “parcialidade” por parte do governo alemão perante a questão angolana, e os fornecimentos de material de guerra deveriam, “a partir de agora”, ser “totalmente eliminados”. Uma última questão a ter em conta na avaliação das futuras relações militares com Portugal passava pela questão do direito à autodeterminação, que o governo

---

<sup>210</sup> *Ofício do Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão*, 20 de Julho de 1961 – PA-AA, B 26, 113.

português recusava para Angola. Com a ameaça da URSS sobre Berlim, e com a possibilidade deste problema ser discutido nas Nações Unidas, era “urgente” que a República Federal passasse para os Estados africanos “uma imagem positiva”, que favorecesse a sua posição perante o assunto<sup>211</sup>.

Não obstante estas dificuldades iniciais, o governo português conseguiu obter da Alemanha Federal material e equipamento militar que se tornaram fundamentais para a prossecução das guerras coloniais. A este respeito há que salientar a importância da obtenção de aviões de ataque e de transporte, que teriam sido muito mais dispendiosos e difíceis de obter não fosse a cooperação militar luso-alemã. Ao nível do armamento ligeiro, salientamos o facto de Portugal ter produzido nas suas fábricas, especialmente na Fábrica Militar de Braço de Prata (FMBP), a espingarda automática G-3, modelo alemão, que foi a principal arma das guerras coloniais, bem como as munições de 7,62 mm que a equipavam. A produção de parte dos componentes da G-3 (canos e carregadores) e a montagem completa da arma foi concretizada ainda em finais de 1962. Para além da encomenda de 50000 unidades da espingarda que a Alemanha fez a Portugal ainda em 1961, que permitiu que a FMBP tivesse a linha de montagem necessária à sua produção, a República Federal fez também encomendas consideráveis ao nível das munições que equipavam esta espingarda (de 7,62 mm), num total de 330 milhões de cartuchos<sup>212</sup>.

## 2.2. A Obtenção dos Aviões

Apesar de o Ministério Federal dos Negócios Estrangeiros ter determinado, em meados de 1961, a eliminação de fornecimentos militares a Portugal,

---

<sup>211</sup> *Ofício do Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão*, 20 de Julho de 1961 – PA-AA, B 26, 113.

<sup>212</sup> Números citados em João Carlos Moreira Tavares, *A Indústria Militar Portuguesa no tempo da Guerra (1961-1974)*, Tese de Mestrado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), 2002, pp. 64-68.

tal não veio a acontecer. Ao longo de toda a década de 1960 chegaram a Portugal aviões *Dornier DO-27* e *Harvard T-6*, que foram largamente utilizados pelas Forças Armadas portuguesas nas guerras coloniais<sup>213</sup>.

Os *Dornier DO-27* eram aviões de observação e ligação, destinados “a apoiar as missões terrestres através da observação e reconhecimento aéreo”, ao mesmo tempo que efectuavam o transporte de meios e pessoas. Estes monomotores a hélice foram utilizados exaustivamente nos três teatros de operações<sup>214</sup>.

Logo em 1960, como vimos no capítulo anterior, durante a sua presença em Lisboa, o Ministro alemão da Defesa, Franz Josef Strauss, cedeu gratuitamente três aviões DO-27 ao governo português. Em Abril de 1961, apenas alguns dias depois do início da guerra colonial, o Cônsul alemão em Luanda reportava para Bona a futura chegada de oito aviões DO-27 para a “utilização da Força Aérea portuguesa em Angola”, sendo que os primeiros quatro aparelhos eram esperados já no decorrer desse mês de Abril. Ainda de acordo com este ofício do Consulado da Alemanha Federal em Luanda, a montagem destes aparelhos seria feita por técnicos alemães da Fábrica Dornier, que viajariam para Angola propositadamente<sup>215</sup>.

Alguns meses mais tarde, em Outubro desse ano de 1961, o Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão emitiu um parecer interno acerca da presença de aviões DO-27 em Angola. De acordo com as informações recebidas naquele Ministério por parte de um representante da própria *Dornier*, e através dos dados disponibilizados quer pelo ministério federal da Defesa quer pelo da Economia, tinham sido, até à data deste docu-

---

<sup>213</sup> Ao longo da extensa colaboração entre Portugal e a República Federal nos anos sessenta, chegaram a Portugal outros tipos de aeronaves. No entanto, pela sua importância para o desenvolvimento do esforço de defesa português em África, os DO-27 e os *Harvard T-6* são os mais relevantes.

<sup>214</sup> Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *Guerra Colonial*, Editorial Notícias, Lisboa, 2001, p. 369-370.

<sup>215</sup> *Ofício do Consulado da República Federal da Alemanha em Luanda*, 4 de Abril de 1961 – PA-AA, B 26, 71.

mento, “comprados pelo Ministério da Defesa português dezasseis aviões militares DO-27”. O governo federal tinha a consciência de que o avião em questão se adequava perfeitamente às condições que Portugal enfrentava em África. Estes eram aviões próprios para missões de reconhecimento, capazes de transportar quatro a seis pessoas, e que, apesar de se tratar de uma versão militar, uma vez que dispunha de instrumentos e dos meios de comunicações para esse efeito, o Dornier 27 não podia ser equipado com armamento. Não obstante, tal como por vezes acontecera, este facto não significava que o armamento não pudesse ser “improvisado” por parte da Força Aérea Portuguesa. Perante um pedido “urgente” do Ministério da Defesa português à Fabrica *Dornier*, e como esta não podia fornecer os aparelhos a tempo útil, o Ministério da Defesa alemão tinha enviado “os primeiros três aviões para o governo português das suas próprias reservas”. Seriam estes os aviões chegados a Luanda na Primavera de 1961, referidos pelo cônsul alemão em Abril. De acordo com o relatório do piloto da *Dornier*<sup>216</sup> entregue no *Auswaertiges Amt*, os aviões estavam a ser utilizados em missões “de assistência pública, de transporte de bens de aprovisionamento”, mas também em missões militares de “transporte de munições e de reconhecimento aéreo”. Um último apontamento era feito acerca da futura compra de mais dezasseis aviões DO-27, em negociação entre as autoridades portuguesas e a *Dornier*. Compreende-se assim que as autoridades alemãs tinham o perfeito conhecimento de que os aviões adquiridos pelo Ministério da Defesa português tinham como destino as províncias ultramarinas portuguesas. Apesar de as autoridades alemãs se assegurarem de que não se tratavam de aviões de ataque, não se eximiram de os fornecer ao governo português, mesmo sabendo que teriam fins militares. Deste modo, o fornecimento dos DO-27 continuaria durante os anos seguintes da década de sessenta, mesmo depois de se agravarem os conflitos em Angola, e de se alastrarem a outras colónias portuguesas.

---

<sup>216</sup> Apontamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Federal da Alemanha, 6 de Outubro de 1961 – PA-AA, B 26, 113.

Alguns meses mais tarde, o embaixador português em Bona, Álvaro Laborinho, relatava para as Necessidades algumas dificuldades que estava a ter relativamente a um pedido de exportação de 24 aviões DO-27. De acordo com o embaixador português, as dificuldades partiam da desconfiança alemã e do receio de que os aviões pudessem ser utilizados nas colónias portuguesas. Para os governantes alemães, essa utilização de aparelhos alemães em África poderia criar a oportunidade para a Rússia “activar a sua campanha anti-germânica”. Nesse sentido, foi pedido pelo *Auswaertiges Amt* ao embaixador de Portugal uma declaração garantindo a utilização exclusiva dos aviões na Metrópole ou mesmo “na área da NATO”. Perante a recusa do governo português em fazer tal declaração, usando argumentos que se tornariam repetitivos ao longo desta década de sessenta, como o facto de Portugal estar a assumir “graves compromissos para satisfação da defesa alemã” (ou seja, a futura Base de Beja), o assunto ficou pendente durante cerca de seis semanas. Já em Maio de 1962, o embaixador português foi novamente chamado ao *Auswaertiges Amt*, onde lhe foi pedida uma declaração em nome do governo português de modo a facilitar a importação dos referidos aviões e que “não comprometesse o governo alemão”, pois este tinha “toda a vontade” em satisfazer o governo português. O embaixador decidiu não fazer nenhuma das declarações propostas pelos alemães, temendo que “ceder seria abrir um precedente que poderia prejudicar futuras compras de outro material”. A solução encontrada agradou a ambos os lados. O Embaixador Laborinho propôs então que o Ministério dos Estrangeiros de Bona aceitasse a mesma declaração que o governo português havia já feito à *Dornier*, isto é, “que aviões se destinam ao Ministério da Defesa do governo português e permanecerão em Portugal”. Do ponto de vista do embaixador português, esta declaração deveria satisfazer o governo alemão, pois poderia ser interpretada de duas maneiras: por um lado, “na hipótese de aviões serem para províncias ultramarinas”, o governo alemão poderia responder às críticas argumentando que “interpretou declaração como «utilização exclusiva na Metrópole»”; por outro lado, esta declaração também não comprometia o governo português “na hipótese de, por qualquer

motivo, ter de utilizar aviões fora da área metropolitana”<sup>217</sup>. A reacção dos responsáveis alemães foi de “um sorriso de meia concordância”. No entanto, esta proposta acabou por ser aceite, como podemos confirmar numa carta do Ministro da Economia alemão, Ludwig Erhard, para a Chancelaria Federal. Nesta carta, Erhard dava o seu parecer acerca do pedido de fornecimento de 24 aviões DO-27 ao governo português. Este pedido deveria ser analisado detalhadamente pelos responsáveis alemães, especialmente porque já tinha sucedido o aparecimento de “seis *Dornier* alemães envolvidos em problemas durante os conflitos no Congo” em finais de 1961, o que tinha dado ocasião a uma “intervenção do governo americano e da própria ONU”, pedindo esclarecimentos à República Federal. Assim, explicava Erhard na sua carta, o governo alemão tinha decidido obrigar o governo português a esclarecer qual o destino destes aviões agora encomendados. O governo de Oliveira Salazar, através do seu embaixador, tinha explicado que “os aviões se destinavam à Força Aérea em Portugal”. Esta explicação foi considerada suficiente pelo Ministro Federal da Economia para dar um parecer favorável ao pedido português, pelo que a fórmula estava aceite<sup>218</sup>.

A acrescentar a esta garantia dada por Portugal pesava também para a autorização de exportação dos referidos aviões a importância económica que a encomenda representava, não só para a firma *Dornier*, mas também para os esforços alemães no sentido de se imporem como construtores de aviões especialmente militares. De acordo com o próprio ministro da Economia alemão, o fornecimento destes aviões a Portugal era de “importância capital” para a *Dornier*. O prejuízo seria “realmente grande” caso fosse decidido interditar a exportação das aeronaves, que estavam já prontas a embarcar para Lisboa. Simultaneamente, o ministro alemão realçava ao Chanceler Federal o risco de os portugueses se decidirem por

---

<sup>217</sup> *Telegrama recebido n.º 203 da Embaixada de Portugal em Bona*, 14 de Maio de 1962 – AHD-MNE, DELNATO, Maço 93.

<sup>218</sup> *Carta do Ministro da Economia federal, Ludwig Erhard, para a Chancelaria Federal*, 29 de Maio de 1962 – PA-AA, B 26, 113.

uma qualquer fábrica francesa, concorrente da *Dornier*. Perante os motivos por si apresentados, Erhard aconselhava a aprovação da exportação dos 24 aviões DO-27 para Portugal, de modo a que não houvesse “qualquer dificuldade com o governo português”<sup>219</sup>.

Cerca de quatro meses depois, em Setembro, numa carta do Chefe de Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA), General Mira Delgado, para o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, confirmava-se que os 24 aviões DO-27, “adquiridos ao governo alemão com destino ao Ultramar Português”, tinham sido “todos eles, já entregues”. Destes 24 aviões, dezasseis foram colocados em Angola, e os oito restantes em Moçambique. No entanto, devido ao desgaste e à necessidade de manutenção, seriam necessários mais aviões deste tipo, a serem novamente encomendados ao governo alemão. Deste modo, o CEMFA pedia ao Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas a disponibilização “dos fundos necessários para a aquisição de 20 aviões DO-27”, e de mais 12 aeronaves que serviriam de reservas<sup>220</sup>.

Não sabemos se os vinte aviões e as aeronaves de reserva vieram para Portugal. No entanto, cerca de um ano depois deste pedido, foram assinados em 4 de Novembro de 1963 dois acordos entre os Ministros da Defesa de Portugal, Gomes de Araújo, e da Alemanha Federal, Kai Uwe von Hassel, relativos à aquisição por Portugal de 46 aviões DO-27 e 70 aviões *Harvard* T-6. Por razões que não conseguimos apurar, o acordo referente à venda de dezasseis *Dornier* é separado do acordo relativo aos restantes aparelhos, sendo as condições de venda, no entanto, muito semelhantes em ambos os acordos. Portugal pagaria apenas uma parte do preço unitário por avião, tornando o negócio extremamente favorável ao governo português. Para além disto, no ano de 1964 seriam pagos apenas 40% do custo total, sendo que os restantes 60% seriam pagos em 1965, “mediante dedução dos

---

<sup>219</sup> *Ibidem*.

<sup>220</sup> *Carta do Chefe de Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA), General Mira Delgado, para o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, 22 de Setembro de 1962 – AHFA-EMFA, Caixa 36, Gabinete do CEMFA.*

pagamentos devidos às OGMA para trabalhos de manutenção” ou outras prestações efectuadas para a Força Aérea Alemã. Quer isto dizer que maior parte do pagamento dos aviões recebidos por Portugal seria feito através da manutenção dos aviões da Força Aérea da República Federal, pelo que o dinheiro que saía dos cofres do Estado era menos de metade dos custos da transacção. Com os aviões viriam também os sobressalentes necessários para um período de dois anos<sup>221</sup>.

Um outro tipo de aeronave que foi recebido pela Força Aérea portuguesa foi o T-6 *Harvard*. Estes aparelhos foram, de igual modo, largamente utilizados nos três teatros de operações africanos. Logo nos primeiros meses de 1961 já as Forças Armadas portuguesas procuravam obter aviões T-6. De acordo com João de Freitas, a Força Aérea Alemã “estaria em condições de fornecer a Portugal, a título gratuito”, vários aparelhos deste tipo. De acordo com o CEMGFA, seria do interesse português aceitar esta oferta, “até 60 aviões”, desde que os aparelhos fossem capazes de “voar da República Federal até Portugal”<sup>222</sup>. Estes aviões, inicialmente destinados a treino básico, foram adaptados e “utilizados para missões de ataque ao solo e de reconhecimento armado”<sup>223</sup>, sendo desejados pelo CEMGFA para “dotar Moçambique, reforçar a Guiné e a Escola da Base Aérea n.º 1, ficando uma reserva no Ultramar”, nomeadamente em Angola e Moçambique. Assim sendo, de acordo com João de Freitas, dever-se-ia prosseguir “rapidamente com as diligências necessárias” para obter os T-6, especialmente tendo em consideração “as perspectivas de operações militares em grandes extensões territoriais”<sup>224</sup>.

---

<sup>221</sup> *Acordo entre o Ministro Federal da Defesa da República Federal da Alemanha e o Ministro da Defesa Nacional da República Portuguesa sobre a cedência de aviões da Força Aérea Alemã à Força Aérea Portuguesa*, 4 de Novembro de 1963 – AHFA-EMFA, Proc. n.º 551,13, Acordos Luso-alemães, Pasta 3.

<sup>222</sup> *Carta do CEMGFA para o Ministro da Defesa Nacional*, 27 de Março de 1961 – AHFA-EMFA, Caixa 33, Gab. CEMGFA, 1961.

<sup>223</sup> Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *op. cit.*, p. 370.

<sup>224</sup> *Carta do CEMGFA para o Ministro da Defesa Nacional*, 27 de Março de 1961 – AHFA-EMFA, Caixa 33, Gab. CEMGFA, 1961.

Relativamente aos T-6 apenas temos notícias deles no já referido acordo de 4 de Novembro de 1963, pelo qual seriam vendidos a Portugal cerca de 70 aparelhos, juntamente com “todas as peças sobressalentes disponíveis nos stocks da Força Aérea Alemã”. O transporte destes aviões, assim como o dos seus sobressalentes seria feito por via-férrea até um porto alemão, a partir do qual seguiriam por via marítima até Portugal, onde seriam montados em “estreita colaboração entre as OGMA e a Força Aérea Alemã”. Tal como vimos no caso dos DO-27, o preço dos aviões seria muitíssimo abaixo do esperado, sendo que o governo português iria pagar apenas 10% do preço unitário de cada avião quando novo. Todos os aviões eram já usados, sendo por isso, um negócio importante tanto para a Força Aérea da Alemanha como para o Ministério da Defesa português<sup>225</sup>.

No entanto, voltaram a surgir algumas dificuldades para a obtenção destes aparelhos, reaparecendo os receios dos diplomatas alemães relativamente ao destino dos aviões. De acordo com o embaixador português, Luís de Bívar Brandeiro, os alemães desejavam também neste caso uma declaração de que os aviões pedidos por Portugal não seriam utilizados em “operações militares em África”. Esta posição do Ministério dos Negócios Estrangeiros federal não era, como já vimos, nova, especialmente porque, de acordo com o representante português em Bona, a fórmula até aí utilizada – de que o material seria para defesa de Portugal – tinha encontrado a oposição daquele Ministério. Brandeiro julgava que a próxima saída de Adenauer da Chancelaria (em finais de Outubro deste ano de 1963) estava a dar alento aos diplomatas alemães para dificultarem a autorização da venda dos referidos aviões. Na verdade, de acordo com o embaixador português, tanto o Ministro da Defesa como o Presidente do Conselho tinham escrito cartas aos seus homólogos germânicos – respectivamente o Ministro da Defesa alemão e o Chanceler Adenauer – no sentido que

---

<sup>225</sup> *Acordo entre o Ministro Federal da Defesa da República Federal da Alemanha e o Ministro da Defesa Nacional da República Portuguesa sobre a cedência de aviões da Força Aérea Alemã à Força Aérea Portuguesa, 4 de Novembro de 1963 – AHFA-EMFA, Proc. n.º 551,13, Acordos Luso-alemães, Pasta 3.*

fosse desbloqueada a venda dos aparelhos. Perante isto, de acordo como o Adido Militar da Embaixada de Portugal, o próprio Chanceler havia dado ordem para que os aparelhos fossem entregues. A demora em executar tal ordem justificava-se, segundo o Embaixador Brandeiro, com o facto de que “o Ministério dos Negócios Estrangeiros procurava que o Chanceler saísse para obter a declaração nos termos que pretendia”<sup>226</sup>. Poucos dias depois, o governo português era informado que o *Auswaertiges Amt* tinha aceite a garantia portuguesa nos seguintes termos: “os aviões que vão ser concedidos pela *Bundeswehr* permanecerão em Portugal e serão utilizados em defesa dos interesses da NATO”. Mais uma vez, a fórmula encontrada permitia uma interpretação ambígua que favorecia ambos os governos. O Embaixador Brandeiro julgava que não poderia “haver mais obstáculos ao envio dos aviões”, sendo assinado o acordo para a entrega dos mesmos no princípio do mês de Novembro de 1963<sup>227</sup>.

No entanto, nem sempre as dificuldades existentes entre as autoridades portuguesas e alemãs foram ultrapassadas favoravelmente para Portugal. Em 1962, houve uma tentativa por parte do governo português em obter aviões F-104, para substituir os já ultrapassados F-86 *Sabre* que, para além de antigos, estavam a ser motivo de pressões sobre Portugal, pois tinham sido fornecidos no âmbito da NATO e não podiam ser utilizados em África.

Numa carta do Secretário de Estado da Aeronáutica português, Kaúlza de Arriaga, para o seu homólogo alemão, era referida a escolha dos aviões F-104 para a modernização da Força Aérea Portuguesa, uma vez que seriam estes os aviões com que iria ser equipada a Força Aérea Alemã, o que “simplificaria e uniformizaria o material na Europa” e também porque as oficinas de aviões da Força Aérea Portuguesa se iriam “apetrechar para as revisões e reparações de tais aviões” ao abrigo dos acordos com as

---

<sup>226</sup> *Telegrama recebido n.º 114 da Embaixada de Portugal em Bona*, 4 de Outubro de 1963 – AHD-MNE, PEA, Maço 486, Proc. n.º 371,1.

<sup>227</sup> *Telegrama recebido n.º 132 da Embaixada de Portugal em Bona*, 18 de Outubro de 1963 – AHD-MNE, PEA, Maço 486.

autoridades alemãs<sup>228</sup>. Alguns meses mais tarde, numa reunião da CMLA ocorrida entre 15 e 19 de Novembro de 1962, o governo português voltou a insistir, desta vez com uma proposta mais concreta. Portugal pedia o fornecimento de cinquenta aviões F-104, seis aviões TF-104 (aparelho preparado para instrução), e respectivo equipamento de solo, num valor total de 750 milhões de DM. Este pedido português tinha como base os acordos de Janeiro de 1960 e surgia agora como uma contrapartida exigida pelo governo português em troca do estabelecimento de um depósito em território português para peças sobressalentes dos aviões F-104G da Força Aérea Alemã. Os representantes alemães não aceitaram tal proposta e expuseram uma larga argumentação. Apesar de terem sempre facilitado “determinado apoio à economia nacional portuguesa”, que alcançava agora um valor “superior a 500.000.000 DM”, de terem facultado “as compras de materiais militares, reforçando assim a potência militar de Portugal”, os governantes alemães consideravam que não estavam em condições de ceder tais aviões a Portugal. Foi inclusivamente enviada a Oliveira Salazar uma relação do material fornecido até à data pela RFA a Portugal.

**Quadro 2.** Equipamento militar fornecido pela República Federal da Alemanha – 1962

Equipamento	Quantidade
Pistolas	31 102
Espingardas	25 718
Pistolas-metralhadoras	6000
Metralhadoras	1702
Cartuchos para Pistolas	15 500 000
Artifício Fumíferos e Lacrimogéneos	18 500
Viaturas	140
Aviões	42
Lanchas de Patrulha	8
Postos TSF	1 212

Fonte: AOS/COE-3.

<sup>228</sup> *Memorandum*, 20 de Julho de 1962 – AHFA-EMFA, Caixa 36, Gabinete do CEMFA.

Como tal, devido a “problemas internos” (má situação financeira da RFA, que lhe impedia até de cumprir com exigências da NATO), e devido ao elevado custo de manutenção daqueles aviões, que acabaria por trazer encargos para Portugal, a Alemanha considerava que não era “lógico” que Portugal os tivesse em sua posse<sup>229</sup>. Salazar ainda interveio, escrevendo ao Ministro alemão da Defesa<sup>230</sup>, argumentando que as facilidades concedidas (Base de Beja e instalações em Tróia) constituíam um alvo para ataques inimigos e, como tal, Portugal precisava de se defender. No entanto, o assunto acabou por ser deixado para ser resolvido pela CMLA. De acordo com vários autores que se debruçaram sobre a aviação portuguesa, não foram recebidos nenhuns aviões F-104, pelo que o pedido português não foi bem sucedido<sup>231</sup>.

Um outro momento de tensão entre as autoridades portuguesas e alemãs devido ao fornecimento de material aeronáutico deu-se em 1965. Já aqui foi afirmado que os aviões F-86 *Sabre* tinham sido cedidos a Portugal no âmbito da NATO no início dos anos 50 e que foram utilizados pela Força Aérea Portuguesa nos primeiros anos da Guerra Colonial, especialmente na Guiné, mas também em Angola e Moçambique. Porém, a partir de 1963, foram sendo gradualmente retirados dos teatros de operações africanos, por imposição da NATO, continuando a funcionar em Portugal metropolitano<sup>232</sup>. Em 1965 surgiram problemas entre Portugal e a RFA relativamente à venda de 65 aparelhos F-86 *Sabre*.

---

<sup>229</sup> Estas afirmações são confirmadas num aerograma de 9 de Julho de 1962, com a tradução do relatório da reunião da CMLA pelo Coronel Becker, entregue ao General Haugen, representante americano do *Military Assistance Advisory Group* na República Federal da Alemanha. Ainda nesta reunião, em conversa particular do Coronel Becker com o Almirante Sousa Uva, o alemão propõe a entrega dos aviões F-104 em troca do alívio das tensões entre os EUA e Portugal, devido ao acordo da Base das Lages.

<sup>230</sup> *Carta de Oliveira Salazar*, 27 de Dezembro de 1962 – AOS/COE-3.

<sup>231</sup> De entre os quais podemos referir Adelino Cardoso, *Aeronaves Militares Portuguesas no século XX*, Editora Essencial, Lisboa, 2000; Mário Canongia Lopes, *Os Aviões da Cruz de Cristo*, Dinalivro, Lisboa, 2001, ou ainda António Tello Pacheco (coord.), *Força Aérea Portuguesa: 50 Anos*, Comissão Histórico-Cultural da Força Aérea Portuguesa, Lisboa, 2002.

<sup>232</sup> Ver Adelino Cardoso, *op. cit.*, pp. 418-423.

Este problema levaria ao repensar das relações militares entre Portugal e a Alemanha e acentuaria ainda mais as diferenças entre as posições do Ministério da Defesa e do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Bona, com aquele a defender o apoio ao governo português e o segundo mais receoso das consequências políticas que daí adviriam.

De acordo com Oliveira Salazar, a cedência destes aparelhos, “em condições muito favoráveis” para Portugal, foi apresentada “como certa” pelo próprio Ministro da Defesa alemão, Kai Uwe von Hassel, aquando da sua visita a Portugal, no princípio de 1965. O governo alemão, que garantiria que os aviões viriam para Portugal, “independentemente da fórmula que se viesse a ajustar”, tinha nessa ocasião encontrado um esquema para “vender os aviões a uma entidade norte-americana” que posteriormente venderia os aviões a Portugal<sup>233</sup>. No entanto, estes aparelhos tinham sido vendidos pelo Canadá à RFA, e a sua venda posterior estava dependente da autorização canadiana. O problema com os referidos F-86 foi que o Canadá não autorizou a sua venda a Portugal, que, de acordo com os representantes portugueses, se deveu a pressões exercidas pelos Estados Unidos<sup>234</sup>.

O embaixador alemão em Lisboa foi questionado, logo no início do mês de Março de 1965, pelo próprio Franco Nogueira acerca dos aviões *Sabre*. De acordo com o Ministro português, a insistência no assunto não era por questões de necessidade mas sim “de princípio”<sup>235</sup>, uma vez que a RFA se tinha comprometido, “em contrato escrito”<sup>236</sup>, na entrega dos aviões. Nogueira chegara mesmo a evocar a facilidade com que o governo

---

<sup>233</sup> *Carta de Oliveira Salazar para a Embaixada de Portugal em Bona*, 28 de Junho de 1965 – AOS/CO/GR-10, Pasta 18, fls. 640-649.

<sup>234</sup> Franco Nogueira, *Salazar. vol. VI: O Último Combate (1964-1970)*, Livraria Civilização Editora, Porto, 1985, para. 23.

<sup>235</sup> *Telegrama n.º 32 da Embaixada da República Federal da Alemanha em Lisboa*, 1 de Março de 1965 – PA-AA, B 26, 317.

<sup>236</sup> Franco Nogueira, *op.cit.*, p. 23. No entanto, não encontramos no decorrer da nossa investigação nenhuma prova de qualquer compromisso contratual acerca dos aviões F-86 *Sabre*.

português poderia obter aviões “de outros países aliados”. Para o governo português, a Alemanha era um dos países “mais fortes e importantes” na Europa, pelo que não tinha necessidade de ceder a quaisquer pressões externas. Simultaneamente, devia ser tido em conta que Portugal era um país aliado e com quem a República Federal tinha boas relações. De acordo com Franco Nogueira, eram estes motivos que deveriam levar a RFA a ceder os aviões a Portugal.<sup>237</sup>

Numa tentativa de resolver o problema, o *Auswaertiges Amt* enviou a Lisboa o Secretário de Estado Rolf Lahr, na Primavera de 1965. Aproveitando a presença em Portugal de tal personalidade, Oliveira Salazar enviou para o Chanceler Erhard uma carta em “tom cordato, para reclamar a execução do acordo firmado”<sup>238</sup>. O caso foi tratado ao mais alto nível pelas autoridades alemãs, que efectuaram diligências junto das principais capitais ocidentais – Paris, Londres e Washington – no sentido de perceberem qual a solução a dar ao problema dos aviões F-86 *Sabre*. Os contactos feitos pelos respectivos embaixadores alemães junto dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros dos diferentes países aliados tinham como objectivo perceber qual a posição desses governos perante o fornecimento de armamento e equipamento militar a Portugal e quais as garantias habitualmente pedidas em contrapartida. Tal como seria de esperar, as respostas vindas de Londres e de Washington declaravam que não havia fornecimentos de grande monta de material militar a Portugal, apenas o essencial no âmbito da NATO<sup>239</sup>. Por seu lado, no que dizia respeito ao governo francês, pelas suas boas

---

<sup>237</sup> *Telegrama n.º 32 da Embaixada da República Federal da Alemanha em Lisboa*, 1 de Março de 1965 – PA-AA, B 26, 317. Este argumento tornava-se particularmente pertinente num momento em que o governo de Ludwig Erhard tinha sido obrigado a anular um fornecimento de armamento a Israel, sob acusação de estar a auxiliar um país com o qual nem sequer tinha relações diplomáticas, num momento de tensão no Médio Oriente.

<sup>238</sup> Franco Nogueira, *op.cit.*, p. 23.

<sup>239</sup> *Telegrama n.º 743 da Embaixada da República Federal da Alemanha em Londres*, 18 de Junho de 1965 e *Telegrama n.º 1651 da Embaixada da República Federal da Alemanha em Washington*, 22 de Junho de 1965 – PA-AA, B 26, 317.

relações com o governo de Oliveira Salazar<sup>240</sup>, a resposta vinda de Paris era mais explícita, sendo de realçar o facto de a França reconhecer as províncias ultramarinas portuguesas como “parte integrante do território nacional português”. Por outro lado, o responsável francês com quem o embaixador alemão em Paris falou, “esquivou-se a responder acerca do tipo e da duração” da ajuda militar da França a Portugal<sup>241</sup>. No entanto, as relações de amizade entre o governo português e francês iriam ser usadas numa tentativa de resolução deste problema.

Em finais de Abril de 1965 houve um contacto entre um representante do Ministério federal da Defesa, general Mühllehner, e o *Auswaertiges Amt* no sentido de saber se os responsáveis pela diplomacia alemã teriam “alguma objecção” à venda dos referidos F-86 *Sabre* à França. A resposta do funcionário do Ministério dos Estrangeiros alemão, Middelmann, foi clara. Desde que o governo canadiano não tivesse qualquer objecção e que existisse a autorização de exportação e que os aparelhos apenas voassem para França, a diplomacia alemã não levantaria qualquer problema a este negócio. Haveria certamente algum problema se os aviões fossem “posteriormente levados para Lisboa”. No entanto, a urgência com que o responsável do Ministério da Defesa alemão pedia o acordo dos responsáveis pela política externa – “a decisão deverá ser tomada ainda hoje” – leva a crer que era intenção daquele que o governo canadiano não tivesse tempo para se pronunciar acerca do assunto<sup>242</sup>. Apesar de não termos mais documentação acerca do ponto de

---

<sup>240</sup> As relações de Portugal com a França durante a presidência de De Gaulle caracterizaram-se pela cooperação entre estes dois países no campo político, com Portugal a receber um importante apoio desta aliada na ONU, e no campo militar, com uma troca de vantagens entre os dois governos, como se pode compreender pela concessão de facilidades no Açores à França e pela aquisição em termos favoráveis de navios produzidos nos estaleiros franceses para a Marinha de Guerra portuguesa em meados da década de 1960 – Conferir Daniel Marcos, “Portugal e a França na década de 1960: A Questão Colonial e o Apoio Internacional”, in *Relações Internacionais*, 11, 2006: 31-45.

<sup>241</sup> *Telegrama n.º 926 da Embaixada da República Federal da Alemanha em Paris*, 18 de Junho de 1965 – PA-AA, B 26, 317.

<sup>242</sup> *Nota do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Federal da Alemanha*, 30 de Abril de 1965 – PA-AA, B 26, 317.

vista das autoridades alemãs relativamente a esta proposta, encontrámos provas de contactos entre o embaixador português em Paris, Marcelo Mathias, e o Ministério dos Negócios Estrangeiros francês, em Julho de 1965, exactamente no sentido de encontrar uma resolução favorável a Portugal para este problema.

Por esta altura, o embaixador português em Paris, Marcelo Mathias, dirigiu-se ao *Quai d'Orsay* no sentido de o governo francês comprar os aviões F-86 *Sabre*, operação que teria a “cumplicidade” do governo da República Federal, que estava “totalmente de acordo” com tal solução para o problema dos aparelhos. Os aviões, apesar de “ultrapassados e com um reduzido raio de acção”, seriam depois levados para Lisboa, sendo “evidente que se destinavam a Angola e Moçambique”<sup>243</sup>. A resposta dada a Marcelo Mathias foi no entanto negativa, o que deu azo a mais uma iniciativa do governo português, desta vez na pessoa do seu próprio Ministro dos Negócios Estrangeiros. Franco Nogueira encontrou-se com o embaixador de França em Lisboa para pressionar o governo francês a “reexaminar a sua decisão”. O ministro português assegurou ao representante francês, François de Rose, que Portugal teria meios de pressão quer sobre o Canadá, quer sobre a RFA (nomeadamente a Base de Beja), que faria com que a transacção dos aviões entre a França e a República Federal da Alemanha fosse aprovada pelo governo canadiano, “sem quaisquer problemas para o governo francês”<sup>244</sup>. Contudo, estas iniciativas foram infrutíferas, uma vez que os aviões acabaram por não vir para Portugal, e o problema teve uma resolução completamente diferente.

Na verdade, de acordo com Franco Nogueira, a República Federal optou por solucionar a questão da maneira “mais fidalga e benéfica para Portugal”, pois cedeu ao governo português quarenta aviões *Fiat G-91*, “inteiramente novos, por preço inferior ao ajustado” para os F-86 *Sabre*<sup>245</sup>.

---

<sup>243</sup> *Nota para o Ministro*, 8 de Julho de 1965 – Archive du Ministère des Affaires Étrangères, Europe/Portugal (1961-1970)/ Volume 97.

<sup>244</sup> *Telegrama n.º 125/27 da Embaixada da França em Lisboa*, 23 de Julho de 1965 – Archive du Ministère des Affaires Étrangères, Europe/Portugal (1961-1970)/ Volume 97.

<sup>245</sup> Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 23.

Estes *Fiat* G-91 chegaram a Portugal no início de 1966 e em Junho desse ano foram colocados na Base Aérea n.º 12, em Biassalanca na Guiné. Actuaram em missões de reconhecimento fotográfico e visual (podiam ser equipados com três máquinas fotográficas), missões de bombardeamento, apoio de fogo e escolta de protecção às tropas de superfície<sup>246</sup>.

Entretanto, no Verão de 1965, esteve novamente em Lisboa o Secretário de Estado do *Auswaertiges Amt*, Rolf Lahr. Lahr era portador de uma carta do Chanceler Erhard, em resposta à carta enviada pelo Presidente do Conselho português. O Chanceler mostrava-se agradado com o facto de se ter encontrado “uma resolução satisfatória para as duas partes envolvidas” na questão dos aviões. Esta questão provocou também a revisão da cláusula que regulamentava os fornecimentos alemães a Portugal, passando a redigir-se que “as armas e aparelhos que a República Federal da Alemanha venderá ou cederá a Portugal dentro do espírito de reciprocidade do Acordo de 15 de Janeiro 1960 serão utilizados unicamente em Portugal para fins de defesa no quadro do Tratado do Atlântico Norte”. O Chanceler esperava que estes termos em que era agora assente a cooperação luso-alemã testemunhassem a “importância que o governo alemão dedicava à colaboração com Portugal”. No entanto, Erhard realçava as cada vez maiores dificuldades em tomar atitudes que pudessem ser interpretadas como favoráveis a Portugal, porque poderiam “ter consequências nefastas” para a política alemã, nomeadamente para o desejo de reunificação do povo alemão<sup>247</sup>. O que o Chanceler alemão queria dizer era que o governo federal teria de ser “mais cauteloso na forma de apoiar o governo de Lisboa”<sup>248</sup>. Foi neste mesmo sentido que se posicionou o enviado alemão a Lisboa. Lahr procurou explicar, quer ao Ministro Franco Nogueira, quer ao Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, que a RFA desejaria continuar a

---

<sup>246</sup> Adelino Cardoso, *op. cit.*, p. 253.

<sup>247</sup> *Carta do Chanceler Ludwig Erhard para Oliveira Salazar*, 2 de Agosto de 1965 – PA-AA, B 02, 151.

<sup>248</sup> Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 64.

apoiar Portugal, mas que a “violenta campanha” liderada tanto pelos países da esfera soviética como pelos do terceiro mundo obrigava a “aumentar as precauções alemãs”. Simultaneamente, as eleições que se aproximavam na RFA tornavam o governo de Erhard extremamente vulnerável às críticas<sup>249</sup>. Neste sentido, Salazar entendeu que a posição alemã era agora “mais reticente” do anteriormente<sup>250</sup>.

É perceptível um aumento da prudência alemã relativamente à concessão de meios militares a Portugal, nomeadamente de aviões. Tal prudência não era um reflexo de uma vontade política, mas apenas da realidade internacional alemã, que necessitava da compreensão dos restantes Estados afro-asiáticos para a defesa dos seus interesses nacionais. Porém, se a questão da concessão de aviões a Portugal se tornou mais complexa, os restantes campos da cooperação militar luso-alemã mantiveram-se relativamente estáveis.

### 2.3. A Base de Beja

Apesar de algumas contrariedades, a cooperação militar luso-alemã continuava. Como já foi dito anteriormente, a concessão de facilidades à Força Aérea alemã na Base de Beja foi a principal razão para esta cooperação ser tão frutífera para Portugal. No entanto, até ao final de 1965, poucos foram os progressos feitos de modo a que a base fosse efectivamente utilizada pela RFA. Os principais passos foram no sentido de regulamentar a utilização da base pelas forças alemãs, assim como preparar a disponibilização das infra-estruturas necessárias ao seu funcionamento.

Em 1962, foram assinados dois acordos que regulamentavam a presença de pessoal técnico alemão na Base Aérea de Beja. O *Acordo Suplementar*

---

<sup>249</sup> *Ofício da Embaixada da França em Lisboa*, 18 de Agosto de 1965 – Archive du Ministère des Affaires Étrangères, Europe/Portugal (1944-1971)/ Volume 108.

<sup>250</sup> Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 64.

ao *Acordo Base*, assinado em 16 de Janeiro de 1962, fixava os limites aos efectivos alemães autorizados a permanecer na Base de Beja. Por seu lado, o acordo de 19 de Outubro desse mesmo ano dizia respeito ao pessoal português e regulamentava “o recrutamento e preparação do pessoal técnico destinado à manutenção e reparação dos aviões da Força Aérea da RFA”. No entanto, esta reparação e manutenção foi posteriormente transferida para as Oficinas Gerais de Material Aeronáutico (OGMA), passando este acordo a ter efeito relativamente àquelas Oficinas<sup>251</sup>.

Para além destes acordos, outros elementos tiveram de ser disponibilizados para que a Base fosse efectivamente viável. Em Novembro de 1963 esteve em Portugal o Secretário de Estado do Ministério da Defesa da Alemanha Federal, Volkmar Hopf. O objectivo desta visita, de acordo com o que foi comunicado pelo próprio Hopf ao embaixador francês em Bona, seria a resolução de alguns assuntos pendentes relativamente à Base de Beja e às infra-estruturas a ela associadas. A conversa tida na Embaixada da França em Bona decorreu num tom bastante franco, que surpreendeu inclusivamente o representante francês. Volkmar Hopf era um “fervoroso apoiante de Portugal”, que desaprovava, “tanto pelos seus sentimentos, como por razões inerentes à sua função”, a atitude de inimizade da maior parte das potências ocidentais, nomeadamente em relação à questão de Angola, contra “uma velha nação europeia, cristã e aliada”, Portugal. A presença de Hopf em Lisboa teve de ser camuflada como uma viagem de férias, devido a “pressões” do Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão. Assim, o Secretário de Estado da Defesa da Alemanha Federal passou duas semanas no Algarve, antes de se ter reunido com os altos representantes do governo português, nomeadamente o Presidente do Conselho, Oliveira Salazar e o Ministro da Defesa Nacional, Gomes de Araújo<sup>252</sup>.

---

<sup>251</sup> *Comissão de Revisão dos Acordos Militares Luso-alemães. Anexo C: Descrição Sumária dos Acordos*, Dezembro de 1976 – AHFA-EMFA, Dossier II – Acordos Luso-alemães.

<sup>252</sup> *Ofício da Embaixada da França em Bona*, 13 de Novembro de 1963 – Archive du Ministère des Affaires Étrangères, Europe/Portugal (1944-1971)/ Volume 109.

Um dos pontos-chave das conversações de Hopf em Lisboa foi a Base de Beja, tendo ficado decidido que a sua construção se iniciaria em 1963 e que todas as infra-estruturas estariam prontas em três anos. Durante a presença do Secretário de Estado da Defesa alemão em Portugal, foram assinados dois acordos relativos às instalações de apoio que permitiriam o funcionamento pleno da Base de Beja para a Força Aérea Alemã. Em 4 de Novembro de 1963 foi assinado o *Acordo Base sobre Comunicações*, que fixava as comunicações que seriam estabelecidas, essencialmente em tempo de guerra, “para assegurar as ligações directas entre as facilidades cedidas às Forças Armadas da RFA em Portugal e as autoridades militares na Alemanha”. A 5 de Novembro foi assinado um *Acordo sobre a construção de instalações hospitalares*, que previa a construção de 27 edifícios destinados a poderem ser transformados em hospitais de campanha em tempo de guerra ou de emergência, espalhados por todo o território português continental<sup>253</sup>. De acordo com o que Hopf afirmou ao embaixador francês em Bona, este conjunto de instalações hospitalares totalizaria cerca de 9000 camas, e estaria à disposição “não só dos alemães e dos portugueses, mas de todos os aliados”, sendo assim uma mais-valia para a Aliança Atlântica. Ficou também decidido que a manutenção dos aviões se efectuariam em Alverca. Hopf falou ainda ao embaixador francês em Bona de um envio de 30 aviões DO-27 para Lisboa, a que o *Auswaertiges Amt* se teria oposto, por temer uma investida diplomática dos estados africanos, “uma vez que os aparelhos se destinavam a operar em Angola”<sup>254</sup>.

No entanto, apesar de se desejar uma visita discreta, a presença do Secretário de Estado alemão não deixou de se fazer notar na imprensa portuguesa, se bem que apenas com referências breves às suas actividades

---

<sup>253</sup> *Comissão de Revisão dos Acordos Militares Luso-alemães. Anexo C: Descrição Sumária dos Acordos*, Dezembro de 1976 – AHFA-EMFA, Dossier II – Acordos Luso-alemães.

<sup>254</sup> *Ofício da Embaixada da França em Bona*, 13 de Novembro de 1963 – Archive du Ministère des Affaires Étrangères, Europe/Portugal (1944-1971)/ Volume 109. Ainda assim, foi precisamente durante a estadia de Hopf em Lisboa que foram assinados os já referidos acordos de 4 de Novembro, relativos à venda a Portugal de 16+30 aviões DO-27 e 70 aparelhos T-6.

oficiais. O acontecimento que recebeu mais destaque por parte dos jornais portugueses foi quando, ao preparar-se para embarcar no avião que o levaria de volta a Bona, o Secretário de Estado acedeu a prestar algumas declarações. As afirmações relativamente ao problema ultramarino português foram extremamente favoráveis. Volkmar Hopf afirmou que acreditava que Portugal, “cujos filhos lutam com tanta determinação e coragem para manter as suas posições”, acabaria por “vencer o conflito” nas províncias ultramarinas. Por outro lado, o visitante alemão afirmou ainda ter visitado a cidade de Beja, em especial os terrenos onde seria construída a Base Aérea n.º 11, que lhe agradaram<sup>255</sup>.

Cerca de seis meses mais tarde, em Junho de 1964, esteve em Bona o Ministro da Defesa Nacional, Gomes de Araújo, para, segundo a imprensa portuguesa, uma breve visita “de retribuição” da estadia em Lisboa do Secretário de Estado Hopf<sup>256</sup>. No entanto, o verdadeiro objectivo da sua deslocação a Bona foi a assinatura de dois acordos, ambos a 12 de Junho. O *Acordo sobre a Zona Residencial de Beja (ZRB)*, tal como o nome indica, regulava as facilidades relativas à construção de um bairro residencial destinado à habitação do pessoal, quer alemão, quer português que iria trabalhar na Base Aérea de Beja. É no entanto de salientar que a aquisição dos terrenos onde seriam construídas as habitações e todos os equipamentos era encargo do governo alemão, embora posteriormente esses terrenos constituíssem património do Estado Português. O outro acordo assinado era relativo ao estabelecimento de um depósito de material inerte no norte de Portugal, em Castelões, destinado “à recepção, armazenagem, manutenção e expedição” do referido material. De se acentuar o facto de que não seriam pagas quaisquer taxas ou limitações alfandegárias à importação e reexportação do material, e que, tal como ficou acordado para a ZRB, os terrenos seriam comprados pelo governo alemão, mas fariam

---

<sup>255</sup> *Diário da Manhã*, 7 de Novembro de 1963.

<sup>256</sup> *Diário da Manhã*, 14 de Junho 1964.

posteriormente parte do património do Estado português<sup>257</sup>. Estes acordos eram muito importantes para a prossecução do projecto da Base de Beja, pois previam a construção de infra-estruturas sem as quais a Base não funcionaria inteiramente.

Na sua chegada ao aeroporto de Lisboa, em 13 de Junho, o Ministro português da Defesa Nacional confirmou aos jornalistas que havia sido recebido pelo seu colega da Defesa alemão, Kai Uwe von Hassel, mas também pelo Ministro da Presidência, encarregado de assuntos especiais, com quem teve “uma larga troca de impressões”. Gomes de Araújo foi ainda agraciado pelo Presidente da RFA com a Grã-Cruz do Mérito Alemão. Relativamente aos trabalhos realizados em Bona, o ministro afirmou terem sido efectuadas conversações relativas aos acordos bilaterais existentes, “dentro do melhor espírito e entendimento mútuo” que culminaram num “acordo pleno e completo”<sup>258</sup>. Alguns dias mais tarde, a 18 de Junho de 1964, o Ministério da Defesa Nacional publicou um comunicado acerca da visita a Bona do ministro Gomes de Araújo. Neste comunicado eram descritas as facilidades concedidas pelo governo português às Forças Armadas alemãs, isto é, a utilização da Base de Beja para instrução dos seus pilotos, as facilidades de apoio logístico, nomeadamente ao nível do tratamento de feridos, em caso de guerra, em instalações hospitalares a construir pelas autoridades alemãs, e o estabelecimento de um depósito de material inerte. Era ainda referido que, como contrapartida, Portugal usufruía do “tratamento de militares portugueses feridos em Angola e na Guiné em hospitais alemães”, assim como de encomendas efectuadas pelas Forças Armadas alemãs à indústria nacional que totalizavam já cerca de três milhões de contos, o que, além do “evidente interesse económico”, contribuía “largamente para melhoria do equipamento de defesa nacional”<sup>259</sup>.

---

<sup>257</sup> *Acordo entre a República Portuguesa e a República Federal da Alemanha*, 12 de Junho 1964 – AHFA-EMFA, Dossier III, Acordos Luso-alemães.

<sup>258</sup> *Diário da Manhã*, 14 de Junho de 1964.

<sup>259</sup> *Diário da Manhã*, 18 de Junho de 1964.

A revelação destes elementos por parte do governo português provocou algum incómodo nas autoridades alemãs, especialmente porque não tardaram críticas por parte dos governos africanos. Na realidade, o Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão sentiu-se inclusivamente obrigado a difundir pelas suas Embaixadas nos países africanos, mas também em algumas capitais asiáticas, instruções e esclarecimentos acerca das conversações luso-alemãs. Estas instruções foram uma resposta a um comunicado de imprensa divulgado pelo representante nas Nações Unidas do «Governo Angolano no Exílio», em que se protestava contra o estabelecimento de instalações logísticas alemãs em Portugal, algo que era denunciado como “violação das resoluções das Nações Unidas e como apoio à luta dos portugueses contra os nacionalistas africanos”. Para além destas críticas, existiam também alguns comentários menos positivos na comissão da ONU relativa às questões coloniais e por parte das delegações dos estados africanos. Perante isto, os representantes da Alemanha Federal, quer nas Nações Unidas, quer nos próprios países afro-asiáticos, eram instruídos a defender a posição alemã, tendo sempre em conta a ameaça por parte do Bloco de Leste que a Alemanha enfrentava.

Deste modo, os acordos luso-alemães eram apresentados como uma resposta às necessidades alemãs de se defender e de ultrapassar as dificuldades da sua posição geográfica. O estabelecimento de instalações hospitalares, de um depósito de material e de uma base aérea por parte da Alemanha Federal em Portugal “não correspondia de modo algum a um apoio às medidas do governo português” nas Províncias Ultramarinas portuguesas, apenas reflectia os “interesses da Aliança Atlântica”. Também o tratamento dos feridos portugueses em hospitais alemães era considerado como puro “auxílio humanitário” e o valor apresentado no comunicado português para as encomendas de material – três milhões de contos – era justificado como “pagamento da construção e manutenção das referidas facilidades logísticas”<sup>260</sup>.

---

<sup>260</sup> *Circular do Ministério Federal dos Negócios Estrangeiros*, 9 de Julho de 1964 – PA-AA, B 26, 198.

Percebemos, deste modo, a importância da concessão de facilidades à Força Aérea Alemã na Base Aérea de Beja. Para Portugal, tal concessão permitiu o acesso a equipamento e armamento militar que, de outro modo, estaria inacessível ao governo português. Ao mesmo tempo, as facilidades concedidas na Base de Beja e noutros equipamentos de logística revelaram-se uma ótima forma de pressão sobre o governo federal, nomeadamente nas ocasiões em que o governo de Oliveira Salazar se deparou com hesitações do *Auswaertiges Amt* – como ocorreu no episódio dos F-86 *Sabre*. Por outro lado, para a RFA, apesar de ser uma necessidade decorrente dos compromissos assumidos na NATO, o estabelecimento de uma base de treino para a sua Força Aérea e as contrapartidas dadas ao governo português representaram um problema, designadamente ao nível da sua política externa. Nos anos que se seguiram, o governo federal começou a ponderar se a necessidade estratégica da Base seria suficiente para enfrentar as críticas dos países afro-asiáticos. Simultaneamente, a evolução do conceito estratégico da própria NATO, em conjunto com problemas internos da RFA, provocaram uma mudança da posição do governo federal em relação à Base Aérea de Beja e à cooperação militar luso-alemã. Mas isso será analisado na III Parte deste trabalho.

## 2.4. Conclusões

Analisámos aqui as relações militares entre Portugal e a República Federal da Alemanha no período entre 1961 e 1965. Tomamos este período como o mais importante para a cooperação militar entre os dois países, uma vez que inclui alguns dos momentos mais difíceis para a política de defesa portuguesa, especialmente devido ao início das guerras coloniais. Até 1965, a cooperação com a RFA ao nível militar permitiu a Portugal “o fabrico das espingardas automáticas alemãs (a G-3) e da metralhadora ligeira, assim como as munições para este e outro armamento ligeiro”, indo de encontro ao objectivo português de produzir “tudo o que é necessário

ao Ultramar”. Simultaneamente, a cedência – através da venda em termos favoráveis, ou mesmo por empréstimo – de aviões, colocava a Alemanha como uma aliada preferencial. O próprio Oliveira Salazar concordava que, em relação à aviação, “os serviços alemães têm sido preciosos”.

Apesar destas boas relações militares, não podemos deixar de referir que o governo federal começava já a acusar algumas pressões por parte dos estados africanos, o que provocava algumas discrepâncias ao nível do comportamento dos ministérios encarregues de negociar com o governo português as encomendas e fornecimentos militares. As diferenças entre os Ministérios federais dos Negócios Estrangeiros e da Defesa trouxeram algumas dificuldades a Portugal, nomeadamente com a necessidade de se definir uma cláusula que assegurasse que os bens militares fornecidos a Portugal não seriam utilizados nas Províncias Ultramarinas. Com algumas soluções engenhosas e sempre com a preocupação de não escolher uma fórmula que impedisse qualquer um dos governos de a interpretar à sua maneira, Portugal foi conseguindo satisfazer os seus intentos.

Mas a segunda metade da década de sessenta seria diferente, também ao nível militar. As dificuldades orçamentais da Alemanha Federal, assim como a mudança do contexto internacional da Guerra Fria, iriam obrigar a RFA a abandonar grande parte dos projectos previstos e acordados com as autoridades portuguesas. O impacto desse abandono será o objecto de análise do nosso próximo capítulo, no que às relações militares entre a RFA e Portugal diz respeito.

---

<sup>261</sup> *Carta de Oliveira Salazar para o Embaixador português em Bona, Homem de Mello*, 28 de Junho de 1965 – AOS/CO/GR-10, Pasta 18, fls. 640-649.

## 3. A Cooperação Económica

### Capítulo III

As questões económicas foram, a par com a cooperação militar, um dos pilares em que assentaram as relações luso-germânicas no final dos anos 50. No entanto, na primeira metade da década de 1960, as relações entre Portugal e a República Federal da Alemanha tornaram-se mais importantes no campo militar, como foi já dito anteriormente. No período aqui analisado (1961-1965), a cooperação económica entre os dois países manifestou-se através da concessão de empréstimos alemães a Portugal, do financiamento de projectos na metrópole portuguesa e de investimentos privados nas colónias, nomeadamente de parte da firma *Krupp* em Angola. No entanto, o ponto de partida deu-se com a visita de Ludwig Erhard a Lisboa em Maio de 1961.

#### 3.1. A Visita de Erhard a Lisboa, Maio 1961

A visita do Ministro federal da Economia, Ludwig Erhard, a Lisboa, em Maio de 1961, foi um ponto importante para as relações económicas luso-germânicas. Durante a sua estada na capital portuguesa, o representante do governo federal teve a oportunidade de discutir com o próprio Presidente do Conselho português algumas das principais questões económicas que diziam respeito aos dois países – “uma entrevista de dois técnicos de economia e finanças”, como definiu Franco Nogueira<sup>262</sup>.

---

<sup>262</sup> Franco Nogueira, *Salazar*, vol. V, p. 263.

No entanto, esta visita do Ministro alemão a Lisboa foi antecedida por uma hesitação do governo federal em concretizá-la. Numa carta de 20 de Fevereiro de 1961, escrita pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Heinrich von Brentano, para o seu colega da Economia, aquele salientava a importância da visita de Maio aos Países Ibéricos por parte de Erhard. A visita a Lisboa e a Madrid havia sido adiada já por “demasiadas” vezes, provocando alguma ansiedade por parte de ambos os governos. Na verdade, a viagem do ministro alemão levantava grandes esperanças no governo português, uma vez que, devido à “actual situação de instabilidade”, interna e externa, este atribuía uma particular atenção à visita de um alto representante de um governo aliado na NATO. Este facto tornava-se ainda mais relevante se se tivesse em conta que outros governos aliados no Pacto do Atlântico tinham “ofendido em elevado grau a sensibilidade portuguesa”, provocando uma “sensação de isolamento” – e para isso contribuíram grandemente as votações na ONU e a “actuação perante o pedido de ajuda de Portugal no caso *Santa Maria*”, numa referência directa aos Estados Unidos. Porque se tratavam de “dois importantes países para a República Federal”, o Ministro dos Negócios Estrangeiros pedia “insistentemente” ao seu colega para não adiar mais uma vez a visita a Portugal e a Espanha, pois seria algo “profundamente contrário à Alemanha Federal”<sup>263</sup>.

Um dos pontos referidos nas conversações tidas entre os representantes da RFA e de Portugal foi o aumento do financiamento alemão a projectos portugueses através de créditos, com a “intenção de acelerar o até agora lento desenvolvimento económico de Portugal”. Também as questões relacionadas com a economia europeia, nomeadamente com as relações entre a EFTA e a CEE, foram discutidas. Neste ponto, Salazar deu a entender que a adesão de Portugal à Comunidade Europeia não era possível “devido à

---

<sup>263</sup> *Carta do Ministro Federal dos Negócios Estrangeiros, Heinrich von Brentano, para o Ministro Federal da Economia, Ludwig Erhard, 20 de Fevereiro de 1961 – PA-AA, B26 111.*

finalidade política da organização, tendo em conta as províncias ultramarinas”. Perante este argumento, os representantes alemães apressaram-se a salientar que “não havia um único artigo no tratado da CEE que tivesse um conteúdo político”, como forma de atrair Portugal para os Seis. Uma vez que o governo alemão, quando se tratava de assuntos económicos, encarava a Península Ibérica como um todo, a situação da Espanha foi também tratada durante os encontros entre Erhard e Salazar, nomeadamente no que dizia respeito aos problemas económicos especificamente espanhóis, mas também a sua situação perante os dois blocos económicos que se haviam formado na Europa. O embaixador alemão salientou no seu relatório a “forma particularmente calorosa” como Salazar defendeu os interesses espanhóis<sup>264</sup>.

Ao mesmo tempo que Erhard cumpria o programa da sua visita a Portugal, membros da sua delegação reuniam-se com elementos do governo português para estabelecerem os princípios da cooperação económica, de onde saiu o Protocolo assinado por Erhard e por Pedro Theotónio Pereira a 13 de Maio de 1961. De acordo com Franco Nogueira, os trabalhos das duas delegações foram preenchidos com o estudo “dos problemas portugueses de financiamento, implantação de novas indústrias, créditos a exportações para a Alemanha”, entre outros aspectos<sup>265</sup>.

Representando a possibilidade encontrada por ambos os países para fortalecer a sua cooperação económica, o Protocolo de 13 de Maio era visto como a oportunidade para concretizar “o desejado aprofundamento das relações económicas luso-alemãs”. Neste texto a delegação alemã declarava-se disposta a estudar “o financiamento de projectos que fossem apresentados pelo governo português”, tornando a presença de investimentos privados alemães uma realidade. Na verdade, as duas partes comprometiam-se no empenho em que as “firmas alemãs participem no financiamento de

---

<sup>264</sup> *Ofício da Embaixada da República Federal da Alemanha em Lisboa para o Auswaertiges Amt*, 17 de Maio de 1961 – PA-AA, B 26, 111.

<sup>265</sup> Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 263.

projectos por meio da aplicação de créditos privados, ou resolvam efectuar investimentos directos em Portugal”<sup>266</sup>.

De acordo com a Embaixada alemã em Lisboa a visita de Erhard deu um forte e decisivo impulso às relações financeiras e políticas luso-alemãs. A visita do “homem do milagre económico do ressurgimento alemão”<sup>267</sup> foi importante não só porque foi “ao encontro dos desejos portugueses” relativamente à concessão de “ajuda financeira de proporções consideráveis”, mas, acima de tudo, a presença do representante da reconstrução económica alemã e defensor da unidade económica da Europa em Portugal tornou-se um acontecimento ao qual, tanto pela opinião pública como pelo governo português, foi atribuído “um excepcional significado”. A acrescentar a isto é de salientar o facto desta visita ter ocorrido num momento em que a situação interna de Portugal precisava de “um reconhecimento exterior particularmente valioso”, que era assim alcançado<sup>268</sup>. Esta visita, apesar de importante, não teve grande repercussão na imprensa nacional, sendo apenas descrito o dia a dia do visitante. Da imprensa alemã<sup>269</sup>, salientamos um apontamento do *Die Welt*, em que Erhard esclarecia o auxílio económico da Alemanha a Portugal. Este viria sobre três formas: “contribuição financeira” para planos de desenvolvimento nacionais, através dos “fundos de desenvolvimento do Governo Federal”; a colocação de “capital particular em grandes firmas privadas” e, por fim, através da tentativa de “animação da iniciativa portuguesa”, por via do estabelecimento de “empresas comuns luso-alemãs”<sup>270</sup>.

---

<sup>266</sup> *Protocolo sobre o resultado das conversações por ocasião da visita a Portugal do Ministro da Economia da República Federal da Alemanha Sr. Prof. Dr. Ludwig Erhard de 11 a 14 de Maio de 1961*, 13 de Maio de 1961 – PA-AA, B 26, 111.

<sup>267</sup> Franco Nogueira, *Salazar*, vol. V, p. 263.

<sup>268</sup> *Ofício da Embaixada da República Federal da Alemanha em Lisboa*, 17 de Maio de 1961 – PA-AA, B 26, 111.

<sup>269</sup> Referimo-nos à documentação existente no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Lisboa.

<sup>270</sup> *Die Welt* – 15 de Maio de 1961 – AHD-MNE, PEA, M 422.

No entanto, qualquer decisão do governo federal em ceder a Portugal uma ajuda financeira para o seu desenvolvimento passava por uma avaliação do Ministério da Economia alemão, como seria de esperar, mas também do Ministério dos Negócios Estrangeiros federal, tal como acontecia no caso do material militar. Assim, como preparação da visita de Erhard a Lisboa, foi encarada a possibilidade de se conceder ao governo português um montante para o desenvolvimento do país e das suas províncias ultramarinas.

A avaliação feita da realidade colonial portuguesa em Angola e Moçambique era realista e nada abonatória para o governo português. De facto, a instabilidade que a guerra trazia àqueles territórios e o risco de que qualquer auxílio pudesse ser visto pelos países afro-asiáticos (e também pelos aliados ocidentais) como apoio ao regime de Oliveira Salazar era algo demasiado pesado para a RFA enfrentar, especialmente tendo em consideração a situação peculiar em que viva no contexto da Guerra Fria.

Como resultado destas considerações sobre a política ultramarina portuguesa, o Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão decidiu adoptar uma posição perante o seu aliado ocidental, que consistia em duas linhas principais, que marcariam toda a década de sessenta: “evitar tudo o que possa ser visto pelos estados afro-asiáticos como um apoio à política colonial portuguesa” e, simultaneamente, “esforçar-se para que em Portugal não se tenha a impressão que a sua aliança está em risco”<sup>271</sup>. Neste sentido, pelos motivos já referidos anteriormente, não seria concedido nenhum auxílio financeiro directamente às províncias ultramarinas portuguesas, e apenas se previam alguns financiamentos a projectos concretos a realizar em Portugal continental.

Este possível apoio a projectos em Portugal continental justificava-se com os esforços que o governo português tinha feito até aí, nomeadamente através dos Planos de Fomento, para favorecer o desenvolvimento económico da população. No entanto, o próprio governo português tinha

---

<sup>271</sup> *Nota do Auswaertiges Amt sobre a política ultramarina portuguesa e o futuro posicionamento da RFA perante Portugal*, 30 de Março de 1961 – PA-AA, B 26, 72.

consciência de que não poderia levar a cabo este projecto “sem a ajuda externa”, o que abria as portas ao investimento alemão em Portugal. Um possível apoio da Alemanha Federal a projectos relacionados com o Plano de Fomento coadunava-se “com o interesse económico de todos os que se interessam pela integração económica europeia”. As autoridades alemãs viam este “desenvolvimento acelerado do rendimento da população” como algo “urgente”, à medida que a independência das províncias ultramarinas se tornava “uma realidade a médio prazo” e que a metrópole ficaria “depois entregue a si própria”. Assim, os responsáveis alemães estavam conscientes das dificuldades que Portugal iria enfrentar para sobreviver num cenário de perda do império, e procuravam assim assegurar o mercado português metropolitano, ao mesmo tempo que esperavam, ao evitar uma intervenção económica directa nas colónias, ter a possibilidade de aceder igualmente aos mercados de Angola e Moçambique quando estes fossem estados independentes.

Simultaneamente, havia por detrás desta decisão de conceder apoio financeiro a projectos em Portugal continental algumas considerações políticas que eram, inclusivamente, “mais fortes do que as razões económicas”. A concessão de ajuda económica pela RFA deveria ser vista como o meio apropriado para evitar o afastamento de Portugal da NATO e provar que os seus aliados, apesar de estarem contra a política ultramarina portuguesa, “não eram contra o regime de Lisboa”. Por outro lado, a visita do Ministro da Economia e Vice-Chanceler da RFA, a Lisboa, Ludwig Erhard, havia levantado no governo português a expectativa de uma ajuda económica, que deveria ser concedida, pois caso contrário, o governo federal corria o risco de “inevitavelmente”, provocar “uma forte desavença” com o governo português.

Num ofício de 9 de Maio de 1961 (apenas alguns dias antes de Erhard partir para a Península Ibérica), o Adido Comercial da Embaixada de Portugal em Bona, Marques Minnemann, informava o Ministério português dos Negócios Estrangeiros acerca das discussões sobre a concessão de auxílio financeiro pela RFA a Portugal. Era notado por Minnemann uma divisão em

relação ao tipo de ajuda que seria dado aos países ibéricos. O Ministério Federal das Finanças advogava que esse auxílio deveria “provir apenas de capitais privados, na forma de empréstimo”, ao passo que havia da parte dos “defensores da concessão do auxílio a Portugal e a Espanha” a opinião de que se deveria tratar de cedência de capitais públicos, uma vez que se tratava de “financiamentos de projectos de infraestruturas”. No entanto, e acima de tudo, as divisões acentuavam-se quando se confrontavam os montantes pedidos pelos governos português e espanhol e os valores do que o governo federal estava disposto a ceder.

A favor de Portugal pesavam vários argumentos, nomeadamente a solidariedade resultante do facto de o país pertencer à NATO e à OECE. Também o regime português era encarado como algo de positivo, porque, apesar de ser classificado de “ditadura”, era uma “ditadura benigna e regrada”, em contraste com a “ditadura absoluta, incompatível com princípios democráticos” do regime de Franco. Por fim, também a pessoa de Oliveira Salazar era reconhecida, sendo a sua “obra de restauração” da crise do final da I República apreciada por algumas “individualidades de destaque do governo alemão”.

No entanto, um aspecto altamente desfavorável a Portugal era o facto de fazer parte do *Development Assistance Group*<sup>272</sup>, o que significava, aos olhos do governo alemão, “com uma certa lógica”, que se Portugal se considerava tão rico que podia fazer parte do grupo de dadores, “não fazia sentido conceder-lhe dinheiro”. Sendo o montante pedido por Portugal consideravelmente elevado – 300 milhões de marcos, “pedidos em Março de 1961” – o governo federal ponderou não conceder qualquer auxílio ao governo português. A questão revelou-se de tal forma complexa que foi discutida numa reunião do Conselho de Ministros federal, onde o próprio Ministro da Economia, Ludwig Erhard, fez “depende a sua viagem aos países ibéricos da satisfação, pelo menos parcial” dos pedidos apresentados

---

<sup>272</sup> Grupo de Assistência ao Desenvolvimento.

pelos dois governos. Foi então decidido atribuir 150 milhões de marcos para Portugal, cuja concessão estava dependente da “apresentação de projectos individuais de infraestrutura económica e social” – neste caso, estava a ser estudado o projecto de irrigação do Alentejo, “que só por si já ultrapassaria a verba que o governo federal tenciona conceder”<sup>273</sup>. Ficou, no entanto, decidido que para o Plano de Rega do Alentejo se destinariam cem milhões de marcos, sendo os restantes cinquenta milhões para obras de melhoramento e ampliação dos Aeroportos de Lisboa, Faro, Porto e Funchal<sup>274</sup>. Em Novembro de 1961, em conversações com o Ministro português Correia de Oliveira, o Ministro da Economia Erhard e o Secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros Carstens abordaram a questão da concessão dos 150 milhões de marcos ao governo português, ficando decidido que seriam “atribuídos por partes”, à medida que as obras ficassem prontas (neste caso, a primeira fase do projecto de irrigação do Alentejo e os aeroportos referidos), e não na totalidade, como “era desejado pelos portugueses”. Ainda no decorrer destas conversações, o representante português foi aconselhado a apresentar projectos detalhados para os quais o seu governo desejaria pedir financiamento à Alemanha Federal, de modo a facilitar os procedimentos futuros<sup>275</sup>.

Apesar deste auxílio a Portugal ter sido apenas atribuído contra a apresentação de projectos por parte do governo de Lisboa, outros empréstimos e créditos foram atribuídos em condições favoráveis, por parte de instituições privadas (nomeadamente bancos alemães). O apoio financeiro

---

<sup>273</sup> *Auxílio Financeiro da República Federal a Portugal*, 9 de Maio de 1961 – AHD-MNE, EEA, Maço 127.

<sup>274</sup> AHD-MNE, EEA, Maço 127, Pt. 03.

<sup>275</sup> *Nota acerca dos resultados das conversações no Ministério Federal da Economia*, 24 de Novembro de 1961 – PA-AA, B 26, 112. A oficialização deste empréstimo foi feita no Decreto-Lei n.º 44693 de 16 de Novembro de 1962, onde se afirmava que dos 150 000 000 DM, 100 000 000 eram para o Plano de rega do Alentejo, com amortização prevista entre 1967 e 1982, e os restantes 50 000 000 marcos eram para os aeroportos referidos, com amortização a partir de 1965 até 1977 – Cf. Nuno Valério (coord.), *As Finanças Públicas no Parlamento Português. Estudos Preliminares*, Assembleia da República, Edições Afrontamento, Porto, 2001, pp. 143-144 e 186-188.

vindo da República Federal chegou a Portugal no exacto momento em que era mais necessário, isto é, numa altura em que o crescente envolvimento na guerra colonial provocava grandes dificuldades ao Estado português<sup>276</sup>. Foi exactamente devido a este factor que a RFA foi acusada de financiar a guerra colonial portuguesa. Não o fez directamente, mas permitiu que as autoridades militares dispusessem de meios financeiros para se modernizarem. Ou seja, no momento em que o orçamento do Estado português tinha de financiar a guerra colonial, surgiu da parte da Alemanha Federal a concessão de créditos e empréstimos que diminuía o encargo com os restantes projectos nacionais metropolitanos.

### 3.2. Relações Comerciais Luso-Alemãs

Para além do auxílio financeiro da República Federal a Portugal, quer através da concessão de créditos em condições favoráveis, quer pelo financiamento de projectos na metrópole, existe ainda um outro aspecto a analisar: as relações comerciais entre os dois países. Foi referido no capítulo dedicado às relações económicas na I Parte deste trabalho que o défice da balança comercial luso-alemã foi a primeira razão para a aproximação entre os governos dos dois países. Observemos então alguns dados quantitativos para melhor termos a noção deste desequilíbrio, ao mesmo tempo que se poderá igualmente analisar o peso da República Federal da Alemanha na economia portuguesa ao longo da década de sessenta, comparativamente com os outros mercados internacionais.

Tal como o quadro 3 demonstra, o peso da Alemanha no comércio português era substancial, sendo possível analisar o seu crescimento, atingindo o volume máximo em 1960.

---

<sup>276</sup> Um outro crédito de 150 000 000 DM foi oficializado pelo Decreto-Lei n.º 44250 de 24 de Março de 1962, destinado a investimentos na Metrópole, com amortização prevista para o período entre 1962 a 1966. Cf. Nuno Valério, *op. cit.*, pp. 143-144 e 186-188.

### Quadro 3. Comércio Externo – Totalidade (1000 escudos)

ANO	RFA	%	Colónias	%	R. Unido	%	EUA	%	França	%
1955	2 301 891	11.73	3 517 175	17.93	2 877 087	14.67	1 940 809	9.89	1 313 670	6.70
1960	3 534 419	14.08	4 658 162	18.56	3 152 419	12.56	2 201 660	8.77	1 625 515	6.48
1965	5 660 683	13.13	7 791 302	18.07	6 370 451	14.77	3 906 037	9.06	2 761 371	6.40
1970	8 777 376	12.06	13 404 804	18.41	11 939 506	16.40	5 629 915	7.75	4 421 377	6.07

Fonte: Fernando Rosas (ed.) "O Estado Novo", vol. VII da *História de Portugal*, Editorial Estampa, Lisboa, 1998, pp. 428.

Os 14% que representa na totalidade do comércio externo português, atingidos em 1960, acompanham a aproximação no campo militar, pela assinatura dos acordos já referidos nos capítulos relativos à cooperação militar do presente trabalho. Tal como também aí se disse, a aproximação militar teve como ponto de partida a situação altamente desfavorável para Portugal da balança comercial luso-alemã. Esse problema é facilmente visível nos quadros 4 e 5, relativos às importações e exportações portuguesas, respectivamente.

### Quadro 4. Comércio Externo – Importações (1000 escudos)

ANO	RFA	%	Colónias	%	R. Unido	%	EUA	%	França	%
1955	1 664 566	14.53	1 571 350	13.72	1 614 852	14.10	1 101 854	9.62	879 566	7.66
1960	2 677 352	17.06	2 252 115	14.35	1 868 252	11.90	1 152 204	7.34	1 306 532	8.32
1965	4 321 899	16.28	3 651 273	13.75	3 448 199	12.99	2 151 331	8.11	1 997 745	7.52
1970	7 049 587	15.50	6 716 990	14.76	6 369 218	14.01	3 251 318	7.14	3 176 225	6.98

Fonte: Fernando Rosas (ed.) "O Estado Novo", vol. VII da *História de Portugal*, Editorial Estampa, Lisboa, 1998, pp. 425.

### Quadro 5. Comércio Externo – Exportações (1000 escudos)

ANO	RFA	%	Colónias	%	R. Unido	%	EUA	%	França	%
1955	637 325	7.81	1 945 825	23.83	1 262 235	15.46	838 955	10.27	436 104	5.34
1960	857 067	9.11	2 406 047	25.57	1 284 167	13.65	1 049 456	11.16	318 983	3.39
1965	1 338 784	8.08	4 140 029	24.98	2 922 252	17.63	1 754 706	10.59	763 626	4.61
1970	1 727 789	6.33	6 687 814	24.50	5 570 288	20.40	2 378 547	8.71	1 245 152	4.56

Fonte: Fernando Rosas (ed.) "O Estado Novo", vol. VII da *História de Portugal*, Editorial Estampa, Lisboa, 1998, pp. 425.

De facto, as importações da RFA atingiram, em 1960, os 17%, período em que os restantes parceiros apresentados, incluindo as colónias, sofreram um decréscimo. Relativamente às exportações, foi também neste ano que a RFA atingiu o valor mais elevado, ficando, no entanto, muito aquém das colónias (25.57%), do Reino Unido (13.65%) e dos EUA (11.16%). Através de um cálculo simples de subtração do valor das exportações ao das importações, para o ano de 1960, obtemos um défice de 1 820 285 contos. Para o ano de 1965, o défice é de 2 983 115 contos, apesar de já terem entrado em vigor os acordos de encomendas de armamento e munições e de já terem chegado alguns créditos alemães. Este aumento do défice deve-se à maior importação de produtos alemães, sem ser acompanhado por um aumento proporcional das exportações portuguesas para a RFA. É necessário ainda realçar o valor elevado que as importações da RFA tiveram ao longo de toda a década de 1960, tornando a República Federal o mercado preferencial dos compradores portugueses.

### 3.3. O Interesse da Krupp em Angola

A presença alemã nas colónias portuguesas era residual, apenas resultante das relações comerciais com Portugal. No entanto, é necessário ressaltar a presença da firma *Krupp* na exploração mineira de Angola.

No princípio da década de sessenta, a *Krupp* demonstrou interesse na exploração das jazidas de minério de ferro de Cassinga, no sul de Angola. Começou assim a financiar com grandes somas as empresas concessionárias da exploração mineira, a Companhia Mineira do Lobito e a Sociedade Mineira do Lombige<sup>277</sup>. A presença financeira da *Krupp* nestes dois empreendimentos (que se fundiram em 1968) aumentou grandemente a sua

---

<sup>277</sup> Thomas Schroers, *Die Aussenpolitik der Bundesrepublik Deutschland: Die Entwicklung der Beziehungen der Bundesrepublik Deutschland zur Portugiesischen Republik (1949-1976)*, Tese de Doutoramento apresentada à Universidade da Bundeswehr, Hamburgo, 1998, pp. 88-89.

produção, tornando a zona do Cassinga na maior região de extracção de minério de ferro de Angola. O contrato geral com o consórcio *Krupp* foi assinado em 4 de Março de 1961, “destinado à execução e apetrechamento mineiro, ferroviário e portuário da primeira fase do projecto”<sup>278</sup>. Apesar da eclosão dos conflitos naquela província portuguesa terem provocado uma demora na evolução dos trabalhos, as negociações não deixaram de avançar. No entanto, o deflagrar da guerra colonial provocou discussões no *Auswaertiges Amt* acerca da continuação da participação da *Krupp* no projecto do Cassinga.

De acordo com este ministério, a posição da *Krupp* podia ser contrária aos interesses alemães, quando estes eram analisados do ponto de vista internacional. Assim, um primeiro ponto a ter em conta era a situação militar e política em Angola, nomeadamente no que dizia respeito à futura capacidade portuguesa de conservar a sua colónia. Os responsáveis alemães duvidavam que tal fosse possível, questionando a capacidade do regime de Oliveira Salazar “de se conservar no poder”. No entanto, a própria política colonial portuguesa tinha-se tornado num elemento problemático também do ponto de vista económico, uma vez que estava já a ser alvo de ataques por parte dos afro-asiáticos na ONU e, inclusivamente, estados aliados de Portugal na NATO, como os EUA e a Noruega, tinham-se afastado claramente da posição portuguesa. Simultaneamente, a possibilidade da questão de Berlim ser discutida nas Nações Unidas levava a que a República Federal estivesse “dependente dos votos dos países africanos”, não podendo descurar as boas relações com esses estados. A recusa portuguesa em reconhecer o direito à autodeterminação do povo angolano impedia que a Alemanha Federal, que reclamava a libertação de Berlim “precisamente com base no direito à autodeterminação”, pudesse, ao mesmo tempo, apoiar um país que “despreza esse direito”. Deste modo, o *Auswaertiges Amt* aconselhava o abandono do projecto do Lobito pela

---

<sup>278</sup> Companhia Mineira do Lobito, *Companhia Mineira do Lobito, 1929-1967*, Lisboa, 1969, p. 58.

*Krupp*, se bem que isso pudesse levar a um conflito sério com Portugal. Este, que confiava “em grande parte na RFA, sentir-se ia abandonado”. Mas a última palavra seria do Ministério Federal da Economia. Este era a favor da presença da *Krupp* no consórcio da Companhia Mineira do Lobito, essencialmente devido às contrapartidas económicas que tal participação alemã traria para a RFA e assim aquela importante empresa alemã manteve-se no empreendimento angolano<sup>279</sup>.

Mais uma vez podemos verificar que o governo alemão se dividia em relação ao apoio a dar a Portugal. Por um lado, desejava apoiar economicamente um país aliado, por outro temia as implicações que isso teria ao nível das relações externas alemãs. Novamente encontramos no Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão uma posição altamente crítica da política ultramarina portuguesa, mas que é ultrapassada pela importância económica da *Krupp* e pelos interesses económicos envolvidos.

### 3.4. Conclusões

Já foi afirmado substancialmente neste trabalho, mas uma vez mais ficou comprovada a dificuldade da política colonial portuguesa encontrar apoio no *Auswaertiges Amt*. No entanto, como também foi dito atrás, os entraves levantados pelos responsáveis da política externa alemã não foram relevantes o suficiente para impedir o apoio económico a Portugal por parte do governo federal e de instituições privadas alemãs. Este apoio reflectiu-se na concessão de créditos e do financiamento de projectos em Portugal metropolitano, que permitiram ao governo português custear o esforço de guerra nas províncias ultramarinas.

Simultaneamente, percebemos aqui uma alteração na política económica portuguesa, nomeadamente ao nível da adopção de “medidas de

---

<sup>279</sup> *Apontamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros Federal*, 20 de Julho de 1961 – PA-AA, B 26, 192.

liberalização". Devido à necessidade de entrada de capitais para sustentar o esforço de guerra, o governo de Oliveira Salazar permitia, relutantemente, "uma abertura ao investimento externo", como forma de financiar projectos que o Estado não poderia concretizar, nomeadamente ao nível das infra-estruturas, devido ao peso da guerra colonial no Orçamento de Estado<sup>280</sup>.

---

<sup>280</sup> António Costa Pinto, *O Fim do Império Português*, Livros Horizonte, Lisboa, 2000, p. 47.

**III Parte**  
**O Arrefecimento das Relações**  
**Luso-Alemãs: 1966-1968**



# 1. 1966: O Último Ano

## Capítulo I

Neste capítulo procuraremos analisar aquele que consideramos ser o ano da viragem nas relações luso-alemãs. 1966 foi o ano em que, por um lado, se deram duas visitas muito importantes, a do Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Gehard Schröder, a Lisboa, em Março, e a do seu homólogo português, Franco Nogueira, a Bona, em Setembro desse mesmo ano – desde de 1961 que não havia visitas oficiais por parte de ministros alemães a Portugal. Por outro lado, o ano de 1966 marcou também o início de um arrefecimento das relações luso-alemãs, designadamente no campo militar, com a redução da utilização prevista da Base de Beja e com a mudança de governo na RFA, em Dezembro de 1966, com o surgimento, pela primeira vez, de uma coligação entre a CDU/CSU e o SPD. Tal mudança política trouxe também algumas implicações nas relações luso-alemãs, sobretudo com a nomeação de Willy Brandt para a pasta dos Negócios Estrangeiros.

### 1.1. A Visita do Ministro Alemão Gerhard Schröder

Gehard Schröder, o ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, visitou Portugal entre os dias 24 e 28 de Março de 1966, naquela que foi a primeira visita de um Ministro dos Negócios Estrangeiros federal desde 1958. A sua visita foi preparada cuidadosamente pelas duas chancelarias. Num telegrama de Fevereiro desse ano, o Embaixador Homem de Mello indicava a Franco Nogueira os assuntos a tratar com o MNE alemão. Assim, Nogueira era aconselhado a forçar Schröder a ser mais flexível para com a política africana portuguesa, convencendo-o de que não teria que temer

represálias dos países africanos, relacionando o assunto com a reforma da NATO. Uma vez que a Alemanha, no desejo de se aproximar dos Estados Unidos, punha a hipótese de enviar apoio para o Vietname (apenas ajuda humanitária, nomeadamente através de envio de navios hospitalares), este poderia ser considerado como o primeiro passo da parte da RFA para perceber que a defesa do Ocidente contra o imperialismo comunista exige que se considere “política à escala mundial e não só europeia”. Deveria assumir-se uma posição favorável à reunificação alemã, mas sem referir o direito à autodeterminação do povo alemão, devido às consequências nefastas que teria para toda a argumentação colonial portuguesa, que negava precisamente o direito à autodeterminação dos povos coloniais. Em relação à política francesa (sobre a reforma da NATO e posterior saída dos franceses dos comandos militares do Pacto), havia que ter muito cuidado no que fosse dito, uma vez que Schröder era contrário à iniciativa gaulesa, por a considerar anti-alemã. Por outro lado, convinha que as estreitas relações luso-brasileiras fossem acentuadas, devido à importância do Brasil para os interesses alemães. No que diz respeito aos assuntos económicos, esperava-se um novo empréstimo de 50 milhões DM, mas apenas se a sua utilização fosse para obras de interesse social prático. Seria ainda necessário focar a integração europeia de Portugal e explicar a difícil situação dos produtos de exportação portugueses no mercado alemão depois da constituição da CEE<sup>281</sup>.

A visita de Schröder foi um sucesso para o governo português. Visitou a cidade de Lisboa, as OGMA e a Base Aérea de Beja, assim como outros pontos de interesse turístico. No comunicado final da visita foram realçados os aspectos principais das conversações tidas entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros alemão e português, nomeadamente a questão da reformulação da Aliança Atlântica – em que foi afirmado o comum acordo “em que o Pacto do Atlântico Norte tem respondido aos objectivos para os quais foi criado e que a sua eficácia futura dependerá de um sistema

---

<sup>281</sup> *Telegrama da Embaixada de Portugal na República Federal da Alemanha*, 6 de Fevereiro de 1966 – AHD-MNE, 2.º Piso, PEA, Maço 336.

de integração militar”. Um outro ponto focado durante a estadia do Ministro alemão foram as relações económicas luso-germânicas, tendo ficado definido que, no âmbito do Acordo de Cooperação Económica de 1959, a Alemanha procuraria “intensificar medidas” com o objectivo de “desenvolver a economia portuguesa”. Finalmente, era assegurado por parte do governo português a importância da reunificação alemã para o alívio da tensão na Europa e o reconhecimento do governo federal como único representante do povo alemão<sup>282</sup>.

Na véspera da publicação do comunicado oficial, Schröder concedeu uma conferência de imprensa aos jornalistas acreditados na capital portuguesa. Respondendo a várias questões, o ministro alemão referiu-se à política africana de Bona como tendo o objectivo, não exclusivo, mas sim geral, de “ganhar amigos na tese da reunificação”, não deixando nunca de realçar a preocupação alemã de “contribuir para a melhoria das condições de vida das populações”. Foi ainda perguntado a Schröder qual a posição que a RFA adoptaria nas votações de questões relativas à política colonial portuguesa, caso fosse membro das Nações Unidas. Schröder fugiu de dar uma resposta em concreto a esta questão, respondendo que tal problema só se poria no dia em que a Alemanha, como nação unificada, fosse admitida naquela organização, o que não tinha ainda acontecido. Ainda na conferência de imprensa foi levantado o problema da possível recusa do governo espanhol em autorizar o sobrevoo dos aviões alemães que se dirigissem para a Base de Beja, ou para reparações em Alverca. A resposta do ministro alemão foi de essas questões estavam já a ser tratadas “no melhor espírito de amizade e cooperação” com o governo espanhol.

Desta visita, Franco Nogueira afirmou que Schröder tinha deixado transparecer nas conversas que tinham tido “duas obsessões: a reunificação do seu país e a NATO”, mas o representante alemão tinha ficado fortemente impressionado com o grande conjunto de bases aéreas portuguesas, nomeadamente Beja, Montijo, Sintra e Ota. Como era já costume por parte

---

<sup>282</sup> *Diário de Notícias*, 27 de Março de 1966.

dos responsáveis portugueses, Franco Nogueira não deixou de aproveitar a oportunidade de salientar que todas aquelas bases constituíam um enorme alvo para o inimigo, ao que Schröder terá respondido que “toda a Europa Ocidental é um belo alvo”. Como se o Ministro português insistisse, dizendo que “Portugal só era um alvo” na medida em que dava apoio e fortalecia “os Estado Unidos, a França e a Alemanha”, o Ministro alemão pareceu querer *vingar-se* e perguntou quem “viria depois de Salazar, e se não receávamos que a oposição tomasse o poder”. Franco Nogueira respondeu que nem a oposição, caso tomasse o poder, podia facilmente alterar a política em África<sup>283</sup>.

## 1.2. A Visita de Franco Nogueira a Bona

As relações luso-alemãs continuaram favoráveis a Portugal e para tal contribuiu igualmente a visita do Ministro português dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, a Bona, cerca de seis meses depois da presença do seu homólogo alemão ter visitado Lisboa. Assim, entre 12 e 17 de Setembro de 1966, o ministro português esteve na Alemanha Federal, onde se encontrou com as mais altas individualidades alemãs, ao nível político e, especialmente, económico.

De acordo com o embaixador português em Bona, os assuntos a serem discutidos eram “os habituais”: as relações Este-Oeste, a possível aproximação entre a EFTA e a CEE, a questão da reunificação alemã, os problemas da NATO (nomeadamente ao nível da estrutura e do futuro da Aliança), a questão africana e, como não podia deixar de ser, as relações luso-alemãs, em termos de cooperação política, económica e financeira<sup>284</sup>.

---

<sup>283</sup> Franco Nogueira, *Um Político Confessa-se*, Editora Civilização, 3.ª Edição, Porto, 1987, p. 170.

<sup>284</sup> *Telegrama da Embaixada de Portugal em Bona*, 2 de Setembro de 1966 – AHD-MNE, PEA, Proc. n.º 332,30, Maço 336A.

Durante a sua estadia na República Federal, o Ministro português encontrou-se com o Chanceler Erhard, com o Burgomestre de Berlim, Willy Brandt, e com personalidades destacadas da vida económica alemã. A 14 de Setembro foi-lhe oferecido um banquete por Schröder, no qual esteve presente a “alta-roda da política, da finança e da economia da Alemanha Federal”<sup>285</sup> e representantes de empresas com interesses em Portugal, como Fritz Berg, Presidente da Federação das Indústrias alemã, vários membros do *Deutschebank*, Berthold Beitz, Director-Geral da *Krupp*, representantes da *Daimler-Benz* e da *Domag* e também ministros e ex-ministros, entre eles, Franz Josef Strauss<sup>286</sup>. Entre os assuntos tratados nesta ocasião salientam-se as relações económicas entre o Mercado Comum e a EFTA, ficando Franco Nogueira com a impressão de que os seus interlocutores julgavam “ser objectivo da Alemanha realizar através da Comunidade Económica Europeia o que Hitler não pode alcançar por força das armas”. Foi também discutido o futuro da NATO, transparecendo sempre um “forte sentimento anti-americano e anti-britânico”<sup>287</sup>. Também nas conversas que teve com o seu homólogo Gerhard Schröder, Franco Nogueira abordou o problema da NATO, aproveitando a ocasião para expor a política africana de Portugal, chamando a atenção para “a importância estratégica” dos territórios africanos portugueses para o Ocidente, ao mesmo tempo que sublinhava que nenhuma arma vendida pelos alemães tinha sido usada em África. Deste modo, Nogueira “assegurou a atitude favorável do governo federal perante a política portuguesa para África”<sup>288</sup>. Ainda no campo económico, Nogueira encontrou-se com Fritz Berg, o Presidente da Federação das Indústrias Alemãs, num jantar privado. De acordo com o próprio Ministro

---

<sup>285</sup> Franco Nogueira, *Um Político Confessa-se (Diário: 1960-1968)*, Ed. Civilização, Porto 1987, p. 190.

<sup>286</sup> *Telegrama da Embaixada de Portugal em Bona*, Setembro de 1966 – AHD-MNE, PEA, Proc. n.º 332,30, Maço 336A.

<sup>287</sup> Franco Nogueira, *Um Político Confessa-se*, p. 190.

<sup>288</sup> Thomas Schroers, *Die Aussenpolitik der Bundesrepublik Deutschland: Die Entwicklung der Beziehungen der Bundesrepublik Deutschland zur Portugiesischen Republik (1949-1976)*, p. 49.

português, aquele ter-lhe-ia dito que “em África, vocês, a Rodésia e a África do Sul já ganharam a partida. Sobretudo vocês, portugueses. Agora é uma questão de jeito e paciência”<sup>289</sup>.

O balanço que Franco Nogueira fez desta viagem foi positivo e o mesmo transpareceu do lado alemão<sup>290</sup>. Na verdade, as duas visitas ministeriais “tornaram claro o afecto da Alemanha Federal por Portugal, que se consumou numa aliança já de vários anos”<sup>291</sup>.

### 1.3. Um Novo Embaixador Alemão em Lisboa: Müller-Roschach

O ano de 1966, marcado por estas duas visitas ao mais alto nível, traduz a continuação das boas relações entre alemães e portugueses. Tal como fora dito nas instruções enviadas ao novo embaixador alemão em Lisboa, Müller-Roschach, as relações com Portugal eram de “tradicional amizade, mas não sem algumas dificuldades”. Uma das principais fontes de problemas era a política colonial e a insistência portuguesa em manter as suas possessões ultramarinas. De acordo com o ministro Schröder, a Alemanha Federal não podia apoiar a política ultramarina portuguesa, devido à sua “defesa do princípio da autodeterminação” e com “particular consideração” com as suas relações com os estados de África. Por outro lado, considerava o Ministro dos Negócios Estrangeiros, também não havia motivo para “criticar o governo português pela sua política africana, mesmo quando a consideramos ultrapassada”. Assim, uma das principais preocupações alemãs era a manutenção da ordem interna portuguesa, sendo o embaixador instruído a comunicar para o *Auswaertiges Amt* qualquer ameaça a essa estabilidade.

Uma outra preocupação do governo federal era a manutenção de Portugal na Aliança Atlântica. Nesse sentido, o embaixador deveria reforçar

---

<sup>289</sup> Franco Nogueira, *Um Político Confessa-se*, p. 194.

<sup>290</sup> Thomas Schroers, *op. cit.*, p. 50.

<sup>291</sup> *Relatório político do ano de 1966*, 3 de Abril de 1967 – PA-AA, B 26, 410.

este interesse alemão junto do governo português, “de modo a que sinta fortalecido o seu vínculo ao mundo livre”. No que dizia respeito à cooperação militar, o ministro deixava já entrever algumas dificuldades, nomeadamente ao nível da suspensão de certos projectos a estabelecer em Portugal. Seria de esperar, da parte dos portugueses, “pedidos de contrapartidas desavergonhados” (por exemplo, armas para África), uma vez que a Alemanha Federal estava “dependente da boa vontade” do governo de Oliveira Salazar, no que tocava à Base Aérea de Beja. Não obstante, o embaixador deveria opôr-se firmemente a estas iniciativas portuguesas, pois os responsáveis alemães viam a cooperação militar luso-alemã como algo decorrente da participação de ambos os países na NATO, o que anulava a hipótese de serem concedidas contrapartidas (se bem que toda a cooperação militar entre Portugal e a RFA fosse baseada nessa concessão de contrapartidas). No campo das relações comerciais e económicas o ministro alemão realçava a importância da emigração portuguesa para a Alemanha Federal e do turismo para a melhoria da balança comercial luso-germânica, ao mesmo tempo que expressava o seu desejo de intensificar as trocas comerciais com Portugal. No campo multilateral, o embaixador deveria assegurar ao governo português o facto de o governo federal “estar disposto a assegurar a defesa dos interesses de Portugal junto da CEE”. Também as relações culturais entre os dois países deveriam ser intensificadas<sup>292</sup>.

Como é visível, o objectivo do governo federal era o fortalecimento das relações luso-alemãs a todos os níveis. Podia não haver uma uniformidade entre os dois países relativamente à política africana, mas o princípio da lealdade mantinha-se, evitando ambos os governos criticarem-se publicamente. Tal como já foi repetido várias vezes neste trabalho, a posição alemã para com a política colonial portuguesa era de não defender, mas também não atacar, isto é, se por um lado não podia defendê-la publicamente, devido aos apelos que a própria RFA fazia ao direito à autodeterminação

---

<sup>292</sup> *Instruções para o novo embaixador em Lisboa, Müller-Roschach, 6 de Maio de 1966 – PA-AA, B 26, 340.*

de Berlim e às boas relações que procurava ter com os estados africanos, também não atacava internacionalmente a decisão portuguesa de lutar pela manutenção das suas possessões ultramarinas, chegando mesmo a auxiliar Portugal ao nível militar e financeiro.

## 1.4. A Queda do Governo de Erhard e a Grande Coligação

No entanto, as condicionantes internacionais da República Federal da Alemanha eram, como se sabe, singulares. À medida que a *détente* se tornava um caminho a seguir, procurado inclusivamente pelos EUA e URSS, a Alemanha Federal não podia ficar imóvel. As iniciativas de aproximação ao Leste começaram a sentir-se, nomeadamente através do estabelecimento de relações comerciais.

Ao mesmo tempo, as divisões em termos de política externa agravavam-se e as relações entre a CDU/CSU e o FDP, que formavam a coligação de governo, conheciam graves discrepâncias em termos de objectivos a seguir na política de Leste. Ou seja, havia dentro da coligação governamental uma clivagem ideológica bastante acentuada. O principal problema entre os dois partidos de governo era precisamente a política de aproximação à Europa de Leste. De acordo com as alas mais conservadoras da CDU/CSU, a política seguida até aí era já excessiva. Por outro lado, de acordo com o FDP, as iniciativas de Erhard não estavam a motivar realmente uma aproximação ao Leste, pelo que este partido exigia mais empenho. Simultaneamente, as divisões entre «gaullistas» e «atlantistas», dentro dos dois partidos de governo, provocaram uma dificuldade de decisão ao nível da política interna<sup>293</sup>. Todos estes elementos juntos provocaram a saída do FDP

---

<sup>293</sup> As divisões entre elementos pró-franceses e pró-americanos existiam dentro dos dois partidos, atravessavam-nos horizontalmente, isto é, quer dentro da CDU-CSU, quer no seio do FDP existiam gaullistas e atlantistas, que chegavam inclusivamente a defender medidas que quer a França, quer os EUA já tinham desistido. Cf. Wolfram F. Hanrieder, *Germany, America, Europe. Forty Years of German Foreign Policy*, Yale University Press, Londres, 1989, pp. 179-195.

da coligação governamental, levando à queda do governo de Erhard e à nomeação de um novo Chanceler pelo Parlamento Federal. A escolha recaiu sobre Kurt-Georg Kiesinger, da CDU/CSU, que decidiu formar governo em coligação com o Partido Social-Democrata Alemão, o SPD. Esta histórica aliança ficaria conhecida como a *Grande Coligação* e teria repercussões em toda a política externa alemã. O titular da pasta dos Negócios Estrangeiros passava a ser Willy Brandt, o anterior burgomestre da cidade de Berlim, que iria encetar uma política de clara aproximação aos países de Leste, a chamada *Ostpolitik*. Esta nova postura internacional, aliada a sérios problemas financeiros e económicos da Alemanha Federal (que obrigaram a um corte nas despesas militares alemãs), abalaram as relações entre Portugal e a República Federal da Alemanha. O que nos propomos no próximo capítulo é a analisar essas consequências.



## 2. 1967-1968: O Arrefecimento das Relações Luso-Alemãs

### Capítulo II

A partir de finais de 1966 deu-se uma “profunda modificação na importância” atribuída a Portugal pela RFA, mais visível no campo da cooperação militar, mas sentida em todos os aspectos das relações luso-alemãs<sup>294</sup>. Esta modificação justificou-se por razões de ordem económica, devido à crise que assolou a Alemanha Federal, mas também teve na sua origem uma alteração político-estratégica da própria RFA.

Em finais de 1966, a Alemanha Federal atravessava uma crise económica sem antecedentes. Esta crise obrigou a “drásticas reduções orçamentais”, em especial ao nível militar. Estes cortes por seu turno tiveram consequências directas nas relações luso-germânicas, pois tornaram cada vez mais difícil a “aquisição pela RFA de munições de fabrico português”<sup>295</sup>. Também o embaixador alemão em Lisboa reconhecia que os cortes no orçamento do Ministério da Defesa Federal constituíram “uma agravante” na cooperação militar entre os dois países, que levaria ao “abandono ou pelo menos redução da posição militar alemã em Portugal”<sup>296</sup>. No entanto, não seriam só os cortes orçamentais a provocar dificuldades nas relações militares luso-alemãs. Essencialmente, essas dificuldades deveram-se a mudanças “político-estratégicas” quer da RFA, em termos das suas opções de política externa, quer também ao nível da Aliança Atlântica, que definiu novas prioridades no seu conceito de defesa.

---

<sup>294</sup> *Memorial sobre as Relações Militares Luso-alemãs*, 19 de Janeiro de 1968 – AHD-MNE, PEA, Proc. n.º 332,30, Maço 337.

<sup>295</sup> *Aerograma n.º A-11 recebido da Embaixada de Portugal em Bona*, 10 de Julho de 1967 – AHD-MNE, PAA, Proc. n.º 922, Maço 281.

<sup>296</sup> *Relatório político do ano de 1967*, 4 de Março de 1968 – PA-AA, B 26, 408.

Como se referiu atrás, em Dezembro de 1966, subia ao poder da RFA um governo de coligação entre a CDU-CSU e o SPD, que tinha como chefe de governo o Chanceler Kurt-Georg Kiesinger, da CDU, e como Ministro dos Negócios Estrangeiros o líder do SPD, e até aí Burgomestre de Berlim, Willy Brandt. Nas restantes pastas salientamos a presença do ex-ministro dos Estrangeiros Gerhard Schröder no Ministério da Defesa, e de Franz Josef Strauss como titular da pasta das Finanças. A chegada da Grande Coligação, como ficou conhecida, ao governo da Alemanha Federal originou uma renovação da política externa alemã, que se caracterizou por um novo fôlego na aproximação à Europa de Leste e à União Soviética. Desde 1963 que a Alemanha ocidental tentava estabelecer contactos com os países de leste, nomeadamente através da diplomacia comercial. No entanto, as iniciativas alemãs haviam sempre sido incipientes e hesitantes, pois partiam do princípio que a RFA era a única representante do povo alemão. Quando tomou posse, o novo Chanceler federal defendeu uma melhoria das relações com a URSS e afirmou a determinação da República Federal em colaborar “com todos os povos em compreensão e confiança e em estabelecer relações diplomáticas com os países do Leste”. Assim, os objectivos da política externa do novo governo de Kiesinger eram “melhorar as relações com a França, diminuir a tensão com o Leste e olhar de uma nova forma para o problema da reunificação”<sup>297</sup>. Era uma política de Leste “mais flexível e credível”, devido essencialmente a uma “nova concepção, um outro nível de linguagem e a um novo conteúdo”<sup>298</sup>. A aplicação prática destes princípios deu-se logo em 1967, com o estabelecimento de relações comerciais com a Roménia, a Checoslováquia e a Jugoslávia e iria ser aprofundada até ao ano de 1969, a partir do qual se estabelece uma verdadeira *Ostpolitik*, com a ascensão de Willy Brandt

---

<sup>297</sup> Teresa Gomes, *A Influência Política e Económica da Alemanha na Europa (1945-1995)*, Ed. Pedro Ferreira, Lisboa, 1997, p. 91.

<sup>298</sup> Christian Hacke, *Die Aussenpolitik der Bundesrepublik Deutschland. Von Konrad Adenauer bis Gerhard Schröder*, Ullstein Verlag, Frankfurt, 2003, p. 139.

à Chancelaria Federal e com o SPD a formar, pela primeira vez na sua história, um governo de maioria, sem necessitar de se coligar com mais nenhum partido.

As primeiras reacções do embaixador português em Bona ao novo gabinete de Kiesinger foram, no entanto, favoráveis. Com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, Homem de Mello afirmava ter boas relações, para o que tinha contribuído o desenvolvimento da situação em África, em que se comprovava que Portugal defendia os “interesses vitais do Ocidente”, e também algumas “desilusões sofridas pela diplomacia alemã na sua política de captação do «Terceiro Mundo»”, pois, apesar de ter conseguido que esses estados não reconhecessem a República Democrática Alemã, “não alcançou garantias de apoio” na questão alemã e “colocou o governo de Bona perante constantes ameaças de chantagem”. Ao nível dos contactos pessoais, o embaixador português assegurava que alguns dos “principais elementos” do Ministério dos Estrangeiros eram favoráveis à posição portuguesa. No que dizia respeito à Chancelaria, o próprio Chanceler Kiesinger tinha já confirmado “por escrito e verbalmente” o seu apoio ao governo português. De qualquer modo, quer através dos dois secretários de Estado da Chancelaria, quer através de um amigo íntimo do próprio Kiesinger, Homem de Mello poderia “chegar rapidamente junto do Chanceler”. Apesar das já referidas dificuldades económicas do Ministério da Defesa Federal, que tornavam “difícil de harmonizar” as opiniões alemãs e portuguesas relativamente “à colaboração no campo da defesa”, o facto de o Ministro ser Gerhard Schröder, o antigo ministro dos Estrangeiros, tornava as relações “mais cordiais”. Igualmente no campo dos assuntos económico-financeiros, as relações da Embaixada portuguesa eram favoráveis aos interesses do governo português, sendo de realçar a tutela do Ministério das Finanças por parte de Franz Josef Strauss, que devido à “sua sincera amizade por Portugal” tinha já dado “inequívocas provas de simpatia” pelo governo de Salazar. Relativamente aos restantes ministérios, Homem de Melo assegurava que poderia a qualquer momento intervir no sentido dos interesses portugueses. A juntar a estes membros do novo governo federal, o embaixador

português realçava ainda “os laços de amizade” que ligavam Portugal e os Presidente e Vice-Presidente do *Bundestag*, Eugen Gerstenmaier e Richard Jaeger, respectivamente<sup>299</sup>.

Também o embaixador alemão em Lisboa, Müller-Roschach, afirmava que a reacção portuguesa à *Ostpolitik* alemã era de “compreensão e consentimento”. Deprendemos assim que o real impacto em Portugal desta nova posição alemã perante a Europa de Leste e a República Democrática Alemã foi no âmbito das relações militares. Ou seja, a política de aproximação ao leste europeu parece não ter levantado no governo português grandes problemas, com a excepção das consequências que trouxe para a cooperação militar luso-germânica.

## 2.1. A Redução do Projecto da Base de Beja

Assim, podemos dizer que uma das principais «vítimas» desta mudança foi a Base de Beja. Na realidade, não só o governo alemão tinha de “prestar mais atenção” à sua posição externa e “satisfazer o que a comunidade internacional considerava ser os «justos anseios» dos povos africanos”<sup>300</sup>, mas também porque se deu uma alteração fundamental no conceito estratégico de defesa da própria NATO. Na verdade, a obtenção da paridade nuclear entre as duas superpotências levou a Aliança Atlântica a apostar numa “estratégia de resposta flexível”, ou seja, uma resposta imediata, com todas as forças, logo no início do conflito, de modo a evitar o confronto nuclear, que levaria a uma destruição maciça de ambos os lados. Esta estratégia de resposta flexível relegava para segundo plano a rede de apoio logístico na retaguarda, da qual Portugal era parte integrante, e que era a

---

<sup>299</sup> *Aerograma n.º A-11 recebido da Embaixada de Portugal em Bona*, 10 de Julho de 1967 – AHD-MNE, PAA, Proc. n.º 922, Maço 281.

<sup>300</sup> António Telo, “A Europa e a Questão Alemã”, in *Política Internacional*, vol. 1, n.º 13, Outono-Inverno, 1996, p. 142.

razão do estabelecimento da base alemã em Beja<sup>301</sup>. Um outro aspecto que veio dificultar em muito a utilização da base aérea de Beja foi a retirada da França da Estrutura Militar da NATO, ainda em 1966, por divergências relativamente ao futuro da organização da Aliança Atlântica. A saída da França criou sérias dificuldades a Portugal, nomeadamente devido à questão do sobrevoo do seu território pelos aviões alemães, em trânsito para Portugal. A recusa francesa em passar autorizações automáticas de sobrevoo, que se iria repetir do lado do governo espanhol, obrigando a Força Aérea alemã a pedir as autorizações “caso a caso”, tornou muito demorado e complicado a chegada dos aviões alemães a Portugal<sup>302</sup>, o que veio a prejudicar tanto o funcionamento da Base de Beja como do projecto «Triton»<sup>303</sup>, pelo qual as OGMA estavam encarregues da manutenção e reparação dos aviões alemães a jacto F-104, os mais modernos da época<sup>304</sup>. Para finalizar, de acordo com o historiador António José Telo, a Alemanha Federal assinou, em finais dos anos sessenta, um acordo com os Estados Unidos que “lhe garante o treino completo dos seus pilotos” em solo americano<sup>305</sup>.

Tendo em conta todas estas circunstâncias, o projecto de Beja tornou-se muito menos ambicioso, sofrendo reduções especialmente ao nível das

---

<sup>301</sup> Idem, p. 141.

<sup>302</sup> Do Adido Militar da Embaixada portuguesa em Washington vinham também notícias que confirmavam que os “alemães não conseguem autorização de sobrevoo nem da França nem da Espanha, o que invalida a importância da Base”, 5 de Setembro de 1968 – AHD-MNE, PEA, Proc. n.º 332,30, Maço 337.

<sup>303</sup> O acordo relativo ao Projecto «Triton» foi assinado em Abril de 1965. O projecto teve de ser abandonado depois de terem sido construídos vários edifícios que “ficaram por acabar e equipar”, devido ao facto de as autoridades alemãs terem concluído “não ser rentável a conclusão do projecto e a sua exploração”. O acordo de rescisão foi assinado em 1970, com um custo de 183.750 contos (valor de 1970). Cf. *Descrição Sumária dos Acordos e Estimativas de custo de infraestruturas previstas e não executadas no âmbito dos Acordos Militares Luso-alemães*, Dezembro de 1976 – AHFA-EMFA, Acordos Luso-alemães, Dossier II.

<sup>304</sup> Cf. António Telo, “A Europa e a Questão Alemã...”, p. 142 e Artur Pais, *Contributos para a História da Base Aérea n.º 11 e do Projecto do Aeroporto Civil de Beja*, Beja, Edição do Autor, 2000, p. 58.

<sup>305</sup> António Telo, “A Europa e a Questão Alemã...”, p. 141.

infra-estruturas. Na verdade, em 1968 era esperado que fossem concluídas apenas aquelas que se encontrassem “em nítida fase de acabamento”, sendo as restantes construções remetidas para um “acondicionamento, em termos de poderem ser conservadas” ou, caso se encontrassem ainda em projecto, seriam “suspensas”. Assim, o Bairro Residencial de Beja seria “inaproveitado em extensão significativa”, pois os efectivos alemães aí colocados seriam apenas “os necessários a uma operação sumária da Base”, e os acordos relativos aos equipamentos de apoio ao funcionamento da Zona Residencial de Beja seriam “congelados”, nomeadamente os acordos referentes à construção do hospital e do depósito de Castelões.

No entanto, as autoridades alemãs tinham consciência das dificuldades geradas com a redução do projecto de Beja e procuraram compensar o governo português. Nesse sentido, em Outubro de 1967, foi estudada a hipótese de serem vendidos a Portugal entre 30 a 50 aviões DO-27. Chamado a dar o seu parecer, o Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão dividiu-se relativamente ao futuro desta venda. Por um lado, a venda destes aparelhos parecia ser o “mais apropriado e eficaz objecto de compensação” para o governo português, que poderia diminuir o impacto negativo que a redução do projecto de Beja traria para as relações luso-alemãs. Ao mesmo tempo, não havia ainda “provas contundentes do envio de aviões deste tipo para África” e tal era interdito pela cláusula, negociada em 1965 e ainda em vigor, em como os aparelhos se destinavam exclusivamente a Portugal para defesa no âmbito da NATO. Por outro lado, outro sector do *Auswaertiges Amt* considerava que o facto da venda destes aviões a Portugal, com o objectivo de aliviar as relações entre os dois países, não compensava o “agravamento da posição alemã junto dos estados africanos”. A venda dos DO-27 era assim de se recusar. A posição final do Ministério dos Negócios Estrangeiros federal pautou-se por um compromisso entre estes dois argumentos. O Ministério da Defesa alemão deveria recusar a venda dos aviões durante as negociações com os representantes portugueses. No entanto, caso se sentisse que o lado português dava “um peso decisivo ao fornecimento dos aviões, e em troca estivesse

disposto a fazer concessões nas questões legais relacionadas com Beja”, poderia acontecer um envio de, “no máximo, 50 aviões”<sup>306</sup>. Não sabemos como decorreram as negociações, mas de acordo com um documento da 21.ª reunião da Comissão Mista Luso-alemã, foi proposta a Portugal a compra de 30 aviões DO-27, “usados mas operacionais”, assim como se possibilitou a negociação directa entre a Dornier e o governo português para o “fabrico, sob licença, do DO-27 em Portugal”. A RFA tinha ainda apresentado ao governo português “uma oferta de venda de equipamento especial” que, no entanto, não vem discriminada<sup>307</sup>.

Percebemos assim, através da atitude do governo federal, que Portugal continuava a ser um aliado importante. Apesar de a Base Aérea de Beja ter perdido muito do seu significado estratégico e de o governo alemão ter reduzido substancialmente os investimentos naquele empreendimento, tal não significou que recusasse totalmente o fornecimento de aviões a Portugal. A situação da Base de Beja ficaria resolvida pela assinatura de vários acordos em Dezembro de 1968, já com Marcelo Caetano como Presidente do Conselho, relativos à regulamentação definitiva do pessoal alemão e português a trabalhar na Base, ao pagamento das rendas e à validade dos acordos bilaterais assinados entre os governos alemão e português. Quanto a este último ponto, a sua assinatura em 1968, isto é, um ano antes do prazo previsto<sup>308</sup>, deveu-se ao facto de as autoridades alemãs recearem que “acabando a NATO, fosse também posto o fim aos acordos bilaterais”, temendo os germânicos ainda que pelo facto de as guerras coloniais portuguesas serem “mal aceites pela NATO, Portugal pudesse ser levado a abandonar esta organização”. Assim, os acordos bilaterais luso-alemães passaram a ter uma validade de dez anos, até 1978,

---

<sup>306</sup> *Parecer do Ministério dos Negócios Estrangeiros Federal*, 26 de Outubro de 1967 – PA-AA, B 26, 400.

<sup>307</sup> *Anexo 4 ao Protocolo da 21ª Reunião da Comissão Mista Luso-alemã*, 21 de Março de 1968 – AHFA-EMFA, Proc. n.º 551,13, Acordos Luso-alemães, Pasta 01.

<sup>308</sup> Os acordos bilaterais assinados entre Portugal e a República Federal tinham um prazo de vigência idêntico ao do Tratado do Atlântico Norte, ou seja, até 1969.

sendo que, caso nenhuma das partes quisesse rescindir os acordos, estes seriam “automaticamente prorrogados por mais três anos, até Agosto de 1981”<sup>309</sup>.

Já em 1969, numa nota do Ministério dos Estrangeiros alemão, era definida a posição do governo federal em relação à Base de Beja. Um dos pontos principais que tinha sido defendido pelas autoridades alemãs era que a continuação da utilização das instalações de Beja não comprometia a República Federal com o fornecimento de material militar a Portugal. Na verdade, os responsáveis alemães reservavam-se o direito de “decidir caso a caso o fornecimento de qualquer tipo de material militar”, o qual estava ainda sujeito a uma cláusula – a mesma desde 1965. A Base de Beja não seria assim usada na formação dos homens da *Luftwaffe*, e teria apenas um “significado logístico, especialmente em tempo de guerra”<sup>310</sup>. Por fim, em Maio de 1969, foi assinado um acordo sobre a utilização da Base por companhias civis de aviação, de modo a “dar uma utilidade mínima às dispendiosas infra-estruturas” já construídas<sup>311</sup>. Este acordo permitia às companhias aéreas nacionais dos dois países – *Lufthansa* e TAP – a utilização da base para treino dos seus pilotos.

A Base Aérea de Beja, que nasceu com o objectivo de abastecer e apoiar a República Federal da Alemanha em caso de guerra, em 1960, acabava agora, cerca de dez anos depois, por se tornar um aeródromo de treino dos pilotos de companhias de aviação civil. No entanto, o mais importante para a compreensão das relações luso-alemãs não é certamente a utilização dada à Base Aérea n.º 11, mas sim as contrapartidas que a sua concessão às Forças Armadas alemãs significou para o governo português. Acima de tudo, é de se realçar a cedência e venda de cerca

---

<sup>309</sup> *Descrição Sumária dos Acordos*, Dezembro de 1976 – AHFA-EMFA, Acordos Luso-alemães, Dossier II.

<sup>310</sup> *Nota do Ministério dos Negócios Estrangeiros Federal sobre a Base de Beja*, 17 de Abril de 1969 – PA-AA, B 26, 400.

<sup>311</sup> Artur Pais, *Contributos para a história da Base Aérea n.º 11*, p. 60.

de 226 aviões<sup>312</sup>, de material de guerra diverso, com uma chamada de atenção para importância das espingardas G-3 e das metralhadoras MG-42, e da possibilidade de produzir em estabelecimentos nacionais munições e mesmo armas completas com base nas encomendas alemãs de material<sup>313</sup>. O facto de grande parte deste material ter sido comprado e produzido a baixo custo para o estado português evidencia ainda mais a boa vontade alemã perante o governo português.

Consequentemente, o fornecimento de armamento a Portugal tornou-se cada vez mais difícil. A posição do Ministério dos Negócios Estrangeiros federal revelava-se agora mais contrária à política portuguesa e cada pedido era analisado detalhadamente. No entanto, as autoridades alemãs não deixaram de conceder a Portugal alguns equipamentos militares, já no final da década de sessenta. Na verdade, durante as conversações tidas entre os representantes dos dois ministérios da Defesa, em Novembro de 1967 e em Março de 1968, aquando da assinatura do já referido acordo para a venda a Portugal de 30 DO-27, tinham sido acordadas cláusulas através das quais o governo alemão se disponibilizava, de modo a “aumentar o potencial defensivo português”, a fornecer “de tempos a tempos, material excedente das suas Forças Armadas”. Marcelo Caetano estava disposto a abandonar a postura intransigente de Oliveira Salazar, que considerava uma obrigação da Alemanha o fornecimento de armamento a Portugal, como contrapartida da utilização da Base de Beja. Esta nova atitude era considerada pelos alemães uma vantagem para Portugal. Assim, tinha sido possível a resolução do problema de Beja de acordo com a vontade alemã, pelo que a questão do armamento deveria ter em conta a postura de Marcelo Caetano. O que levava a que “os compromissos alemães sejam

---

<sup>312</sup> Mais especificamente, e até 1976, “106 DO-27, 70 T-6, 40 Fiat G91 e 10 Noratlas”, que geralmente vinham com o respectivo material sobressalente para dois anos. *Elementos Diversos*, Dezembro de 1976 – AHFA-EMFA, Acordos Luso-alemães, Dossier II.

<sup>313</sup> *Memorial sobre as Relações Militares Luso-alemãs*, 19 de Janeiro de 1968 – AHD-MNE, PEA, Proc. n.º 332,30, Maço 337.

honrados” e os fornecimentos de munições e armamentos pedidos por Portugal fossem concretizados. Adicionalmente, estes fornecimentos eram os “únicos elementos” que mantinham as relações militares e económicas entre os dois países<sup>314</sup>.

Apesar de se manterem os fornecimentos de equipamento militar, o simples facto de se analisar demoradamente os pedidos de Portugal reflectia também um aumento da preocupação do Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão relativamente a esta questão. Até aqui, desde que Portugal reafirmasse a cláusula relativa ao destino final do equipamento – uso exclusivamente defensivo no âmbito do espírito da NATO – os fornecimentos eram concretizados. Por seu lado, a chegada de Willy Brandt ao *Auswaertiges Amt* provocou uma revisão das relações militares luso-alemãs, de que resultou uma diminuição das vendas a Portugal de material militar e a redução drástica do projecto de Beja. Podemos tentar inserir esta alteração da política alemã para com Portugal no panorama geral do contexto internacional dos finais dos anos 60. De acordo com vários autores, o ambiente internacional à volta da questão portuguesa estava, à altura da tomada de posse de Marcelo Caetano, cada vez mais “desconfortável”<sup>315</sup>, de modo que nem a “manobra diplomática mais sofisticada”<sup>316</sup> poderia ter mudado a opinião internacional.

Ao mesmo tempo que Portugal insistia em manter um conflito que se arrastava já há sete anos, o ambiente da Guerra Fria alterara-se profundamente. A manutenção do *status quo* e a procura da *détente*, não só pela República Federal com a *Ostpolitik*, mas também pela presidência de

---

<sup>314</sup> Nota do Ministério dos Negócios Estrangeiros Federal, 13 de Janeiro de 1969 – PA-AA, B 26, 400.

<sup>315</sup> Pedro Oliveira, “A Política Externa do Marcelismo: A questão Africana” in Fernando Martins (ed.), *Diplomacia & Guerra: Política Externa e Política de Defesa em Portugal. Do final da Monarquia ao Marcelismo*, Edições Colibri – CIDEHUS-Universidade de Évora, Lisboa, 2000, p. 239.

<sup>316</sup> Norrie MacQueen, “As Guerras Coloniais” in Fernando Rosas e Pedro Aires de Oliveira (eds), *A Transição Falhada. O Marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, Editorial Notícias, Lisboa, 2004, pp. 286.

Johnson nos EUA, levou a que fossem aceites as esferas de influência dos dois blocos, de modo que a periferia perdia a sua importância. Uma outra diferença realçada por Norrie MacQueen foi a ascensão da social-democracia na Europa. Mesmo que não fossem governados por governos sociais-democratas, os países europeus reforçaram, no final dos anos sessenta, os princípios da liberalização social e política, o “que serviu para marginalizar cada vez mais as ditaduras” como Portugal<sup>317</sup>. É neste contexto internacional que se dá a chegada ao poder de Marcelo Caetano, sucedendo a Oliveira Salazar, nomeado pelo Presidente da República como Presidente do Conselho, em Setembro de 1968.

## 2.2. A Sucessão de Salazar

Oliveira Salazar foi destituído das funções de Presidente do Conselho de Ministros pelo Presidente da República, Américo Thomaz, a 27 de Setembro de 1968, devido a problemas de saúde que o deixaram incapacitado para continuar no cargo que ocupava já há 36 anos. Era o fim do reinado de um homem muito respeitado pelos responsáveis alemães. Desde meados da década de cinquenta que eram proferidas palavras elogiosas à actuação de Salazar no “renascimento político do país”, que não seria possível sem a “sábua e astuta direcção do vosso venerado Presidente do Conselho”<sup>318</sup>. Alguns meses mais tarde, de novo o ministro dos Estrangeiros alemão, von Brentano, voltava a elogiar Salazar, desta vez perante o seu homólogo português, de visita a Bona. De acordo com o Ministro alemão, “a calma, o critério, a reflexão e o sentido das responsabilidades” faziam de Oliveira Salazar “um grande estadista”<sup>319</sup>. O “grande estadista” era agora substituído

---

<sup>317</sup> Idem, p. 287.

<sup>318</sup> Palavras de Heinrich von Brentano, Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, durante a sua visita a Lisboa em Abril de 1958. *Diário de Notícias*, 2 de Abril de 1958.

<sup>319</sup> *Diário de Notícias*, 2 de Outubro de 1959.

nas suas funções de Presidente do Conselho de Ministros pelo antigo ministro da Presidência e Reitor da Universidade de Lisboa, Marcelo Caetano.

Desde 1956 que Caetano era apontado pelos responsáveis alemães (quer pelo embaixador em Lisboa, como pelo *Auswaertiges Amt*) como o mais provável sucessor de Salazar na chefia do governo português. Na verdade, desde esta altura que os representantes alemães em Lisboa equacionavam a questão da sucessão de Salazar, procurando sempre avaliar as consequências que tal acontecimento teria para a política interna portuguesa. As impressões do embaixador alemão acerca da personalidade de Caetano eram as mais positivas. Tal como algumas esferas políticas nacionais, também o embaixador alemão esperava da parte de Marcelo Caetano “um caminho para uma maior liberdade e justiça social, para uma abertura de Portugal em direcção à democracia parlamentar”. O novo Presidente do Conselho era descrito pelo embaixador da RFA em Lisboa como um homem que, apesar de na sua juventude ter sido um “fervoroso apoiante de Salazar, distanciou-se dele cada vez mais”<sup>320</sup>, sendo mesmo caracterizado como um “exilado sem ter saído do país”<sup>321</sup>. Como foi referido, já nos finais da década de cinquenta era Marcelo Caetano quem era apontado como o provável sucessor de Oliveira Salazar, essencialmente porque era o titular da pasta da Presidência. Já em 1957 Caetano simbolizava uma lufada de ar fresco no Estado Novo e a sua possível subida ao poder satisfazia “não só as esperanças da oposição, como também as diferentes correntes de opinião dentro do próprio partido”<sup>322</sup>.

Em 1968, o Embaixador Müller-Roschach esperava que Marcelo Caetano tomasse várias medidas que, apesar de certamente provocarem resistências, nomeadamente no campo da extrema-direita e dos defensores da

---

<sup>320</sup> *Telegrama n.º 314 da Embaixada da República Federal da Alemanha para o Auswaertiges Amt*, 26 de Setembro de 1968 – PA-AA, B 26, 408.

<sup>321</sup> *Relatório político do ano de 1967*, 4 de Março de 1968 – PA-AA, B 26, 408.

<sup>322</sup> *Ofício do Embaixador da República Federal da Alemanha em Lisboa*, 10 de Abril de 1957 – PA-AA, B 26, 21.

“situação”, eram sem dúvida inovadoras. Assim, era esperado que Caetano adaptasse à realidade o texto da Constituição de 1933, nomeadamente no que dizia respeito “às liberdades cívicas previstas, particularmente as eleições livres”. Seria também de esperar o fim do corporativismo estatal, que seria substituído pelo “corporativismo de livre associação”, sendo igualmente prevista a liberdade de associação dos trabalhadores, que “possivelmente levaria ao fim das consequências penais da proibição de greve”. Para além da expectativa de uma mais clara separação entre o Estado e Igreja, com uma maior liberdade de culto, o embaixador alemão acreditava ainda que a imprensa seria “progressivamente libertada das suas restrições”, isto é, a censura à imprensa portuguesa seria eliminada. No campo da política externa o representante alemão em Lisboa não previa “alterações de fundo”, particularmente no que se referia às relações luso-alemãs. Também em relação à política ultramarina de Caetano não se esperava qualquer mudança, a menos que se tratassem de alterações no campo administrativo, que teriam “o objectivo de acelerar a integração social e cultural da população negra”. Em relação ao novo gabinete de Marcelo Caetano, o embaixador salientava apenas que a maior parte dos ministros se tinham mantido e referia alguns dados sobre o novo ministro da Defesa Nacional, o anterior Chefe de Estado-Maior do Exército, Viana Rebelo<sup>323</sup>. Percebemos assim que a chegada ao governo de Marcelo Caetano trouxe aos governantes da República Federal uma grande dose de esperança acerca das suas capacidades reformistas.

No seu discurso de abertura da Assembleia Nacional, Caetano deixou igualmente antever algum reformismo. De acordo com o novo chefe de governo português, o futuro de Portugal deveria “consistir em três princípios: defesa, prosperidade económica e desenvolvimento social”. No campo da economia, Müller-Roschach realçava a “intervenção de vários economistas nacionais” no discurso de Caetano. Na verdade, o aspecto económico deste

---

<sup>323</sup> *Telegrama n.º 314 da Embaixada da República Federal da Alemanha para o Auswaertiges Amt*, 26 de Setembro de 1968 – PA-AA, B 26, 408.

discurso mereceu grande atenção por parte do embaixador alemão, particularmente as implicações sociais das medidas de fomento e de desenvolvimento anunciadas pelo novo Presidente do Conselho. O representante alemão em Portugal terminava a sua análise do discurso de Caetano com considerações acerca do sucesso que tais políticas obteriam. Esse sucesso dependeria mais “dos apoios internos e externos” do que no tempo de Salazar. No entanto, à excepção da “extrema-direita e da esquerda comunista”, Marcelo Caetano tinha a grande maioria da população a apoiá-lo. Assim, a ajuda dada pela Alemanha às áreas rurais e atrasadas de Portugal deveria “ter agora melhores condições para um aproveitamento ainda mais favorável”, ficando assim aberta a porta para um maior investimento alemão em Portugal<sup>324</sup>.

## 2.3. Conclusões

Através deste breve capítulo, em que procurámos realçar os primeiros sinais de algumas modificações na política alemã para com Portugal, julgamos ter demonstrado que, apesar de continuarem favoráveis ao regime português, as relações luso-alemãs sofreram algumas mutações. A primeira destas mutações dá-se logo na Base de Beja. A sua redução afectou o peso estratégico de Portugal para a RFA e tornou mais complicada para o governo português a exigência de contrapartidas pela cedência de facilidades em vários domínios às Forças Armadas alemãs. No entanto, como vimos, até a redução do projecto de Beja permitiu ao governo português obter mais 30 aparelhos DO-27.

Em segundo lugar, a expectativa de reformas no sistema político português na sequência da chegada ao poder de Marcelo Caetano deixou em aberto uma nova oportunidade para investimentos alemães em Portugal.

---

<sup>324</sup> *Ofício da Embaixada da República Federal da Alemanha em Lisboa*, 4 de Dezembro de 1968 – PA-AA, B 26, 408.

Porém, o estudo das relações entre Portugal e a República Federal na década de 1970 ultrapassa já largamente aquilo que aqui nos propomos, pelo que será uma questão deixada em aberto.

Consideramos estes últimos anos da década de sessenta como o “princípio do fim”, uma vez que nos parece haver uma redução do interesse alemão em Portugal, substituído pela maior atenção dada às relações com os países de Leste, linha principal da política externa do governo da Grande Coligação. Não serão os momentos finais da estreita cooperação luso-alemã, no entanto, os «anos de ouro» das relações entre Portugal e a República Federal da Alemanha estavam já a ficar para trás.



## Conclusões

Através do que foi dito nos capítulos precedentes, procurámos neste trabalho descrever as relações entre Portugal e a República Federal da Alemanha entre os anos de 1958 e 1968. Neste período, estes dois países sofreram diferentes evoluções relativamente à sua política interna e à sua posição ao nível internacional. Portugal sofreu as mais graves crises que o regime tinha alguma vez passado. O turbilhão resultante das eleições presidenciais de 1958, o assalto ao paquete *Santa Maria* e o simultâneo deflagrar das revoltas em Angola e, por fim, a tentativa de golpe de estado pelo ministro da Defesa Nacional, Júlio Botelho Moniz, fizeram com que este período fosse chamado o princípio do fim do Estado Novo. O regime sobreviveria mais dezasseis anos, sem nunca sarar totalmente a ferida aberta pelo deflagrar das guerras coloniais. A partir de 1961, Oliveira Salazar foi confrontado com o distanciamento dos seus principais aliados – Estados Unidos e Inglaterra – e obrigado a encetar uma “verdadeira inversão de alianças”<sup>325</sup>, aproximando-se da França e da República Federal da Alemanha, que lhe concederam apoio político e militar.

Por seu lado, a República Federal da Alemanha, formada em 1949 como consequência das mudanças do sistema internacional e do desenvolvimento da Guerra Fria, procurava também assumir-se e impor-se nesse mesmo sistema internacional. Num primeiro momento, a inserção da RFA no bloco ocidental assentou em dois pilares: o primeiro, foi o entendimento prioritário com os EUA, como base da autonomia alemã e como único modo de obter os meios necessários para o renascimento da sua indústria pesada e para a recuperação da sua economia, que chegaram do Plano Marshall, e através da integração da Alemanha Ocidental na NATO. A República Fe-

---

<sup>325</sup> António José Telo, “As Guerras de África e a Mudança nos Apoios Internacionais de Portugal” in *Revista História das Ideias*, vol. 16, 1994, p. 367.

deral tornou-se o mais firme defensor da formação do bloco ocidental e o aliado privilegiado dos EUA na Europa Continental. O segundo pilar da estratégia ocidental alemã consistia no entendimento continental com a França, como base de uma união europeia. Konrad Adenauer compreendia a segurança da Alemanha como estando integrada na segurança da Europa, e a segurança desta era indissociável do sistema defensivo americano. Ao longo da década de sessenta, os Estados Unidos mudaram a sua posição relativamente ao desenvolvimento da Guerra Fria, e passaram a defender a manutenção do *status quo*, isto é, a manutenção dos dois blocos de influência e a consequente divisão da Alemanha. Assim, o próprio governo federal viu-se obrigado a procurar uma aproximação aos países de leste, que se desenvolveu a partir da chegada ao poder do SPD de Willy Brandt, em Dezembro de 1966, mas que só obteve vitórias concretas a partir de 1969, com Willy Brandt na Chancelaria Federal.

É neste contexto que se desenvolvem as relações entre Portugal e a RFA. Ao longo de uma década estas relações evoluíram num sentido extremamente favorável ao governo de Lisboa. Tendo como base a cooperação militar despoletada pela pertença de ambos os países à Aliança Atlântica, as relações luso-germânicas foram mais além, tornando-se a RFA a principal fonte de material militar para Portugal. No entanto, também para a RFA a cooperação com Portugal foi proveitosa, essencialmente ao nível estratégico, uma vez que a existência em território português de uma base de apoio, em caso de conflito, e de instrução para os pilotos da sua Força Aérea, durante os tempos de paz, tornava a sua defesa mais eficiente, ao mesmo tempo que contribuía para a defesa de toda a Europa Ocidental.

A cooperação luso-alemã deu os seus primeiros passos em 1958, a partir do momento em que foram assinados os acordos relativos aos bens alemães. Estes acordos, para além de terem contribuído para o reconhecimento da República Federal como uma nação soberana, selaram definitivamente quaisquer divergências ou assuntos pendentes decorrentes da proximidade de Portugal com o *III Reich*. A partir deste momento, mais precisamente a partir da visita do Ministro alemão dos Negócios Estrangeiros a Portugal, em 1958, as relações luso-alemãs conheceram um rápido incremento.

Num primeiro momento, as relações entre o governo português e alemão centraram-se principalmente na cooperação económica, com o objectivo de reduzir o défice português na balança comercial bilateral. Neste sentido foi decidida a revisão do Acordo Comercial Luso-alemão (concluída em Maio de 1959) e igualmente foram feitas as primeiras encomendas de material militar que as fábricas portuguesas estivessem aptas a produzir. Para além deste fomento das exportações portuguesas para a Alemanha Federal, um outro modo de reduzir o défice português seria o fomento do turismo alemão em Portugal, nomeadamente através de uma maior divulgação do Algarve como destino preferencial para os novos visitantes. No texto do Protocolo de Cooperação Económica Luso-alemã, assinado em Maio de 1959, ficaram assim definidos os produtos exportados e importados por Portugal da RFA. Como não podia deixar de ser, devido às suas características económicas, Portugal exportava principalmente produtos agrícolas (fruta, vinho, azeite) e importava quer produtos alimentares (como chocolate e farinhas), quer produtos industriais e tecnológicos, como produtos químicos e têxteis. No entanto, o principal elemento da cooperação económica luso-alemã seria a produção nos estabelecimentos fabris do Ministério da Defesa português de armamento e de equipamento militar para as Forças Armadas alemãs. Julgamos que tais encomendas constituem o ponto fulcral da cooperação entre Portugal e RFA pois acabaram por ser a premissa para o desenvolvimento das relações militares entre os dois países.

Foi precisamente no sentido de estabelecer uma cooperação militar consistente e duradoura com Portugal que se deslocou a Lisboa o Ministro da Defesa da Alemanha Federal, Franz Josef Strauss, em Janeiro de 1960. Durante a sua estadia na capital portuguesa foram lançadas as bases para o futuro estabelecimento em Portugal continental de uma base para o treino da Força Aérea alemã, que estaria inserida numa rede alemã de bases de apoio na retaguarda em caso de conflito no território europeu, e o estabelecimento de outras infra-estruturas, que seriam custeadas pelo governo federal, mas que constituiriam património do estado português. Igualmente durante a presença de Strauss em Portugal foram encetadas uma série de encomendas de material militar, nomeadamente armamento

ligeiro e munições, que se prolongariam durante toda a década de sessenta e que permitiriam ao governo português a manutenção das linhas de produção das fábricas militares. Deste modo a produção do equipamento necessário ao esforço de guerra português – iniciado em 1961 – tornou-se muito menos dispendioso.

Ainda na primeira parte do nosso trabalho analisámos a posição dos governantes alemães perante a política colonial portuguesa. Apesar de ainda não haver quaisquer conflitos armados nas colónias africanas de Portugal, a postura do governo de Oliveira Salazar era já a de recusar os «ventos da História» e manter a presença portuguesa em África. Esta postura era essencialmente visível na Organização das Nações Unidas, onde Portugal se recusava a reconhecer as suas províncias ultramarinas como territórios não autónomos. A partir de 1960, com a entrada de vários estados africanos recém-independentes para a Assembleia Geral das Nações Unidas, a política colonial portuguesa passou a estar sob fogo cerrado. A argumentação dos representantes portugueses centrava-se no facto de que os territórios africanos de Portugal não poderiam ser considerados como colónias, pois estavam identificados na constituição portuguesa como províncias, tal como as outras regiões portuguesas. No que toca à posição dos responsáveis alemães perante a política colonial do Estado Novo, esta pautava-se exactamente pela argumentação portuguesa, ou seja, a não ingerência naquilo que consideravam como um assunto interno português.

Porém, foram precisamente as questões coloniais que marcaram a política externa portuguesa no período seguinte da nossa cronologia, que corresponde à segunda parte deste trabalho: 1961-1965. Logo desde o despoletar do conflito angolano, em Fevereiro e Março de 1961, passando pela perda do Estado Português da Índia, até ao alargamento dos conflitos à Guiné e Moçambique, a posição alemã ficou definida. O governo federal adoptou uma posição ambígua e dupla: por um lado, fazia o possível para não afrontar o regime de Oliveira Salazar. Interessava à Alemanha Federal que Portugal se mantivesse inserido na Aliança Atlântica, essencialmente devido à posição estratégica do seu território, particularmente do arquipélago dos Açores. Por outro lado, os responsáveis da política externa alemã

não chegaram ao ponto de defender publicamente o seu aliado português, de modo a salvaguardar os seus interesses junto dos estados africanos. Pelo que já foi referido acerca da política africana de Bona, podemos afirmar que as tentativas alemãs de granjear apoios junto dos novos estados africanos, nomeadamente através do auxílio económico e financeiro, se justificava com o crescente peso destes países na ONU e nas restantes organizações internacionais. Na verdade, uma das principais razões para tal aproximação alemã aos novos países africanos era a necessidade que o governo federal sentia de evitar que se desse uma penetração da República Democrática Alemã e da URSS nesses mesmos países, ou seja, procurava conquistá-los para o Ocidente e para o lado da RFA, nomeadamente durante as discussões dos problemas de Berlim e da divisão alemã nas Nações Unidas.

A posição alemã de não afrontar, mas também não defender, o governo português e a sua política ultramarina guiou igualmente as relações militares luso-alemãs. A concessão de material variado, do qual salientamos os numerosos aviões e o armamento ligeiro para Portugal, como contrapartida à cedência da Base Aérea de Beja e de outras facilidades para as Forças Armadas da RFA foram o ponto principal desta cooperação militar. No entanto, também aqui houve uma preocupação em não tornar públicas as negociações e os fornecimentos alemães. A aliança alemã com Portugal era tida pelos germânicos como útil ao ocidente, mas não totalmente compreendida pelos restantes aliados, nomeadamente os Estados Unidos. Na verdade, a superpotência ocidental tinha atravessado um período de sérias dificuldades no seu relacionamento com Portugal, durante os anos iniciais da Administração Kennedy. A nova postura americana perante o continente africano tinha obrigado os Estados Unidos a contrariar a política colonial portuguesa, inclusivamente em palcos tão importantes como o Conselho de Segurança das Nações Unidas, e a repensar todo o processo de venda de armamento a Portugal. Ao apoiar o governo de Oliveira Salazar com a venda de armamento e de aviões e com a concessão de técnicas para a produção de outro material militar, a RFA julgava estar a contribuir para a manutenção de Portugal na Aliança Atlântica e para a estabilidade política da Península Ibérica. Estes dois aspectos são muito importantes

ao analisarmos a posição alemã perante Portugal na década de sessenta. Os responsáveis alemães acreditavam que Portugal poderia perfeitamente abandonar a NATO, caso se sentisse totalmente desamparado pelos seus aliados na defesa daquilo que considerava o elemento essencial do regime do Estado Novo – o Império. Por outro lado, os governantes alemães viam este império como o garante da estabilidade política do governo de Oliveira Salazar e temiam que, perdidas as províncias ultramarinas, deflagrasse uma revolução e o regime caísse, transformando Portugal num país comunista. O efeito de «contágio» que se previa em relação a Espanha concluía que, caso Portugal perdesse as suas colónias, facilmente toda a Península Ibérica corria o risco de se tornar um bastião comunista. Tal era um facto incomportável para os governantes alemães, que decidiram assim apoiar Portugal.

No entanto, esta posição alemã não foi consensual e revelou igualmente algumas diferenças de opinião entre os Ministérios federais dos Negócios Estrangeiros e da Defesa. O *Auswaertiges Amt* estava sempre receoso das ofensivas dos Estados africanos – que procurava cativar para o lado ocidental – devido ao auxílio dado à política ultramarina portuguesa. É neste contexto que se compreende a constante insistência dos responsáveis pela política externa alemã para que Portugal, através de uma cláusula, se compromettesse a que os aviões e restante material vendido ao governo português não fossem utilizados em África. No entanto, a cláusula foi sempre redigida em termos obscuros, permitindo uma interpretação dúbia quer aos governantes alemães, quer ao regime português. Por outro lado, o Ministério da Defesa não regateava a concessão de material militar, procurando sempre ajudar um país aliado e anti-comunista, chegando a fazer pressão junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão, como vimos no caso dos aviões *Sabre* F-86.

Por fim, notamos nesta primeira metade da década de 1960 algum decréscimo das relações comerciais e económicas entre os dois países. Não obstante, as concessões de créditos e os investimentos da Firma *Krupp* em Angola foram importantes para a economia portuguesa. O facto de se ter conseguido a presença de uma empresa estrangeira na exploração de minério em Angola, um território em guerra, revela a importância

económica dos interesses alemães naquele território. Por outro lado, os créditos alemães vieram preencher um vazio nas finanças portuguesas. O Orçamento de Estado português era cada vez mais dedicado ao financiamento do esforço de guerra, pelo que a entrada de capitais estrangeiros, neste caso alemães, permitiu a sua aplicação em projectos que, de outro modo, não seriam viáveis.

Chegamos assim à última parte do nosso trabalho. O período de 1966-1968 é marcado, no seu início, pela visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros Gerhard Schröder a Lisboa, em Março de 1966, e pela visita do seu homólogo a Bona, cerca de seis meses mais tarde, em Setembro. Estas visitas são talvez o último brilho das relações luso-alemãs durante a presença de Oliveira Salazar na Presidência do Conselho de Ministros. Decorreram num ambiente agradável e foram consideradas como um sucesso pelos responsáveis dos dois ministérios dos Negócios Estrangeiros.

A visita de Gerhard Schröder a Lisboa, a primeira de um representante alemão de tão alto nível desde 1961 (quando Ludwig Erhard esteve em Portugal), pautou-se pelas palavras de circunstância, pelas visitas aos pontos de interesse decorrentes da cooperação militar entre os dois países (OGMA, Base de Beja, etc.), e pela discussão de assuntos económicos. Apesar de ter ficado impressionado com as instalações militares que visitou, Schröder não deixou de transparecer uma preocupação pelos interesses alemães em África, nomeadamente no que dizia respeito ao interesse alemão em conquistar para a causa da reunificação alemã os votos dos países africanos. Tal afirmação pública tão clara dos interesses alemães era uma novidade nas relações luso-alemãs.

Aquando da visita do ministro português dos Negócios Estrangeiros a Bona, foram novamente acentuadas as relações económicas e comerciais entre os dois países. Muito importantes também foram as conversações sobre as relações entre as organizações internacionais de que a Alemanha Federal e Portugal faziam parte, nomeadamente a cooperação entre a EFTA e a CEE. As relações entre os dois países continuavam amistosas, mas já sem o fulgor dos anos iniciais da década de sessenta.

No entanto, apesar de se ter mantido a política alemã de não atacar, mas também não defender, o regime de Oliveira Salazar se ter mantido, na sua essência, os fornecimentos de material militar estavam a tornar-se cada vez mais difíceis. Simultaneamente, o projecto de utilização da Base Aérea de Beja como apoio estratégico de retaguarda em caso de guerra no continente europeu foi substancialmente reduzido, acabando a Base, no final da década de 1960, por se transformar como pista de treino para as empresas de aviação nacionais de ambos os países – Lufthansa e TAP. Esta redução, motivada por dificuldades económicas alemãs e, principalmente, por alterações no conceito defensivo da própria NATO, diminuiu a importância estratégica de Portugal e levou ao cancelamento da maior parte das infra-estruturas que serviriam a Base aérea.

A chegada ao poder, no mês de Dezembro de 1966, dos sociais-democratas alemães de Willy Brandt provocou alterações profundas na política externa alemã. Surgia agora uma política clara de aproximação aos países de Leste, com uma nova postura da Alemanha Federal perante a «outra Alemanha», a República Democrática Alemã. Ao mesmo tempo que se defendia claramente a *détente* e o estabelecimento de relações políticas e económicas entre os países dos dois blocos, a teimosia portuguesa em continuar a lutar em África pela manutenção das suas colónias era cada vez menos compreendida. Julgamos também que a presença de Willy Brandt na pasta dos Negócios Estrangeiros terá sido um dos motivos para o arrefecimento das relações luso-alemãs. Na verdade, o facto de o líder do partido social-democrata ter a tutela de tão importante ministério significaria que ele teria maior liberdade e maior poder de influenciar os seus colegas governamentais. Desde o início dos anos 60 que o *Auswaertiges Amt* se exprimia contrariamente à política ultramarina portuguesa, mas até à chegada de Willy Brandt para a pasta dos Estrangeiros, estes pareceres nunca tinham tido um peso decisivo.

Por fim, no campo político interno de Portugal, a chegada ao poder de Marcelo Caetano trouxe aos alemães a expectativa de uma maior abertura política e económica de Portugal. Devido às ideias que tinha expressado ao longo de toda a sua carreira, Caetano era visto pelos alemães como o

homem capaz de liberalizar a economia portuguesa e de democratizar, se bem que lentamente, o regime português. Já desde os finais da década de 1950 que Caetano era apontado pelos responsáveis alemães como provável sucessor de Oliveira Salazar, pelo que a sua nomeação pouco surpreendeu os governantes da Alemanha Federal, criando, no entanto, uma expectativa de melhoria das condições internas de Portugal.

Como podemos ver, as relações entre Portugal e a República Federal da Alemanha nos anos que vão de 1958 a 1968 são extremamente favoráveis para o regime português. Portugal, através destas relações, recebeu uma preciosa ajuda na reestruturação da sua indústria de defesa, na renovação do seu equipamento militar e no aumento da sua capacidade de defesa aérea, mas também o imprescindível apoio económico fundamental para levar a cabo uma política de guerra, que cada vez mais desgastava a situação financeira do país.

Por seu lado, o preço a pagar por Portugal, ou seja, as contrapartidas que Portugal cedeu, foram relativamente ligeiras e até benéficas para o país. A manutenção dos aviões da Força Aérea da RFA nas OGMA foi uma mais-valia para os mecânicos portugueses e a cedência da Base Aérea de Beja, se bem que tenha ficado aquém das expectativas, permitiu a sua reabilitação e melhoramento financiados pelos alemães, que deixaram a Portugal uma importante infra-estrutura de treino para a sua Força Aérea. Por outro lado, apesar de não serem proferidas declarações políticas acerca da política portuguesa em África, e nem um apoio público à política ultramarina portuguesa, as boas relações com um dos mais importantes países da Europa mostraram claramente que Portugal, ao contrário do que o seu Presidente do Conselho havia afirmado, não se encontrava «orgulhosamente só», e podia contar com o apoio militar e financeiro da RFA.

Podemos assim concluir que a política externa portuguesa soube desde muito cedo preparar uma aliança que se tornou altamente favorável para a situação delicada que se veio a encontrar com o início das guerras coloniais, sendo que esta aliança diminui apenas por razões político-estratégicas da própria Alemanha.

Há, no entanto, que salientar dois aspectos, que consideramos os pontos essenciais desta cooperação luso-alemã.

O primeiro destes pontos é o facto de que, entre 1958 e 1968, as relações entre Portugal e a República Federal da Alemanha se desenvolveram sobretudo num plano bilateral. Ou seja, apesar de terem sido despoletadas pela participação de ambos os países no Pacto do Atlântico (facto que sobressai se tivermos em conta os problemas analisados da aproximação da RFA à Espanha) e de terem como justificação imediata o cumprimento de exigências da própria NATO – nomeadamente a necessidade de apoio logístico de retaguarda – todas as contrapartidas recebidas pelo governo português foram negociadas bilateralmente. A juntar a isto podemos referir o receio que as autoridades alemãs tinham de divulgar qualquer apoio dado a Portugal, mesmo aos seus aliados da Aliança Atlântica (como se poderá ver no caso das conversações entre representantes alemães e Mennen Williams, no início da década de 1960).

Um segundo ponto a ser reforçado é o facto de o apoio a Portugal pela RFA se compreender no sentido em que o regime de Oliveira Salazar era fortemente anti-comunista, cristão e pró-ocidental. O apoio alemão era dado ao regime de Salazar, que deveria manter-se, para o bem de toda a Aliança Atlântica e do bloco ocidental. No entanto, o império colonial português apenas importava na medida em que contribuía para a continuidade e estabilidade do Estado Novo. O maior receio alemão era que um país tão importante do ponto de vista estratégico – quer ao nível da Base de Beja, quer ao nível, mais marcante, dos Açores – se tornasse comunista ou anti-ocidental, na sequência do fim do regime de Oliveira Salazar. A possível presença de um bastião comunista em Portugal (e que certamente iria contagiar a vizinha Espanha) representava um cerco à Europa impossível de ser tolerado. É este o princípio que norteia o apoio alemão a Portugal e que fez com que a República Federal da Alemanha se tornasse um dos maiores fornecedores de material militar a Portugal durante a difícil década de 1960.

# Fontes e Bibliografia

## Fontes

### **Arquivos:**

Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa.

Arquivo Oliveira Salazar – Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Lisboa.

Arquivo Histórico da Força Aérea – Estado-Maior da Força Aérea, Lisboa.

Politisches Archiv von den Auswaertiges Amt, Berlim.

Archive du Ministère des Affaires Étrangères de França, Paris.

### **Imprensa:**

*Diário de Lisboa (1956-1968).*

*Diário Popular (1956-1968).*

*Diário de Notícias (1956-1968).*

*República (1956-1968).*

### **Fontes Impressas**

*Invasão e Ocupação de Goa: Comentários da Imprensa Mundial*, Edição do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, 1962.

### **Testemunhos:**

**Nogueira, Franco**, *Diálogos Interditos. Parte Primeira (1961-1963)*, Editorial Intervenção, Lisboa, 1979.

**Nogueira, Franco**, *Diálogos Interditos. Parte Segunda (1964-1969)*, Editorial Intervenção, Lisboa, 1979.

**Nogueira, Franco**, *Um Político Confessa-se (Diário: 1960-1968)*, Ed. Civilização, Porto 1987.

## Bibliografia

**Afonso**, Aniceto e GOMES, Carlos de Matos (eds.), *Guerra Colonial*, Editorial Notícias, Lisboa, 2001.

**Ash**, Timothy Garton, *In Europe's Name. Germany and the Divided Continent*, Vintage, Londres, 1994.

**Bender**, Peter, *Neue Ostpolitik. Von Mauerbau bis zum Moskauer Vertrag*, Deutscher Taschenbuch Verlag, Munique, 1986.

**Benz**, Wolfgang, *Die Gründung der Bundesrepublik. Von der Bizone zum Souveränen Staat (1945-1955)*, Deutscher Taschenbuch Verlag, Munique, 1999.

**Bethencourt**, Francisco, CHAUDHURI, Kirti (eds.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. V, "Último Império e Recentramento (1930-1998)", Círculo de Leitores, Lisboa, 1999.

**Bacelar**, Sérgio, *A Guerra em África: 1961-1974. Estratégias adoptadas pelas Forças Armadas*, Porto, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2000.

**Campbell**, Edwina S., *Germany's Past, Europe's Future. The Challenges of West Germany Foreign Policy*, Pergamon-Brassey's, Washington, 1989.

**Cardoso**, Adelino, *Aeronaves Militares Portuguesas no século XX*, Editora Essencial, Lisboa, 2000.

**Companhia Mineira do Lobito**, *Companhia Mineira do Lobito, 1929-1967*, Lisboa, 1969.

**Engel**, Ulf, *Die Afrikapolitik der Bundesrepublik Deutschland 1949-1999: Rollen und Identitäten*, LIT, Leipzig, 2000.

**Glees**, Anthony, *Reinventing Germany. German Political Development since 1945*, Oxford, Providence, 1996.

**Grosser**, Alfred, *L'Allemagne en Occident*, Editions Fayard, Paris, 1985.

**Gomes**, Teresa, *A Influência Política e Económica da Alemanha na Europa – 1945-1995*, Ed. Pedro Ferreira, Lisboa, 1997.

**Görtemaker**, Manfred, *Geschichte der Bundesrepublik Deutschland. Von der Gründung bis zur Gegenwart*, C. H. Beck Verlag, Munique, 1999.

**Hacke**, Christian, *Die Aussenpolitik der Bundesrepublik Deutschland. Von Konrad Adenauer bis Gerhard Schröder*, Ullstein, Berlim, 2003.

**Haftendorn**, Helga, *Deutsche Aussenpolitik, zwischen Selbstbeschränkung und Selbstbehauptung: 1945-2000*, Deutsche Verlag, Estugarda, 2001.

**Hanrieder**, Wolfram F. (ed.), *West Germany Foreign Policy: 1949-1979*, Westview Press, Boulder, 1980.

**Hanrieder**, Wolfram F., *Germany, America, Europe. Forty Years of German Foreign Policy*, Yale University Press, Londres, 1989.

**Herbst**, Ludolf, *Option für den Westen. Vom Marshall Plan bis zum deutsch-französisch Vertrag*, Deutscher Taschenbuch Verlag, Munique, 1996.

**Hildebrand**, Klaus, *Geschichte der Bundesrepublik Deutschland. Vol. 4 Von Erhard zur Grossen Koalition*, Deutsche-verlags Anstalt, Estugarda, 1983.

**Ionescu**, Ghita, *Leadership in an Interdependent World. The Statesmanship of Adenauer, De Gaulle, Thatcher, Reagan and Gorbachev*, Londres, Longman, 1991, especialmente pp. 32-76.

**Koch**, Peter, *Konrad Adenauer. Eine politische Biographie*, Rowohlt Verlag, Munique, 1985.

**Lopes**, Mário Canongia, *Os Aviões da Cruz de Cristo*, Dinalivro, Lisboa, 2001.

**Macqueen**, Norrie, "As Guerras Coloniais" in ROSAS, Fernando e OLIVEIRA, Pedro (coord.), *A Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*, Editorial Notícias, Lisboa, 2004, pp. 263-300.

**Macqueen**, Norrie, *A Descolonização da África Portuguesa. A Revolução Metropolitana e a dissolução do Império*, Editorial Inquérito, Lisboa, 1998.

**Marcos**, Daniel, "Portugal e a França na década de 1960: A Questão Colonial e o Apoio Internacional", in *Relações Internacionais*, 11, 2006: 31-45.

**Martins**, Fernando, *Portugal e a Organização das Nações Unidas*, Tese de Mestrado apresentado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1995 (texto policopiado).

**Ménudier**, Henri (ed.), *La République Fédérale d'Allemagne dans les Relations Internationales*, Editions Complexe, Bruxelas, 1990.

**Morgan**, Roger, "Kennedy and Adenauer" in BRINKLEY, Douglas (ed.), *John F. Kennedy and Europe*, Baton Rouge, Louisiana, 1999.

**Nogueira**, Franco, *Salazar. Vol. V: A Resistência (1958-1964)*, Livraria Civilização, Porto, 1984.

**Oliveira**, César, "Oliveira Salazar e a Política Externa Portuguesa" in SILVA, A. E. Duarte (coord.), *Salazar e o Salazarismo*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1989, pp. 73-99.

**Oliveira**, Pedro, "A Política Externa" in ROSAS, Fernando e OLIVEIRA, Pedro (coord.), *A Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*, Editorial Notícias, Lisboa, 2004, pp. 301-337.

**Oliveira**, Pedro, "A Política Externa do Marcelismo: A questão Africana" in Fernando Martins (ed.), *Diplomacia & Guerra: Política Externa e Política de Defesa em Portugal. Do final da Monarquia ao Marcelismo*, Edições Colibri – CIDEHUS-Universidade de Évora, Lisboa, 2000.

**Oppenheimer**, Jochen (et. alli), *Portugal e a Cooperação Internacional. Uma Análise da Ajuda Recebida*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1990.

**Pacheco**, António Tello (coord.), *Força Aérea Portuguesa: 50 Anos*, Comissão Histórico-Cultural da Força Aérea Portuguesa, Lisboa, 2002.

**Pais**, Artur, *Contributos para a História da Base Aérea n.º 11 e do Aeroporto Civil de Beja*, Edição do Autor, Beja, 2002.

**Pinto**, António Costa, *O Fim do Império Português*, Livros Horizonte, Lisboa, 2000.

**Pötsch**, Horst, *Deutsche Geschichte von 1945 bis zur Gegenwart. Die Entwicklung der beiden deutschen Staaten*, Orzog Verlag, Munique, 1998.

**Rodrigues**, Luís Nuno, "A 'Solidão' na Política Externa Portuguesa no Início da Década de 60: O caso dos Estados Unidos" in MARTINS, Fernando (ed.), *Diplomacia e Guerra: Política Externa e de Defesa em Portugal. Do final da Monarquia ao Marcelismo*, Ed. Colibri – CIDEHUS – Universidade de Évora, 2001, pp. 189-224.

**Rodrigues**, Luís Nuno, *Salazar-Kennedy: A Crise de uma Aliança*, Editorial Notícias, Lisboa, 2002.

**Rodrigues**, Luís Nuno, "Os Estados Unidos e a questão de Goa em 1961" in *Ler História*, n.º 42, 2002, pp. 61-90.

**Rolo**, Fernanda, *Portugal e o Plano Marshall. Da Rejeição à Solicitação da Ajuda Financeira Norte-Americana (1957-1952)*, Editorial Estampa, Lisboa, 1994

**Rosas**, Fernando (dir.), *História de Portugal*, vol. VII: *O Estado Novo (1926-1974)*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994

**Rosas**, Fernando, "O Marcelismo ou a Falência da Política de Transição no Estado Novo" in J. M. Brandão de Brito, (coord.), *Do Marcelismo ao Fim do Império*, Círculo de Leitores, Braga, 1999, pp. 15-59.

**Schöllgen**, Gregor, *Die Aussenpolitik der Bundesrepublik Deutschland: von den Anfängen bis zur Gegenwart*, Beck, Munique, 1999

**Schroers**, Thomas, *Die Aussenpolitik der Bundesrepublik Deutschland: Die Entwicklung der Beziehungen der Bundesrepublik Deutschland zur Portugiesischen Republik (1949-1976)*, Tese de Doutoramento apresentada à Universidade da Bundeswehr, Hamburgo, 1998 (policopiado).

**Schwaz**, Hans-Peter, *Geschichte der Bundesrepublik Deutschland. Vol. 3 Die Ära Adenauer*, Deutsche-Verlags Anstalt, Estugarda, 1983.

**Silva**, A. E., "O Litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)" in *Análise Social*, vol. XXX (130), 1995 (1.º), pp. 5-50.

**Sonthheimer**, Kurt, *Die Ära Adenauer*, Deutscher Taschenbuch Verlag, Munique, 2003

**Tavares**, João Carlos Moreira, *A Indústria Militar Portuguesa no tempo da Guerra (1961-1974)*, Tese de mestrado da FCSH/UNL, 2002

**Thamer**, Hans-Ulrich, "Ansichten einer Diktatur: Die Portugal-Rezeption in Deutschland 1933 bis 1974" in *Zeitschrift für Kulturaustausch*, 1994/1, pp. 20-30.

**Telo**, António José, "A Política Externa do Salazarismo" in MEDINA, João (dir.), *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos nossos dias*, vol. XII, Clube Internacional do Livro, Lisboa, s/d, pp. 297-318.

**Telo**, António José, "As Guerras de África e a Mudança nos Apoios Internacionais de Portugal" in *Revista História das Ideias*, vol. 16, 1994, pp. 347-369.

**Telo**, António José, "Portugal e a NATO: dos Pirinéus a Angola" in *Análise Social*, vol. 30, n.º 134, 1995, pp. 947-973.

**Telo**, António José, "A Europa e a Questão Alemã: Uma Visão de Longo Prazo" in *Política Internacional*, n.º 13, 1996, pp. 123-152.

**Telo**, António José, "O Fim do Ciclo Africano do Império" in AA.VV, *Portugal na Transição do Milénio. Colóquio Internacional*, Lisboa, 1998, pp. 327-355.

**Telo**, António José, *A Neutralidade Portuguesa e o Ouro Nazi*, Quetzal Editores, Lisboa, 2000.

**Telo**, António José (org.), *António de Faria*, Edições Cosmos, Lisboa, 2001.

**Valério**, Nuno (coord.), *As Finanças Públicas no Parlamento Português. Estudos Preliminares*, Assembleia da República, Edições Afrontamento, Porto, 2001.

**Winkler**, Heinrich August, *Der lange Weg nach Westen. Deutsche Geschichte*, vol. II "Von «Dritten Reich» bis zur Wiedervereinigung", Verlag C. H. Beck, Munique, 2000, especialmente pp. 116-315.

**Zimmerer**, Jürgen, "«Der bestregierte Staat Europas»: Salazar und sein «Neues Portugal» im konservativen Abendland-Diskurs der frühen Bundesrepublik Deutschland" in *Portugal – Alemanha – Brasil. Actas do VI Encontro Luso-Alemão, volume I*, Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos, Braga, 2003, pp. 81-101.

## Colecção Biblioteca Diplomática – nova série:

### série A:

1. Jorge Braga de Macedo, org., **Jorge Borges de Macedo: Saber Continuar: A Experiência Histórica Contemporânea. Comemorações do Legado Bibliográfico**
2. Armando Marques Guedes, **Estudos sobre Relações Internacionais**
3. Filipe Ribeiro de Meneses, **Correspondência diplomática irlandesa sobre Portugal, o Estado Novo e Salazar: 1941-1970**
4. Armando Marques Guedes e Nuno Canas Mendes, eds., **Ensaio sobre nacionalismos em Timor-Leste**
5. Zília Osório de Castro, Júlio Rodrigues da Silva e Cristina Montalvão Sarmiento, eds., **Tratados do Atlântico Sul: Portugal, Brasil (1825-2000)**
6. Eurico Gomes Dias, **Gazetas da Restauração [1641-1648]; uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas (edição transcrita)**
7. António Vasconcelos de Saldanha, **O Tratado Impossível. Um exercício de diplomacia luso-chinesa num contexto internacional em mudança**

### série D:

1. Ana Maria Homem Leal de Faria, **Duarte Ribeiro de Macedo. Um diplomata moderno: 1618-1680**

2. José Filipe Pinto, **Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades**
3. Luís Elias, **A Formação das Polícias nos Estados Pós-Conflito. O Caso de Timor-Leste**
4. Elisabete Cortes Palma, **Cultura, Desenvolvimento e Política Externa. Ajuda Pública ao Desenvolvimento nos Países Africanos Lusófonos**
5. Pedro Cantinho Pereira, **Portugal e o Início da Construção Europeia: 1947-1953**
6. Gisela Guevara, **As Relações entre Portugal e a Alemanha em torno da África: Finais do Século XIX e Inícios do Século XX**
7. Ana Mónica Fonseca, **A Força das Armas: o Apoio da República Federal da Alemanha ao Estado Novo (1958-1968)**



ISBN 978-972-9245-53-4



9 789729 245534